

Organizadoras do e-book:

Maria Cristina Dancham Simões

Gláucia Tais Purin

Victoria Soares Vidal

Mariana Serafim Xavier Antunes

PSICOLOGIA SOCIAL:

Práxis, compromisso
ético-político e
conjunturas para
transformações
sociais no contexto dos
40 anos da ABRAPSO



ABRAPSO
Associação Brasileira de Psicologia Social

Psicologia social: práxis, compromisso ético-político e conjunturas para transformações sociais no contexto dos 40 anos da abrapso. SIMÕES, Maria Cristina Dancham; PURIN, Gláucia Tais; VIDAL, Victoria Soares; ANTUNES, Mariana Serafim Xavier (Orgs.). Gradus Editora, 2024. 194p.. : il. (algumas color.); PDF.

978-65-81033-30-9

CDD 360,00

Palavras-chave: 1. Psicologia; 2. Psicologia Social; 3. Brasil



A Gradus Editora adota a licença da Creative Commons CC BY: Atribuição-Não Comercial-Sem Derivados - CC BY-NC-ND: Esta licença é a mais restritiva das seis licenças principais, permitindo que os outros façam o download de suas obras e compartilhem-nas desde que deem crédito a você, não as alterem ou façam uso comercial delas.



Direitos reservados à
Rua Luiz Gama, 237, 17054-300 - Vila Independência - Bauru/SP
Contato (14) 98216-6549 / (14) 3245-7675 graduseditora@gmail.com.br
www.graduseditora.com

Publicado no Brasil

FICHA TÉCNICA

Editor-chefe — Lucas Almeida Dias

Diagramação e Projeto gráfico — Natália Huang Azevedo Hypólito

Revisores — Francine Brandt Cardoso; Gabriel Zardo de Oliveira; Ismael Felipe de Paula Angeli; Lucas Röpke da Silva; Sandra Lúcia de O. S. Soares; Savana de Andrade Munsberg

Capa — Natália Huang Azevedo Hypólito

Revisão — Grupo Psyché: estudos e práticas em revisão textual / UFPel

Supervisão — Profa. Taís Bopp da Silva; Profa. Mônica Cassana

Conteúdo revisado por pares.

Apoios

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico



Financiamentos

ABRAPSO - Associação Brasileira de Psicologia Social



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

Organizadoras do e-book:

Maria Cristina Dancham Simões

Gláucia Tais Purin

Victoria Soares Vidal

Mariana Serafim Xavier Antunes

PSICOLOGIA SOCIAL:

Práxis, compromisso
ético-político e
conjunturas para
transformações
sociais no contexto dos
40 anos da ABRAPSO



PARECERISTAS EXTERNOS DESTA E-BOOK:

Alexsandro Cosmo de Mesquita - Proj. Pindorama PUC-SP	Alexandre Pito Giannoni - PUC-SP
Carlos Vinicius Gomes Melo - USP	Carlos Eduardo Ramos - UFRR
Deborah Sereno - PUC-SP	Douglas de Aguiar Ammirati - Psicólogo clínico
Gabriel Inticher Binkowski - USP	Gustavo Henrique Carretero - UFAC
Jean Fernando dos Santos - USCS e Prefeitura de Mauá	Lais Biasoli Moler - UNICID
Lívia Gomes dos Santos - UFG	Lívia Maria Camilo dos Santos - UNIP
Marcos Antonio Batista da Silva - Universidade Coimbra - Portugal	Marcus Vinicius de Campos França Lopes - FIG-Guarulhos
Renan Albuquerque - UFAM	Silvia Rozendo Bezerra - Psicóloga no Espaço Dia-SP
Valdízia Maria Silva do Nascimento - Unissau	

COMISSÃO ORGANIZADORA DO XV ENCONTRO REGIONAL DA ABRAPSO SÃO PAULO:

Núcleo Baixada Santista da Abrapso: Christiane Alves Abdala Fernando A. Figueira do Nascimento	Núcleo Mogi das Cruzes e Alto Tietê da Abrapso Milena Patella Rossoni Victoria Soares Vidal	Núcleo Nordeste da Abrapso Eduardo Pinto e Silva
Núcleo São Paulo da Abrapso Mariana Serafim Gláucia Tais Purin Vinicius Lima	Núcleo Sorocaba da Abrapso Maria Cristina Dancham Simões	Núcleo ABC da Abrapso Gil Gonçalves

COMISSÃO CIENTÍFICA DO XV ENCONTRO REGIONAL DA ABRAPSO SÃO PAULO:

Núcleo ABC da Abrapso Sandra Luzia Assis da Silva	Núcleo Bauru da Abrapso Ariane Vieira de Souza Gabriel Arfeli	Núcleo Baixada Santista da Abrapso Christiane Alves Adbala Fernando A. Figueira do Nascimento Maria Izabel Calil Stamato Thiago Bloss Araújo
Núcleo Campinas da Abrapso Ana Carolina Lemos Pereira Juliana dos Santos Cobertt	Núcleo Cuesta da Abrapso Maria Dionísia do Amaral Dias Sueli Terezinha Ferrero Martin	Núcleo São Paulo da Abrapso Gláucia Tais Purin Mariana Serafim Solange Lima
Núcleo Sorocaba da Abrapso Maria Cristina Dancham Simões	Núcleo Nordeste Paulista da Abrapso Eduardo Pinto e Silva Débora Cristina Fonseca Luciana Nogueira Fioroni Rosemeire Aparecida Scopinho	Núcleo Piracicaba da Abrapso: Vinicius Furlan Telma Regina de Paula Souza
Núcleo Vale do Paraíba da Abrapso Cecília Pescatore Alves Régis de Toledo Souza	Núcleo Popular da Abrapso Deivis Perez	

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO DO XV ENCONTRO REGIONAL DA ABRAPSO SÃO PAULO:

Núcleo Mogi das Cruzes e Alto Tietê da Abrapso

Núcleo São Paulo da Abrapso

Milena Patella Rossoni
Victoria Soares Vidal
Gláucia Tais Purin
Mariana Serafim
Vinicius Lima

A Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) é uma entidade civil, autônoma e sem fins econômicos que reúne e organiza pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da Psicologia a partir de um ponto de vista social no Brasil. Desde a sua criação, no ano de 1980, a ABRAPSO busca ensinar a integração da Psicologia Social com outros campos, incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações no campo sociocomunitário, bem como garantir o compromisso ético-político de profissionais, investigadores, especialistas e estudantes da área com as populações submetidas a desigualdades e explorações sociais e econômicas, em condição de opressão ou violência de qualquer ordem, contribuindo para a transformação da sociedade brasileira no sentido da justiça e da igualdade.

Todos os anos a ABRAPSO realiza encontros regionais ou nacionais dedicados a mobilizar e estimular a dialogia acerca da Psicologia Social. O seu compromisso com a sistematização e difusão de saberes se expressam por intermédio da publicação de literatura especializada pela ABRAPSO Editora e pela Revista Psicologia & Sociedade.

<http://www.abrapso.org.br/>

DIRETORIA NACIONAL DA ABRAPSO 2020-2021

Presidente: Deivis P. B. dos Santos	Secretária: Vanessa Louise Batista
Tesoureiro: Regis de Toledo Souza	Diretora de Comunicação: Maria Cristina Dancham Simões
Diretor de Relações Internas: Pedro Henrique Antunes da Costa	Diretora de Relações Externas: Mariana de Almeida Pinto

VICE-PRESIDÊNCIA REGIONAL SÃO PAULO ABRAPSO 2020-2021

Vice-Presidente: Fernando A. Figueira do Nascimento	Secretária: Christiane Alves Abdala
Tesoureiro: Thiago Araújo Bloss	Suplente: Vinicius Furlan
Suplente: Gil Gonçalves	

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 11

Maria Cristina Dancham Simões; Gláucia Tais Purin; Victoria Soares Vidal; Mariana Serafim Xavier Antunes

PREFÁCIO 19

Christiane Alves Abdala; Fernando A. Figueira do Nascimento

EIXO 1: EPISTEMOLOGIAS CRÍTICAS E PSICOLOGIA SOCIAL EM CONTEXTO

CAPÍTULO 1 PANDEMIA DA COVID-19: O DESASTRE COMO CRISE CIVILIZATÓRIA. 23

Leandro Roberto Neves; Virginia Junqueira

CAPÍTULO 2 RACISMO CIENTÍFICO, IDEOLOGIA DA BRANQUITUDE E EPISTEMOLOGIA EUROCÊNTRICA: ASPECTOS DE UMA TRAMA COLONIAL BRASILEIRA 33

Raquel Saad de Avila Morales; Bruno Simões Gonçalves; Emiliano de Camargo David; Luiz Fernando Rodrigues Novais

CAPÍTULO 3 ONTOLOGIA CRÍTICA: UMA COMPREENSÃO SOBRE A FORMAÇÃO DA SUBJETIVIDADE LATINO-AMERICANA E A CONSTRUÇÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL NO BRASIL 43

Letícia Andrade de Melo e Figueiredo; Natalia Cristina de Souza Lima; Samara de Souza da Cruz; Ana Carolina dos Santos Ramos; Andreza Cristina Ferreira; Cecília Zanchetta Penteado; Luiz Henrique Callovi Balarin; Juliani Vítório Damasceno; Rayssa Marcela Coelho; Juliano de Oliveira Soares; Laura Maria de Castro; Mariana Rosa Barbosa; Beatriz Rocha de Mira

CAPÍTULO 4 PARALELO ENTRE AS PERSPECTIVAS INTELLECTUAIS E AS VIVÊNCIAS PSICOSSOCIAIS EXPOSTAS E DISCUTIDAS NA RODA DE CONVERSA DO EVENTO ABRAPSO-SP 2021. 53

Carlos Eduardo Mendes; Dalvineia Cruz de Oliveira; Kyze Quadros Mello; Lucina Maria de Araújo Nascimento

CAPÍTULO 5 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O LUGAR DA ESCOLA PÚBLICA: POSSIBILIDADES REGULATÓRIAS E/OU EMANCIPATÓRIAS 61

Maria Cristina Dancham Simões; Cecília Pescatore Alves

CAPÍTULO 6 MATRIZ CURRICULAR, HISTORICIDADE E DIVERSIDADE DE SABERES: QUAL A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA QUE QUEREMOS? 71

Debora Elianne R. de Souza; Elisa Harumi Musha

CAPÍTULO 7 FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO 77

Maria Izabel Calil Stamato; Antonio Carlos Simonian dos Santos

EIXO 2: PRÁXIS E PSICOLOGIA SOCIAL EM CONJUNTURA: POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO

CAPITULO 8

NOTA DE REPÚDIO: REPRODUÇÃO DE VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES NO XV ENCONTRO REGIONAL SP DA ABRAPSO

87

Mariana Serafim Xavier Antunes; Gláucia Tais Purin; Victoria Soares Vidal; Maria Cristina Dancham Simões; Christiane Alves Abdala; Milena Patella Rossoni

CAPITULO 9

MULHERES E SUAS LUTAS: A HISTÓRIA DE UM ENCONTRO DE MULHERES EM TORNO DE AUTONOMIA E AUTORIDADE

91

Maria Eduarda Jacob; Ana Carolina Mauricio; Gláucia Tais Purin; Mariana Serafim Xavier Antunes; Maristela Sousa e Freitas; Maria Célia Araujo Tomé; Carolina Alves de Jongh; Victoria Soares Vidal; Jennifer Luiza Afonso; Maria Vitória Ferreira; Monique Vignado Ortolan; Francieri Beatrice Sabel Wostehoff; Ana Paula Pereira

CAPITULO 10

“O LADRÃO DA BIKE É BRANCO!” SER NEGRO NO BRASIL E SUAS

IMPLICAÇÕES: APONTAMENTOS PARA A INTERVENÇÃO CRÍTICA DE PSICÓLOGAS(OS) NO COMBATE AO RACISMO.

103

Edilson Claudino Bicudo; Winnie Nascimento dos Santos

CAPITULO 11

TRABALHO INFORMAL E A SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA: REFLEXÕES PARA TEMPOS DE PANDEMIA

113

Thaina da Silva Costa; Jessica Araújo Carvalho; Ruchelli Stanzani Ercolano; Deivis Perez

CAPITULO 12

PSICOLOGIA E POVOS QUILOMBOLAS: POR UMA PRÁXIS TRANSFORMADORA

121

Ana Flávia de Sales Costa; Beatriz Corsino Pérez

CAPITULO 13

POVOS INDÍGENAS E SUAS LUTAS: CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DO COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO DA PSICOLOGIA SOCIAL

129

Flávia Roberta Busarello; Leandro Lucato Moretti

CAPÍTULO 14

IMIGRAÇÃO COMO TEMA MARGINAL, UM TÓPICO PARA A PSICOLOGIA SOCIAL?

137

Diane Portuguezis; Suélen Cristina de Miranda

EIXO 3: PRÁXIS E PSICOLOGIA SOCIAL EM CONJUNTURA: POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPITULO 15

ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE E A PANDEMIA DE COVID-19: CONTRIBUIÇÕES
DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA O FORTALECIMENTO DOS TRABALHADORES DA SAÚDE

147

Christiane Alves Abdala; Carlos Roberto de Castro e Silva; Mayra Santos Xavier; Juliana Silva Santos; Ana Julia Faccio de Medeiros; Nádia Vitorino Vieira

CAPITULO 16

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CRISE SANITÁRIA: REFLEXÕES PARA ALÉM
DA ATUAÇÃO INSTRUMENTAL

155

Cristina Miyuki Hashizume; Gabriela Oliveira Rodrigues; Lucas Carolino; Lais Claro Oliveira; Vanessa Pereira Candido; Victória Maria de Freitas Nunes

CAPITULO 17

ESTRATÉGIAS E POSSIBILIDADES PARA ATUAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: RELATOS DE
EXPERIÊNCIAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

163

Victoria Soares Vidal; Silvio José Benelli; Bruno Camargo Nascimento; Clara Scaldelai do Nascimento; Esther Vanni Lopes; Roberta Lindoni Salatiel Silva; Aline Franco Petegrosso; Evelyn Fernanda Pinheiro Silva; Giovanni Galati Ruggeri

CAPITULO 18

VIVÊNCIA DE FORMAÇÃO DE PSICÓLOGAS DISSONANTE DO MODELO ELITISTA E INDIVIDUALIZANTE

169

Deivis Perez; Ruchelli Stanzani Ercolano

CAPITULO 19

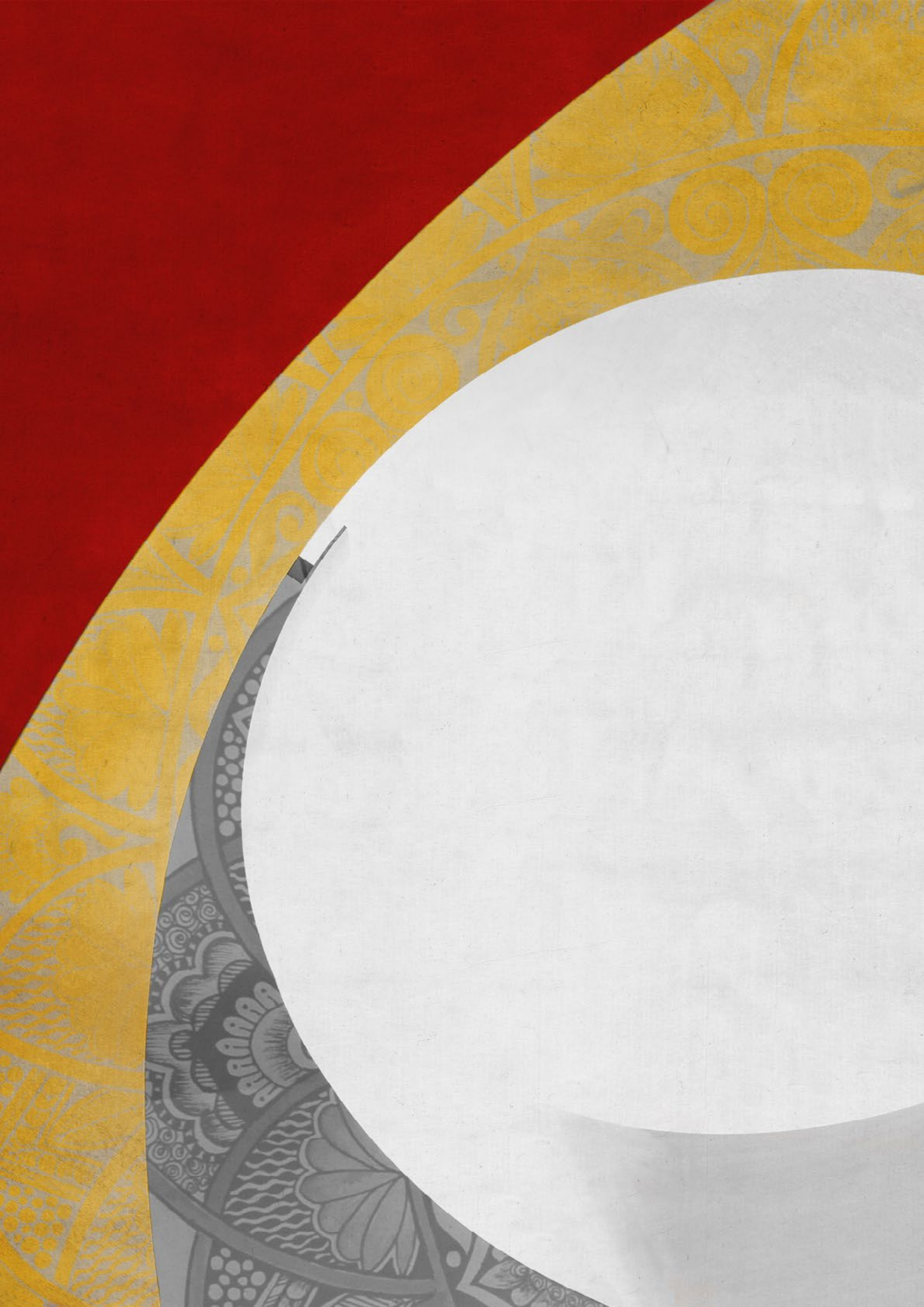
SOBRETEMPO

177

Beatriz Stamato; Charles José Roque; Deborah Mendes Araújo de Andrade; Marcos Roberto Carmona; Maria Dionísia do Amaral Dias; Rachel Coiado Previato

SOBRE OS AUTORES

187



APRESENTAÇÃO

Maria Cristina Dancham Simões
Gláucia Tais Purin
Victoria Soares Vidal
Mariana Serafim Xavier Antunes

O conjunto de textos que compõem este livro foi produzido de forma inédita pelo coletivo de pesquisadores, estudantes e profissionais, que contribuíram com seus saberes em rodas de conversa, minicursos e mesas-redondas durante o “XV Encontro da Abrapso Regional São Paulo: Práxis, compromisso ético-político e as transformações sociais nos 40 anos da ABRAPSO”. A equipe de autores integra diversos Programas de Pós-Graduação, cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior, assim como outras instituições públicas, privadas e autônomas que podem ser verificadas ao final desta obra, junto a descrição dos autores e do epílogo.

Este livro conta com o fomento da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Organização de Reunião Científica nº de processo 2020/15511-4, e também com financiamento da ABRAPSO - Associação Brasileira de Psicologia Social. O e-book será distribuído de forma totalmente gratuita no site da instituição, bem como compartilhado em diversos outros espaços, formais e informais de ensino, pesquisa, extensão e de forma independente para a comunidade.

O extenso período das medidas de isolamento e estado de pandemia decorrente das variações do SARS-COVID e atraso na vacinação em massa da população brasileira obrigaram que o XV Encontro da Regional São Paulo da ABRAPSO fosse realizado de maneira totalmente remota - entre os dias trinta e um de março e quatro de abril de 2021 - fato inédito em quarenta anos da entidade. O objetivo foi proporcionar o evento, mesmo que virtual, às pessoas que estivessem dispostas a pensar sobre o momento, refletindo a respeito de pesquisas e experiências que estavam em curso ou finalizadas, os entraves conjunturais e possíveis transformações vislumbradas por práxis posicionadas ético-politicamente. Apesar da dúvida sobre a receptividade do novo formato, a aposta ‘deu certo’! Diversos participantes avaliaram o encontro relatando alegria e motivação para continuarem seus trabalhos ou estudos em suas localidades, outros observaram diminuir seu sentimento de solidão e impotência, marcas psicossociais pelo isolamento imposto.

O contexto também exigiu que a Comissão Organizadora adotasse estratégias de comunicação virtuais novas. Criou-se uma página do Instagram para a ampla divulgação, além da página do Facebook e canal do Youtube já existentes¹. Foram lançados três pré-eventos ao vivo e diversos pequenos vídeos produzidos por palestrantes e coordenadores de rodas de conversa com o intuito de anunciar a programação e incentivar estudantes, profissionais e militantes a inscreverem-se e compartilharem seus trabalhos e ideias.

Inauguramos a transmissão ao vivo de todas as oito mesas redondas pelas redes sociais informadas acima, sem qualquer interferência externa, dado os riscos de invasão em ambientes virtuais e roubo de dados. De forma gratuita, puderam participar das mesas redondas todas as pessoas interessadas, inscritas nas atividades ou não, mediante um chat para perguntas instantâneas. Além disso, foram incluídas traduções em libras das mesas de abertura e encerramento do evento. Ao todo, os vídeos atingiram, segundo dados das plataformas utilizadas, aproximadamente cinquenta mil pessoas.

¹ Ambos disponíveis em abraposp.org

A participação cultural memorável de mulheres como Paula D’Albuquerque², que inaugurou a transmissão de abertura do congresso com seu trabalho, uma encenação teatral em que interpreta uma personagem, Cátia Kristina, reproduzindo discursos, comentários e perguntas - preconceituosas e estigmatizantes, ouvidas pela artista durante seu cotidiano, principalmente no espaço da escola pública. O encerramento do encontro aconteceu com a afinada e autoral contribuição de Olivia de Lucas³, musicista e pesquisadora de cultura popular. As intervenções geraram impacto nos participantes, atmosfera que aqueceu o último debate político.

Ao todo, 1.105 pessoas participaram do evento, número recorde de inscrições considerando os eventos anteriores. Acredita-se que um dos motivos se dá pelo fato de ter sido online, pois estavam presentes pessoas de todas as cinco regiões do Brasil, inclusive duas pessoas de outros países. Dentre estes, a maioria de participantes se identificou em formação no ensino superior e não associados a ABRAPSO⁴. Outrossim, foram apresentados 271 trabalhos - distribuídos ao longo das 30 rodas de conversas, organizadas por eixos temáticos diversificados, e coordenados por associados da Abrapso, integrantes dos 11 Núcleos da instituição, localizados no território do Estado de São Paulo.

Determinados em oferecer um espaço de aconchego e amizade, durante o evento os participantes foram incentivados a interagir nas redes sociais da instituição. Registraram fotografias de sua imagem pessoal apresentando trabalhos, discutindo em atividades com colegas ou mesmo assistindo palestras, marcaram e publicaram em seus perfis nas redes sociais virtuais, as quais foram repostadas nas redes sociais da entidade. Diversas imagens eram frequentemente acompanhadas por mensagens de alegria, agradecimento e símbolos de afinidade e afeto que representaram a potência do encontro.

Ao longo do evento, 62 monitores, em sua maioria estudantes de Psicologia, acompanharam as atividades oferecendo suporte aos palestrantes, coordenadores e apresentadores de trabalhos e ouvintes. Buscou-se reduzir a carga de trabalho voluntário dos monitores para que pudessem participar de atividades de seu interesse, priorizando que a atuação como monitor ocorresse fora do horário de apresentação de seus trabalhos. Eles também foram responsáveis por, ao final de cada atividade, fotografar a reunião virtual. A postagem destas imagens nas mídias sociais do evento permitiu que participantes pudessem se reconhecer enquanto integrantes de um coletivo maior, mesmo expressando diversificados posicionamentos teórico-conceituais, práticas profissionais e militâncias em exercício, muito além dos ecrãs. Além disso, puderam se fazer presentes curtindo, comentando a imagem, compartilhando ou localizando colegas nas redes sociais para socialização e integração de uma comunidade ABRAPSO.

Nesse contexto caloroso de interação, pela primeira vez ocorreu a formação de uma sessão extra de roda de conversa durante o Encontro, em que se somaram comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Reuniram-se todos os integrantes, apresentadores de trabalhos, coordenadores das atividades e ouvintes interessados em compartilhar os debates que ocorreram nas suas respectivas rodas.

No decorrer das atividades, também foram sorteados dez livros entre os inscritos no evento. Todas estas obras integraram a área da psicologia, e em sua maioria foram produzidas pela

2 Para conhecer a artista acesse: @aoparapaula ou @catia.kristina

3 Para conhecer a artista acesse: @oliviadelucas

4 Demais dados de mapeamento de identificação não foram possíveis de coletar devido limites do serviço de tecnologia contratado e recomendações da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) número 13.709/2018.

Editora Vozes⁵, instituição parceira do evento que também ofereceu um cupom de desconto para os participantes.

Diante do cenário de Pandemia, foi imprescindível contribuir com Campanhas de Solidariedade, divulgando em todas as atividades do encontro, a Cozinha Solidária do MTST⁶, Campanha Tem Gente com Fome⁷, Cozinha da Ocupação Nove de Julho⁸, ou ainda, sugerindo que os participantes compartilhassem e/ou indicassem grupos e entidades comprometidas no combate à fome!

Apesar de não haver intercorrências externas em ambiente virtual de encontro, nos deparamos com novos desafios democráticos, no que se refere à garantia de uma comunicação construtiva e respeitosa entre os participantes e no exercício de diferentes papéis, dentro das salas virtuais e outros meios de expressão. Consideramos que ora o ambiente virtual pode ter facilitado a privacidade e acessibilidade da denúncia e busca de apoio⁹, ora se apresentou como a própria possibilidade de inaugurar uma experiência e lugar de fala referido pelo exercício dialógico e ético-político. Assim, o objetivo foi fomentar e encaminhar participações de ouvintes em chats, por exemplo, de maneira a tentar diminuir as distorções interesseiras da comunicação e delatar dispositivos de poder que se manifestaram entre o direito da livre expressão e as ponderações necessárias sobre nossas atitudes, a fim de reconhecer o que continuamos reproduzindo em termos de heteronomia, hierarquia, silenciamento e opressão.

Desta demanda resultou a produção e leitura pública de uma carta elaborada por uma comissão de mulheres que faziam parte da organização do Encontro, a intitulada “Nota de Repúdio: a reprodução das violências contra as mulheres no espaço do XV Encontro Regional SP da Abrapso”. Esta ação fez parte de uma política de redução de violências e de uma estratégia de inclusão social e identitária ampla que vem sendo adotada pela Regional São Paulo da Abrapso nos seus encontros bi-anuais, em especial desde 2019 de forma mais intensa. O referido documento pode ser lido no capítulo oito deste e-book. Suas recomendações guiaram a intervenção adotada com as pessoas envolvidas, assim como, o início de um Ciclo de Formação Interna da Abrapso Regional SP que visa criar estratégias equitativas e interseccionais de enfrentamento e prevenção das violências cotidianas, iniciado no ano de 2022.

Em resumo, as produções que se encontram nesta publicação são baseadas nas discussões ocorridas ao longo do encontro, nas mesas redondas, rodas de conversa e outros espaços. Considerando suas temáticas, organizamos três eixos norteadores à leitura, que representam as questões relevantes e prementes deste coletivo.

O primeiro eixo, “Epistemologias críticas e psicologia social em contexto”, inicia o percurso narrativo que oferecemos à/ao leitora/leitor com o capítulo um de autoria de Leandro R. Neves e Virginia Junqueira, intitulado “Pandemia da COVID-19: o desastre como crise civilizatória” que, a partir das discussões da mesa redonda correspondente ao título, realiza a crítica ao capitalismo ao pensar nas emergências e desastres contemporâneos.

Em seguida, no capítulo dois “Racismo científico, ideologia da branquitude e epistemologia eurocêntrica: aspectos de uma trama colonial brasileira”, os autores Raquel S. A. Morales, Bruno S. Gonçalves, Emiliano C. David e Luiz F. R. Novais propõem um percurso analítico que discute colonialidade e o racismo científico brasileiro, buscando romper com a ideia de

⁵ vozes.com.br

⁶ [instagram.com/mtstsp](https://www.instagram.com/mtstsp)

⁷ temgentecomfome.com.br

⁸ [instagram.com/cozinhaocupacao9dejulho](https://www.instagram.com/cozinhaocupacao9dejulho)

⁹ como o observatório do conflito, instância de comunicação criada pela organização do encontro para receber a denúncia e garantir o apoio contra qualquer tipo de discriminação ou violência.

neutralidade e com a hierarquia entre os saberes popular e científico, desvelando o lugar do sujeito do conhecimento na trama político-econômico-social.

Também a partir de uma perspectiva ensaística, no terceiro capítulo intitulado “Ontologia crítica: uma compreensão sobre a formação da subjetividade latino-americana e a construção da psicologia social no Brasil”, os autores Natália C. S. Lima, Samara S. Cruz, Ana C. S. Ramos, Andreza C. Ferreira, Cecília Z. Penteado, Luiz H. C. Balarin, Juliani V. Damasceno, Rayssa M. Coelho, Juliano O. Soares, Laura M. Castro, Mariana R. Barbosa e Beatriz R. Mira, membros do núcleo de Assis, teceram considerações, com base em Lukács e na ontologia crítica, à Psicologia Social brasileira, problematizando a formação e o compromisso da Psicologia no contexto latinoamericano.

O quarto capítulo, “Paralelo entre as perspectivas intelectuais e as vivências psicossociais expostas e discutidas na roda de conversa do evento ABRAPSO-SP 2021” de autoria de Carlos E. Mendes, Dalvineia C. Oliveira, Kyze Q. Mello e Lucina M. A. Nascimento se propõe a discutir sobre vivências psicossociais de enfrentamento da privação de direitos, em especial aquelas edificadas pelo racismo.

A temática da educação e formação esteve presente nos próximos três textos deste eixo. No capítulo cinco, “Políticas educacionais e o lugar da escola pública: possibilidades regulatórias e/ou emancipatórias”, as autoras Maria C. D. Simões e Cecília P. Alves buscam denunciar e problematizar os ataques autoritários à educação e à escola pública por meio de um espaço de reflexão e crítica às políticas colonizadoras e regulatórias que dominam as políticas educacionais de governos brasileiros pós-golpe de 2016.

Em seguida, as autoras do sexto capítulo Debora E. R. Souza e Elisa H. Musha questionam em seu texto intitulado “Matriz curricular, historicidade e diversidade de saberes: qual a formação em psicologia que queremos?” ao tratar especificamente sobre o currículo de Psicologia, provocando reflexões sobre a relação entre os saberes universais anacrônicos que perpassam a formação e as demandas do contexto brasileiro, em vista de suas práticas em sala de aula, da matriz curricular e das outras conversas e experiências.

Por fim, nas temáticas da educação, os autores do capítulo sete, Maria Izabel C. Stamato e Antonio C. S. Santos, no texto intitulado “Formação em psicologia para as políticas públicas: ensino, pesquisa e extensão” se propõem a possibilitar pensar o fortalecimento da autonomia e protagonismo dos sujeitos em formação, a partir da crítica às representações sociais cristalizadas, estigmatizantes, preconceituosas e segregacionistas que perpassam os cursos de Graduação em Psicologia.

Em seguida, organizamos os textos a partir do eixo “Práxis e Psicologia Social em conjuntura: políticas de reconhecimento”, evidenciando produções, temáticas e problemáticas discutidas durante o encontro pertinentes às populações oprimidas.

Como já mencionado, o capítulo oito, intitulado “Nota de Repúdio: reprodução de violências contra as mulheres no XV Encontro Regional SP da Abrapso”, além de apresentar a manifestação pública produzida pelas mulheres que compõem as comissões organizativas na ABRAPSO, Mariana S. X. Antunes, Gláucia T. Purin, Victoria S. Vidal, Maria Cristina D. Simões, Christiane A. Abdala e Milena Patella Rossoni contam um pouco das políticas de ação desenvolvidas em torno das questões de enfrentamento às discriminações e violências no interior da associação. Vale ressaltar, a identificação das situações de violência durante o encontro só foi possível pela constituição de um espaço de escuta e acolhimento de denúncias de violência que vem se constituindo desde eventos anteriores, sinalizando uma necessidade de discussão do machismo que se expressa na instituição e que representa as relações de dominação estruturadas em nossa sociedade.

“Mulheres e suas lutas: a história de um encontro de mulheres em torno de autonomia e autoridade” é o título do capítulo nove, de autoria das mulheres Maria Eduarda Jacob, Ana C. Mauricio, Gláucia T. Purin, Mariana S. X. Antunes, Maristela Sousa e Freitas, Maria Célia A. Tomé, Carolina A. Jongh, Victoria S. Vidal, Jennifer L. Afonso, Maria V. Ferreira, Monique V. Ortolan, Francieri Beatrice S. Wostehoff e Ana Paula Pereira. O texto é fruto de uma elaboração coletiva formada por pesquisadoras que vêm refletindo sobre diversas raízes que fundam o pensamento feminino e feminista, questiona o pensamento e práticas preconceituosas, em especial aquelas voltadas ao gênero, e principalmente, apresenta as reflexões insurgentes que, pela própria práxis, fortalece e intersecciona a autoria e a autoridade de mulheres dentro e fora desta comunidade, de forma coletiva geralmente.

Os autores Edilson C. Bicudo e Winnie N. Santos, partem de caso recente de racismo no Brasil para problematizar o processo histórico de marginalização e inferiorização de negras e negros no país, a responsabilização da ciência, inclusive da psicologia nesse processo tanto na produção de sofrimento histórico quanto na capacidade de contribuir para o acolhimento do sofrimento humano causado pelo racismo. Isso tudo acontece no capítulo dez, nomeado: ““O Ladrão da bike é branco!” Ser negro no Brasil e suas implicações: Apontamentos para a intervenção crítica de psicólogas(os) no combate ao racismo”.

O capítulo onze vem somar na discussão sobre o racismo, com o título “Trabalho Informal e a Saúde da População Negra: ponderações em tempos de pandemia”. Os autores Thainá S. Costa, Jessica A. Carvalho, Ruchelli S. Ercolano e Deivis Perez analisam dados epidemiológicos de informativos da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) entre março de 2020 a julho do ano de 2021 - sobre o trabalho informal no país articulados às necessidades de sobrevivência, seguridade e segurança no trabalho pelos movimentos sociais negros da contemporaneidade, apontando para a relevância da atuação das pessoas que trabalham no campo da psicologia como área do saber e da prática para ensejar ações dedicadas à superação dos sofrimentos.

Os próximos dois textos tratam de temáticas referentes à população originária - grupos que ganharam destaque no evento, incluindo a população indígena, quilombola e ribeirinha. Iniciando este assunto, temos o capítulo doze, nomeado “Psicologia e povos quilombolas: por uma práxis transformadora” apresenta o trabalho de pesquisa e intervenção psicossocial, realizado entre os anos de 2017 e 2020, com crianças e jovens quilombolas em duas comunidades diferentes: de Cafuringa, Rio de Janeiro (RJ) e Lagoa da Trindade, Minas Gerais (MG), pelas autoras Ana Flávia S. Costa e Beatriz C. Pérez, o qual aponta a conexão fundamental entre a construção de saberes e a prática profissional.

Dando sequência no tema, o capítulo treze, intitulado “Povos Indígenas e suas lutas: caminhos para a construção do compromisso ético-político da psicologia social” de autoria de Flávia R. Busarello e Leandro Moretti, teve-se no registro das preocupações acerca do compromisso ético-político da psicologia e seus profissionais na busca constante por direitos desses coletivos.

O último texto deste eixo, capítulo quatorze, intitulado “Imigração como tema marginal, um tópico para a Psicologia Social?” de autoria das mulheres Diane Portuguesis e Suélen C. Miranda, não só aborda a questão psicossocial e o recorte identitário da migração como também apresenta uma auto-reflexão partindo dos pressupostos da psicologia social crítica para indicar que a superação desta marginalização exige a construção de uma sociedade mais igualitária, onde o reconhecimento do “outro” possa ser realizado com base no consenso e respeito pela alteridade.

O terceiro e último eixo desta obra trata da “Práxis e Psicologia Social em conjuntura - políticas públicas”, o qual apresentará questões referentes à saúde, assistência social e educação pública.

O primeiro texto deste eixo, capítulo quinze, intitula-se: “Atenção Básica à Saúde e a pandemia de covid-19: contribuições da extensão universitária para o fortalecimento dos trabalhadores da saúde” e foi construído coletivamente por Christiane A. Abdala, Carlos R. Castro e Silva, Mayra S. Xavier, Juliana S. Santos, Ana Julia F. Medeiros e Nádia V. Vieira. Os autores problematizam as consequências para os profissionais da saúde a atuação no trabalho durante o estado de crise sanitária vivido pelo fenômeno da pandemia e apresenta intervenções realizadas por estudantes de um programa de extensão universitária paulistana junto a estes profissionais - como expressão de cuidado, reflexão e aprendizado.

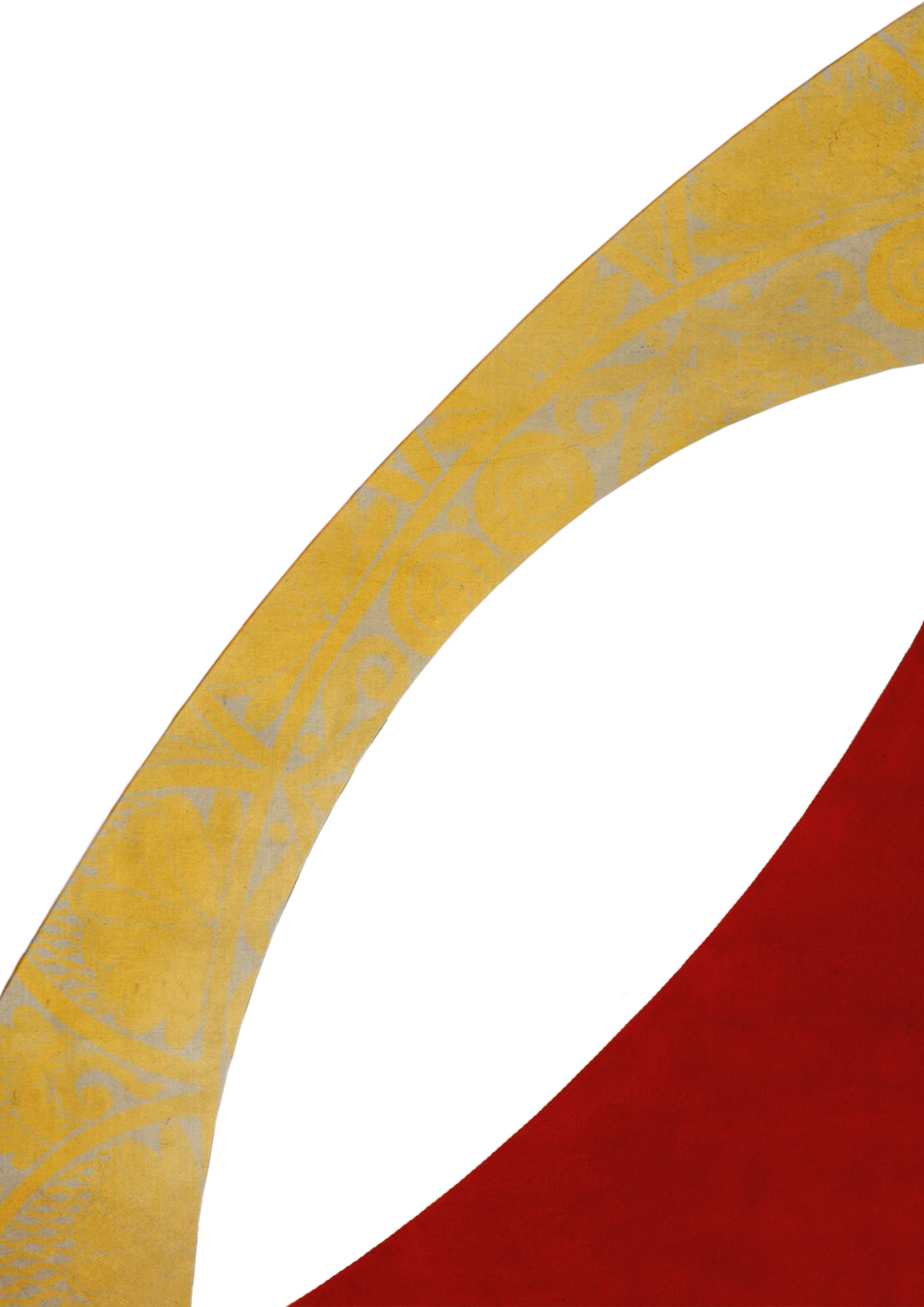
Os próximos dois textos tratam da assistência social. O capítulo dezesseis, de autoria de Cristina M. Hashizume, Gabriela O. Rodrigues, Lucas Carolino, Lais C. Oliveira, Vanessa P. Candido e Victória M. F. Nunes intitula-se “Atuação do Psicólogo no Sistema Único de Assistência Social na Crise Sanitária: reflexões para além da atuação instrumental”. A partir de um ensaio, o texto discute a formação e prática do psicólogo na assistência social com foco nos desafios em relação ao trabalho humanizado, em especial, na assistência social, chamando a atenção para o imediatismo da busca de garantia dos direitos devido a atual crise sanitária e socioeconômica no país.

O segundo texto referente a temática da assistência social, capítulo dezessete, nomeado “Estratégias e Possibilidades para Atuação no Sistema Único de Assistência Social: Relatos de Experiências em Políticas Públicas” foi escrito por integrantes do Núcleo Mogi das Cruzes e Alto Tietê da Abrapso: Victoria S. Vidal, Silvio J. Benelli, Bruno C. Nascimento, Clara S. Nascimento, Esther V. Lopes, Roberta L. S. Silva, Aline F. Petegrosso, Evelyn F. P. Silva e Giovanni G. Ruggieri. O grupo apresenta relatos de experiências de profissionais, estudantes e docentes, os quais observaram o aumento significativo da procura pelos serviços e equipamentos da rede de atendimento por parte da população durante o período de pandemia, especialmente por questões de insegurança alimentar, violências e violações de direitos - mas também elencaram estratégias de melhoria, necessárias, para a atuação no campo da assistência social.

O capítulo dezoito, escrito pelos autores Devis Perez e Ruchelli S. Ercolano chama-se “Vivência de formação de psicólogas dissonante do modelo elitista e individualizante”. Ele apresenta uma experiência formativa a partir da educação tutorial com quinze psicólogas, iniciada no ano de 2011, no Programa de Educação Tutorial (PET Psicologia) em uma instituição pública de ensino superior de São Paulo. O processo prepara as formandas para o planejamento, implantação e avaliação de atividades laborais inovadoras, preferencialmente interdisciplinares, que superem o modelo tradicional de atuação da psicóloga, que historicamente tem se voltado para o atendimento clínico, individual e das parcelas elitizadas da população.

O último texto deste e-book, capítulo dezenove, nomeado “Sobretudo”, de autoria de Beatriz Stamato, Charles J. Roque, Deborah M. A. Andrade, Marcos R. Carmona, Maria D. A. Dias e Rachel C. Previato, associados do Núcleo Cuesta da Abrapso, apresentam poesias elaboradas coletivamente durante a roda de conversa “Trabalho e saúde em tempos de perdas de direitos”. A produção artística discute sobre o tempo despendido da própria vida em favor de um trabalho que, no sistema capitalista neoliberal, estimula um processo de produção que excede o razoável, explora, precariza e leva grande parte da população ao empobrecimento, desgastes psíquicos, sofrimentos e mina capacidades criativas.

Esperamos que este e-book contribua com estudos, pesquisas e práticas críticas sobre o papel e compromisso ético-político da Psicologia Social em diversos espaços, assim como também desejamos que inspire projetos e ações individuais e coletivas de profissionais dispostos a transformar a realidade da população brasileira para que tenhamos relações e espaços mais potentes, alegres, respeitosos e humanos.



PREFÁCIO

Christiane Alves Abdala
Fernando A. Figueira do Nascimento

Imaginemos um leitor que pela primeira vez tem em mãos uma publicação da Abrapso. É preciso dizer-lhe que ela é diversa, interdisciplinar e que se espalha, organizada por seus Núcleos e Regionais, por quase todo o país. Assim, quando encontramos em suas publicações termos como compromisso ético-político ou transformação social, isso implica uma reflexão teórica, metodológica e ética sobre os seus princípios e as suas ações. À primeira vista, o leitor poderia entender esses termos como unívocos, no entanto, a insistência em colocá-los novamente em debate nos indica o seu caráter provisório e talvez insuficiente.

Desde 2007, na Regional São Paulo, a palavra *práxis* esteve no tema dos seus encontros e, da mesma forma, desde 2013, os termos compromisso e transformação social aparecem na mesma posição. A dimensão ético-política do fazer psicológico figura portanto entre as preocupações dos seus Núcleos, como demonstrava o tema do seu XIII Encontro sobre a práxis em psicologia social: para quê? Para quem?

Se o Encontro é organizado tendo como ponto de partida a prática dos Núcleos e Comissões, ele também é feito de muitos momentos. Ele consolida a trajetória de um coletivo de trabalhadores e trabalhadoras e uma forma de política que nos faz lembrar todo o tempo que a Abrapso que queremos se constrói a partir de seus Núcleos, de sua vida orgânica e não de relações de privilégio que caracterizam diversas organizações representativas. Assim, desde os seus primeiros passos até o seu encerramento, há o esforço em fazê-lo espelhar e contribuir para o avanço dos debates que circulam na Regional São Paulo, em suas reuniões Internúcleos e demais atividades.

Isso não significa que o Encontro se organize em um círculo fechado de debates. Somos atravessados pelo mesmo conjunto de variáveis políticas, históricas, geográficas e sociais que afetam o país. No momento em que escrevemos esse prefácio, vivemos mais um processo eleitoral. De um lado, um miliciano-político, violento e corrupto, que ainda alcança e representa 31% da população; de outro, parte da oposição brasileira se articulou ao Partido dos Trabalhadores que guarda possibilidades de vitória ainda no primeiro turno. Mas, ao que tudo indica, uma vitória da centro-esquerda não acaba necessariamente com os ataques que a classe trabalhadora tem sofrido e nesse sentido pautas como a revogação das reformas trabalhista e previdenciária voltam ao cenário político. Se nos próximos dias a população escolherá, entre os diversos candidatos, aqueles que supostamente representam projetos políticos que correspondam aos seus interesses, esse cenário, nos moldes da democracia burguesa-representativa, encerra e modula o debate e a amplitude da ação política.

No texto sobre o realismo capitalista Mark Fisher (2020) utilizava o filme *Filhos da Esperança* como imagem devastadora de uma humanidade condenada ao cinismo e ao desaparecimento, o atual cenário não deixa de produzir-nos outra imagem: a do *Snowpiercer* (Legrand, 2015). Em um mundo devastado pelo frio, os sobreviventes vivem em diferentes vagões e classes que se formam em um trem que circula o globo e que fora projetado apenas para a sobrevivência dos ricos e alguns trabalhadores que os serviriam. Resta seguir adiante em uma locomotiva que resume tudo aquilo que ainda tem vida no planeta; fora dela, somente o gelo e a morte. Sim, os setores da política que defendem uma frente contra Bolsonaro tem razão. É uma tarefa urgente derrotar o bolsonarismo. Nosso problema, esse

insistente, que desde antes nos atravessa e nos faz observar o que construímos ou deixamos de construir, é o futuro, do imediato ao mais distante.

O tema do XV Encontro Regional da Abrapso São Paulo, *Práxis, compromisso ético-político e as transformações sociais nos 40 anos da ABRAPSO*, não deixava de tocá-lo. E mais, delineava entre os eixos temáticos e as proposições de Rodas de Conversa, algumas urgências: refletir sobre a história da Associação, projetar o seu futuro levando em conta os impasses e tensionamentos que se constituem em seu interior e, mais que isso, debater as formas de violência que se espalham por nossa sociedade e as intersecções entre classe, raça e gênero que, por sua vez, exigem que debrucemo-nos sobre nossos pressupostos teóricos e metodológicos. Urgências que alcançavam os saberes psicológicos e as suas relações com a sociedade, a política e a militância. Em outras palavras, Psicologia e Política assumiriam seus lugares no debate sobre as suas interfaces.

E isso sem desconsiderar os rumos de um país que vivia a maior crise sanitária de sua história e que, naqueles dias, sentia a morte diária de centenas de pessoas. A pandemia do novo coronavírus trouxe consequências para a realização do próprio Encontro, que primeiro seria realizado na Universidade Federal de São Carlos, interior de São Paulo, e acabou por se realizar inteiramente online, essa forma de sociabilidade que se consolidou durante a crise sanitária.

A covid-19 também trouxe consequências graves para a classe trabalhadora no país: entre outros fatores, eram os trabalhadores mais precarizados que estavam mais expostos ao vírus e que continuavam a se deslocar pelas cidades do país em transportes coletivos comumente superlotados, precários e insuficientes para atender as condições determinadas para a prevenção do contágio. Estes mesmos trabalhadores eram aqueles que encontravam maior dificuldade para seguir o isolamento dos familiares que apresentassem sintomas da doença e, a sua quase totalidade, não tinha como possibilidade o trabalho à distância.

Para avaliarmos mais precisamente os impactos da covid-19 sobre a classe trabalhadora precisaríamos de muito mais tempo e espaço. Aqui, isso é impossível de ser feito e, no capítulo escrito por Virgínia Junqueira e Leandro Roberto Neves, o primeiro deste livro, os autores se dedicaram a tal discussão. Ainda assim, vale lembrar uma importante perspectiva nesse debate: as formas de exploração e dominação capitalista foram os elementos centrais para o número de mortos e a prevalência da doença, o que corresponde também em considerar que os ataques neoliberais (termo que pode nos fazer perder de vista que continuamos a falar de como o capitalismo avança em suas políticas de morte) contra as Políticas Públicas que resultaram na precarização dos serviços públicos e no aumento das desigualdades sociais.

Ainda que o conjunto das Políticas Públicas tenha sofrido com os cortes de orçamento e a sua consequente precarização e desarticulação, o Sistema Único de Saúde entrou em evidência. Porém, é importante mencionar que a falta de leitos hospitalares no Brasil não é uma realidade incomum, a pandemia multiplicou a sua procura e com isso tornou ainda mais visível as dificuldades que atingem o sistema. E isso não somente no seu setor terciário ou secundário, mas principalmente na rede de atenção básica à saúde.

Nesse tempo de crise sanitária, produzir contínuas crises políticas foi um dos pontos de apoio estratégico para um governo que não tinha mais que isso a oferecer, pelo menos não para a classe trabalhadora. O país, sem leitos, vacina e oxigênio, retornou ao mapa da fome. Ainda assim, em uma manhã qualquer, vestindo uma camiseta branca e forçando o seu sorriso mórbido peculiar, o miliciano corria atrás de uma ema no Palácio da Alvorada segurando em sua mão uma caixa de um medicamento ineficaz para a

covid-19 com o propósito de divulgar o chamado tratamento precoce. Entre próteses penianas, bravatas contra as eleições, estimulantes sexuais, propina para a compra de vacina e frases vexatórias que minimizavam a gravidade da pandemia, as crises políticas, usadas estrategicamente por governos fascistas para manter mobilizados os seus grupos, também mantinham vivo o bolsonarismo.

A crise sanitária somada à crise política influenciou o percurso para a realização desse Encontro e, de alguma forma, não deixou de conduzir as reflexões sobre a práxis psicossocial. Se historicamente as crises vividas pela Psicologia Social resultaram em novos paradigmas de ação e pesquisa, o retorno uma vez mais à práxis não possuía o sentido de um recuo banal ao passado. É o futuro que não deixava de se anunciar uma vez mais. Lembremos que Lane (2012), anunciava no livro organizado por ela e Wanderley Codo, em 1984, a emergência de uma nova concepção de pessoa-sujeito que tinha em Marx e no materialismo histórico-dialético parte de sua inspiração.

Uma pessoa-sujeito, produto e produtora da sua história pessoal e da história de sua sociedade e, se a Psicologia Social simplesmente ignorasse esse princípio ela não estaria fazendo mais do que colaborar, em uma ação conservadora e ideológica, para impedir a própria transformação social (Lane, 2012).

A Abrapso formou-se em torno da crítica teórica, metodológica e ética que possibilitava também, além de revelar o mimetismo científico e tecnicista da Psicologia Social *standart* que se reproduzia no país, desvelar o papel ideológico que a Psicologia historicamente cumpriu. Ao mesmo tempo, o grupo que se formou em torno de Silvia Lane, e que viria a ser um dos espaços para a formação da Abrapso, na medida em que destacava a Consciência/ Alienação, a Linguagem e o Pensamento, a Atividade e a Identidade como categorias fundamentais, sustentava, direta ou indiretamente, um projeto de transformação radical da sociedade e com isso admitia não somente uma dimensão política do saber psicológico, isso somente seria suficiente, mas considerava por consequência o saber psicológico, enquanto ideologia, na interface e parte das conformações entre a estrutura e a superestrutura da sociedade capitalista.

Nesses mais de 40 anos, a Abrapso não deixou de ser um espaço interdisciplinar para o compartilhamento acadêmico e, ao mesmo tempo, para a construção de diálogos em conjunto com os movimentos sociais e populares. Não que isso ocorra sem os tensionamentos que a relação entre a academia e a sociedade despertam de imediato. Esse mesmo tensionamento nos conduz a uma pergunta que retorna, de tempos em tempos, aos nossos debates: que Abrapso queremos?

Há que se reconhecer a história, mas é urgente ir adiante.

BIBLIOGRAFIA

FISHER, M. **Realismo Capitalista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

LANE, S. T. M. A psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In: LANE, S. T. M.; CODO W. (org). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

LEGRAND, L. R. **O perfura neve**. São Paulo: Aleph, 2015.



CAPITULO 1

PANDEMIA DA COVID-19:

O DESASTRE COMO CRISE CIVILIZATÓRIA.

Leandro Roberto Neves
Virginia Junqueira

INTRODUÇÃO

Neste texto, parte-se da constatação de que a sociedade capitalista é um sistema que produz crises cíclicas (FONTES, 2017), engendradas pela relação descontrolada e estratégica entre necessidades e produção de mercadoria, sendo impossível saciar todas as necessidades humanas criadas nessa lógica. As crises cíclicas do capitalismo podem ser conceituadas como desastres que geram mudanças no modo de produção, em busca de alternativas para reestruturar o setor produtivo, ainda que ao custo de vidas humanas e não humanas e da destruição dos recursos naturais. Como exemplo, podem ser citadas as guerras militares, as guerras empresariais, cujos objetivos se vinculam ao controle dos recursos na geopolítica do mundo. O exemplo mais atual é dado pela multiplicação de epidemias que ameaçam grandes parcelas dos habitantes do planeta. Apenas no século XXI já ocorreram as epidemias de SARS-CoV1, MERS, H1N1, além de surtos de dengue e zika. Como afirma Breilh, *"La crisis múltiple que vivimos ahora tiene la impronta de un proceso centenario de acumulación de capital, exclusión social, sufrimiento humano y devastación ambiental"* (2020, p.33).

O texto apresenta-se composto por três segmentos: inicialmente trata-se de desenvolver sucintamente a concepção de desastre. Em seguida, vincula-se à ocorrência de desastres às crises inerentes ao modo de produção capitalista; e finalmente aborda-se a pandemia como mais uma catástrofe provocada por uma determinada sociabilidade, decorrente de como se processa a reprodução social da vida nas nações capitalistas.

DESASTRES¹⁰: COMO TÊM SIDO ENTENDIDOS?

O termo desastre pode ser compreendido como uma representação social (MOSCOVICI, 2004), pois tal ideia foi apropriada pelos meios de comunicação de massa e repassada para a população diariamente. Para esse autor, as representações sociais são prescritivas, entram para o senso comum, para o nosso cotidiano, e falamos delas rotineiramente, com nossos pares, lemos e assistimos notícias a respeito nos telejornais.

Partindo desse suposto, a ideia de desastre no senso comum se apresenta como um evento/acontecimento isolado, às vezes atemporal, descolado das questões históricas e políticas, até mesmo em alguns casos do próprio lugar em que o fenômeno ocorre. O termo desastre carrega o sentido da destruição, mas é esvaziado da sua estrutura que diz respeito às causas e prevenções. No senso comum, a ideia da destruição em massa parece distante no tempo e no território, mesmo a população recebendo informações diárias pelos meios de comunicação de massa. A reação de uma boa parte das pessoas às informações midiáticas

¹⁰ Essa discussão constitui um conjunto de reflexões em andamento, com a primeira sistematização no XX Encontro Nacional da ABRAPSO – Simpósio: Psicologia Social em tempos de crises, emergências e desastres, ocorrido na PUC/SP, 2019. (no prelo para publicação).

varia conforme o desastre e enfoque, e em uma boa parte dos espectadores, ainda que atônitos, mistura-se uma atitude de inércia e atonia.

Conjectura-se que ocorre uma separação da ideia do acontecimento com o fato real e suas múltiplas interrelações com a sociedade. Como hipótese, pode-se colocar a concretização de um processo de fragmentação e esvaziamento dos significados e causalidades do desastre (NEVES, 2016) na vida cotidiana, possibilitando a naturalização da ideia do evento ou acontecimento, como algo comum, deslocado das questões sociais, econômicas e culturais, e algo distante, que não se relaciona com a própria realidade das pessoas.

Portanto, é necessário fazer essa desconstrução, adotando o pressuposto de que o desastre pode ser entendido como sinônimo de crise do tempo social (SANTOS, 2001) em que vivemos, na esfera econômica e política, e que acontece também na cultura e nas relações sociais. O desastre explicita a crise do modelo de racionalidade econômica em que vivemos e leva à destruição das espécies e, para contrapor esse processo de destruição, urge a construção de um novo paradigma de humanidade.

A não preservação da vida no planeta e o modelo hegemônico de racionalidade econômica denotam uma crise civilizatória (QUERIDO, 2011) que engendra o surgimento de um período histórico de distopia, que podemos nomear alegoricamente como uma “era do não humano”. Essa é uma acepção futurista e intuitiva, merecendo mais atenção em função do ritmo acelerado de aniquilamento das espécies provocado pela intervenção humana.

Tal período societário de distopia tem como hipótese que o planeta passará por constante destruição em massa causada por eventos antrópicos e naturais. Os seres humanos correm risco de extinção assim como as outras espécies vivas e não vivas. Os avanços tecnológicos estão a caminho da produção de robôs com inteligência artificial e o projeto capitalista é a intensificação da substituição do trabalho humano pelos aparatos tecnológicos. A intensificação e exploração do trabalho em todos os setores e a utilização inconsequente dos recursos naturais chegarão ao ponto em que a vida, principalmente humana, será eliminada paulatinamente em decorrência da pobreza econômica, das doenças e outras violências e carências humanas.

Para fugir do caos e dos desastres diários do planeta, os humanos multimilionários têm como meta um projeto de abandono do planeta, visto a insustentabilidade da vida na Terra. Essa informação pode ser conferida nos projetos espaciais da NASA, alguns em parceria com empresas privadas tais como a SpaceX e a Blue Origin, para os próximos 30 anos. De acordo com a matéria do jornal o Globo¹¹, em outubro de 2015, a NASA anunciava um projeto de colonização de Marte com início em 2030. Considerando que o investimento nesse projeto espacial é fruto de capital privado e governamental, temos como cenário no horizonte uma estratégia futurista de esvaziamento do planeta, se necessário.

DESASTRES E A SOCIEDADE CAPITALISTA.

O sistema econômico hegemônico mostra sinais de esgotamento, estando pautado pela racionalidade econômica que opera na contramão da preservação da vida no planeta. Entretanto, ao mesmo tempo em que esta racionalidade alavancou avanços do ponto de vista tecnológico e no conforto das vidas humanas, no seu revés promoveu profundas e inúmeras desigualdades sociais, econômicas e culturais e antecipa/acelera o desastre que vem colocando em risco a diversidade biológica.

¹¹ Vide site do Jornal do Globo: <https://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/nasa-detalha-seu-projeto-para-colonizar-marte-ate-2030-17733437>, Acesso: 05/07/2021

Existem algumas estimativas para as próximas décadas que são alarmantes, tais como a extinção de espécies, induzida pela atividade humana em uma velocidade cem vezes maior que a extinção em condições naturais (TOLEDO;BARRERA-BASSOLS, 2015).

Segundo SOUZA (2017), entre 1995 e 2015 foram registrados 6.457 desastres relacionados ao clima, que causaram 606.000 óbitos e afetaram mais de 4 bilhões de pessoas entre feridos, desabrigados ou que precisaram de ajuda de emergência. Esses dados foram levantados pelo EM-DAT¹², organização de pesquisa que monitora o número de desastres que ocorrem no mundo, seja pela classificação natural ou tecnológica.

No Brasil, foram extintos centenas de povos originários, considerando o período do início da colonização europeia no território. Esse número aumenta a cada ano em função do desmantelamento das políticas públicas protetivas e do amparo aos povos originários, populações quilombolas e povos tradicionais. É preciso lembrar os crimes ambientais de Mariana, em 2015, Brumadinho, em 2019, queimada da floresta amazônica e do pantanal, em 2020. Todos esses crimes são considerados desastres. Esses são alguns exemplos trazidos apenas para ilustrar, mas existem outros, como os desastres em função das mudanças climáticas; das mutações genéticas; dos alimentos e animais; do uso de agrotóxicos; das produções de drogas lícitas e ilícitas; da ausência de políticas públicas; da ausência de recursos naturais, como água e energia, entre outras.

Ao ser entendido como um evento diário, o desastre alerta sobre a crise sistêmica do capitalismo e da crise de paradigma da racionalidade econômica, ou seja, uma crise civilizatória. Desnuda um “impulso de destruição”, nesse modelo de sociedade, orquestrado pelas ideologias economicistas e militares, que invadem boa parte das visões atuais dos governantes mundiais e das empresas transnacionais. O filósofo Achille Mbembe cunhou o termo necropolítica para designar o poder daqueles que decidem quais grupos populacionais serão expostos à morte e os que serão preservados (2018).

Fecha-se aqui o segundo tópico dessa reflexão no esforço de circunstanciar a ideia de desastre, como um evento de destruição de massa, que ocorre cotidianamente e muitas vezes poderia ser tipificado como crime contra a espécie humana, e um crime do humano contra outras espécies, pois na relação humana com a natureza existe uma apropriação destrutiva. Entretanto, só têm visibilidade os episódios transmitidos nas mídias, em decorrência da seletividade do desastre. Essa reflexão se faz substância para iniciar a reflexão também sobre a COVID-19.

COVID-19 COMO DESASTRE SOCIAL.

No Brasil, a criminalização das pessoas doentes ocorreu em vários períodos históricos. Segundo documento elaborado pela DENEM (2021), na história da saúde pública brasileira houve vários episódios de higienização da população, a exemplo, no final do século XIX e início do séc. XX, da criação da Junta Central de Higiene Pública e do Departamento Nacional de Saúde Pública, responsáveis por cuidar do problema das endemias e outras doenças que assolavam os pobres, com caráter puramente de controle sanitário e moral da população. Na perspectiva desses órgãos, não se considerava a saúde como um direito, mas sim como um privilégio, uma vez que ser pobre, ser negro, periférico e ser infectado por uma doença epidêmica era visto como um crime de atentado à saúde pública no Brasil.

Contudo, a institucionalização da saúde pública brasileira ocorreu concretamente após 1930, no governo de Getúlio Vargas, com a criação do Ministério dos Negócios da Educação

¹² Vide: https://www.emdat.be/emdat_atlas/index.html#one, Acesso: 05/07/2021

e da Saúde Pública. O período da gestão Vargas foi marcado com um compromisso populista de o Estado zelar pelo bem-estar sanitário da população. Nesse período, houve vários avanços na efetivação das políticas públicas de saúde, apesar das medidas tomadas estarem pautadas na constituição da base social para implementação dos projetos econômicos do novo ciclo do capitalismo. O Estado brasileiro começava a regulamentar e uniformizar as práticas de saúde e assistência para a população. Entretanto, a assistência à saúde, por intermédio dos hospitais e ambulatórios dos antigos Institutos de Aposentadoria e Pensão - IAPs, organizados inicialmente por empresa e depois por categorias profissionais, era destinada a uma população com renda, que tinha vínculo empregatício registrado em carteira de trabalho. A população sem renda não tinha acesso à assistência pública de saúde, a não ser em hospitais filantrópicos mantidos pela igreja.

Outro fato importante na era Vargas foi a retomada das campanhas sanitárias pautadas nos princípios nazistas, tendo havido mudança após o Brasil ter sido pressionado pelos Estados Unidos a declarar guerra às forças do eixo – Alemanha, Itália e Japão. A partir de então, o Brasil tomou como modelo os Estados Unidos, inclusive as formas de tratar a questão da saúde pública. Nessa nova concepção, a saúde é vista essencialmente como fator produtivo, base para aumento de produtividade, enquanto os doentes são encarados como estorvo ou descartáveis para o crescimento da nação. O fortalecimento da iniciativa privada no gerenciamento das questões da saúde nacional e a privatização dos aparatos ligados ao atendimento e tratamento da saúde pública somam-se ao rol das propostas estadunidenses implantadas no país.

Durante a década de 1980, a vontade popular promoveu a reestruturação democrática do Estado brasileiro, regido pela nova Constituição Federal, a qual assegurava as políticas públicas, especialmente as de proteção social. No entanto, os interesses dessa elite ditatorial e empresarial brasileira também permaneceram nas entrelinhas da Constituição, e hoje trabalham no sentido de esvaziar a Seguridade Social inscrita na Constituição e incutir constitucionalmente os interesses do mercado financeiro.

Na década de 1980, apesar da criação do SUS, conquista da luta da população brasileira, houve um crescimento vertiginoso do setor privado, que se tornou responsável pela assistência à saúde de 22% da população brasileira no final da década e com um faturamento de mais de US\$ 2,4 bilhões, em 1989. Em 2019, 73% dos 3013 serviços públicos de saúde estavam sob gestão privada (COLUCCI, 2020), nos 5570 municípios brasileiros, segundo dados da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais, divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, relativos ao ano de 2019. Segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - Cnes, em maio de 2020, havia no Brasil 446.503 leitos de internação, dos quais 69,4% (314.725) estavam disponíveis para atendimento universal e 30,6% (132.508) exclusivamente para clientes de planos de saúde e particulares. Na rede SUS, cerca de 21,5% dos leitos são de natureza privada e 64% são filantrópicos, ou seja, há uma segmentação da oferta de leitos, sendo majoritariamente de oferta privada.

Em fevereiro de 2020, ainda segundo o Cnes, os internados pelo SUS tinham à disposição 14.876 leitos de terapia intensiva e os pacientes particulares e beneficiários de seguros e planos de saúde dispunham de 15.898 leitos. Como se verifica, embora três quartos da população brasileira dependam exclusivamente do SUS, a rede pública dispõe de menos da metade dos leitos de UTI. A densidade média de leitos UTI no setor de saúde suplementar é 3,8 vezes superior à verificada no SUS (COSTA E LAGO, 2020, p. 4). Dessa forma, a média da disponibilidade bruta de leitos de UTI no segmento público do SUS é de 13,6 leitos de UTI por 100 mil habitantes, enquanto no setor de planos de saúde é de 62,6 por 100 mil

pessoas seguradas. Observa-se que os planos privados de assistência médica, o chamado setor suplementar, contam com cerca de 47 milhões de beneficiários e ainda se valem de uma série de incentivos fiscais.

Com pouca fiscalização e tendo faturamento bilionário, a saúde suplementar garantiu seu espaço, coexistindo durante a redemocratização do país. Foi um dos setores do capital que realizou *lobby* durante a Constituinte de 1988, sobrevivendo como “parasita” do sistema público de saúde, garantindo que, mesmo sendo criado o SUS, ele não fosse único, universal e gratuito, convergindo ou coexistindo com a defesa e o respaldo da livre iniciativa privada, como consta em nossa Constituição Federal.

Neste quadro, em nosso país, as mortes pela COVID-19 ultrapassaram 560 mil mortes, em um ano e cinco meses, desde que se iniciou a epidemia no Brasil. As mortes pela pandemia podem ser consideradas como crimes, que também podem ser qualificados como ambientais, já que o ser humano faz parte da natureza. Um verdadeiro morticínio ocorre diariamente, atingindo largas parcelas da população que volta a passar fome, que sofre a exploração do trabalho e as consequências da destruição das políticas de proteção social, as violências (principalmente contra as mulheres, contra a população negra e pobre), situação que se intensifica com a COVID-19. Ressalte-se que em meio à pandemia da COVID-19 outros eventos críticos (NEVES, 2016) continuam a existir.

Priorizar o povo brasileiro como alvo das políticas públicas está muito distante dos objetivos do atual governo, como fica demonstrado pela análise do orçamento da União aprovado para o ano de 2021. De acordo com a matéria do Jornal Brasil de Fato, em 26 de março de 2021¹³, houve redução de 28% em relação a 2020 no setor de ciência e tecnologia e de 27% no setor da educação pública. Na saúde (SUS), a redução está em torno de um pouco mais de 10%, redundando em uma perda em torno de 20 bilhões apenas para o SUS, em um período de agravamento da pandemia, como sucedeu no primeiro semestre de 2021.

Como lição, depreende-se que a crise da racionalidade econômica freia o próprio ritmo de expansão territorial, as fronteiras virtuais de acumulação tornam-se mais atrativas que os investimentos materiais. Nesse contexto, o mote contemporâneo da velha maldição colonial que resiste ainda no Brasil é construir o país *globalizado*, como que em outros períodos foi o país *civilizado* (no período do Estado novo) e *modernizado* (no período do governo Juscelino Kubitschek).

No Congresso brasileiro, estima-se que 70% dos parlamentares representam os seguintes segmentos do capital: financeiro, imobiliário, agronegócio, farmacêutico, além dos setores bélico e religioso, e esses empurram para a sociedade os imperativos do capital que representam. Nessa conjuntura, constata-se que não está fortalecida a construção de uma representação hegemônica de um mundo melhor. Dados importantes para explicitar a contradição econômica, nesse momento pandêmico, são os da Organização Não Governamental Oxfam, a qual aponta que a parcela dos 1% mais ricos do mundo detinham mais do dobro da riqueza possuída por 6,9 bilhões de pessoas, de acordo com relatório global divulgado em 19 de janeiro de 2020. Os bilionários do mundo, que somavam apenas 2.153 indivíduos em 2019, detinham mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas – o equivalente a cerca de 60% da população mundial. Em abril de 2021, foram classificados na lista dos bilionários da revista Forbes mais de 11 “estrelas” brasileiros. O número de brasileiros bilionários cresceu de 45, em 2020, para 65. O patrimônio total dos brasileiros bilionários chegava a US\$ 291,1 bilhões (R\$ 1,6 trilhões), contra US\$ 127 bilhões (R\$ 710 bilhões) em 2020 (BBC News, abril 2021).

13 Vide: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/26/orcamento-2021-e-aprovado-com-cortes-em-areas-centrais-para-o-combate-a-covid-19>, Acesso: 05/07/2021

De acordo com os dados disponíveis, os 1.000 maiores bilionários do mundo recuperaram as perdas da pandemia de COVID-19 em apenas nove meses. Os mais pobres levarão mais de uma década para voltar ao nível que estavam antes da crise. A COVID-19 está gerando uma pandemia de desigualdades em todos os países do mundo. As mulheres, a população negra e os integrantes de grupos étnicos minoritários são os que mais sofrem (OXFAM, 2021).

Nesse cenário, o domínio neocolonial do Estado e do capital financeiro permanece controlando e utilizando os recursos naturais, porém com a ressalva que entenderam que são esgotáveis; o capital internacional ataca, com a subserviência do governo brasileiro, o produto das necessidades básicas dos seres humanos: saúde, alimentação, habitação, educação, energia e outras. Apropriam-se completamente dos serviços do Estado, transformando, em um primeiro momento, a atividade fim do Estado em mercadoria e, no segundo momento, imputando para o trabalhador a uberização (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020), entendida como nova forma de precarização do contrato de trabalho e do serviço a ser oferecido. Essa retirada de direitos constitucionais e as contrarreformas executadas nos últimos anos, e escrachadas no governo Bolsonaro, esvaziam os princípios e direitos da Constituição de 1988: universalidade, solidariedade, gratuidade. Destroem bases que garantem as políticas públicas de proteção social e as subvertem em mercadorias a serem vendidas pelo setor privado. Como exemplos, podem ser arrolados o processo de privatização da saúde, a privatização da água, da energia, da educação, da moradia, a financeirização das políticas de assistência e, para arrematar, a privatização da previdência, entre outras.

CONCLUSÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NESSE CONTEXTO.

Diante do exposto, a pandemia, nessa reflexão, pode ser considerada um dos desastres de nossa época, e o avanço dela no mundo nos mostra que estamos em um sistema econômico e societário ao mesmo tempo homicida e suicida, considerando que a acumulação de capital está na contramão do equilíbrio natural. Acelera-se a catástrofe natural de destruição em massa e diariamente produzem-se crimes contra a humanidade em escalas catastróficas, que põem em alerta a vida humana, em meio a uma crise civilizatória que caminha para o que está sendo denominado uma *“era do não humano”*. Em contraste:

Desde el esperanzador polo opuesto de la humanidad, el bien común solo puede alcanzarse mediante una reproducción social centrada em los sujetos humanos y en el valor de uso de los bienes sociales y naturales com esa finalidad. Para este polo contra hegemónico lo que cuenta es el bien de todo el mundo, La protección y desarrollo de la vida. (Breilh, 2020, p.34)

O Estado brasileiro, além de executar as políticas neoliberais, abandonou a população à morte, ao estrategicamente adotar ações conservadoras, negacionistas e criminosas. Fazendo uma ponte com a discussão anterior do desastre tipificado como crime, a postura governamental adotada no país tem agido de modo subserviente à ditadura política empresarial do mercado. Na contramão do mundo, promove políticas de austeridade, a exemplo da Emenda Constitucional 95, editada em novembro de 2017, e que impôs um teto para os gastos com as políticas públicas durante 20 anos, na prática, reduzindo ano a ano o investimento público na educação, saúde e previdência. A Emenda Constitucional 187, que desorganiza os fundos públicos e acrescenta na Constituição Federal uma inversão de prioridade no orçamento público, privilegiando o investimento no mercado em detrimento

das políticas de seguridade social. Finalmente, o projeto de Emenda Constitucional 32, proposta que está em andamento e que se constitui como uma contrarreforma administrativa que destrói a administração e os serviços públicos e que, se aprovada, concluirá o projeto ultraliberal do enfraquecimento do Estado brasileiro, até então, responsável e garantidor das políticas públicas. Como resultado, essas Emendas Constitucionais concretizarão a estratégia política empresarial de esvaziar o Estado das políticas públicas e promover a transferência dos setores estratégicos governamentais para a iniciativa privada.

Todavia, nesse quadro de distopia da política nacional, urge a construção de um novo paradigma societário, centrado na utopia, no qual sejam priorizadas a proteção da vida, a equidade social e a preservação das espécies vivas e não vivas.

A pandemia da COVID-19, desastre que já matou milhões de pessoas em todo o mundo, está diretamente correlacionada ao modo de vida imposto pela racionalidade econômica no capitalismo e pelas formas de lidar com a gestão pública. A pandemia explicita, nesse tempo social, a distopia e a crise civilizatória. Caso não ocorra uma mudança de paradigma social, o mundo continuará sofrendo a intensificação de diversos desastres do ponto de vista social, ambiental e econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R; FILGUEIRAS, V. **Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo**. Contracampo, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

BREILH, J. SARS-CoV2: rompiendo el cerco de La ciência del poder. Es cenario de asedio de la vida, los pueblos y La ciência. Paper Universitario. (2020): 1-75. Disponível em: <https://repositorio.uasb.edu.ec/handle/10644/7817>. Acesso em 06 ago. 2021

COLUCCI, C. 13% dos serviços públicos de saúde já são terceirizados, e 73% deles estão sob gestão privada. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 31 out./ 2020. Caderno Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/10/brasil-ja-tem-73-dos-servicos-publicos-de-saude-sob-gestao-privada.shtml>

COSTA, N. R.; LAGO, M. J. **A disponibilidade de leitos em unidade de tratamento intensivo no SUS e nos planos de saúde diante da epidemia da COVID-19 no Brasil**. (Nota Técnica). Publicado em: 19 mar. 2020.

DENEM (Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina) **Contextualização Histórica da Saúde Pública no Brasil. 2021**. Disponível em: <<https://www.denem.org.br/linha-do-tempo-contextualizacao-historica-da-saude-publica-no-brasil/>>. Acesso em: 05/07/2021

FONTES,V. **Capitalismo, Crises e Conjuntura**. Scielo. São Paulo, 2017.17p. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0409.pdf>. Acesso em:1 Out. 2019.

Lista de bilionários da Forbes ganha 20 brasileiros e tem crescimento recorde na pandemia. **BBC NEWS**. Citado em UOL Economia. 07 de abr. 2021. Disponível em : <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2021/04/07/lista-bilionarios-forbes-brasileiros-crescimento-recorde-pandemia-covid-19.htm>

MBEMBE, A. **Necropolítica**: Biopoder, soberania, Estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 Edições. 2018, 80 p.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: Investigações em Psicologia Social. 2º ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2004.

NEVES, L. R. **Psicossociologia Urbana**. Catástrofe Socioambiental de Enchente – Um estudo de caso. Curitiba: Juruá Editora, 2016.

OXFAM. **Pandemia e desigualdades**: super-ricos recuperam perdas em tempo recorde, os mais pobres terão que esperar mais de uma década. 24 de jan. 2021 Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/pandemia-e-desigualdades/>

QUERIDO, F. M. **Crítica e Autocrítica da Modernidade**: crise civilizatória e utopia anticapitalista em Michel Lowy. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Paulista de Araraquara, São Paulo, 2011. Acesso em: 05/07/2021

SANTOS, M. O tempo nas cidades. **Cienc. Cult.**, São Paulo , v. 54, n. 2,p. 21-22, Oct. 2002 . Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000200020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 Jul. 2019.

SOUZA, N. L. de F. **A atuação da Psicologia em desastres e emergências**: Uma atuação estratégica. 2017.12 p. Disponível em:<<https://www.esg.br/estudos-estrategicos/labsdef/atuacao.pdf>>. Acesso em: 02/10/2019.

TOLEDO, V. M. ; BARRERA-BASSOLS, N. **A Memória Bio Cultural**: A importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, v.1, 2015.272 p.





CAPITULO 2

RACISMO CIENTÍFICO, IDEOLOGIA DA BRANQUITUDE E EPISTEMOLOGIA EUROCÊNTRICA:

ASPECTOS DE UMA TRAMA COLONIAL BRASILEIRA

Raquel Saad de Avila Morales¹⁴
Bruno Simões Gonçalves¹⁵
Emiliano de Camargo David¹⁶
Luiz Fernando Rodrigues Novais¹⁷

O presente ensaio busca apresentar a articulação entre a colonialidade e o racismo científico, que historicamente orientaram a produção de conhecimento socialmente reconhecido e validado no Brasil e que, ainda hoje, estão presentes na ciência eurocêntrica. Para o enfrentamento e a subversão deste processo histórico, tecemos caminhos possíveis para a descolonização da dimensão epistêmico-política do saber e de nossas relações sociais.

COLONIALIDADE, EUROCENTRISMO E COSMOLOGIA DO PRIVADO

A colonialidade é o processo originado a partir do século XVI, com o advento da conquista da América. Para os estudiosos da colonialidade (QUIJANO, 2005; LANDER, 2005; DUSSEL, 2005; GROSGOUEL, 2013; LUGONES, 2014), nesse momento histórico, ocorre a sociogênese do mundo colonial capitalista moderno. A emergência desse processo dá origem ao padrão de poder que orientará o sentido das relações sociais no interior desse projeto civilizatório. Esse padrão é a colonialidade do poder.

A colonialidade do poder se fundamenta a partir de cinco eixos que se articulam: o controle do trabalho; a classificação social com base na ideia de raça; o controle a partir do gênero e a dominação pelo patriarcado; a colonização da natureza; e a epistemologia eurocêntrica (GONÇALVES, 2019). A epistemologia eurocêntrica (ou o eurocentrismo) é o modo de pensamento que dá sentido inteligível e justificado ao mundo colonial moderno.

Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de meados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial

14 Psicóloga, pesquisadora e artista. Desenvolve Doutorado Direto pelo Programa de Psicologia Social no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (PST/IP-USP), com bolsa FAPESP. Integrante do grupo “Psicologia da Descolonização e América Latina” e dos grupos de estudo “História, Memória e Saúde Pública” (FSP-USP), “SALUS - Grupo de Estudos de História das Práticas Médicas e de Saúde” (FMUSP) e “GLEPeB – Grupo Livre de Estudos Pensando Branquitude” (UNICAMP). raquelmorales@usp.br

15 Psicólogo, pesquisador e membro da ABRAPSO (Núcleo São Paulo). Desenvolve Pós-Doutorado pelo Programa de Psicologia Social no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (PST/IP-USP). Fundador do grupo “Psicologia da Descolonização e América Latina”. brunosim7@yahoo.com.br

16 Psicólogo e professor do Instituto SEDES Sapientiae. Desenvolve doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com bolsa CNPQ. Integrante do Núcleo de Pesquisa em Lógicas Institucionais e Coletivas (NUPLIC - PUC/SP), do Instituto AMMA Psique e Negritude e do GT Racismo e Saúde, da ABRASCO. É membro do Departamento Formação em Psicanálise do Instituto SEDES Sapientiae. emilianocamargodavid@yahoo.com.br

17 Psicólogo, membro da ABRAPSO (Núcleo São Paulo) e da Comissão Gestora Metropolitana do CRP-SP. Fundador do grupo “Psicologia da Descolonização e América Latina” e militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). rodriguesnovais@yahoo.com.br

de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América. (QUIJANO, 2005, p. 126)

A racionalidade eurocêntrica está apoiada em dois mitos discursivos e princípios filosóficos, que estão na base das distintas expressões da colonialidade: o dualismo e o evolucionismo.

O dualismo é uma visão filosófica surgida ainda no pensamento platônico, que defende que há uma cisão ontológica na realidade. Esta seria formada por duas dimensões separadas e distintas. A partir do século XVII, com Descartes, o dualismo ganha uma versão específica. Para o dualismo radical cartesiano, as dimensões opostas que formam a realidade são inconciliáveis. O que era considerado uma co-presença permanente de ambos na existência humana, converte-se em uma radical separação entre “razão/sujeito” e “corpo” (QUIJANO, 2005). Já o evolucionismo é uma perspectiva filosófica que surge, com Aristóteles, a partir das indagações sobre a capacidade de transformação das coisas e do mundo. A partir da ideia de finalidade, ou *telos* da transformação da matéria, desenvolve-se a noção de avanço contínuo da substância em busca de sua forma ideal, ou seja, de um caminho progressivo, de uma evolução até sua forma finalizada. O evolucionismo adquire sua versão científica a partir do conceito de evolução natural, proposto por Darwin. No século XVII, o evolucionismo será utilizado para a ideia de progresso das sociedades humanas (darwinismo social), fundamentando as teses racistas modernas sobre evolução humana.

Assim todos os não-europeus puderam ser considerados, de um lado, como pré-europeus e, ao mesmo tempo, dispostos em certa sequência histórica e contínua do primitivo ao civilizado, do irracional ao racional, do tradicional ao moderno, do mágico-mítico ao científico. Em outras palavras, do não europeu/pré-europeu a algo que com o tempo se europeizará ou ‘modernizará’. (QUIJANO, 2005, p. 138)

Portanto, com base no dualismo e no evolucionismo estabelece-se a ideia de raça, classificação social própria do sistema de dominação para a acumulação de capital, configurando um “sistema racial do trabalho” (QUIJANO, 2005). A colonialidade do poder propagou assim a ideia de que os dominados são aptos para determinadas formas de controle do trabalho devido a uma inferioridade natural e não por um conflito próprio ao mundo colonial capitalista moderno.

Dessa perspectiva eurocêntrica, certas raças são condenadas como ‘inferiores’ por não serem sujeitos ‘racionais’. São objetos de estudo, ‘corpo’ em consequência, mais próximos da ‘natureza’. Em certo sentido, isto os converte em domináveis e exploráveis. De acordo com o mito do estado de natureza e da cadeia do processo civilizatório que culmina na civilização europeia, algumas raças - negros (ou africanos), índios, oliváceos, amarelos (ou asiáticos) e nessa sequência - estão mais próximas da ‘natureza’ que os brancos. (QUIJANO, 2005, p. 129)

Juntamente com o evolucionismo e o dualismo, é possível indicar o desenvolvimento de uma cosmologia do privado, cosmologia moderna da branquitude relacionada diretamente a dois mitos de origem: o mito do contrato-social e o mito do capital inicial (SOUZA; DAMICO; DAVID, 2020).

Segundo mito do capital inicial, há uma predominância daqueles seres humanos que, pela índole pessoal - que ganha ares de merecimento, evolução e proximidade com a vontade de Deus -, adquirem o capital inicial necessário para realizarem a “aventura” e a “descoberta” da liberdade oferecida pelo capitalismo.

Segundo nossa leitura da teoria econômica clássica, na origem da modernidade homens livres, de tão virtuosos, decidiram investir suas riquezas conquistadas com o esforço pessoal e o suor de seu trabalho enquanto outros decidiram gastar tudo o que conquistaram. Os que souberam investir, os que acumularam, movimentaram a economia gerando desenvolvimento. Essa acumulação originária do capitalismo seria fruto, portanto, do trabalho suado de empreendedores que, doravante, souberam investir esse capital inicial em prol do progresso. Esse capital acumulado precisaria circular, numa espécie de lei econômica, que seria a lei da concorrência. O Estado Moderno garantiria proteção e segurança através das leis que protegem a propriedade privada (acumulada) enquanto os empreendedores garantiriam ao Estado Moderno progresso e desenvolvimento. (SOUZA et al., 2020, p. 02-03)

O mito do contrato social, por sua vez, opera produzindo condições para a organização de um Estado que sirva como organizador jurídico e burocrático para dar segurança aos sujeitos livres privados, ou seja, os proprietários. O sujeito secularizado e burguês – portador da razão e, portanto, proprietário de si mesmo – constitui-se junto ao mito do contrato social, que dá forma ao Estado Nacional. Ele renuncia à parte da sua liberdade para o Estado, que vai organizar as condições para que a sociedade se desenvolva e progrida. Ele é o indivíduo proprietário e empreendedor, constituindo-se em oposição à lógica do bem comum.

As terras comunais (*comunners*) foram expropriadas dando lugar a uma cosmologia do 'privado' em detrimento de uma cosmologia do 'comum' (Hardt & Negri, 2016). Trata-se, no limite, de uma expropriação cosmopolítica na medida em que a modernidade investe na eliminação de modos de vida que se organizam em torno do fazer-comum. (SOUZA et al., 2020, p. 03)

A lógica do capitalismo moderno colonial, o eurocentrismo e a cosmologia do privado compõem o discurso monológico que se pretende pleno, perfeito e acabado do ponto de vista racional. Ela foi fundamental para justificar a colonização e a dominação de outros povos, impondo por meio da força, a lógica da exploração, da acumulação de capital e da divisão internacional do trabalho. O eurocentrismo como base do discurso científico, portanto, pode ser compreendido como uma expressão da dominação colonial no mundo do conhecimento que, colocando-se como verdade universal, inaugurou um paradigma de racionalidade que criou, ao mesmo tempo, suas oposições: o irracional, o primitivo, o inferior, o anormal.

MEDICINA, RACISMO CIENTÍFICO E IDEOLOGIA DA BRANQUITUDE

No final do século XIX, momento histórico do fim do regime escravocrata e início da República no Brasil, os médicos começaram a reivindicar exclusividade na tarefa de investigar e curar todo tipo de doença que acometia a população brasileira a fim de inserir o país na chamada modernidade, ou seja, na cadeia produtivista do Capital. O crescimento das cidades gerou o fenômeno urbano da pobreza e a Medicina foi um dos campos sobre o qual o Estado se organizou para gerir este fenômeno. Os indivíduos que não se adaptavam a uma forma de vida ou a um modo de ser que coadunasse às normas estabelecidas pelos parâmetros burgueses - definidores da ordem, do progresso e da civilização - eram encarcerados para serem "corrigidos" através de um ofício, seja nas prisões, nos hospícios ou em institutos disciplinares para menores. Dessa forma, a Medicina e a implementação de políticas públicas de saúde buscaram a conformação de um poder disciplinar sobre

a sociedade, utilizando-se da noção de cuidado para o controle social, onde as classes empobrecidas começaram a ser julgadas como perigo social, sendo responsabilizadas pela disseminação de doenças, pela criminalidade e pela desordem urbana. Para as classes dominantes, era importante buscar o máximo de controle possível sobre a população brasileira a fim de moldá-la dentro de um padrão de normalidade que - sob a retórica salvacionista da modernidade - serviria para a reconstrução (ou regeneração) da identidade nacional e, assim, colocaria o país no caminho do progresso.

A partir do Positivismo, base filosófica que fundou o desenvolvimento do discurso científico, esses médicos construíram uma visão sobre o povo brasileiro, valorizando a razão como seu elemento norteador e ditando a forma universalmente valorizável de se produzir conhecimento. A defesa da razão para a produção de conhecimento tinha íntima relação com a ideia de “civilidade” própria do pensamento eurocêntrico que os cientistas europeus trouxeram para as terras tropicais. Civilidade essa, portanto, em oposição direta aos saberes populares e à vida dita “selvagem” dos povos originários e dos milhões de africanos transportados à força para o continente americano para serem escravizados.

No século XIX, a ciência médica europeia começou a afirmar a existência das chamadas doenças tropicais. Segundo esta teoria, os habitantes de países de clima tropical seriam acometidos por sintomas como a indolência, a preguiça ou mesmo a violência, que seriam responsáveis pelo seu atraso econômico. Segundo Lima e Hochman (2004), as doenças tropicais confirmariam o mito da superioridade europeia e justificariam sua presença na África e na América a fim de “salvar” tais continentes do isolamento, da ignorância e da ociosidade. Porém, depois de realizarem expedições sanitárias no interior do país (1912), os médicos constataram que o problema não era o clima tropical, absolutamente fértil, mas as condições adversas de trabalho e a insalubridade a que a população estava exposta (MOTA, 2003). Um bom exemplo desse processo é a transformação do personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato. Se em “Urupês” (1914), ele representava o homem do campo preguiçoso, indolente, imprevidente e parasita, em “Problema Vital” (1918), ele é curado por intermédio da ciência e transformado em um próspero fazendeiro, homem rico e produtivo. Lobato responsabiliza assim os poderes públicos pelo abandono da população rural: “O Jeca Tatu não é assim, ele está assim”, ou seja, o problema não seria o povo, mas as doenças que grassavam o país.

Ao mesmo tempo em que se desenvolvia a Medicina tropical brasileira, porém, fortaleciam-se também estudos sobre a formação racial do povo brasileiro. A ideia de raça não existia no Brasil e na América Latina antes da chegada dos europeus aqui, ela se origina e se mundializa a partir da América (BALLERSTRIN, 2013). Com o processo de colonização, inaugurou-se a classificação social com base na racialização da população, a qual foi acompanhada por um controle e uma hierarquização das diferentes formas de organização do trabalho segundo critérios de raça, estruturando assim uma divisão racial do trabalho. Dessa forma, a raça branca se impôs como mais “avançada” e “superior” por se afirmar mais distante da “natureza”, do “selvagem”, sendo, portanto, representante da “civilidade” tão defendida pelas empreitadas colonialistas da Europa na América Latina. A branquitude assim se constrói como modelo universal de humanidade, enquadrando outros grupos raciais como não humanos (ou menos humanos).

A intelectualidade branca definiu o lugar dos negros enquanto objeto de conhecimento a ser investigado por ela, defendendo que sua herança inferior, biológica e moral, seria um problema para a formação da identidade nacional. Médicos e sanitaristas culpabilizaram pessoas negras e os chamados mestiços pela degeneração moral da nação brasileira

por meio de um discurso que se afirmava científico. As teorias raciais começaram a se fortalecer no Brasil na segunda metade do século XIX com o psiquiatra e criminalista Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), fazendo estudos e interpretações biológicas na análise de comportamentos humanos a partir de estudos de frenologia e antropometria para a estruturação da antropologia criminal brasileira, baseada no saber produzido por criminalistas da Escola Positiva italiana. Nina Rodrigues interessou-se pelo estudo de estigmas físicos de criminosos, os quais indicariam uma vocação inata de seus portadores para o crime. Lombroso, Garófalo e Ferri – da Escola Positiva italiana – afirmavam que, dentre outros estigmas de degeneração, as pessoas negras possuiriam uma caixa craniana menor, menos desenvolvida, que reduziria seu volume cerebral, prejudicando assim o desenvolvimento intelectual e moral de pessoas negras. Nesse sentido, Nina Rodrigues afirmava que “não se poderia esperar que as “raças inferiores” viessem a atingir o “elevado grau de cultura mental das raças superiores” (ANTUNES, 1999, p. 129) e, com isso, defendia consequências jurídicas diferenciadas para cada raça, uma vez que as ideias abstratas de direito e justiça não seriam intelectivamente acessíveis às “raças inferiores”. Suas penas então precisariam ser mitigadas.

No século XX, foi a vez da eugenia, matriz discursiva fundamental na formação da Saúde Pública brasileira. A eugenia foi um termo criado em 1883 por Francis Galton, que significava o “bem-nascido”. Galton definiu eugenia como “o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente” (GOLDIM, 1998). Na ciência, a eugenia configurou-se como prática de “melhoramento” e “aprimoramento” da espécie humana, mesclando ideais nacionalistas e evolucionistas ao desenvolvimento científico da época. O branqueamento progressivo da população, dentro de um processo de eliminação das “raças inferiores”, seria a saída para o “melhoramento moral” da nação.

O Brasil, assim, conciliou paradoxalmente o discurso liberal e o discurso racista (SCHWARCZ, 1993). O liberalismo que pressupõe uma igualdade entre as pessoas, se funda no indivíduo e na responsabilidade pessoal e acredita na evolução positiva da sociedade. O racismo, em direção oposta, pressupõe uma desigualdade entre pessoas, funda-se na ideia de um grupo diferenciado a partir de uma estrutura biológica singular e defende a inferioridade de uma parcela da população, racializada. Se, por um lado, o racismo justificava cientificamente organizações e hierarquias tradicionais, por outro, inviabilizava um projeto nacional brasileiro, pois o discurso positivista e determinista condenava o cruzamento racial. No século XX, havia médicos que defendiam a esterilização compulsória de mulheres pobres e negras para evitar a degeneração da população brasileira. Outra parte dos médicos defendia que quanto mais miscigenado fosse o país, maior seria o embranquecimento da sua população. De uma forma ou de outra, o que se defendia era a ideologia da branquitude.

Segundo Maria Aparecida Silva Bento (2014), a ideologia da branquitude é produto da dominação colonial, inventada e mantida pela elite branca europeia e apropriada pela elite branca brasileira no final do século XIX para resolver o problema de um país ameaçador, majoritariamente não branco. O medo era fruto de quase quatro séculos de apropriação indébita do trabalho alheio, da violência física e simbólica por parte dessa elite. A branquitude então nasce do medo, cercada de silêncio, fiel guardião dos privilégios.

O primeiro passo da exclusão moral é a desvalorização do outro como pessoa e, no limite, como ser humano. Os excluídos moralmente são considerados sem valor, indignos e, portanto, passíveis de serem prejudicados ou explorados. A exclusão moral pode assumir formas severas, como o genocídio; ou mais brandas, como a discriminação. (...) Pelos

processos psicossociais de exclusão moral, os que estão fora do nosso universo moral são julgados com mais dureza e suas falhas justificam o utilitarismo, a exploração, o descaso, a desumanidade com que são tratados. (BENTO, 2014, p. 29-30)

Bento também fala que, de um lado há “a estigmatização de um grupo como perdedor, e a omissão diante da violência que o atinge”. De outro, “um silêncio suspeito em torno do grupo que pratica a violência racial e dela se beneficia, concreta ou simbolicamente.” (p. 30). Segundo Ana Amélia de Paula Laborne (2017), “ignorar os processos de construção da identidade branca é reforçar sua hegemonia e seu sistema de privilégios, tornando-a naturalmente o padrão universal a ser seguido.” (p. 94).

A branquitude, para Laborne, é entendida “como um modo de comportamento social, a partir de uma situação estruturada de poder, baseada na racialidade tida como neutra, não nomeada, mas sustentada por privilégios sociais continuamente experimentados.” (p. 92). O silêncio em torno da identidade branca reforça sua suposta neutralidade: “Ao tornar-se invisível, a branquitude tende a se apresentar como o estado normal e universal do ser, padrão pelo qual tudo é medido e a forma com a qual os desvios são avaliados” (LABORNE, 2017, p. 95). Segundo a autora, é preciso pensar nas forças históricas e contemporâneas que sustentam as formações particulares desse sistema de garantia e perpetuação de privilégios estruturais no Brasil e quais são as estratégias antirracistas apropriadas para superá-las (p. 92).

Por mais que as pseudoteorias raciais defendidas pela ciência do final do século XIX e começo do século XX não tenham a mesma força atualmente no campo científico, a divisão racial do trabalho teve efeitos indelévels na estrutura econômica-social do nosso país, além dos efeitos simbólicos que ainda operam no imaginário social, perpetuando a “construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais” (BENTO, 2014, p. 26).

DESCOLONIZAÇÃO EPISTÊMICO-POLÍTICA

Impulsionado pelo eurocentrismo e pelo racismo científico, a supervalorização do conhecimento dos países ditos desenvolvidos (evoluídos) pela subdesenvolvida (pouco evoluída) América Latina provocou o desencontro com as nossas experiências singulares, com as nossas formas tradicionais de produção de conhecimento e com a nossa memória histórica. As permanências da colonização europeia também estão culturalmente presentes na forma de produzir conhecimento dos povos latino-americanos. É a colonialidade do saber.

Como já foi salientado, a defesa pela supremacia da racionalidade e da ciência configura um ideal de nação civilizada distante das formas de viver e de saber da ampla maioria da população. A ciência perpetua um sistema hierarquizado e excludente de produção de conhecimento, preponderantemente elitista, branco e patriarcal. Integrada ao padrão de poder fundado ainda na época colonial, a ciência oficial invalida os conhecimentos produzidos fora de seu espectro de ação e influência.

Pelo crivo do eurocentrismo e da matriz colonial, expropriamos o valor da história e do pensamento dos povos. Na hierarquia da colonialidade do saber, esses conhecimentos são considerados menores, pouco sofisticados, onde estão ausentes a ética, a filosofia e a possibilidade de serem socialmente validados. Esses conhecimentos invisibilizados são justamente os produzidos pela ampla maioria da população ao longo da formação histórica de nosso continente. São conhecimentos construídos em perspectivas e filosofias próprias,

alimentadas tanto pelo cotidiano da vida miúda como em grandes processos de resistência e estão “registrados” de maneiras muito distintas daquelas consideradas válidas para a ciência eurocêntrica. As práticas sociais, ético-espirituais e político-filosóficas que vêm sendo produzidas historicamente pelas populações negras, indígenas e demais povos da América Latina são fundamentais para a descolonização epistêmico-política na luta pela emancipação dos povos latino-americanos.

É preciso descolonizar o pensamento científico. Descolonizar o pensamento é também combater a ideia de neutralidade epistemológica, desvelando-se o ponto de vista particular e localizado do sujeito que constrói conhecimento. A nossa história – pessoal, coletiva e, ao mesmo tempo, social - está intimamente relacionada às oportunidades que temos, às experiências que vivemos e ao sentido atribuído ao conhecimento que construímos. Também é preciso subverter a competitividade e o individualismo meritocrático próprio da colonialidade do saber e da cosmologia do privado, buscando criar redes de apoio e troca de conhecimento para fortalecer laços comunitários, organizações populares e movimentos sociais, bem como continuar defendendo políticas de ações afirmativas que possibilitem a inclusão de pessoas que foram historicamente excluídas da Universidade.

Nesse sentido, é importante disputar a narrativa histórica, a partir de uma perspectiva crítica; atentar contra epistemologias que se pretendem universais; elaborar, produzir e imaginar outras cosmologias; tecer novas, utópicas e ancestrais cosmologias que sejam transfundo de uma sociedade que gravite em torno do bem comum. Cosmologias estas que rompam com a hierarquia entre o pensamento científico e o saber popular, entre a técnica e a capacidade imaginativa criadora, entre aqueles que trabalham com a cabeça e aqueles que trabalham com as mãos.

A produção de conhecimento crítica na América Latina precisa ser emancipatória, antirracista, antipatriarcal e anticapitalista, para que possa colaborar com a produção de uma sociedade que não esteja fundada na exploração e na desigualdade, mas na solidariedade e na justiça social. Um pensamento descolonizado que subverta a colonialidade do saber e o racismo epistêmico que estruturam ainda hoje a ciência no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. **Medicina, leis e moral**: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). São Paulo: UNESP, 1999.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In CARONE, I. & BENTO, M. A. S. (Orgs.). **Psicologia Social do Racismo**: estudos sobre a branquitude e o branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 25-58.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais**: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 55-70.

GOLDIM, José Roberto. **Eugenia**. UFRGS, 19 de abril de 1998. Disponível em <https://www.ufrgs.br/bioetica/eugenia.htm> . Acesso em: 10/07/2021.

GONÇALVES, Bruno Simões. **Nos caminhos da dupla consciência**: América Latina, Psicologia e descolonização. São Paulo: Ed. Do Autor, 2019.

- GROSFOGUEL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge**, v. XI, n. 1, 2013. p. 73-90.
- LABORNE, Ana Amélia de Paula. Branquitude, colonialismo e poder: a produção do conhecimento acadêmico no contexto brasileiro. In MÜLLER, T. M. P. & CARDOSO, L. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.
- LANDER, Edgardo. Ciência sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 21-53.
- LIMA, Nísia Trindade & HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde e muita saúva: sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais. In HOCHMAN, G. & ARMUS, D. (Eds.), **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2004. p. 493-533.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, setembro-dezembro 2014. p. 935-952.
- MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-139.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOUZA, Tadeu de Paula; DAMICO, José Geraldo; DAVID, Emiliano de Camargo. Paradoxos das políticas identitárias: (des)racialização como estratégia quilombista do comum. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 42, n. 3, p. e56465, 15 dez. 2020.





CAPITULO 3
ONTOLOGIA CRÍTICA:
UMA COMPREENSÃO SOBRE A FORMAÇÃO DA SUBJETIVIDADE
LATINO-AMERICANA E A CONSTRUÇÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL NO BRASIL

Letícia Andrade de Melo e Figueiredo
Natalia Cristina de Souza Lima
Samara de Souza da Cruz
Ana Carolina dos Santos Ramos
Andreza Cristina Ferreira
Cecília Zanchetta Penteado
Luiz Henrique Callovi Balarin
Juliani Vitório Damasceno
Rayssa Marcela Coelho
Juliano de Oliveira Soares
Laura Maria de Castro
Mariana Rosa Barbosa
Beatriz Rocha de Mira

O presente texto propõe uma aproximação da Ontologia Crítica do Ser Social de György Lukács com uma Psicologia que seja revolucionária. A partir disso, temos como intuito compreender o Ser Social e o psiquismo por meio da realidade concreto-material e, com isso, a construção de uma práxis psicológica que ultrapasse a Psicologia que favorece a sociedade burguesa e as formas de opressão do capitalismo.

Nessa engrenagem produtora de sofrimentos, a banalização da vida nunca foi uma pauta tão candente quanto se escancara no período pandêmico, produzido pela COVID-19, em que o mundo se encontra: a burguesia monopolista aproveitou-se da crise sanitária e do desemprego para concretizar seus interesses imperialistas, construindo um Estado de morte, fome e condições de sobrevivência cada vez mais precárias para a classe trabalhadora.

No Brasil, entendemos que o governo Bolsonaro-Mourão representa os interesses dessa burguesia, bem como o dos banqueiros e do agronegócio, setores que se beneficiam da letalidade da pandemia para operar um plano de morte voltado para a população brasileira preta, indígena, pobre e periférica. Frente a essa conjuntura adoecedora, apreender a realidade concreta e construir planos de ação contra a perversidade do projeto genocida da classe dominante exige a construção de uma práxis psicológica mais comprometida do que nunca: não basta denunciar, é preciso transformar o status quo atingindo sua raiz capitalista, imperialista e neocolonial.

A partir dos estudos de György Lukács (1885-1971), filósofo e historiador marxista, é possível compreender uma Ontologia Crítica do Ser Social na perspectiva do materialismo histórico-dialético de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Uma ontologia que seja “[...] fundada e fundante que encontre na realidade objetiva da natureza a base real do ser social e seja, ao mesmo tempo, capaz de apresentar o ser social em sua simultânea identidade e diferença com a ontologia da natureza”. (LUKÁCS, 2012, p. 232). Nesse horizonte, o presente texto propõe uma aproximação de tal a Ontologia Crítica do Ser Social de György Lukács com uma Psicologia que seja revolucionária.

Ao longo da história, pode-se observar que o estudo da concepção teórico-metodológica de Marx não é um caminho simples, tanto devido a sua própria complexidade quanto pelo que se refere aos tratamentos equivocados a que a obra marxiana foi submetida (NETTO, 2011). Em sua obra, Lukács tece críticas ferrenhas aos movimentos deturpadores do método

de Marx, os quais denominou de “marxismo vulgar”. Muitas dessas deformações tiveram base no positivismo, dominante entre teóricos da Segunda Internacional e que foram agravados na Terceira Internacional devido à difusão do neopositivismo. A lógica seguida por esses segmentos coloca as “leis da dialética” em destaque, provocando uma ruptura entre o materialismo histórico e o materialismo dialético a qual, como consequência, ignora as categorias naturais e históricas da sociedade, sendo incapaz de apreender a realidade concreta em suas múltiplas determinações (NETTO, 2011).

O método desenvolvido por Marx e Engels teve como base, nesse espectro, críticas radicais à sociedade burguesa de classes e ao idealismo alemão hegemônico, tendo como intuito ultrapassar o paradigma científico da época, que separava o homem e a sociedade da natureza, a partir de um pensamento materialista da realidade. Hegel (1770-1831) foi um importante teórico para o começo dos estudos do jovem Marx, no entanto, seu materialismo se limita à abstração dos conceitos, não movimentando-os para uma prática voltada para a categoria abstraída - permanece preso ao idealismo alemão.

Para entender a totalidade da realidade concreto-material, é preciso passar por um processo de abstração para possibilitar a apreensão do conhecimento. Marx (2011, p.54) elabora que:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, portanto, também o ponto de partida da intuição e da representação.

No Método hegeliano, somente há duas vias: primeiro uma representação que gera determinações abstratas e uma segunda é a representação do concreto no pensamento. Já no método de Marx, é preciso que saia somente do pensamento para a obtenção do conhecimento da totalidade concreta. Segundo Lukács (2012, p. 306), “Marx designa como uma ‘viagem de retorno’, pressupõe uma cooperação permanente entre o procedimento histórico (genético) e o procedimento abstrativo-sistematizante, os quais evidenciam as leis e as tendências”. Dessa forma, para que as categorias da realidade concreta possam ser apreendidas, faz-se necessário o estudo do processo histórico e das contradições apresentadas pela realidade. Qualquer ciência que se proponha a pensar um objeto fora de sua historicidade contribui para o pensamento idealista e, conseqüentemente, para a lógica da sociedade capitalista.

A psicologia social em seu berço norte-americano, foi construída sob esses mesmos moldes positivistas, criticados por Lukács, firmados entre o fim do século XIX e início do século XX, seguindo concepções adaptacionistas dos sujeitos. No Brasil, a psicologia não seguiu um caminho diferente: aliou-se às classes dominantes, demonstrando um claro posicionamento frente à luta de classes. Em consonância com essa lógica, a psicologia brasileira em processo de autonomização preocupava-se com temáticas voltadas para as doenças mentais partindo de discursos vinculados à higiene mental e a construção de modelos morais importados de teorias racistas e higienistas que prometiam sucesso para a modernização do país. (MASSIMI, 2006; PATTO, 1991; 2004 apud LACERDA, 2013).

Profissionais da psicologia, quando não munidos de uma práxis que se proponha a compreender a complexidade do movimento real, encontra uma série de limitações em seu caminho prático e, tratando-se da psicologia social, a construção de caminhos teórico-metodológicos capazes de romper com as alianças burguesas é urgente. Historicamente, a psicologia social crítica objetivou esse caminho e encontrou no marxismo ferramentas para a construção de um fazer psicológico voltado para as demandas da classe trabalhadora. A

escolha do materialismo histórico-dialético como guia não se deu por acaso, uma vez que Marx, tendo como objeto a sociedade burguesa, desenvolveu o método a partir da própria lógica do Capital para que a estrutura e dinâmica deste pudesse ser investigada em seus mais altos níveis de complexidade (NETTO, 2011).

A proposta de estudar sobre a Ontologia do Ser Social surgiu como um caminho para pensar um “O que fazer?” no âmbito psicológico, frente a necessidade de fortalecer uma psicologia conectada com a realidade concreta e voltada para as investigações a respeito da complexidade produzida pelas múltiplas determinações do sistema capitalista. Se a psicologia somente toma o psiquismo como objeto de estudo sem levar em consideração a historicidade do ser social - suas formas de produção e reprodução dentro dos movimentos complexos da sociedade burguesa - acaba por ser individualizante e é capturada pelo funcionamento alienante do Capital.

A ONTOLOGIA DO SER SOCIAL COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE:

EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Para que seja possível compreender a Ontologia de Ser Social, Lukács (2012) apresenta que Marx tomou como questão central a produção e reprodução da vida humana. Dessa forma, entende-se que o Ser Social se diferencia dos demais animais e suas formas de se relacionar com a natureza a partir da capacidade de transformação concreto-material da realidade. Em todas as relações humanas há uma constante transformação social da base natural.

Por meio do trabalho, o ser social modifica a natureza ao mesmo tempo que se objetiva enquanto sujeito. Nessa relação, há uma dupla transformação: o homem modifica a natureza, desenvolve suas potências e as domina, e ao realizá-lo, ele próprio se modifica.

ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza, desenvolve “as potências que nela se encontram latentes” e sujeita as forças da natureza “a seu próprio domínio”. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios de trabalho, em objetos de trabalho, em matérias-primas etc. (LUKÁCS, 2012, p.286)

O início do desenvolvimento do Ser Social se dá por um salto ontológico, uma vez que há um fator radicalmente novo na história, denominado pôr teleológico no trabalho. Tal pôr teleológico é, por sua vez, a conversão dos objetos da natureza em produtos úteis ao ser humano por meio do trabalho, através do qual é possível imaginá-la em sua mente antes de colocá-la em prática.

A centralidade do trabalho na ontologia do ser social rompe com a lógica dominante da filosofia burguesa, segundo a qual homem e natureza são simplesmente pólos opostos que se excluem mutuamente, compreensão esta que ignora a historicidade do Ser Social e não compreende que a natureza e a socialidade estão em um movimento dialético. Segundo Lukács (2012 p. 286), “o ser social pressupõe, em seu conjunto e em cada um dos seus processos singulares, o ser da natureza inorgânica e da natureza orgânica”. As práticas do ser social se desenvolvem a partir do ser natural mas se diferenciam dele. Dessa forma, uma vez que o Ser Social contém esses dois processos, ele nem pode ser estudado como um ser contrário da natureza e também não é possível transpor as leis naturais a ele.

Diante disso, o desenvolvimento ontológico do Ser Social acaba por gerar as chamadas “Categorias Puramente Sociais”, as quais passam por um processo de socialidade que escondem sua gênese natural. As categorias e leis da natureza, tanto orgânica como inorgânica

são a base para as categorias sociais. A base natural é indissolúvel, há uma substituição de determinações naturais puras por formas ontológicas mistas - pertencentes à naturalidade e à socialidade, e a partir dessa base, se configuram as determinações puramente sociais. Segundo Lukács (2012, p. 289),

Assim, até existem categorias sociais puras, ou melhor, é o conjunto delas que constitui a especificidade do ser social, mas esse ser não só se desenvolve no processo concreto-material de sua gênese a partir do ser da natureza, como também se reproduz constantemente nesse quadro e jamais pode se separar por completo - precisamente em sentido ontológico - dessa base.

Como exemplo de Categoria Social Pura, é possível pensar no representante do valor de troca, nas trocas mercantis. Na acumulação primitiva, os representantes não ocultam sua gênese, visto que costumavam ser objetos da natureza (como animais e alimentos). Já no modo de produção capitalista, os representantes foram substituídos pelo dinheiro, uma categoria puramente social, abstração do capital. Por fim, é evidente que o ser social, não se coloca em antítese para com a natureza, mas se posiciona frente a ela em uma relação dialética de duas totalidades contraditórias, nas quais os sujeitos atuam por meio do trabalho, alterando a realidade material e sendo alterados por ela.

Em sociedade, os indivíduos compartilham de uma mesma realidade construída, a qual possui signos e instrumentos compartilhados na atividade mediada. A partir da relação estabelecida entre as pessoas em sociedade, os conhecimentos humano-genericamente construídos podem ser passados para as demais gerações, as quais irão construir outras complexidades. Nesse sentido, Lukács, sob a luz de Marx, destaca que os animais não compartilham uma relação entre si, logo, não são capazes de promover trocas geracionais: isto é, o gênero humano deixa de ser mudo ao passo que se liga através das relações sociais.

Em sua obra, Marx diferencia o Trabalho Concreto e o Trabalho Abstrato. O Trabalho Concreto é a transformação da natureza exercida pelo homem. Por outro lado, o Trabalho Abstrato é produto e condição inerente ao modo de produção capitalista, quando a finalidade do trabalho passa a ter o objetivo de acumulação de capital por parte do capitalista, o que gera um distanciamento do trabalhador e de seu produto, assim como da sua liberdade produtiva. Conforme elucidou De Castro (2018, p.78)

[...] é importante ressaltar que há em Marx a distinção e a íntima inter-relação entre trabalho útil-concreto (positivo), ou seja, trabalho vivo, que produz valor de uso, cuja finalidade é atender as necessidades sociais indispensáveis à produção e reprodução humana e trabalho abstrato (negativo), "trabalho morto", contido nas mercadorias, cujo principal objetivo é a criação de mais-valia, a valorização do valor, a reprodução e autovalorização do capital.

O produto do trabalho é expropriado do trabalhador, o objeto é alheio a ele e suas próprias forças de trabalho se voltam contra si. Dessa forma, Marx (2004) analisa que o homem se encontra entranhado de sua própria atividade, do produto, dos outros homens e também do seu pertencimento enquanto gênero humano. Ou seja, quanto mais o trabalhador produz, menos acesso tem ao produto e menos se apropria e se reconhece no objeto. Ao contrário do Trabalho Concreto, no qual o homem se afirma, no Trabalho Abstrato o homem se nega e só se enxerga por meio de suas necessidades fisiológicas.

A organização de tais relações de trabalho abstrato no modo de produção capitalista está, por sua vez, entranhada no tecido complexo da economia política burguesa. Nessa lógica, é preciso destacar a categoria econômica como base do ser social, visto que é com o auxílio

desta que se transforma categorias naturais em categorias sociais. O destaque dado para essa categoria nos escritos de Marx - sobretudo em "Contribuição para a crítica da economia política" (1859) - ocasionou uma série de leituras equivocadas por parte de outros autores, os quais começaram a sobrepor a economia em detrimento de outras categorias - ferindo a própria compreensão dialética da inexistência de categorias superiores ou inferiores.

Sobre essas contradições, Engels realiza uma crítica a tal vulgarização do método de Marx, compreendendo a dialética entre a existência social da superestrutura e o processo de reprodução econômico: não há reprodução do ser econômico sem a existência da superestrutura na qual esse pode ser localizado enquanto tal. Por conseguinte, fundamentando o caráter dialético entre as categorias e a importância da economia, Lukács ressalta que "a rejeição da hierarquia no terreno ontológico liga-se estreitamente à questão de como o valor econômico se relaciona com demais valores sociais" (Lukács, 2012. p.409). Tendo isso em vista, a emancipação do ser social, enquanto ser consciente das múltiplas determinações que permeiam a realidade em que está inserido, depende diretamente da apropriação das complexidades econômicas.

Na sociedade de modo de produção capitalista, o valor do trabalho abstrato não está só vinculado ao salário do trabalhador, como sobretudo gera um excedente para o capitalista: a mais-valia. Logo, para compreender como se dá a superexploração do trabalhador latinoamericano, é preciso primeiramente diferenciar a mais-valia absoluta da mais-valia relativa. Conforme exemplifica Marx (1985, p. 251 apud LOPES, 2012 p. 129)

A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa.

Nesse sentido, é necessário considerar características particulares e aspectos que competem a territorialidade naquilo que concerne o desenvolvimento da sociedade dentro do sistema capitalista. Sob o ponto de vista de Lukács (2012),

[...] desigualdade do desenvolvimento significa 'simplesmente', que a grande linha do movimento do ser social, a crescente socialidade de todas as categorias, vínculos e relações, não pode se explicitar em linha reta, segundo uma 'lógica' racional qualquer, mas se move em parte por desvios (e até deixando para trás alguns becos sem saída) e, em parte, fazendo com que os complexos singulares, cujos movimentos reunidos formam o desenvolvimento global encontram-se individualmente numa relação de não correspondência. Mas tais desvios da grande linha do desenvolvimento global conforme leis dependem todos, sem exceção, de circunstâncias ontologicamente necessárias[...] (p. 389-390).

A partir dessa análise, o autor apresenta o conceito de desenvolvimento desigual, tendo em vista a relação dialética entre os complexos heterogêneos que se relacionam entre si, mas também em seu interior, a partir de diferentes categorias. Devido à produção dessa desigualdade no seio das nações, o desenvolvimento destas não pode se igualar, uma vez que possuem características singulares e possibilidades materiais específicas que delineiam diferentes dinâmicas de produção. Os países de capitalismo central se destacam na trama dessas dinamicidades, visto que são estas as nações responsáveis por subordinar outras através da exploração colonial, usurpando suas matérias primas e expropriando a força de trabalho de sua população. Por seu turno, as nações subordinadas caracterizam-se como

países de capitalismo periféricos, que se encontram forçadas a se submeter a essa lógica de superexploração, denominada lógica de capitalismo dependente.

Analisando essa lógica na realidade da América Latina, com um recorte para o Brasil, ao traçar um breve histórico sobre sua origem e desenvolvimento é possível notar a condição de subordinação a que foi colocada desde sua condição colonial, reverberando em uma forma periférica de desenvolvimento. Em outras palavras, os países periféricos incorporam o imperialismo dos países centrais, ocasionando a falta de soberania nacional. Nesse sentido, a entrada da América Latina no mercado mundial contribuiu para a passagem de mais-valia absoluta para a acumulação de mais-valia relativa (MARINI, 2017).

Como consequência, o mais-valor absoluto é gerado pelo aumento da jornada ou a intensificação do trabalho, enquanto na mais-valia relativa há um maior desenvolvimento das formas de produção e, dessa maneira, o trabalhador consegue produzir mais em menos tempo sem que seu salário aumente. A superexploração “[...] é entendida como uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho.” (MARINI, 2017, p. 328). Nesse processo, o trabalhador se encontra ainda mais estranhado de seu trabalho e se encontra desantropomorfizado, distanciado do trabalho que o insere como parte do gênero humano.

PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA NO BRASIL:

DESAFIOS PARA UMA PRÁTICA REVOLUCIONÁRIA

No que tange à psicologia brasileira, esta teve participação ativa na produção da desigualdade e da condição de dependência do país: é possível traçar um histórico dos estudos sobre fenômenos psicológicos desde o Brasil colônia, enquanto aquele que incorpora ideais imperialistas. A respeito desse fenômeno, Ana Bock (1999) analisa que o intuito de formulações teóricas nesse período se restringiam ao controle político da população colonial e, como herança, por muito tempo, a psicologia em território nacional se caracterizou por um fazer que consistia em normalizar e controlar corpos.

A partir desse entendimento, a autora supracitada relata que em meados do século XX a psicologia brasileira foi fortemente influenciada pela psicologia norte-americana, em que as testagens psicológicas traziam uma enorme possibilidade de responder adequadamente ao desafio da modernização (BOCK, 1999). Além disso, o tratamento de doenças mentais (por meios manicomiais), formação da “moral” e manutenção da “higiene mental” eram alguns dos pressupostos. Nesse cenário, médicos e educadores foram precursores da psicologia, compondo o movimento higienista, contribuindo com práticas eugenistas e racistas.

Tardiamente, em 1962, a psicologia foi regulamentada enquanto profissão através da lei nº 4.119 e carregou consigo a tradição de um fazer psicológico descolado da realidade material e dos interesses da classe trabalhadora. Em seguida, o Golpe Empresarial-Militar de 1964 e o fortalecimento do neoliberalismo escancararam o posicionamento da profissão, em que o sofrimento psíquico era visto como algo a-histórico, desterritorializado e considerava-se que a gênese de certos impasses se dava a partir do próprio sujeito. Por esse motivo, era necessário que se pensasse em um giro epistemológico que refizesse a práxis psicológica, distanciando-se do método positivista, fazendo com que essa práxis fosse invadida pela realidade objetiva, o mundo social e pela cultura, recuperando o indivíduo perdido nas análises simplistas (BOCK, 1999, p.314).

No caminho da construção de uma práxis psi comprometida, a luta de Lukács pela recuperação da ontologia do ser social é fundamental para compreender que, assim como o ser humano não é somente natural, mas é um ser social que se constrói enquanto tal, o psiquismo também jamais pode ser entendido como puramente natural e individual: o pensamento e a linguagem se constituem a partir das relações sociais e são estes, por sua vez, que expressam os conteúdos psíquicos (VIGOTSKI, 2001).

Frente à necessidade de superar as influências neoliberais, importadas dos países centrais para a psicologia, alguns profissionais se mobilizaram a fim de analisar essa conjuntura e pensar a construção de novas metodologias e práticas da psicologia brasileira. Inaugura-se então, entre os anos 1980 e o presente, no cenário de expansão das universidades brasileiras, a psicologia social crítica (LACERDA, 2013). Nesse movimento, destacam-se nomes como Silvia Lane, Alberto Andery, Silvio Botomé, Maria H. Souza Patto, entre outros.

Destacando as contribuições de Silvia Lane, o papel desta foi central para a construção da psicologia social crítica no Brasil: enfatiza que todas as áreas da psicologia deveriam apreender a natureza histórico-social do ser humano. Partindo desse pressuposto fundamental, a psicóloga realizou esforços para difundir a Psicologia Histórico-Cultural no Brasil, a qual tem berço e desenvolvimento no marxismo - elaborada por Vigotski, Leontiev e Luria (GONÇALVES; YAMAMOTO, 2015). Nessa lógica, Lane caracteriza toda psicologia enquanto social, uma vez que “[...] não se pode conhecer qualquer comportamento humano isolando-o ou fragmentando-o como se este existisse em si e por si” (LANE, 1984, p. 19).

Dialogando com a ontologia do ser social, assim como Lukács busca recuperar a obra marxiana e a categoria totalidade, Silvia Lane busca recuperar na Psicologia Histórico-Cultural o cerne do materialismo histórico-dialético. Não busca transplantá-lo diretamente para a psicologia, como ressalta Vigotski, mas utiliza o método como ferramenta para compreender o homem concreto e seu psiquismo enquanto uma totalidade real objetiva que pode ser apreendida por intermédio da investigação dialética (ROMANELLI, 2011).

De acordo com Martín-Baró (1997), não cabe ao psicólogo mudar toda a ordem socioeconômica injusta dos países dependentes ou resolver os conflitos. Mas, por outro lado, “compete a ele ajudar a encontrar caminhos para substituir hábitos violentos por hábitos mais racionais” (p. 22) e, ainda, “o psicólogo pode contribuir para a formação de uma identidade, pessoal e coletiva” (p. 22). Somado a isso, de acordo com Martins (2007), Lane aponta que cabe à psicologia social assumir o indivíduo enquanto sujeito, autor e produtor, de sua história cultural e social a partir de análises do cotidiano vivenciado.

O trabalho de recuperar a potência ativa dos sujeitos pressupõe a retomada de um conceito fundamental em Marx (2008): “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o ser social que determina sua consciência” (p. 47). Isso significa que, reconhecer-se enquanto ser social dialético, singular e histórico, permite que a instância fundante do ser social, a qual consiste na autoprodução de sua consciência, seja devidamente apropriada - afastando-lhes das implantações alienantes que a sociedade de classes os imputa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por muito tempo, a psicologia realizou um processo contrário ao buscar regular os comportamentos humanos. A prática revolucionária compreende, em contrapartida, que recuperar a potência ativa dos sujeitos só pode se concretizar através da atividade do mesmo e, por conseguinte, não é papel do psicólogo ensinar uma forma de agir ou pensar. É preciso

haver uma relação horizontal, tendo em vista que o trabalho psicológico é um esforço de produção humana que depende da implicação de todas as partes envolvidas.

É preciso desvincular-se do caráter assistencialista difundido pela psicologia tradicional e compreender que a classe trabalhadora conhece suas vivências, portanto, o psicólogo revolucionário deve atuar com ferramentas que possam abranger as apreensões concretas destas pessoas sobre elas. Nesse caminho, as opressões que também alimentam a lógica da classe dominante - sexismo, LGBTfobia, racismo, capacitismo - devem ser pautadas com centralidade pelo profissional da psicologia visto que as pessoas perpassadas por essas violências estão diariamente sendo coagidas a se afastarem de sua própria realidade, da própria existência do seu ser - tanto singular quanto como componente da sociedade.

É contradição fundamental do capitalismo a necessidade de explorar a força de trabalho das mesmas pessoas que deslegitimam a forma de existência, a fim de manter o status quo. Logo, nenhuma opressão ocorre por acaso, e o genocídio financiado pela burguesia monopolista nesse momento pandêmico escancara quem é escolhido para morrer, para adoecer e sucumbir dia após dia frente à exaustão e à fome. O plano da economia política burguesa é o acúmulo de capital e este, por sua vez, só é alcançado através do adoecimento da classe trabalhadora em sua totalidade física e psíquica.

Tais contradições são produzidas justamente para que práticas como essas não sejam questionadas: o próprio Estado, representante da ordem dominante, as legitima. Por essa razão, Lukács, ao recuperar a relação natureza-homem mediada por meio do trabalho, contribui com ferramentas valiosíssimas para a prática do psicólogo no que tange à análise de que o Capital inverteu a relação entre trabalho e cultura também nessa profissão e, assim, aquele que vende seu trabalho como uma simples e pura mercadoria, está tão imerso na alienação quanto qualquer outro trabalhador. Frente às ameaças da classe dominante, o trabalho do psicólogo precisa estar em constante revisão através da práxis - teoria informando a prática e a experiência concreta retornando para atualizar a teoria - que permitirá a realização de críticas e autocríticas essenciais para a qualidade das produções teóricas e práticas na psicologia. A partir desse horizonte pode-se configurar um compromisso efetivamente transformador da realidade, capaz de compreender que “sem teoria revolucionária não pode haver também movimento revolucionário” (LÊNIN, 1997, p. 17).

REFERÊNCIAS

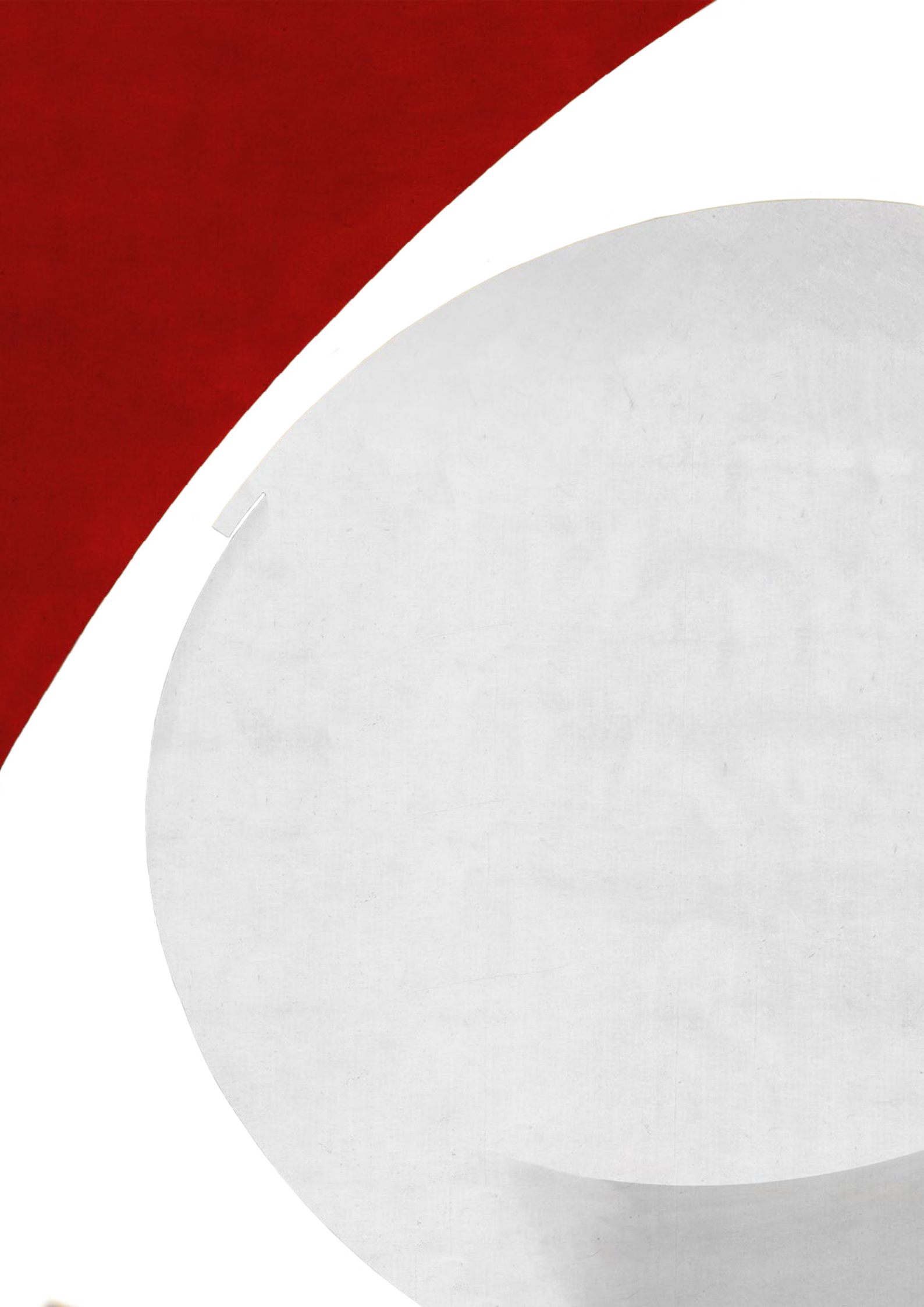
BOCK, A. M. B. **A psicologia a caminho de um novo século: identidade profissional e compromisso social**. Estudos de Psicologia 1999, 4(2). 315-329.

DE CASTRO, E. L. O debate sobre o trabalho concreto e o trabalho abstrato na produção teórica do Serviço Social. **Serviço Social em Debate**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/3706>. Acesso em: 13 jul. 2021.

GONCALVES, R. M. P. ; YAMAMOTO, OSWALDO HAJIME . Fundamentos teórico-práticos da psicologia social: um debate histórico e necessário. **Revista Psicologia Política** (Impresso), v. 15, p. 17-31, 2015

LACERDAJR, F. Capitalismo dependente e psicologia no Brasil: Das alternativas à psicologia crítica. **Teoría y Crítica de la Psicología** , v. 3, p. 216-263, 2013.

- LANE, Silvia Tatiana Maurer. **Psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia**. In: Lane, S. T. M. & Codo, W. (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 10-19.
- LÊNIN, Vladimir. **Que fazer?**. Traduzido das O. Completas de VI Lénine 5ªEd. Russo. Lisboa: Editorial Avante, 1977. p. 1-19. < Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/fazer.pdf>>
- LOPES, T. C. Mais-valia absoluta e relativa em Marx Marini. **Desenvolvimento e Dependência**, 2012. p.125
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, 2017. p.325-356.
- MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira. Psicologia social e processo grupal: a coerência entre fazer, pensar e sentir em Sílvia Lane. **Psicologia & Sociedade**. Associação Brasileira de Psicologia Social, v. 19, n. spe2, p. 76-80, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/28926>>.
- MARTIN-BARÓ, Ignácio. O papel do Psicólogo. **Estud. psicol.** (Natal) [online]. vol.2, n.1, pp.7-27. 1997.
- MARX, Karl, “Trabalho Estranhado e Propriedade Privada”, **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2ªEd. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. **O método da economia política** (Introdução); In: MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011, pp.54-64.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- ROMANELLI, Nancy. A questão metodológica na produção vigotskiana e a dialética marxista. **Psicologia em Estudo**. 2011, v. 16, n. 2, pp. 199-208.
- VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.



CAPITULO 4

PARALELO ENTRE AS PERSPECTIVAS INTELECTUAIS E AS VIVÊNCIAS PSICOSSOCIAIS EXPOSTAS E DISCUTIDAS NA RODA DE CONVERSA DO EVENTO ABRAPSO-SP 2021.

Carlos Eduardo Mendes
Dalvineia Cruz de Oliveira
Kyze Quadros Mello
Lucina Maria de Araújo Nascimento

Já de início, há de asseverarmos que vivemos um misto de sentimentos que nos entenece a alma e o coração. São sentimentos, por assim dizer, embotados de profundo lamento infausto por mais de meio milhão de pessoas sepultadas acometidas pela SARS-CoV-2, que especialmente descreve-se por meio de infecções provocadas pelo novo coronavírus mundialmente alastrado desde 2019, conhecido entre nós como COVID-19. Contudo, em tempo igual a imensa comoção que enredam lágrimas inolvidáveis de amargura, luto e indignação, habita-nos a alegria de sermos parte das comemorações de aniversário da Abrapso.

Que alegria, chega-se aos quarenta anos!

Diante disso, como não haveria de ser diferente, as celebrações destas quatro décadas de existência acontecem sem deixar despercebidos os “atuais desafios que se colocam para a Associação e para a Psicologia Social no país (ABRAPSO-SP, 2021)”. Movidos assim, tais desafios também foram propulsores indeléveis para a construção bem sucedida do XV Encontro da Abrapso Regional São Paulo, atualizando resistências ao cenário político aonde “abertamente inspirações fascistas atacam sem nenhum pudor a vida e os direitos da classe trabalhadora crescendo o compromisso com a transformação da nossa injusta sociedade (ABRAPSO-SP, 2021)”.

Foi-nos então, oportunizado nesta celebração participar com a proposta para o eixo 3: Classe, Raça e Gênero, da roda de conversa 14 (Caminhos da Psicologia Social: perspectivas de ação diante da privação de direitos), que de nossa parte, culminou no intuito de possibilitarmos discussões e reflexões sobre as perspectivas de ação para a construção de uma efetiva práxis no campo da Psicologia Social, com foco na promoção de uma sociedade sem opressão de qualquer nível, em especial, aquela edificada pelo racismo, pela violência contra as mulheres, contra as pessoas transgênero e deficientes.

Ressalta-se que nos são perspectivas urgentes em face a privação de direitos, do contexto sócio-político atual, que como já dito, se constitui de um cenário abertamente de inspiração fascistas, atolado no negacionismo da ciência e que além do recrudescimento das pautas autoritárias e da lógica privatista em todas as suas dimensões é exemplo nítido de necropolítica.

Asaber, o conceito supra citado (necropolítica) foi concebido no sentido original e profundo por Achille Mbembe, no ensaio “Biopoder Soberania Estado de Exceção Política da Morte”, aonde utiliza-se da noção de necropolítica para explicar as várias maneiras pelas quais, na contemporaneidade global, as armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos”.

Cabe aludir que Mbembe contrasta, assim, a noção de necropoder de Michael Foucault que considera o poder como um conjunto de relações de força multilaterais que detêm, entre outros domínios, o destino dos corpos humanos e designa-lhe viver ou morrer por meio das estruturas políticas das sociedades ocidentais desde a antiguidade até os dias

de hoje, sempre operando de forma difusa, capilar, espalhando-se por uma rede social que inclui instituições diversas como a família, a escola, o hospital, a clínica. Defende ainda, que a expressão majoritária da soberania faz morada no poder e na capacidade de eleger, assim como, sobrepor quem pode viver e quem deve morrer. Matar ou deixar viver constituem os limites da soberania. Pode-se asseverar que são seus atributos fundamentais (FOUCAULT, 1999).

Para Fátima Lima (2018), enfatizar as táticas da necropolítica para estabelecer o gume entre o que “pode fazer viver e o que pode deixar morrer”, Mbembe nos concebe a ideia de um acoplamento entre os diagramas de poder - soberania-disciplina-biopoder-biopolítica-necropolítica configurando-se em uma estrutura bio-necropolítica, visto que o biopoder é insuficiente para compreendermos as relações de animosidade e perseguição contemporâneas, pois há em curso a produção de “mundos de morte” ou “mundos de mortos vivos”, que promove a emergência e pulverização microcapilares das relações onde historicamente as redes de poder encontraram territórios privilegiados, sendo que a morte e a possibilidade do matável constitui o organizador das relações sociais.

Com base na análise dos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e do Ministério da Saúde que foram cruzados com as informações provenientes dos registros policiais publicadas no 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública do FBSP, o Instituto de Pesquisa Econômica aplicada (IPEA), juntamente com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FPSP) divulgaram recentemente a trágica constatação de que 59.627 mil homicídios ocorreram em solo brasileiro no ano de 2014.

O atual Atlas da Violência é sem dúvida, um instrumento que expõem o absurdo fenômeno de boca gigantesca alimentando-se de mortes por homicídios que no Brasil atingiram um recorde histórico. Além disso, o recente mapa da violência nos permite afirmar que uma porcentagem significativa da juventude negra está sendo devorada por tamanha atrocidade. A pesquisa revela que jovens negros com baixa escolaridade, com baixos recursos socioeconômicos e que vivem nas periferias são as principais vítimas (IPEA e FPSP, 2016).

Todavia, é oportuno recordar que não é de agora que a nação brasileira convive com números de mortes por homicídios que superam índices comparativos aos de conflitos de guerra internacionais, mas que população negra tem sido sua maior vítima. Segundo Prof. Doutor Juarez Xavier de Paula Xavier (2010), esse cenário insinua a existência de um processo permanente de violência que está no DNA de nossa República, escorado nas questões raciais como elemento central.

Para o professor as opções para a construção do estado nacional criaram as bases para a lógica do “extermínio programado das populações pobres e negras”. Essa lógica governa e condiciona as condições de vida e morte dessas populações que remota aos construtores do estado nacional, no período determinante de 1850 a 1930, pautadas pela eugenia e pela exclusão radical, trouxeram embutidas mecanismos e instrumentos que caracterizam uma forma sistemática de “genocídio programado das populações afrodescendentes” no Brasil.

Desse modo, o Estado Nacional Brasileiro foi fundado em bases excludentes, tendo no seu DNA códigos da intolerância à alteridade e pluralidade raciais, a violência social contra os segmentos subalternos, e a criminalização das comunidades empobrecidas. O combate contra essa lógica implica romper com as bases culturais, sociais, políticas e econômicas que deram origem a esse modelo de estado, que pune a alteridade e diversidade raciais, com todos os mecanismos de coerção à sua disposição, materiais e imateriais, notórios nos números de violência social, e os altos índices de morbidade das populações não brancas do país (Xavier, 2010).

Segundo Alves (2011), a partir da análise de distribuição desigual das mortes violentas no espaço urbano da cidade de São Paulo, sugere-se que há um padrão mórbido de governança espacial que elege determinadas geografias urbanas e determinados corpos como os alvos de controle e produção do medo. Para o autor, há um aspecto despótico da gestão da ordem urbana, herdado do período militar, que elege, evoca e justifica o extermínio de “inimigos internos” como forma de pacificação social e a política da violência com: “a distribuição calculada da morte e da punição como instrumentos políticos de controle territorial” (Alves, 2011, p. 109).

A periferia aparece como lugar da desordem e do crime, na disciplina espacial a partir do trabalho “pedagógico” de conselhos comunitários de segurança e das ONGs com foco nos jovens tidos como “problema social”, e nas intervenções estatais letais, como dão conta às ações policiais resultantes nos famigerados “autos de resistência” ou “resistência seguida de morte” (Alves, 2011).

Genocídio significa o extermínio sistemático de pessoas sob motivação com base nas diferenças, entre outras, étnicas/raciais. É um triste termo de morte de um povo, criado por Raphael Lemkin, que diante das atrocidades que abrigam uma grande parcela da população negra de hoje e de ontem infelizmente pegamos emprestado. É um termo que nos permite, diante da inércia de boa parte da sociedade brasileira, irmos além de um crime apenas de importância nacional, visto que é impraticável tratar o genocídio como um crime nacional, uma vez que por sua própria natureza é cometido pelo Estado ou por grupos poderosos, que têm o apoio do Estado. A cada dia vamos tendo certeza que o Estado brasileiro se nega e, portanto, apresenta dificuldades reais de processar um crime instigado ou apoiado por si só, mesmo com o tamanho dos rastros histórico que este crime esteja deixando.

Com bem concluiu Batista at. al. (2004):

Há uma morte negra que não tem causa em doenças; decorre de infortúnio. É uma morte insensata, que bule com as coisas da vida, como a gravidez e o parto. É uma morte insana, que aliena a existência em transtornos mentais. É uma morte de vítima, em agressões de doenças infecciosas ou de violência de causas externas. É uma morte que não é morte, é mal definida. A morte negra não é um fim de vida, é uma vida desfeita, é uma Átropos ensandecida que corta o fio da vida sem que Cloto o teça ou que Láquesis o meça. A morte negra é uma morte desgraçada.

Entretanto, há de se acrescentar à nossa reflexão que na medida em que a sociedade contemporânea aparta-se deixando para trás suas referências do Estado de Bem-Estar Social, para um Estado totalizante, onde como bem explica o Frankfurdiano Marcuse (1967), o controle social é exercido na perspectiva da configuração de um conjunto de condicionamentos sociais posicionados para subsumir as formas de controle social, conquistadas por meio das lutas civis, em novas formas de sociabilidade das quais se destacam ações e relações de “exclusão social” como um conjunto de fenômenos que se configuram no campo do desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a desqualificação social, a desagregação identitária, a desumanização do outro, a anulação da alteridade, a população de rua, a fome, a violência, a falta de acesso a bens e serviços, à segurança, à justiça e à cidadania, entre outras, se perde o direito a vida.

Nos ensina Giorgio Agamben (2010, p. 133), ao afirmar que “existem vidas humanas que perdem a tal ponto a qualidade de bem jurídico, que a sua continuidade, tanto para o portador de vida como para a sociedade, perdeu permanentemente todo o valor”, que há um tipo de morte diferente da diagnosticada com bases em sinais abióticos (ou tanatognósticos). Há

uma morte de definição e extensão de sentidos relacionados à perspectiva da diversidade cultural, classe social, raça-etnia, sexismo ou gênero.

Há um tipo de morte que escolhe como suas vítimas prediletas aqueles corpos humanos marcados pela desigualdade, por não preencherem certas determinações sociais abalizadas por meio do mercado, da produtividade e do consumo. São vítimas historicamente marginalizadas e à parte da vida social, sujeitos ocultos e despojados de direitos.

Walter Benjamin (1998) nos ajuda a compreender que há outros tipos de mortes que afetam os corpos desiguais e marginalizados, porque sob a égide capitalista nossas vidas precipitam entre duas categorias principais: a dos vitoriosos e a dos fracassados. Benjamin (1998) cuida de elucidar que os vitoriosos achando ter alçado ao posto lugar mais invejado do planeta, promoverem a si próprios um esforço de proporções tamanhas para tais conquistas, que sem perceberem se privam da liberdade ao se entregarem totalmente ao “partido único dos negócios”, naturalizando tudo e pessoas aos seus valores com a crença de que “fora do mercado não há salvação”. Por sua vez, aos fracassados, estes no chão dos desafortunados, podem analisar criticamente a sua situação frente ao real, ampliando enormes suas possibilidades de se reinventarem de forma diversa a essa “servidão voluntária” aos valores da ordem.

Assim, como já mencionando, nossa participação nas comemorações dos 40 anos da ABRAPSO com a proposta bem sucedida da roda de conversa 14, intitulada “Caminhos da Psicologia Social: perspectivas de ação diante da privação de direitos” se concluiu feliz, porque reuniu trabalhos a favor de esforços na produção prática e teórica produzidos pesquisadoras (es), engajados no manejo de negritar a situação de desigualdade social, violência e genocídio, mas também, o processo de elaboração de sofrimento, memória social, luta por reconhecimento e pela manutenção da vida sob a ótica da psicologia social, dos Direitos humanos e da luta contra a servidão provocada pela privação de direitos civis, do despejo, do sofrimento do abuso de drogas legais e ilícitas, do abandono, da falta de saúde, do tráfico humano, da deficiência física como parâmetro de exclusão.

Pudemos refletir e aprender que são inverdade e preconceituosos os pensamentos que envolvem o corpo com deficiência física, de modo quase generalizado, como insuficiente e conseqüentemente sob o prisma da estética corporal hegemônica voltada aos interesses econômicos, que revela ao corpo a comparação de mercadoria lucrativa, aquelas pessoas que utilizam cadeira de rodas, não podem ter uma vida sexual. De modo específico o trabalho “Pessoa com Deficiência Física: Vivência da Sexualidade”, nos possibilitou compreender que a deficiência física engendra nos próprios corpos das pessoas um caráter particular, assim como, envolve aspectos biológicos, psicológicos, sociais, de restrição de participação, mas principalmente, como se produz o diagnóstico e a forma como a deficiência se estabelece no entendimento da pessoa deficiente, como a sociedade lida com essa condição de diferença em termos de direitos, justiça social e políticas de bem-estar.

A construção social dos conceitos de sexualidade e deficiência possui componentes culturais e históricos, passando por períodos de marginalização. Assim, segundo o apreendido no trabalho em questão, continua necessária e urgente a responsabilidade da psicologia em todos seus campos de atuação refletir como a pessoa deficiente física pode encontrar caminhos de emancipação e participação plena na sociedade brasileira com possibilidades plenas de viver sua sexualidade.

Outro ponto marcante das discussões que ocorreram foram as questões apontadas pelo trabalho “O tratamento de usuários de substâncias psicoativas sob a perspectiva da Redução de Danos: uma proposta alternativa ao paradigma da abstinência”. Foi interessante

perceber o comprometimento da pesquisadora muito jovem, mas empenhada nos valores que edificaram sua pesquisa como qualidade de vida, intervenções participativas, importância do contexto social, valorização dos direitos humanos e o envolvimento familiar. Foram importantes as suas considerações, no sentido de que muitas pessoas em conflitos mediados pelo uso abusivo de entorpecentes, em muitos casos estão abandonados e em outros casos, as próprias famílias destes também são sistematicamente abandonadas.

Foi muito importante, por meio da narrativa das próprias pessoas ameaçadas de perderem suas moradias herdadas por gerações, compreendermos que nos 26 mil hectares de terras existentes entre os municípios de Ibiúna e Piedade, além de exuberantes ecossistemas naturais e relevância ecológica, existe um conflito causado pelo risco de criminalização e expulsão de pessoas que dizem habitar a região por gerações. O trabalho “Conflitos em uma Unidade de Proteção Integral: Experiência de Pesquisa Psicossocial no Parque Estadual do Jurupará” nos foi de grande apreciação, visto que, por meio de um vídeo comovente, nos possibilitou compreender que desde 1992, o Parque Estadual do Jurupará se configura como uma das Unidades de Conservação Integral, cuja gestão fora aplicada de modo abrupto, sem que se resolvesse e envolvesse a situação das populações – tradicionais e não tradicionais – que habitam o local, resultando em uma série de conflitos entre os diversos atores sociais presentes no campo, e que apresentam interesses distintos e por vezes incompatíveis.

“Prostituição, exploração sexual infanto-juvenil e tráfico humano: um olhar para o invisível”, nomeia um trabalho grandioso, que tem como colaboradoras mulheres atendidas por uma ONG, a qual se ocupa da vocação de auxiliar mulheres vítimas de exploração sexual e tráfico de pessoas. Um tema que nos enriqueceu muito, porque ampliou a nossa compreensão de que o tráfico de pessoas configura-se um crime marcado pela invisibilidade, que ocorre de modo silencioso, ocultando-se imerso ao submundo, na qual em vários casos, também envolve crimes como o tráfico de drogas, o comércio de órgãos e pele e a venda ilegal de armas de fogo. Por meio desta exposição oral, pudemos refletir e nos indignar com a experiência de pessoas que são traficadas para uma infinidade de fins horríveis, como o trabalho ou serviços forçados, a servidão, a escravidão, a remoção de órgãos ou o casamento servil, e a exploração sexual, onde a vítima, em sua maioria, são mulheres.

A violência contra a mulher, segundo Leite et al. (2019) é um fenômeno de complexidade social com danos psicológico, moral e físico, em que suas manifestações abrigam relações de subordinação permeadas de medo, isolamento, dependência e intimidação para a mulher. Compreende-se como uma ação que envolve a força real ou simbólica, por parte de alguém, com o intuito de dominar o corpo e a mente à vontade e liberdade de outrem.

Leite et al. (2019), denota que perante a desigualdade de poder nas relações, questão central do fenômeno da violência, a opressão configura-se como forma no exercício do poder patriarcal dominante que pavimentam, ao mesmo tempo, os caminhos das iniquidades de poder expressas nas relações desiguais de gênero. Assim, tem-se evidenciado que a violência contra a mulher tem ocorrido indiscriminadamente, inclusive no ambiente obstétrico.

De forma magistral, o tema violência obstétrica fechou a nossa Roda no último dia do XV Encontro da Abrapso Regional São Paulo. Com o título: “Violência obstétrica em foco: conhecer para enfrentar”. A exposição oral seguiu as diretrizes de um projeto de Iniciação Científica, ainda por finalizar, com o objetivo investigar as percepções de parturientes sobre os significados da violência obstétrica (VO) durante o pré-parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O trabalho permitiu que refletíssemos sobre o conceito de VO, além de analisar as políticas públicas na promoção do bem-estar físico,

psíquico e social de gestantes e parturientes, bem como refletirmos a respeito do papel da Psicologia em contextos de violência obstétrica.

Concluímos, portanto, ressaltando a fundamental importância de termos participado e podido colaborar com reflexão, contribuições teóricas e metodológicas, que com certeza ampliaram nosso repertório humano e como pesquisadores. Neste sentido, mais uma vez parabenizamos ABRAPSO regional de São Paulo e agradecemos imensamente aos estudiosos que nos honraram com a participação de seus trabalhos e suas exposições orais, edificando ainda mais a nossa roda de conversa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALVES, J. A. (2011). Topografias da Violência: Necropoder e Governamentalidade Espacial em São Paulo. In: Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume 22, p. 108-134.

BATISTA, L. E.; ESCUDER, M. M. L. & PEREIRA, J. C. R. (2004). A cor da morte: causas de óbito segundo características de raça no Estado de São Paulo, 1999 a 2001. In: Revista de Saúde Pública/ Rev. Saúde Pública vol.38 no.5 São Paulo. < <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102004000500003> >. Print version ISSN 0034-8910

BENJAMIN, W. (2011). Magia e técnica: arte e política (Obras escolhidas, Vol. 1). São Paulo: Brasiliense.

Foucault, M. (1999). Em defesa da sociedade: Curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes.

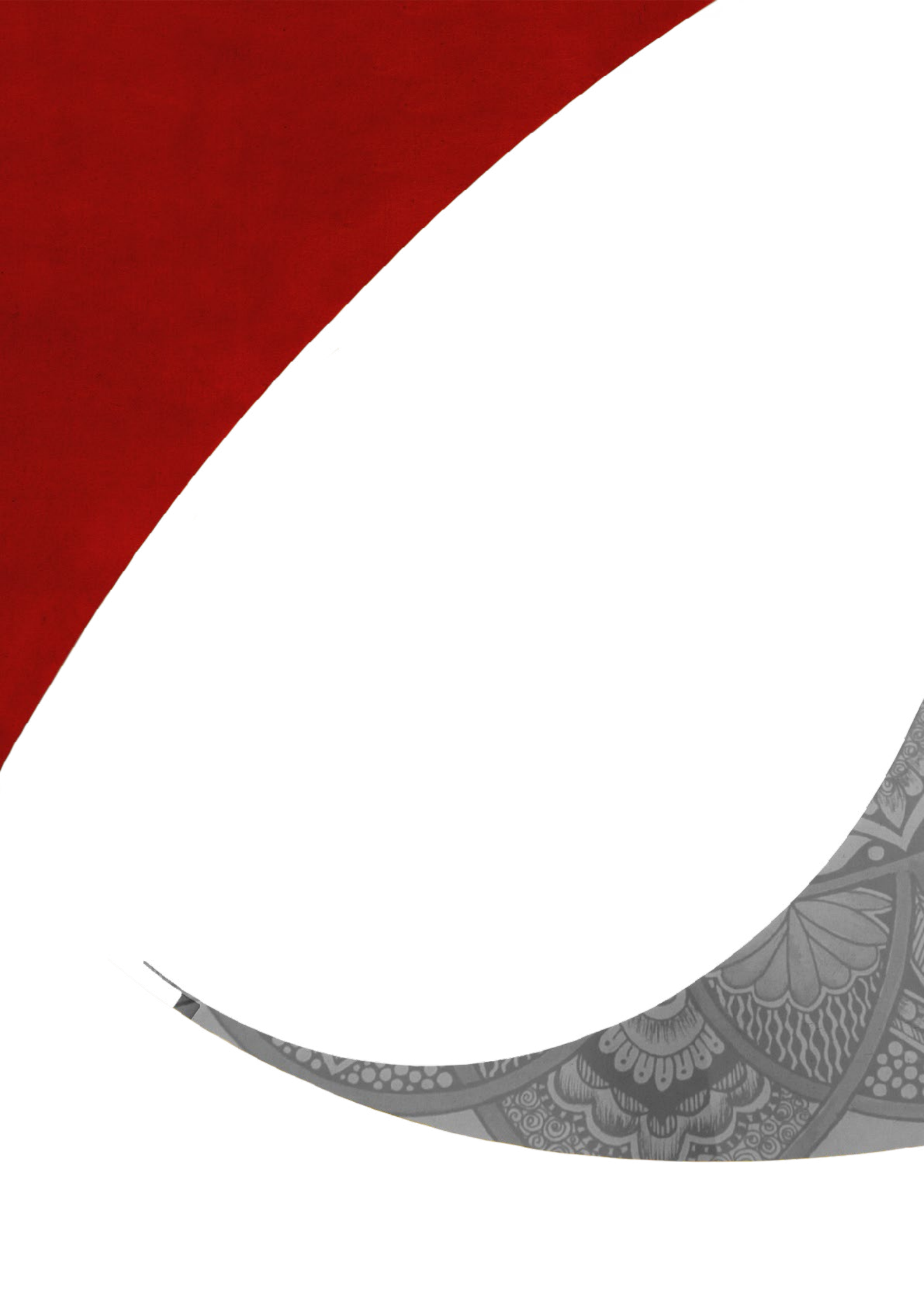
LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. Arq. bras. psicol. [online]. 2018, vol.70, n.spe [citado 2021-07-18], pp. 20-33 . Disponible en: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000400003&lng=es&nrm=iso >. ISSN 1809-5267.

Marcuse, H. (1967). Ideologia da sociedade industrial Rio de Janeiro: Zahar.

Mbembe, A. (2018). Necropolítica. São Paulo, sp: n-1 edições.

XAVIER, Juarez Tadeu de Paula Xavier. Afrodescendente: identidade conquistada. São Paulo: Salesiana, 2010.





CAPÍTULO 5

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O LUGAR DA ESCOLA PÚBLICA: POSSIBILIDADES REGULATÓRIAS E/OU EMANCIPATÓRIAS

Maria Cristina Dancham Simões
Cecília Pescatore Alves

O primeiro semestre de 2020 principiou, para os brasileiros, assolado pelo fenômeno pandêmico decorrente do coronavírus (sars-cov-2). Essa realidade provocou intensas transformações adensando e visibilizando o não acesso aos direitos de cidadão, garantidos na constituição de 1988 ao povo brasileiro. Certamente o processo de educação também foi afetado.

Mas, antes mesmo da pandemia, a educação brasileira que caminhava com dificuldades e desigualdades, orientada pelo Plano Nacional de Educação, aprovado em 2001 com a proposição de erradicar o analfabetismo e universalizar a educação básica sofre um desmonte e sucateamento da sua estrutura mediante ações governamentais que se constituíram após o processo de afastamento da presidente Dilma, democraticamente eleita, entendido pelas autoras deste texto, como golpe.

Destaca-se aqui, como uma ação fundamental que precipitou a assolação do processo de educação brasileira, a Emenda Constitucional 95 de 2016, que ao estabelecer o teto dos gastos com Educação no país pode ter impedido que aproximadamente US\$ 20 bilhões fossem investidos na área¹⁸. Além disso, o congelamento dos gastos dificultou a implementação do Plano Nacional de Educação, que já havia demorado alguns anos para ser finalizado. “Ao estabelecer um teto de gastos públicos, inviabilizou também ‘quaisquer políticas públicas nas áreas de educação, saúde e assistência social, justamente nas quais são expostas nossas maiores fragilidades nesses tempos de coronavírus.” (PEIXOTO¹⁹, 2020, p.1).

A Medida Provisória nº 746/2016, que trata da criação do novo ensino médio, refere-se, na nossa percepção, a mais uma ação que está no bojo do projeto de desmonte do processo de educação no Brasil. Na ocasião o então presidente da República, Michel Temer, e o ministro da Educação, Mendonça Filho, anunciam que a medida considera prioritária a aprendizagem do aluno e a manutenção dos jovens na escola, a partir de uma proposta curricular que contemple as necessidades individuais dos estudantes e ofereça oportunidades equivalentes às ofertadas nos principais países²⁰.

Em debate promovido em 2016 pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) Gaudêncio Frigotto afirma que: “[...] a reforma do ensino médio por meio da Medida Provisória nº 746/2016 é uma agressão frontal à Constituição de 1988 e à Lei de Diretrizes da Educação Nacional, que garantem a universalidade do ensino médio como etapa final de educação básica”.

A reforma do ensino médio desencadeou discordância com manifestações de críticas, por vários segmentos da sociedade e em especial por inúmeros movimentos sociais, a falta de debate relativa ao teor da mudança que privilegia uma formação mínima, dual e desigual, mas sobretudo, os comentários mais contundente se concentraram na postura autoritária da ação.

18 Conforme notícia em <https://diplomatie.org.br/a-educacao-perdeu-r-326-bi-para-a-ec-95-do-teto-de-gastos/>

19 Madalena Guasco Peixoto-Coordenadora da Secretaria-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino — Contee e diretora da Faculdade de Educação da PUC-SP

20 Comentário realizado por *Marise Ramos* em 30/09/2016 disponível em [Portal de Periódicos - Fiocruz](#).

O grupo que assumiu o MEC [Ministério da Educação] no atual governo golpista e ilegítimo argumenta que o ensino médio no Brasil é o principal desafio da educação brasileira, com um quadro de estagnação das matrículas, a existência de mais de um milhão de jovens de 15 a 17 anos fora da escola. Apresenta, ainda, um dado de pesquisa da Fundação Getúlio Vargas de que 40,3% desses jovens apresentam a falta de interesse no ensino médio como motivo. Resolve, assim, reformar o ensino médio por meio da Medida Provisória. Antes de se falar de seu conteúdo, é importante destacar a forma autoritária que se releva nesta medida e que tem sido a marca deste governo. Apela-se para o interesse dos jovens como argumento, mas sem qualquer discussão com educadores, famílias e com os próprios estudantes sobre o significado da suposta falta de interesse e suas possíveis soluções. O governo ilegítimo e seus prepostos anunciam que se trata de uma reforma para tornar o ensino médio de horário integral, com base na experiência do estado de Pernambuco, mas não revela que se trata, na verdade, de um fatiamento do ensino médio, com violenta redução de suas finalidades e da formação que deveria ser básica, unitária e comum a todos os estudantes. (FRIGOTTO, 2016, P.1)

Mas, não há como negar as consequências nefastas para a educação brasileira do (des) governo bolsonarista. Foi no governo de Jair Bolsonaro que outras ações pontuais foram ganhando força, como a militarização da educação, a política de abstinência sexual na adolescência e o financiamento de um aplicativo para alfabetização de crianças. Todos estes atos têm em comum o fato de irem na contramão do que vinha se propondo até 2016 no Plano Nacional de Educação

A militarização da educação, efetivada pelo Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares²¹, tem como pano de fundo a suposta excelência educacional, didática, pedagógica e administrativa na gestão de escolas, colocando as Forças Armadas ou forças militares estaduais em contato direto com as unidades escolares.

Esse contato já existia em ações menores, como o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), modelo desenvolvido a partir de um projeto estadunidense dos anos de 1980. Para além de desrespeitar a liberdade e o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, previsto na Lei de Diretrizes e Bases, há também a questão das verbas, uma vez que as escolas dependerão da adesão ao programa para que recebam algum recurso (que fora congelado pela EC 95). Outro destaque está na pouca delimitação do papel dos militares, quais seriam os limites de sua atuação e como impasses seriam resolvidos²².

O argumento usual para a defesa da militarização da escola está na avaliação de qualificação do ensino, contudo afirmam Pinheiro; Pereira; Sabino (2019, p. 682)

Ao analisar as concepções de qualidade no modelo de gestão militarizada nas escolas, ainda que se busque sustentar uma narrativa do resgate da autoridade do professor e em seguir normas militares tradicionais, reproduz-se a mesma lógica dos sistemas comparativos e padronizados de avaliação para mensuração. Ou seja, tais indicadores quantitativos ocultam a importância de aspectos pedagógicos fundamentais para o pleno desenvolvimento e para uma formação (e por isso cidadã) dos jovens brasileiros. A qualidade defendida se mostra como fruto dos desempenhos obtidos nas provas do IDEB e ENEM; porém, os vieses da narrativa não consideram as condições políticas que sustentam os supostos resultados.

Segundo os autores as escolas militarizadas, ao selecionarem os alunos ingressantes, estabelecem vantagens quantitativas nos processos de avaliação pedagógica e nos indicadores de qualidade, bem como visibiliza o mecanismo de reprodução das desigualdades,

21 O modelo de militarização da escola pública proposto pelo MEC com o Decreto no 9.465.

22 <https://ubes.org.br/2019/10-problemas-graves-no-projeto-de-bolsonaro-para-militarizar-escolas/>

na medida que os demais segmentos da população estão destinados as demais escolas que não recebem os mesmos investimentos públicos.

[..] sob o pretexto do aumento da qualidade da educação, a militarização não só se distancia da gestão democrática escolar, como aponta para incongruências frente à Constituição Federal de 1988, ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/1996), ao permitir a inserção de professores militares sem concursos e formação na área, bem como adotar normas e regras militares que violam ou restringem a intimidade e vida privada dos estudantes. (PINHEIRO; PEREIRA; SABINO, 2019, p. 682).

Outra ação governamental de grande potência para o processo regulatório da sociedade brasileira se refere a Campanha Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, uma parceria do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos com o Ministério da Saúde, tem a particular característica de ser direcionada à adolescentes, portanto em idade escolar, mas não fazer sequer menção ao espaço da escola. A desvinculação da temática de sua relação com a educação sexual é mais uma proposta que remonta o período da campanha eleitoral de Bolsonaro, em 2018, particularmente de seus apoiadores e das *fake news*, em que a educação sexual foi reduzida e transformada em educação para a realização de ato sexual, uma visão distorcida e limitada sobre as possibilidades que a temática possui, como por exemplo a contribuição na identificação e prevenção de abusos sexuais, a discussão a respeito de gênero, entre outras. T. W. Adorno²³, já nos anos de 1950, estudou as características de pessoas fascistas e identificou que a ignorância, ao gerar incerteza e ansiedade, é o substrato para o reacionarismo.

Diferente na natureza em relação aos projetos acima referidos, contudo também controverso e ante democrático é o Graphogame, aplicativo utilizado para suposta alfabetização de crianças. Dentro do Programa Tempo de Aprender, que visa a alfabetização baseada na ciência, o software tem como objetivo acompanhar o processo de letramento de crianças, especificamente a relação entre letra e som. Cumpre destacar que o software ajuda a criança a ler e não necessariamente a escrever, processos complementares, porém distintos. Além disso, vale destacar que o software foi importado e traduzido, o que possivelmente pode levar a incongruências no conteúdo ou a uma superficialidade dele. É nítido neste caso não apenas a tentativa de substituir a educação presencial pela remota, mas também de remover a mediação do professor e da própria escola do processo de alfabetização.

Esses três projetos são exemplos de como a mentalidade fascista se organizou como política no Brasil. Chama a atenção como os projetos são individualizados (visam uma escola, um adolescente, uma criança) e não se propõem a se efetivar como, de fato, políticas, que abranjam a diversidade cultural da população e permitam a regionalização dos conteúdos. Os projetos são pasteurizadores. Não permitem o diverso, não abrem à espontaneidade e à possibilidade de experiência genuína²⁴, nos termos que Walter Benjamin (2000; 2006) já indicava. Sobretudo, impedem qualquer possibilidade de uma educação libertadora, como tão bem postulou Paulo Freire²⁵.

Em ensinando a transgredir Bell Hooks (2017) nos fala dessa força libertadora da educação: “Quando descobri a obra do pensador brasileiro Paulo Freire, meu primeiro contato com

23 Em 1944 Adorno coordenou um grupo de pesquisadores da Universidade de Berkeley numa investigação que deu origem ao livro *Personalidade autoritária* publicado em 1950.

24 Para Walter Benjamin, a genuína experiência é aquela que ocorre por meio de uma comunhão do indivíduo com a coletividade, do homem moderno com o passado.

25 Paulo Freire, na obra *Pedagogia do Oprimido*, 1987 diz com convicção acerca da possibilidade libertar o oprimido.

a pedagogia crítica, encontrei nele um mentor e um guia, alguém que entendia que o aprendizado poderia ser libertador”.

A roda de conversa ocorrida no encontro Regional da ABRAPSO -SP em 2021, gênese deste capítulo, parte desses questionamentos e da constatação de que as políticas educacionais do século XXI são marcadas pela lógica privatista, pelo desmonte da escola pública, bem como pelo aprofundamento das desigualdades sociais e a utilização da tecnologia como fim em si mesma. O congelamento dos gastos públicos com Educação, a escassez do financiamento à ciência e ao Ensino Superior principalmente na área das Humanidades, os direcionamentos cada vez mais visíveis à educação remota, a militarização da escola pública e ao homeschooling são apenas as condições atuais do modelo neoliberal sob a égide do autoritarismo fascista bolsonarista. Soma-se a isso a imprevisibilidade do momento atual pandêmico que proporciona uma crise econômica e sanitária que fornece novas proporções para tais questões, desvelando-as e acentuando as contradições sociais.

Como se não bastasse o enfrentamento de uma crise sanitária sem precedentes — luta que, é preciso destacar, está sendo feita a despeito da omissão do governo federal —, essa batalha vem acompanhada de obstáculos que incluem a falta de saneamento básico à qual está submetida parte da população, a precariedade de moradia e de alimentação, o desmonte do Sistema Único de Saúde e a carência de investimentos em saúde pública, os ataques — cruelmente acirrados neste momento — aos direitos trabalhistas.[...] desigualdade no acesso à educação. (PEIXOTO, 2020, p.1)

Esta perspectiva possibilitou um amplo debate acerca dos efeitos das políticas do atual governo na Educação, constituindo-se em outros exemplos, diretos ou indiretos, das consequências de sua vigência. Não por acaso, a maioria dos trabalhos discutiam políticas, modos de organizar a sociedade e de entender pautas importantes e que são constantemente atacadas na atualidade. Outros trabalhos referiam-se especificamente à realidade dos professores, categoria profissional desvalorizada e sofrida.

Dois trabalhos discutiram a presença da construção de um projeto de vida ao longo da trajetória escolar, entendido por Favacho e Piolli (2021) como uma disciplina, mas também como um princípio. A discussão sobre o projeto de vida estabeleceu, neste debate, uma relação direta entre trabalho e educação, em que competências e habilidades são trabalhadas a partir de indicadores internacionais. Interessante notar que todas as referências a projeto de vida, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), não estabelecem tal relação direta, o que provavelmente diz sobre a apropriação da BNCC no cotidiano das escolas. De qualquer maneira, Camargo e Adan (2021), a partir da reflexão sobre as identidades juvenis, discorreram sobre a contradição inerente ao projeto de vida, que ao mesmo tempo que impõe a reprodução também permite a resistência. Os autores indicam a organização da formação a partir da esfera do consumo, o que se efetiva pela lógica do capital e é restrito às classes privilegiadas. Favacho e Piolli (2021) também concordaram ao indicar a individualização da responsabilidade pelas escolhas dos jovens, estimulando a perspectiva empreendedora e competitiva.

Outra temática diretamente relacionada à BNCC e ao projeto de vida, diz respeito às habilidades socioemocionais, que tem sido objeto de constantes discussões nas escolas públicas paulistas. A partir da análise de documentos e discursos no que concerne à temática, Toledo e Silva (2021) buscaram apresentar como os programas de educação formal e não formal se relacionam com a perpetuação das desigualdades sociais, compreendendo que isso se dá por meio da conformação de subjetividades para reprodução dessas desigualdades.

As competências socioemocionais, valorizadas em programas como o Inova Educação²⁶, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, se estruturam a partir de uma armadilha subjetivista, que organizam estratégias para gestão da pobreza.

Com relação às discussões elaboradas, o eixo norteador foi de fato a crítica à lógica privatista e aos indícios de fascismo. Sobre o trabalho docente, quatro trabalhos dedicaram-se a pesquisas empíricas e teóricas sobre o tema. A partir da Teoria Crítica da Sociedade, Ramos (2021) faz uma discussão sobre como a pandemia potencializou as dificuldades da docência. Relata as particularidades de um curso de nível superior em Roraima, em que houve falhas no acesso à internet banda larga, que permitiria melhor participação nos conteúdos ofertados remotamente. Além disso, retomou as demissões em massa que ocorreram no setor privado, mencionando também a própria dificuldade envolvida no uso da imagem de professores. Na educação básica, salientou a ansiedade, depressão e estresse dos educadores com relação às novas configurações impostas pela pandemia e, em uma crítica à redução da escola a uma função socializadora, menciona a aproximação às técnicas psicológicas do fascismo contida em movimentos como o Escolas Abertas e outros, em que há uma cisão da consciência. Para sua superação, propõe a promoção da consciência, sugerindo a “vacinação” das pessoas com relação a falsas imagens que são parte da técnica de manipulação, além da recusa às técnicas da direita.

Outro movimento fascista despontou nas análises apresentadas na Roda de Conversa. O Escola sem Partido foi analisado por Fernandes (2021), a partir do relato de sua tese de doutorado, que buscou problematizar uma educação para a conservação e a possibilidade de uma educação para a emancipação. Partindo da análise comportamental da cultura, identifica o movimento como uma agência de controle, instituição social que organiza a vida em comunidade, buscando exercer controle governamental, econômico, religioso e moral. De outra parte, apresenta e discute as instâncias de contracontrole, como a mídia, os intelectuais, os movimentos sociais e determinados políticos, que expressam a resistência da sociedade.

Campos e Furlan (2021) relataram sua experiência de estágio com professores na Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC), de professores de uma escola pública estadual do interior de São Paulo. Considerando o caráter informativo dessas reuniões, o trabalho ali desenvolvido objetivava a transformação desses encontros em um lugar político, no sentido de favorecer a gestão democrática. Os autores esbarram no questionamento sobre se é possível pensar nesses termos a partir da lógica neoliberal. Seu relato explicita o cotidiano das atividades docentes da escola pública paulista, em que há pouco espaço para a democracia e para o fortalecimento de uma consciência crítica à realidade. Essa mesma denúncia foi feita por Gouvêa (2021), que explicitou o processo de sucateamento da educação pública paulista, que teve na pandemia um catalisador, uma vez que essa foi apropriada como desculpa para a crise na educação, a qual está relacionada à crise econômica e política. A partir da análise dos sentidos subjetivos de professores sobre seu trabalho, identificou que há um esvaziamento desses sentidos, tanto no que se refere à sua atuação quanto à formação humana em si.

A constatação de que a crise da educação é uma crise política é retomada por Veras, Pannunzio e Alves (2021), as quais partiram da análise da história de vida de duas professoras de escolas privadas, recorrendo ao sintagma identidade-metamorfose-emancipação, proposto por Ciampa (1987), para compreender como as políticas de educação se constituem como políticas de identidade. Compreendem que a emancipação não é plenamente possível no neoliberalismo e, para tanto, partem da ideia de fragmentos emancipatórios como

26 <https://inova.educacao.sp.gov.br/>

possibilidade, porque identificam que as professoras expressam em seus relatos submissão a estruturas de poder, o que é bastante marcado pelo interesse mercadológico das escolas em que se encontram atuando. Esta constatação revela que as políticas de identidade, a que as professoras estão submetidas, apesar de possuírem características emancipatórias são regulatórias, dificultando possibilidades emancipatórias.²⁷

Também apareceu a figura da gestão escolar. Em Pereira (2021), retomou-se a ideia de fracasso escolar a partir do relato de gestoras. Infelizmente, notamos que a culpabilização da criança e da família ainda persiste, em que a escola justifica com questões individuais quando não consegue atingir o aluno. A autora destaca a também ainda forte relação entre educação e saúde, em mais uma individualização e culpabilização do fracasso, por meio do diagnóstico para a efetivação da inclusão de crianças com necessidades educativas especiais. Indica, ainda, a relação dos pais com o contexto educacional que, segundo o relato das gestoras, aparecem apenas quando são chamados e, mais uma vez, há a responsabilização dos pais pelo fracasso escolar, retomando em seus discursos a tese da carência cultural, como justificativa ainda não superada nos meios escolares. Este trabalho foi marcado pela constatação da perpetuação e repetição, denunciados por Patto em 1990, dos mesmos mecanismos, de patologização e culpabilização de crianças e famílias, desconsiderando o contexto social e a condições materiais para efetivação da educação escolar.

Os atravessamentos perpetrados pelo capital se expressam em diferentes âmbitos. Raça, gênero e classe foram temáticas que surgiram entre os debates. A partir do mesmo já citado referencial teórico-metodológico de Ciampa, Santos (2021) trouxe ao debate a discussão sobre a educação e a população negra brasileira, por meio da identidade de uma jovem negra universitária. Recorre a Franz Fanon (2008; 2010) e às ideias de sociogenia e alienação colonial, indicando um percurso histórico que passa pela educação do negro no Brasil, que se deu em relação ao trabalho, além das discussões sobre o lugar da mulher. Uma das questões, fortemente debatida decorreu das possibilidades de processos identitários na direção da emancipação do humano, e que estes são cerceadas por políticas de identidade produzidas pela estrutura social e reproduzidas nas políticas educacionais vigentes no país. No que diz respeito a população negra feminina, as políticas de identidade regulatórias dificultam o acesso a educação a partir do não reconhecimento como lugar de direito.

Em Aversa e Souza (2021), a partir de uma dissertação em Geografia, houve a discussão a respeito das políticas afirmativas para reserva de vagas à negros no vestibular de uma universidade pública, a partir de uma análise quantitativa do perfil dos candidatos e seu desempenho do exame. Analisando as diferenças entre um período anterior às políticas e um período posterior, identificou a importância delas, bem como pontuou que o problema do acesso ao ensino superior a princípio não tem relação com a forma de organização do vestibular, estando o problema localizado em etapas anteriores, do próprio processo de escolarização.

Amaral, Ferreira e Carvalho (2021) discutem a reprodução social sustentada pela educação pública, a partir da divisão social e sexual do trabalho. Buscam em escritos feministas marxistas para apresentar a discussão sobre a regeneração da força de trabalho, a menção ao cuidado das pessoas não produtivas, a produção da vida, todos permeados por um recorte de gênero. Mencionam, por fim, a feminização da docência e a destaca no cenário particular da pandemia, em que as professoras foram tomadas por seu trabalho dentro de seu espaço doméstico, o que só dificulta a compreensão das relação de exploração. Já Novaes e Musha (2021) discutiram a elitização da língua como fator de interesse e aprendizado na graduação de estudantes oriundos de escolas públicas. Constatam a contradição de que a elitização da língua, expressa

²⁷ O conceito de emancipação aqui referido encontra-se discutido em Almeida, 2017 <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29170998>

majoritariamente pela norma culta, gera sentimento de frustração e inferioridade, ao mesmo tempo que permite a padronização e organização do processo de aprendizagem.

Por fim, um relato de experiência de extensão contribuiu para a compreensão de possibilidades ao avanço fascista (EIGENHEER; CAMARGO; FONSECA, 2021). Oferecido à professores e agentes educacionais de uma rede municipal do interior de São Paulo, o curso de extensão partiu da constatação de um desconhecimento geral do Estatuto da Criança e do Adolescente, o que foi mote para o processo grupal. Ao longo dos encontros foram debatidas temáticas do Estatuto, bem como tópicos em Direitos Humanos, com o objetivo de levar conhecimento sobre o atendimento à criança e ao adolescente. Ao final do processo, a partir da avaliação feita, houve uma aceitação à compreensão do papel da escola na garantia de direitos de crianças e adolescentes.

De maneira geral, o debate da Roda de Conversa circulou pela denúncia e análise dos ataques fascistas à educação e à escola pública, cumprindo com seu propósito inicial, de organização de um espaço de reflexão e consciência crítica à sociedade atual. Considerando as políticas educacionais no contexto das políticas colonizadoras e regulatórias, debateu-se as possibilidades de fazer frente a isso, a partir do acúmulo do grupo. A situação atual, de pandemia e crise, apenas agrava e agudiza o que já se estruturava como uma política de destruição e morte.

No espaço escolar público essas questões foram ainda mais aceleradas, denunciando um processo que já vinha se organizando em torno de pautas reacionárias e fascistas. O excesso de trabalho imposto aos professores, somado às precárias condições para atuação em meio remoto, denunciam uma dificuldade no cumprimento da função escolar que se estrutura há anos na educação pública paulista. A ênfase nas habilidades socioemocionais, como um componente curricular a ser alcançado, além da contratação de psicólogos para atendimento remoto à comunidade escolar pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, são expressões da contribuição de uma Psicologia que se presta ao papel de contribuidora, mais uma vez, nos processos de culpabilização individual.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ana Caroline; FERREIRA, Mariana Carolina Batista; CARVALHO, Carolina Faria de. Reprodução social sustentada pela educação pública no Brasil. In: Encontro Regional da Abrapso Regional São Paulo, 15, 2021, Santos. **Anais...** Santos: Abrapso Regional São Paulo, 2021.

AVERSA, Vinicius de Oliveira; SOUZA, José Gilberto. Inepta raiz da meritocracia e luta por inclusão: a questão étnica e o vestibular da UNESP. In: Encontro Regional da Abrapso Regional São Paulo, 15, 2021, Santos. **Anais...** Santos: Abrapso Regional São Paulo, 2021.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2006.

BENJAMIN, Walter **A modernidade e os moderno**. (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 2000.

CAMARGO, Educaro de; ADAM, Joyce Mary. Escola, Sociedade e Políticas Públicas na construção de Identidades Juvenis. In: Encontro Regional da Abrapso Regional São Paulo, 15, 2021, Santos. **Anais...** Santos: Abrapso Regional São Paulo, 2021.

CAMPOS, Bárbara de Souza; FURLAN, Vinícius. Gestão democrática na educação e suas (im)possibilidades de efetividade em tempos de neoliberalismo. In: Encontro Regional da Abrapso Regional São Paulo, 15, 2021, Santos. **Anais...** Santos: Abrapso Regional São Paulo, 2021.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social.** São Paulo, SP: Brasiliense, 1987.

EIGENHEER, Juliana Maria Luccas Duarte; CAMARGO, Eduardo de; FONSECA, Débora Cristina. O ECA na formação de professores: efetivação de práticas em Direitos Humanos. In: Encontro Regional da Abrapso Regional São Paulo, 15, 2021, Santos. **Anais...** Santos: Abrapso Regional São Paulo, 2021.

FANON, F. Pele Negra, Máscaras Branca. Salvador: EDUFBA, 2008. 194 p.

_____. Os condenados da terra. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010. 374 p.

FAVACHO, Ana Veraldj; PIOLLI, Evaldo. A empresa na escola: o projeto de vida no programa ensino integral do Estado de São Paulo e a formação do estudante do ensino médio. In: Encontro Regional da Abrapso Regional São Paulo, 15, 2021, Santos. **Anais...** Santos: Abrapso Regional São Paulo, 2021.

FERNANDES, Diego Mansano. Entre a conservação à emancipação: controles e contracontroles ao redor do Programa Escola Sem Partido. In: Encontro Regional da Abrapso Regional São Paulo, 15, 2021, Santos. **Anais...** Santos: Abrapso Regional São Paulo, 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). In: Marise Ramos, reportagem. **Portal de Periódicos - Fiocruz** 30/09/2016.

GOUVÊA, Elisa. Trabalho docente e mercantilização da educação na pandemia: reflexões histórico-culturais. In: Encontro Regional da Abrapso Regional São Paulo, 15, 2021, Santos. **Anais...** Santos: Abrapso Regional São Paulo, 2021.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir. A educação como prática da libertação. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins fontes, 2017.

NOVAES, Nathalia Gonçalves; MUSHA, Elisa Harumi. Conflitos entre a norma culta e o sistema de ensino médio da cidade de São Paulo. In: Encontro Regional da Abrapso Regional São Paulo, 15, 2021, Santos. **Anais...** Santos: Abrapso Regional São Paulo, 2021.

PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do Fracasso Escolar. Histórias de submissão e rebeldia.** São Paulo T.A. Queiroz, Editor, LTDA, 1990.

PEIXOTO, Madalena Guasco. A pandemia e o direito à educação. Vermelho. Publicado em 14/05/2020. Disponível em: <https://vermelho.org.br/autor/madalena-guasco-peixoto/> Acesso em 22 de julho de 2021.

PEREIRA, Julia de Pádua. "A escola acaba por não atrair aquele aluno, nós não conseguimos dar esperança para ele": representação do fracasso escolar para gestoras de escolas públicas de um município do sul de MG. In: Encontro Regional da Abrapso Regional São Paulo, 15, 2021, Santos. **Anais...** Santos: Abrapso Regional São Paulo, 2021.

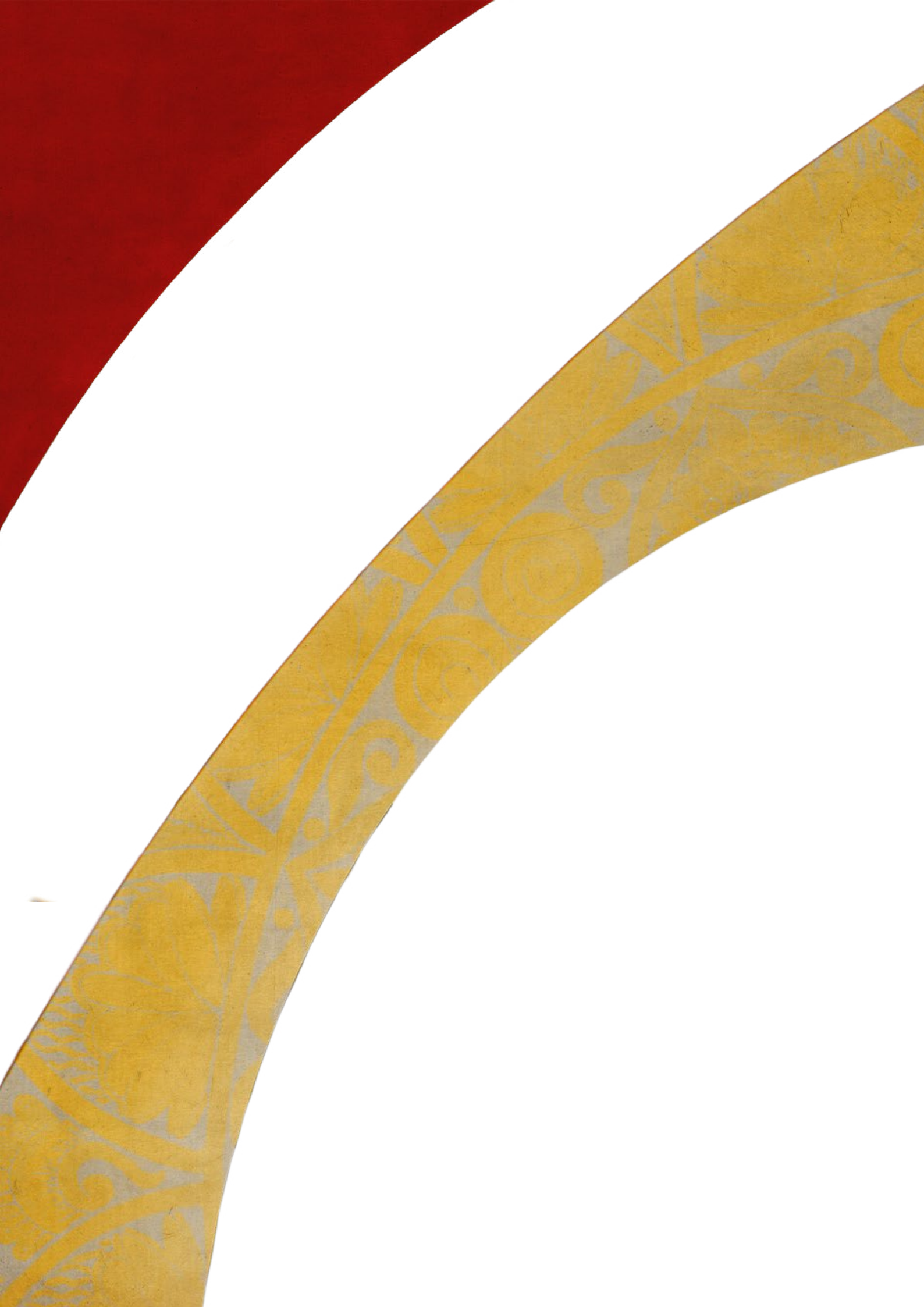
PINHEIRO, Daniel Calbino; PEREIRA, Rafael Diogo; SABINO, Geruza De Fátima Tome. Militarização das escolas e a narrativa da qualidade da educação. RBPAE - v. 35, n. 3, p. 667 - 688, set./dez. 2019. DOI: 10.21573/vol35n32019.95957.

RAMOS, Carlos Eduardo. A questão da desvalorização da profissão de ensinar é social e histórica. In: Encontro Regional da Abrapso Regional São Paulo, 15, 2021, Santos. **Anais...** Santos: Abrapso Regional São Paulo, 2021.

SANTOS, Claudio Ramos de Souza dos. Negritude e alienação colonial: um estudo sobre a identidade de uma jovem negra universitária. In: Encontro Regional da Abrapso Regional São Paulo, 15, 2021, Santos. **Anais...** Santos: Abrapso Regional São Paulo, 2021.

TOLEDO, Talita Troleze de; SILVA, Rafaela Maiara Santos. Educar para a sociabilidade: (novos) modos de perpetuação das desigualdades sociais. In: Encontro Regional da Abrapso Regional São Paulo, 15, 2021, Santos. **Anais...** Santos: Abrapso Regional São Paulo, 2021.

VERAS, Paula Pastorello Pacheco; PANNUNZIO, Fernanda Rocha; ALVES, Cecília Pescatore. Políticas de Identidade e Políticas Públicas de Educação: Um estudo sobre a identidade do Professor. In: Encontro Regional da Abrapso Regional São Paulo, 15, 2021, Santos. **Anais...** Santos: Abrapso Regional São Paulo, 2021.



CAPITULO 6

MATRIZ CURRICULAR, HISTORICIDADE E DIVERSIDADE DE SABERES: QUAL A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA QUE QUEREMOS?

Debora Elianne R. de Souza
Elisa Harumi Musha

INTRODUÇÃO

O Código de Ética da Psicologia, apresenta como um dos seus princípios fundamentais o pressuposto de que (a) psicóloga(o) atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

A respeito disso, partindo da experiência vivida, o texto aqui explicitado objetivou questionar quais são os conhecimentos que vêm sendo transmitidos na atualidade nos processos de formação em Psicologia e qual seu alcance e consequências diante da realidade brasileira.

Conforme apontado por Antunes (2007), a entrada da ciência psicológica no Brasil e seu processo constituinte enquanto ciência e profissão, teve como fundamento ideias advindas do cenário europeu e norte americano, sendo a maior ênfase para o primeiro. Ressalta ainda a autora que, tais ideias, ao se colocarem a partir de um caráter universal, ao longo dos tempos tornaram-se referências únicas de construção de práticas, análises e produção de conhecimentos psicológicos no Brasil.

A percepção desta questão no cotidiano da prática e troca de experiências docentes na atualidade e em diferentes contextos, nos permite validar a complexidade desta situação, quando nos deparamos continuamente com o fato de que perspectivas tão desconexas e descompromissadas com a realidade brasileira, seguem firmes como referências nos processos de formação em Psicologia neste território, ignorando completamente as consequências no processo de subjetivação da população que somos Nós e, que entre outros, se manifesta principalmente em decorrência do processo de colonização do país, que fora estabelecido a partir de um processo violento de inserção em massa da população negra neste território, após contínuos episódios de sequestro desta população do seu continente de origem, para inserção cruel no contexto de escravização, bem como as contínuas e intermináveis tentativas de aniquilamento dos povos originários do Brasil.

Se mantendo no horizonte de práticas vividas, compreendemos que a concepção de currículo a partir de uma leitura histórico-crítica, objetiva-se ao desenvolvimento das funções psicológicas superiores das estudantes e dos estudantes nas suas máximas possibilidades dentro das condições históricas atuais, o que, nas palavras de Saviani (2008), significa produzir, em cada sujeito singular, a humanidade que é produzida, histórica e coletivamente, pelo conjunto das pessoas.

Tal processo implica não perder de vista a noção do todo, em especial, a unidade conteúdo-forma, pois alterar o conteúdo que é ensinado no curso de Psicologia da Instituição de Ensino Superior (IES), avançando na socialização do saber sistematizado, perpassa pela alteração da forma de organização educacional. Assim, ousamos pensar que talvez seja impossível pensar a alteração desta organização sem que haja a alteração do conteúdo que é tratado na matriz curricular.

Considerando o exposto, nos atrevemos a problematizar o complexo fato de que, a manutenção das ideias predominantemente eurocentradas no território Brasileiro

culminou na construção de uma Psicologia que, pautada em ideias e pensamentos que sempre se pretenderam “universais e absolutos”, negassem o caráter pluriversal e fundante da população constituinte deste território e, durante anos buscou nortear suas práticas, suas referências de explicação, medição e controle, sem qualquer reflexão crítica acerca da impossibilidade de se pensar a população e a sociedade brasileira

Destaca-se ainda que, para se manter dominante, tal perspectiva fez questão de subalternizar e invisibilizar todas e quaisquer possibilidades outras de epistemes, ideias, culturas e processos de subjetivação aqui existente, o que nos remete a pensar que todas estas tentativas de aniquilamento e subalternização colocam em evidencia o epistemicídio tão bem discutido pelas filósofas Sueli Carneiro e Roselinos Fischmann ao alertarem que

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta (2005, p. 97).

Vale lembrar, que este processo crítico-reflexivo não tem por objetivo eliminar ou excluir o conhecimento produzido pelo ocidente, uma vez que o conhecimento da história se torna fundamental para compreensão do todo processual, todavia, buscamos junto destes, apresentar outras narrativas epistêmicas que, no campo da Psicologia, nos convocam a pensar acerca da importância e urgência em se estudar de forma específica a trajetória da Psicologia no cenário Brasileiro pois, apesar de importante em diversos aspectos, a História Geral desta ciência, tal como proposta pelo ocidente, determina aos povos do sul o lugar de subalternidade, a impossibilidade de produção de conhecimento e o questionamento contínuo acerca da sua própria condição de humanidade e existência.

RESULTADOS

Tendo como base legislativa a lei 10.639 que, promulgada em 09 de fevereiro de 2003 e alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatória a inclusão no currículo oficial o estudo da história e cultura africana e afro-brasileira, partimos do pressuposto de que o reposicionamento de uma Psicologia comprometida com a população Brasileira, passa necessariamente pelo processo de desnorteamto do conhecimento e a inserção pelos caminhos do Sul, que de maneira prática e objetiva, deve se estabelecer, entre outros, ao processo de formação contínua dos principais atores envolvidos neste processo, o compromisso de inserção de outras narrativas e epistemes entre as bibliográficas bases do curso de formação em Psicologia que, diferente das epistemologias do Norte que se pretendem Universais, se apresentam como perspectivas Pluriversais e abrem caminhos para escutas e práticas pluriversas e concernentes a nossa realidade.

Ao refletir sobre a compreensão de pluriverso e pluriversalidade, Nogueira (2019), nos agracia com uma importante reflexão ao observar que:

o conceito de pluriversalidade tem um alcance maior do que universo e universalidade, na medida em que o paradigma da pluriversalidade é um modelo aberto que inclui a universalidade. O conceito de plural não se opõe ao de universal; distante da lógica dicotômica - "ou isso ou aquilo" -, a pluriversalidade nos convida a pensar usando a tática da inclusão - "isso e aquilo". Em outras palavras, existem vários universos culturais, não existe um sistema único organizado em centros e periferias, mas um conjunto de sistemas policêntricos em que centro e periferias são contextuais, relativos e politicamente construídos (Nogueira, 2019, p.34)

Assim sendo, para caracterizar o processo de transformação pessoal e social que experimentam os oprimidos latino-americanos quando se alfabetizam em dialética com o seu mundo, Freire (1970) destaca que alfabetizar-se não consiste simplesmente em aprender a escrever em papéis ou a ler a letra escrita; alfabetizar-se é, sobretudo, aprender a ler a realidade circundante e a escrever a própria história. O que importa não é tanto saber codificar e decodificar palavras estranhas, mas aprender a dizer a palavra da própria existência, que é pessoal, mas, sobretudo, é coletiva. E, para pronunciar esta palavra pessoal e comunitária, é necessário que as pessoas adotem as suas próprias narrativas, que tomem as rédeas de sua vida, o que lhes exige superar sua falsa consciência e atingir um saber crítico sobre si mesmas, sobre seu mundo, sobre sua inserção nesse mundo e, inclusive, sobre seu compromisso ético-político na práxis profissional da Psicologia.

De fato, não bastam a leitura e a memorização de textos teóricos e técnicos para aprender a ser psicóloga(o); conforme Paulo Freire (2011) enunciou sobre a insuficiência do conteúdo para a formação de uma/um estudante: "Repete o lido com precisão, mas raramente ensaia algo pessoal. Fala bonito de dialética, mas pensa mecanicamente" (p. 27).

DISCUSSÃO

Acreditamos na urgência de indagarmos se, na graduação em Psicologia, estamos alfabetizando estudantes para habilitá-los a uma leitura crítica e afetiva das relações das quais participa, de modo a favorecer que venham a proferir sua própria palavra e, a partir disso, a favorecer a ampliação da percepção e da compreensão. Todavia, se considerarmos que continuamos utilizando como fundamento único de formação, matrizes curriculares que desconsideram a existência da especificidade da população brasileira, nos perguntamos, de que modo vamos formar futuras(os) psicólogas(os), com responsabilidade social e com condições de realizar análise críticas que considerem historicamente a realidade política, econômica, social e cultural, que compõem a sociedade brasileira, se na Academia, só aprenderam a falar a palavra do enquadramento disciplinar Universal que não dialoga com a realidade do contexto em que habitam?

Martín-Baró (1996) em seu pensamento enfatiza que a educação, supõe um esforço para proporcionar a transmissão de esquemas sociais alternativos, ou seja, a capacidade crítica e criativa das(os) estudantes frente ao que a instituição de ensino e a sociedade lhes oferecem, um estilo diferente de confrontar a vida social e laboral. Trata-se não somente de que as(os) estudantes aprendam com os currículos planejados, mas sobretudo, que aprendam a confrontar a realidade de sua existência com um pensamento crítico.

Assim como existe uma organização de “pequenos empresários”, na qual se inicia os adolescentes à administração empresarial capitalista, poder-se-ia pensar em algo como laboratórios sobre a realidade nacional, nos quais as(os) estudantes se veriam confrontando diretamente as condições sociais da maior parte da população e poderiam refletir criticamente sobre elas e se aproximar e atender suas demandas plurais de forma crítica, ética e responsável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição. São Paulo, 1998. 5ª ed 2007.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade como Crítica do Paradigma Hegemônico Ocidental: Introdução a uma Ideia em Ensaios Filosóficos. Trad. Renato Nogueira, Marcelo J. D. Moraes e Aline Carmo. **Ensaios Filosóficos**, Volume XIV– Dezembro/2016. Disponível em: http://ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo14/02_ASANTE_Ensaios_Filosoficos_Volum e_XIV.pdf

BRASIL. **Lei 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

Código de Ética Profissional do Psicólogo. Conselho Federal de Psicologia, Brasília, agosto de 2005.

COSTA, Thiago Augusto Pestana da. **Desconstruindo a História do Brasil**: da colônia ao império. São Paulo: Todas as Musas, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogía del oprimido** (Tradução de Jorge Melado). Montevidéo: Tierra Nueva, 1970.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, 1996, 2(1), 7-27.

NOGUEIRA, Renato. **O ensino de Filosofia e a Lei 10.639**. 1ª ed. Rio de Janeiro : Pallas: Biblioteca Nacional, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2008





CAPITULO 7

FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS:

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Maria Izabel Calil Stamato
Antonio Carlos Simonian dos Santos

INTRODUÇÃO

A expressiva atuação do psicólogo em diversificados campos das Políticas Públicas - saúde coletiva, saúde mental, atenção básica, saúde do trabalhador, assistência social, educação, justiça, terceiro setor, movimentos sociais, territórios, economia solidária, cultura - tem exigido ampla revisão e atualização da formação em Psicologia.

Seu envolvimento profissional na elaboração, planejamento implantação, gestão, execução e avaliação de Serviços, Programas, Projetos e Dispositivos de cuidado coloca em xeque os referenciais epistemológicos e metodológicos predominantes nos Cursos de Graduação, confronto que se exacerba no contexto da pandemia.

Nesse cenário, espaços de reflexão, discussão e fundamentação crítica e inovadora das práticas desenvolvidas são fundamentais para construir e rever propostas capazes de superar a visão de treinamento, capacitação ou qualificação técnica como transferência de conhecimento, estimulando o pensamento crítico e a autonomia intelectual dos/as futuros/as profissionais, com base na tradição pedagógica de Paulo Freire (AMARANTE, 2020).

A atuação profissional em políticas públicas exige consciência sobre o papel social e político das instituições e a interface com outros campos de saberes e práticas, de forma a desconstruir e construir pensamentos e rever ou internalizar conceitos e processos, levando em conta “[...] o que é ciência e os seus limites, a noção de paradigma e de estruturas paradigmáticas, as relações de saber e poder, as relações entre hegemonia, dominação e, ainda, entre ciência e história” (AMARANTE, 2020, p. 19).

Isso implica na revisão de saberes científicos e ampliação da visão tradicional de atendimento, centrada em avaliação e diagnóstico clínico, com foco em conceitos de patologias, transtornos e outros equivalentes, e que tem estimulado a individualização, naturalização, patologização e medicalização de fenômenos psicológicos e experiências de sofrimento e mal-estar psíquico, penalizando sujeitos por problemas e questões de âmbito social, e desconsiderando ou negando a responsabilidade do Estado e da sociedade.

As experiências de integração entre ensino, pesquisa e extensão trouxeram impactos significativos para a formação profissional dos participantes, abrindo perspectivas inovadoras de leitura crítica das práticas desenvolvidas, norteadas pela atuação ética e competente dos futuros profissionais de Psicologia frente às necessidades e demandas da população atendida nas políticas públicas.

A Psicologia Social Crítica (FURTADO, 2001) permeou o processo de análise e avaliação dos Trabalhos apresentados como referencial teórico de construção e desenvolvimento de práxis transformadoras, focadas na autonomia e protagonismo dos sujeitos, contribuindo de forma concreta para o respeito à diversidade étnica, de gênero, cultural e aos direitos humanos e para o rompimento de estigmas e preconceitos perpetuadores da exclusão social e do sofrimento ético-político (SAWAIA, 2001).

Promover, organizar e mediar as Rodas Virtuais de Conversa representou uma troca extremamente rica de conhecimento e experiências de estudantes, que se colocaram como ativos/as protagonistas do processo ensino-aprendizagem, fortalecendo o pensamento pedagógico de Paulo Freire:

É preciso diminuir a distância
Entre o que se diz e o que se faz,
Até que, num dado momento,
A tua fala seja a tua prática

O Trabalho *A importância da escuta e do acolhimento para qualidade de vida de estudantes universitários: relato de experiência de um grupo de extensão de graduandos de psicologia*, apresentou o Projeto realizado pelo Grupo de Acolhimento Psicológico ao Estudante/GRAPE da Universidade Federal da Paraíba/UFPB, em 2018 e 2019, a partir de inquietações diante do sofrimento de estudantes universitários/as durante o período pandêmico. O Projeto abrangeu: acolhimento individual e grupal a estudantes universitários em sofrimento psíquico; 03 Fóruns de Discussão sobre Saúde Mental Estudantil; mapeamento da Rede de Serviços à Saúde Mental em João Pessoa; estabelecimento de parcerias para construção de uma Rede de Apoio Psicológico dentro da Universidade; participação em eventos de outros Campi e de outras Universidades; e uma conta no Instagram.

A integração de estratégias e atividades de prevenção e promoção da saúde contribuiu concretamente para a consolidação da Rede de Assistência à Saúde Estudantil no âmbito da Universidade, confirmou a necessidade de romper com a patologização do impacto psicológico do isolamento social na população em geral, analisada por Whitaker (2020, p. 28):

[...] Existem, é claro, muitos motivos pelos quais a pandemia do coronavírus está afetando todos nós. Estamos sofrendo com a morte de entes queridos, com o medo de ficarmos doentes com o vírus ou de que outras pessoas próximas a nós adoecem. Sentimos falta de como nossa vida costumava ser. Sentimo-nos solitários devido às regras de distanciamento social. Ficamos tristes porque nossos filhos não podem brincar como faziam antes. Perdemos nosso emprego e, agora, lutamos para comprar comida e pagar o aluguel. Ficamos ansiosos ao imaginar o futuro. Quando isso irá acabar? Será que algum dia voltaremos à vida que costumávamos ter? E isso vale para “nós”. Escrevo “nós” porque vivemos um momento difícil e, por isso, é normal lutar e sofrer de várias maneiras. A dor, a tristeza, a solidão, a ansiedade... todas essas são dificuldades que podem ser vividas durante esse período.

O uso de diferentes estratégias, recursos, linguagens, espaços e relações no fortalecimento da saúde mental da população atendida ampliou a formação dos estudantes participantes na superação da concepção focada na patologia e na doença mental.

Na mesma linha de Atenção à Saúde Mental do Estudante Universitário, o Projeto de Extensão *Manejo de Grupos Online na Pandemia: Formação, Práxis e Assistência*, vinculado ao Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil/PIAPE da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar focou o acolhimento do sofrimento psíquico e a prevenção à evasão de estudantes universitários. Realizado em 4 meses, o Projeto privilegiou dispositivos grupais, referenciados em Pichon-Rivière (MAIA, 2017) e na Psicologia Social Crítica (FURTADO, 2001), com ações de capacitação em grupo focal, supervisão clínica, encontros grupais remotos e acolhimento em saúde mental. A utilização de grupos online

como estratégia de cuidado em saúde mental da população universitária foi exitosa para possibilitar a troca de afetos e a construção de novos sentidos do estar na Universidade, contribuindo de modo efetivo para a formação teórico-prática dos/as estudantes da equipe, e enriquecendo e ampliando a grade curricular regular do Curso.

Os grupos ganham destaque como estratégia de atuação nas políticas públicas, por promover mudanças de representações e práticas, a partir da expressão, sensibilização e reflexão sobre ideias e sentimentos. De acordo com Zimerman & Osório (1997, p. 423):

[...] os indivíduos formam grupos para multiplicar ou resgatar a cota de poder individual a que se acham com direito ou da qual se julgam despojados. E com isso, mitificou-se o Grupo (...), pois nele encontramos os elementos continentais adequados para questionar o sentido da vida e, sobretudo, para enfrentarmos a realidade de nossa finitude.

Pichon-Rivière (1994), criador dos grupos operativos, define o grupo como unidade básica de interação do ser humano, que nasce e sobrevive na relação com os outros e a partir delas compartilha sua capacidade criativa. Assim, olhar o sujeito no grupo é compreender como o homem pensa, sente e age em pequenos grupos, como coloca em movimento os complexos processos de comunicação e de aprendizagem da realidade em que vive. Para ele, o trabalho em grupo possibilita a mudança dos sujeitos, na medida em que:

[...] um grupo obtém uma adaptação ativa à realidade quando adquire insight, quando se torna consciente de certos aspectos de sua estrutura e dinâmica, quando torna adequado seu nível de aspiração a seu status real, determinante de suas possibilidades. Em grupo sadio, verdadeiramente operativo, cada sujeito conhece e desempenha seu papel específico, de acordo com as leis da complementaridade. É um grupo aberto à comunicação, em pleno processo de aprendizagem social, em relação dialética com o meio (p. 53).

A experiência de um grupo de estagiários do *Núcleo de Saúde Mental: Política e Clínica Ampliada*, do Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP no CAPS AD da Freguesia do Ó/Brasilândia durante a pandemia do COVID-19 foi compartilhada no Trabalho *O cuidado em Saúde Mental no Contexto da Pandemia de COVID-19: Encontros entre Universidade e CAPS AD no território da Brasilândia*. Ultrapassando os muros da Universidade, os estudantes aproximaram-se de ações desenvolvidas no território do CAPS, historicamente marcado por desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero e atendimento a usuários em situação de rua. Referenciados no olhar Antimanicomial da Reforma Psiquiátrica e na Estratégia de Redução de Danos, os/as estagiários/as, em diálogo com a equipe do CAPS, acompanharam o fazer dos Redutores de Danos, do CAPS e da Saúde; os Apoios Matriciais; os Encontros de Apoio aos Trabalhadores do Coletivo Ô da Brasa, grupo de geração de renda dos três CAPS da Brasilândia; as Reuniões de Apoio aos Gestores dos três Serviços; e as Reuniões da Rede de Saúde, envolvendo os Serviços da Atenção Básica e a Saúde Mental por microterritórios

Estas três experiências focadas na Saúde Mental destacaram princípios da Reforma Psiquiátrica, como a cogestão, a horizontalidade, a participação e o protagonismo do usuário, fortalecendo a visão crítica dos estudantes e impulsionando práxis inovadoras no processo de formação.

O Trabalho *Psicologia Social, Saúde Coletiva e Políticas Públicas: Uma Experiência no Ensino de Graduação em Psicologia* destacou a articulação da Psicologia com os campos de Saúde Coletiva e das Políticas Públicas, resultando na introdução da disciplina *Políticas Públicas*,

Saúde Coletiva e Psicologia Social na grade curricular regular do Curso de Graduação, complementada por Estágio Curricular no 1º ano.

Utilizando o Referencial Teórico-Metodológico de Pichon-Rivière (MAIA, 2017), os/as participantes analisaram o suporte da estratégia de grupos na área social para fortalecimento dos sujeitos, abordando referenciais teórico-metodológico-práticos em encontros e momentos de troca entre estudantes de diferentes períodos do Curso de Psicologia e de outros Cursos. Estreitando a relação entre a Universidade e os campos de Estágio, o Trabalho ampliou a rede interinstitucional, com foco no trabalho interdisciplinar de profissionais e gestores do Sistema Único de Saúde/SUS e abriu novas perspectivas na vida acadêmica e profissional. Ainda fortaleceu: a interlocução professor-aluno; a integração entre graduandos e pós-graduandos; a relação Universidade-Comunidade; a troca entre profissionais e acadêmicos; o contato com o SUS e ações intersetoriais de Políticas Públicas.

O Projeto confirmou a importância dada por Rodrigues (2020) à visibilidade das ações dos territórios, e à promoção de transformações a partir de vivências e experimentações, socializando histórias e ressaltando o fazer do serviço e as articulações com a Atenção Primária à Saúde/APS.

A experiência de três estagiários, dois de Psicologia e um de Serviço Social, focando o Estágio no Centro de Referência Especializado em Assistência Social/CREAS de um município do Grande ABCD, foi apresentada em *O Estágio no CREAS: Um relato de Experiência sobre os impactos da Violência no Serviço e a Construção de Saberes Multidisciplinares em Contexto de Pandemia*. As ações do Projeto, norteadas pela Psicologia Social Crítica, abrangeram discussões em Rodas de Conversa no CREAS, visando a construção de saberes da equipe que trabalha com violência em famílias em situação de vulnerabilidade social e seus reflexos na violação de direitos de pessoas idosas e pessoas com deficiência.

O Projeto ampliou a percepção sobre objetivos comuns e necessidade de interlocução entre o Serviço Social e a Psicologia Social na abordagem aos usuários, ampliando a compreensão sobre o SUAS, a atuação profissional na política de Assistência Social com violações de direitos de pessoas idosas e pessoas com deficiência, a importância do vínculo como estratégia de trabalho, a multi e interdisciplinaridade no trabalho em equipe. E apontou a necessidade de revisão das Graduações de Psicologia e Serviço Social, incluindo questões emergentes, como o atual cenário da pandemia de COVID-19, para melhor e mais adequado atendimento aos usuários.

O Projeto alinhou-se à análise de Calil Stamato (2016) sobre o papel e o espaço da Psicologia na política de assistência social:

[...] Trazendo o olhar da subjetividade para as questões até então vistas como exclusivamente objetivas e sociais, a Psicologia também se expande como ciência e profissão, na medida em que atuar na dimensão social abre a possibilidade de rever conceitos e práticas que entendem o sujeito como resultado de um processo individual, desvinculado de sua historicidade e de seu contexto cultural, econômico e objetivo (p. 15).

Os Projetos de Extensão *Ágora: grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher*; e *Possibilidades de Atuação do Profissional de Psicologia na Promoção da Saúde das Mulheres*, realizados por estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, em parceria com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina/TJ-SC, abordaram 2 dimensões da violência contra a mulher: *O trabalho com homens autores de violência no contexto da pandemia do COVID-19* e *Psicologia e Mulheres em Situação de Violência: Inquietações e Experiências sobre a formação acadêmica*.

No Projeto *Ágora*: grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher, os agressores, encaminhados pelo TJ por deferimento de medida protetiva, receberam atendimento individual, com base no Modelo de Atendimento de Terapias de Sessão Única (SOUZA, LION, VIDOTTO & MOSCHETA, 2020) e participaram de 2 Grupos Virtuais sobre os temas masculinidades, paternidade, sexualidade, feminismo e comunicação não violenta. Utilizando a metodologia de Grupos Reflexivos de Gênero (BEIRAS & BRONZ, 2016), com fundamentos feministas, na perspectiva pós-moderna e dialógica, os Grupos favoreceram reflexões desnaturalizantes sobre as violências, desconstruindo a representação de masculinidade como expressão de violência.

O Projeto *Possibilidades de Atuação do Profissional de Psicologia na Promoção da Saúde das Mulheres* apresentou o trabalho com as diversas formas da violência contra as mulheres, que envolveu: seu percurso na Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; os múltiplos determinantes de suas subjetividades, que fortalecem a continuidade da lógica de dominação masculina; suas dificuldades de engajamento como sujeito de direitos, com participação ativa no processo de superação de suas condições de vitimização.

Complementares em sua essência, os dois Projetos basearam-se epistemologicamente na Psicologia Social Crítica, que concebe o homem como ser político ativo na (re)construção da cultura (BOCK, 2003), lançando bases para a práxis comprometida com a transformação psicossocial, em direção ao desenvolvimento da autonomia de sujeitos historicamente excluídos desta condição.

Os Projetos revelaram que o percurso de muitas mulheres na rede é interrompido ou negligenciado por práticas reforçadoras de culpabilização e revitimização, impulsionando reflexões sobre representações sociais e imaginário coletivo ligado ao conceito de gênero, questionando sua naturalização e sua gênese, com reflexos significativos para o campo da saúde mental/pública e dos direitos sociais. E reforçaram que o rompimento do ciclo de violência implica na desconstrução de concepções, sentimentos e comportamentos cristalizados e na construção de espaços de ressignificação, responsabilização e desnaturalização do comportamento violento, de forma a promover mudanças culturais e subjetivas. E confirmaram a proposição do CFP exposta nas Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência (2012, p. 62):

A ideia de mulher vítima de violência foi substituída pela de mulher em situação de violência. Essa transformação deve-se às lutas travadas ao longo dos anos pelo movimento de mulheres e por estudiosos. A explicitação de que a situação de violência pode ser rompida não implica necessariamente condição de subalternidade, presente no conceito de vítima, e ainda sugere possibilidades de saída e resolução do conflito.

O Projeto de Pesquisa de estudantes da Universidade de Mogi das Cruzes/UMC *Desvendando os aspectos psicológicos de crianças e adolescentes de uma ONG do Município de Mogi das Cruzes* investigou as características psicológicas de crianças e adolescentes de oito a dezessete anos, atendidas em uma ONG de um bairro periférico do município de Mogi das Cruzes. Com base nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que preconiza que todas as pessoas têm direito a condições mínimas de vida, saúde e bem-estar, e destaca que a não garantia destes direitos prejudica o desenvolvimento e acarreta baixa autoestima e autoconfiança, a pesquisa envolveu os seguintes instrumentais: Desenho da Figura Humana, Desenho da Família e Baralho das Emoções.

Aproximando os estudantes da realidade de crianças e adolescentes empobrecidos, os resultados mostraram a necessidade de inserir, na formação, normativas legais relacionadas

à atuação na infância e adolescência, como a Resolução 113/ 2006 do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes/CONANDA, que atribui ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente/SGD:

[...] promover, defender e controlar a efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos, em sua integralidade, em favor de todas as crianças e adolescentes, de modo que sejam reconhecidos e respeitados como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento; colocando-os a salvo de ameaças e violações a quaisquer de seus direitos, além de garantir a apuração e reparação dessas ameaças e violações (CONANDA, Art. 2º, Resolução nº113/2006, s/p).

O Trabalho *Concepções e sentidos do trabalho do Psicólogo em Centro de Acolhida para população de rua: uma análise 360 graus* apresentou o Projeto de Pesquisa de estudantes interessados em conhecer a atuação profissional do/a psicólogo/a com a população em situação de rua (BRASIL, 2009). A pesquisa foi impulsionada pelos questionamentos: será que os saberes e fazeres psi, no âmbito do trabalho nas políticas para populações em situação de rua, vem se apresentando como uma ferramenta de transformação social e fortalecimento da participação e das formas de existir desta população, ou permanecem na encruzilhada entre os fazeres normativos e tecnicistas que auxiliam em seu controle e subalternização? Para identificar as práticas de psicologia e os sentidos atribuídos a elas pela equipe profissional que co-produz sentidos e fazeres de cuidado, foram entrevistadas equipes multiprofissionais, gerentes e conviventes de 23 Centros de Acolhida para população em situação de rua.

Os resultados levaram a diversas linhas de análise: 1) as práticas e fazeres do psicólogo; 2) as concepções de cuidado que fazem emergir tipos de práticas; 3) a concepção do psicólogo e equipe sobre a população em situação de rua e as implicações desta concepção nos fazeres; 4) a visão da equipe e da população atendida sobre a psicologia e o papel do psicólogo; 5) o momento de extrema precarização do SUAS e sua influência no trabalho do psicólogo; 6) propostas de fortalecimento da atuação ético-política deste profissional na consolidação de uma política de assistência social voltada não só para a vigilância socioassistencial, mas para a produção de novas formas de viver e agir desta população, levando em conta sua potência e capacidade transformadora.

E corroboraram que o conceito de sofrimento ético-político, definido por Sawaia (2001) como resultado da ausência de possibilidade de ação pela omissão do Estado ou da sociedade, é central na compreensão da população em situação de rua, uma vez que a dialética inclusão/exclusão na sociedade capitalista está associada à possibilidade de aquisição e acúmulo de capital, agravando a condição de quem vive em situação de rua.

A Pesquisa *A formação científica sobre sexualidade nos Cursos de Graduação em Psicologia da Região de Curitiba*, exposta no Trabalho *Estarão os Cursos de Formação em Psicologia abordando a temática da sexualidade ao longo da formação acadêmica?*, foi desencadeada por reflexões sobre as consequências científicas e éticas da limitação teórica do tema sexualidade na grade acadêmica regular dos Cursos de Psicologia. Visando analisar disciplinas, ementários e bibliografias dos currículos dos Cursos de Psicologia de cinco Instituições de Ensino Superior/IES da capital paranaense, foram aplicados questionário online a estudantes dos dois últimos anos de Graduação e realizada a Oficina *O prazer em saber: interfaces entre Sexualidade e a Formação em Psicologia*, envolvendo 12 participantes destas IES.

Os resultados apontaram as restrições e superficialidade dos conteúdos da formação profissional sobre um aspecto constitutivo da subjetividade individual e social, trazendo consequências imediatas para a formação profissional dos/as que buscam a Graduação de

Psicologia, e para a sociedade em geral que, ao sofrer diante de alguma dimensão da sexualidade humana, depara-se com a dificuldade de encontrar profissionais que conhecem e se sentem seguros/as/es para trabalhar com: função e disfunção sexual; educação em sexualidade; conceito de gênero; orientação sexual; assédio sexual e moral; violência sexual; abuso sexual; infecções sexualmente transmissíveis e outras que constituem a sexualidade humana.

Focando também a dimensão da sexualidade, o Trabalho *Quem pensa sobre as vidas LGBTQIA+? Por novos horizontes na formação em Psicologia* baseou-se na abordagem crítica de gênero e sexualidade desde a formação inicial do/a psicólogo/a, repensando a compreensão binária de gênero presente em livros e aulas de desenvolvimento humano, de forma a se distanciar de teorias patologizantes das expressões de gênero e sexualidade, estimulando os/as futuros/as profissionais a adotar posicionamentos que rompam com as visões cisheteronormativas.

Com base nos pressupostos da Psicologia Social Crítica (BOCK, 2003), em consonância com os princípios do Código de Ética Profissional (CFP, 2005) - promover o bem-estar do ser humano e contribuir com a eliminação de toda forma de discriminação - e frente à complexidade social e cultural do momento atual, os resultados apontaram que os Cursos de Graduação em Psicologia necessitam incluir, em suas grades curriculares, estudos críticos e Estágios Supervisionados com populações LGBTQI+, que vivenciam sofrimentos desencadeados por discriminação social, preconceitos e exclusão.

A despatologização desta questão passa por considerar a pessoa transexual como sujeito, com direito de se considerar como tal, e de reivindicar do Estado intervenções adequadas para viver plenamente seu bem estar físico e psíquico, descaracterizando sua condição como doença que impossibilita viver como cidadã, e a define como vítima e doente, que precisa de ajuda e apoio para seus transtornos (SOARES, 2011).

O Projeto de Extensão *Escuta Coração da Chico*, apresentado no Trabalho *Escuta Coração da Chico: Intervenção Psicossocial na Comunidade Chico Mendes*, foi realizado por estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC com adolescentes da Comunidade Chico Mendes, Bairro Monte Cristo, na região periférica de Florianópolis, atravessada por problemas sociais, como segregação social, pobreza, racismo estrutural. Inspirado na Psicologia Comunitária (FREITAS, 1998), o Projeto ofereceu escuta e espaço de expressão e criação a crianças e adolescentes que frequentam a Geração da Chico, possibilitando a produção de novos discursos e novas existências, potencializando estratégias de enfrentamento, e promovendo a cidadania e o protagonismo social da comunidade. Este espaço de escuta, acolhimento, encontros, afetos e desejos foi a Roda das Meninas, norteadas pelos pressupostos teóricos da filosofia de Spinoza, que valorizam os afetos e as potencialidades dos corpos (STRAPPAZZON & MAHEIRIE, 2016), e na Psicanálise como dispositivo clínico-político (GOMES, LIMA, GUERRA, CORRÊA, NASCIMENTO & FAVARETTO, 2019).

Os resultados do Projeto confirmaram a importância de espaços de resignificação e produção psicossocial de sentidos e resignificações para adolescentes na direção da expansão das possibilidades de existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Rodas Virtuais de Conversa confirmaram a importância da integração entre ensino, pesquisa e extensão na revisão e ampliação de Grades Curriculares, e no fortalecimento da construção de práxis inovadoras na formação do futuro profissional de Psicologia.

Os resultados consolidaram a Psicologia Social Crítica como norte teórico e metodológico fundante de uma atuação comprometida com o enfrentamento e a superação inovadora

das complexas demandas da atual realidade social e cultural. E como estratégia de fortalecimento da formação de profissionais comprometidos/as com a transformação social, e trabalhadores conscientes de seu compromisso de construtores/as de uma sociedade justa e igualitária, em que direitos humanos, diferenças e diversidades sejam respeitadas e vistas como riquezas do ser humano.

Uma sociedade coletivamente consciente de que o investimento nas pessoas passa pelo investimento no econômico, no político, no social e no cultural, partir de uma visão integrada e integradora, em que o individual alimenta o coletivo e o coletivo fortalece e transforma o individual.

REFERÊNCIAS

BOCK, A. M. B. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: BOCK, A. M. B. (org.). **Psicologia e Compromisso Social**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 15-28.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 2009. p. 16.

CALIL STAMATO, M. I. Exclusão Social e Subjetividade: O Papel da Psicologia na Política de Assistência Social. In: CALIL STAMATO, M. I.; VIEIRA, M. T. B. P.; LEMOS, D. I. M. de; ALVES, H. (org.). **Psicologia e políticas públicas** [e-book]. Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2016. Disponível em: <https://www.unisantos.br/wp-content/uploads/2016/09/Psicologia.pdf>

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Código de Ética Profissional**. Brasília, agosto de 2005. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>

CONANDA. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução Nº 113 de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <https://www.mpam.mp.br/attachments/article/1984/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%20113%20do%20Conanda.pdf> Acesso em: 26.09.2021

FREITAS, Maria de Fatima Quintal de. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. vol.11. n.1. Porto Alegre, 1998.

FURTADO, Odair. O psiquismo e a subjetividade social. In: BOCK, Ana M. Bahia, GONÇALVES, M. Graça M., FURTADO, Odair (orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 75-93.

GOMES, M. de A.; LIMA, A.; GUERRA, A. S.; CORRÊA, B.; NASCIMENTO, V. N. do; & FAVARETTO, V. (2019). Como lidar com os efeitos psicossociais da violência?: o curso de capacitação como um dispositivo clínico e político. In: LOPEDETE, M. L.;

GULJOR, Ana Paula Freitas; CRUZ, Leandra Brasil da; AMARANTE, Paulo. Covid-19: perspectivas para a formação de recursos humanos em Saúde Mental. In: AMARANTE et al (org.). O enfrentamento do sofrimento psíquico na pandemia: diálogos sobre o

acolhimento e a saúde mental em territórios vulnerabilizados. Rio de Janeiro: IdeiaSUS/Fiocruz, 2020, p. 19-21.

MAIA, Anelisa Morais. O atendimento em grupo operativo no CRAS: relato de uma experiência. **Vínculo. Revista do NESME**, 2017, v. 14. N 1, p. 1-8.

MAYORCA, D. S.; NEGREIROS, D.; GOMES, M. A.; & TANCREDI, T. (Eds.). **Corpos que sofrem - como lidar com os efeitos psicossociais da violência?** São Paulo: Elefante, 2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Assembleia Geral**. 10/12/1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

RODRIGUES, Maria Goretti Andrade. A força das articulações dos Centros de Atenção Psicossocial no território em tempos de Covid-19, mapeada na ação de extensão universitária. In: AMARANTE et al (org.). **O enfrentamento do sofrimento psíquico na pandemia: diálogos sobre o acolhimento e a saúde mental em territórios vulnerabilizados**. Rio de Janeiro: IdeiaSUS/Fiocruz, 2020, p. 45-47

SAWAIA, Bader Bhurian. O Sofrimento ético-política como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader (org.). **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. 2ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001, p. 97- 118.

SOARES, Maria Angélica. A Patologização da identidade de gênero: debatendo as concepções e as políticas públicas In: **Psicologia e diversidade sexual**. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – São Paulo: CRPSP, 2011, p. 72-75.

STRAPPAZZON, A. L & MAHEIRIE, K. (2016). “Bons encontros” como composições: experiências em um contexto comunitário. **Arquivo Brasileiro de Psicologia**, 68-2, 2016, p. 114-127.

ZIMERMAN, David E. & OSORIO, Luiz Carlos e colabor. **Como trabalhamos com grupos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.



CAPÍTULO 8 NOTA DE REPÚDIO:

REPRODUÇÃO DE VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES NO XV ENCONTRO REGIONAL SP DA ABRAPSO

Mariana Serafim Xavier Antunes
Gláucia Tais Purin
Victoria Soares Vidal
Maria Cristina Danham Simões
Christiane Alves Abdala
Milena Patella Rossoni

A comissão de mulheres que compõem a organização do XV Encontro Regional SP da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) vem a público manifestar repúdio às recorrentes e sistemáticas investidas machistas que temos tomado conhecimento.

Como anunciado pelos monitores durante as atividades, “a ABRAPSO não compactua e repudia qualquer ato e ou comportamento que fira os direitos humanos. Atos e comportamento como discriminação, preconceito, discurso de ódio e incitação de ódio, não serão tolerados e qualquer comportamento dessa natureza está passível de banimento permanente. Pedimos que ao tecer comentários, o faça de maneira respeitosa.”

De acordo com o Estatuto da ABRAPSO, Art. 12., é tarefa de todo associado zelar pelo cumprimento de deveres éticos e humanos, sob julgo de penalização e afastamento do associado que: a) agir de forma a constranger, sob qualquer aspecto, outro associado, empregado ou prestador de serviço da entidade, a critério da Diretoria Nacional; b) desrespeitar valores morais, éticos e sociais cuja observação é exigida de forma geral pela sociedade, a critério da Diretoria Nacional.

Vimos travando um enfrentamento contra o desrespeito, o assédio e demais condutas que firam os princípios dessa associação, especialmente o que tange formas explícitas ou dissimuladas de abuso, perseguição, subordinação, capacitismo, desqualificação e segregacionismo direcionado a pessoas, profissionais e temas convergentes com uma práxis em psicologia social eticamente comprometida e politicamente posicionada.

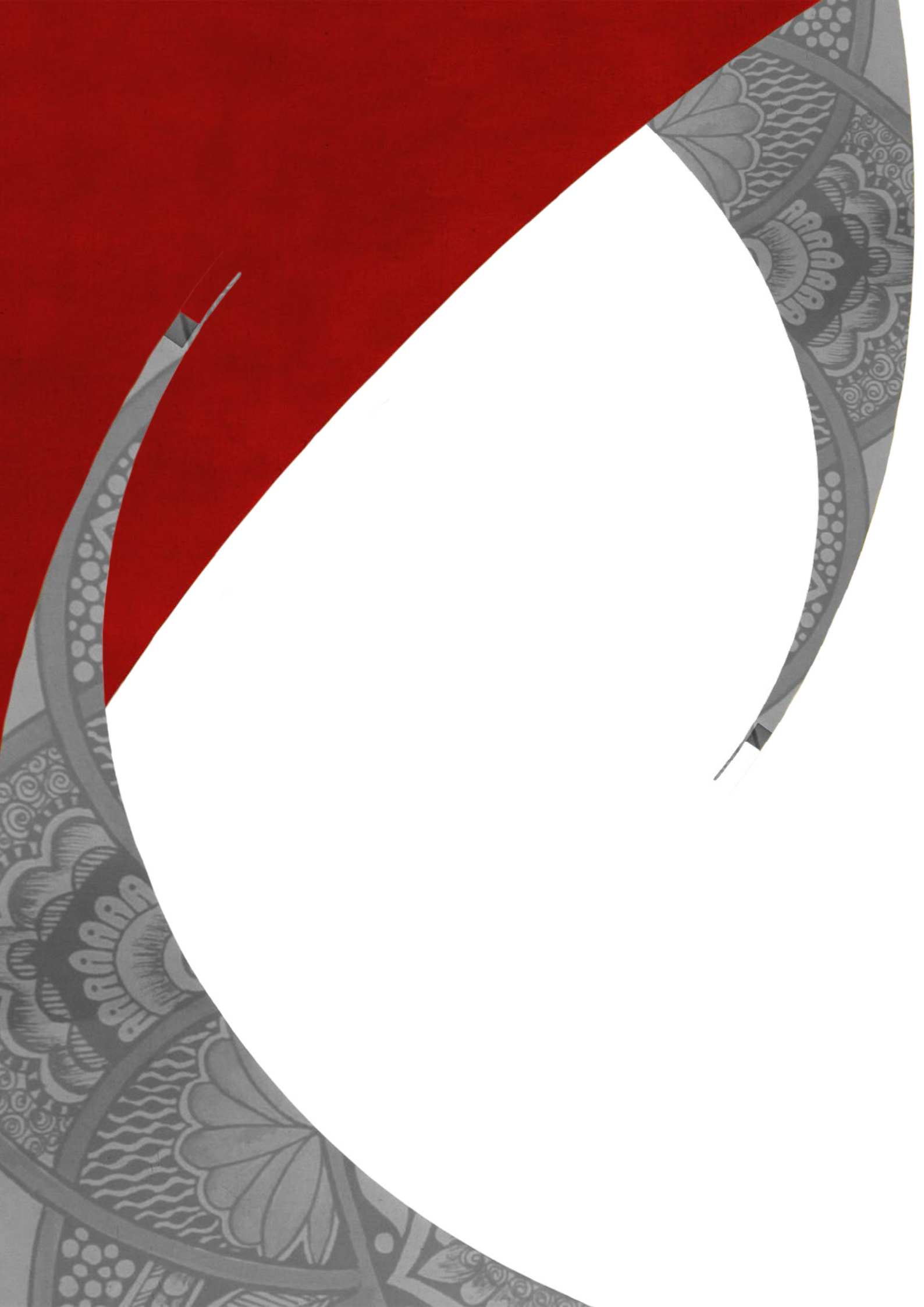
A violência nos atravessa de forma interseccional e acontece desde a organização cotidiana da associação até as pontuais condutas de preconceito, discriminação e segregação em grandes eventos acadêmicos como este. O que significa que quando recebemos uma denúncia, é só a ponta do iceberg. NÃO VAMOS NOS CALAR e vimos enredando um espaço de reconhecimento e legitimação entre abrapsonianas para que possamos identificar, legitimar e delatar violências sofridas à integridade física, intelectual, emocional e moral; pela condição de gênero, étnico-racial, estética, etária e orientação sexual.

A propósito do caráter compulsório da investida machista na ABRAPSO, replicamos um trecho da nota de repúdio emitida em um encontro da Nacional, em 2017. “É urgente criar e apoiar ações que evidenciem e deliberem efeitos sobre o machismo e outras formas de subordinação para que possamos assumir nossos lugares como sujeitos de conhecimento, relativizadas as hierarquias acadêmicas e os necessários enfrentamentos raciais e de gênero a que somos submetidas todos os dias nas salas de aula, nas mesas de discussão, nos espaços de sociabilidade, nos corredores das universidades e nas rodas de congressos. (...) reivindicamos legitimidade, espaço de fala e respeito. Comprometidas com um projeto de

sociedade equitativa e uma prática profissional de promoção de saúde mental, PRECISAMOS ENFRENTAR O ASSÉDIO DENTRO E FORA DOS CÍRCULOS ACADÊMICOS E INSTITUCIONAIS.”

Assim exposto, convocamos a todos os homens que participam da vida desta associação a trabalharem por iniciativas e ações de conscientização e combate ao machismo nas diferentes esferas que competem a esta comunidade, num recorte interseccional das relações de poder e atentos aos marcadores de diferenciação social e privilégios correspondentes. Recomendamos que todos os núcleos proponham atividades dessa ordem entre seus participantes.





CAPITULO 9 MULHERES E SUAS LUTAS:

A HISTÓRIA DE UM ENCONTRO DE MULHERES EM TORNO DE AUTONOMIA E AUTORIDADE

Maria Eduarda Jacob
Ana Carolina Mauricio
Gláucia Tais Purin
Mariana Serafim Xavier Antunes
Maristela Sousa e Freitas
Maria Célia Araujo Tomé
Carolina Alves de Jongh
Victoria Soares Vidal
Jennifer Luiza Afonso
Maria Vitória Ferreira
Monique Vignado Ortolan
Francieri Beatrice Sabel Wostehoff
Ana Paula Pereira

INTRODUÇÃO

Este texto tem o objetivo de apresentar experiências e práticas femininas e feministas de militantes, profissionais e pesquisadoras brasileiras a respeito de como a autonomia e a autoridade afetam seus itinerários. Esta composição autoral decorre de reflexões realizadas a partir do encontro de algumas propositoras que apresentaram trabalhos na roda de conversa que aconteceu durante o XV Encontro Regional São Paulo da Abrapso intitulada “Mulheres e suas lutas: afetos e práticas femininas e feministas em torno de autonomia e autoridade”.

A idealização desta roda de conversa para o encontro regional da ABRAPSO é continuidade das atividades realizadas pelo Núcleo SP da ABRAPSO que tratam a respeito de estratégias de enfrentamento das desigualdades e violências de gênero, dentro da associação e nas ações externas que participamos. Tais reflexões iniciaram-se em 2017 e direcionaram muitas de nossas ações que estão relatadas no texto “Mulheres e suas lutas: um compromisso ético-político” (ANTUNES, SILVA, GRILLO, 2019).

Validadas por conceitos caros à psicologia social crítica e à filosofia, procuramos proporcionar um ambiente plural para os diversos relatos de experiência e de pesquisa que compartilhamos nos três dias em que a roda de conversa aconteceu. A provocação do tema desta roda foi refletir e falar sobre o que significava autonomia e autoridade na experiência de vida, na prática com a temática de gênero, ao produzir pesquisas femininas e feministas, e como as proponentes se viam afetadas por essa questão. Deste modo, foi também pretendido a identificação antes, durante ou depois da exposição dos trabalhos na roda de conversa, nova significação para contextos de coerção ou fragmentos de emancipação, tanto nas histórias de vida, quanto nas investigações e atividades profissionais das propositoras e outras participantes.

Muitas vezes, as atividades de apresentação de trabalho em encontros acadêmicos não comportam a discussão sobre os bastidores do trabalho ou da pesquisa, o que de um ponto de vista crítico e interseccional, cerceia a possibilidade de construirmos uma referência coletiva como produtoras de conhecimento e desenvolvermos uma fala autônoma, local e politicamente posicionada. Literalmente, precisamos falar sobre rigor científico e revisão de epistemologias, sobre norma e criatividade, sobre reconhecimento e legitimidade, sobre o que descobrimos em nossas práticas e principalmente como nos sentimos sobre nossas escolhas e manifestações em diferentes comunidades de sentido.

Hannah Arendt (2011 [1954]), ao resgatar o conceito de autoridade com preâmbulo histórico e político, traz a tona exatamente a tensão provocada por acepções e práticas autoritárias na modernidade relacionadas à coerção e obediência, em que "(...) certas noções, claras em sua distinção por todos os séculos anteriores, começaram a perder sua clareza e plausibilidade por terem perdido seu significado na realidade público-política, sem perderem inteiramente sua importância." (ARENDR, 2011, p. 139). Podemos inferir das considerações da autora que tanto o pensamento conservador quanto o liberal resumem a noção de autoridade à sustentação da relação ordem-obediência como controle social, instrumentalizando a produção histórico-dialética da noção de liberdade. Assim, expomos nossos propósitos de manter pautas sobre autonomia e emancipação humana nas discussões sobre o feminino e os feminismos.

É confiando no resgate da noção de autoridade pela fundação de uma tradição feminista, pautada nas estratégias de luta por emancipação em situações de opressão e violência, que buscamos alcançar autonomia como princípio de glória e que faça frente ao esvaziamento político da autoridade como exercício de poder e controle social. Contamos que nossas atividades têm possibilitado externalizar experiências, impressões e afetos que emergem no grupo ao longo dos trabalhos e conversas e inclusive aprofundar e disseminar inquietações que antes estavam concentradas apenas no Núcleo São Paulo da ABRAPSO.

Nestas andanças, os debates e práticas indicaram que estratégias coletivas têm maior efetividade no fortalecimento das mulheres, assim como no apoio para concretizarem seus desejos pessoais e profissionais em ações. Esta percepção tornou-se uma das estratégias e motivos que sustentou a escolha do tema e metodologia utilizadas na roda de conversa já mencionada tal como, a proposta de acolher e produzir este artigo com todas as autoras que se dispuseram a escrever. Este grupo de autoras é composto por mulheres pesquisadoras, profissionais, estudantes e ativistas que tratam de suas práticas profissionais com o compromisso ético-político de reconhecer seus afetos, interseccionalidades e itinerários de vida. Isso implica em destacar os processos de fortalecimento da palavra feminina, além de discorrer sobre os impedimentos e ganhos em termos de autonomia quando em disposição no processo de legitimar-se como voz de autoridade sobre o que se faz. Com esta escolha, pretende-se contribuir para uma metodologia de trabalho que nos leve a uma abertura para reconhecer e refletir sobre os afetos que circulam nas experiências e relações sociais, sem que nossos encontros e propostas de trabalho se tornem um grupo de apoio psicológico ou caiam na dicotomia razão/emoção.

A partir da Psicologia Social Crítica compreendemos que os afetos são considerados a mediação fundamental na constituição do psiquismo humano, ao lado da linguagem e do pensamento (LANE, 1995) e por isso, tornam-se sociais, na origem e nas consequências (LANE, 2000). Os afetos possuem duas dimensões: (a) a do campo das afecções corporais – a experiência da afetação (affection); e (b) a do campo das modificações que o corpo e mente sofrem (affectus), na forma de emoções e sentimentos (ESPINOSA, Ética III). Assim, o que acontece em nosso corpo, as afecções, —é experimentado por nós sob a forma de afetos (alegria, tristeza, amor, ódio, medo, esperança, cólera, indignação, ciúme, glória) e por isso não há imagem alguma nem idéia alguma que não possua conteúdo afetivo e não seja uma forma de desejo (CHAUÍ, 1995, p. 125). Uma afecção pode ser ativa ou passiva, dependendo das ideias (adequadas ou inadequadas) que temos das forças externas que nos afetam, podendo ser resultados de uma causa interna ou externa, aumentando ou diminuindo a potência de ação. Portanto, o conhecimento das causas dos afetos, é um importante acesso à emancipação, e da mesma forma, o seu contrário: o não conhecimento pode nos prender ao reino da ilusão, e assim nós podemos lutar pela própria servidão, julgando ilusoriamente

que se age visando à liberdade. (ESPINOSA, ÉTICA III e IV). É por isso que busca-se aqui demonstrá-los de forma integrativa na reflexão sobre a luta pela autoridade e autonomia, seja no campo profissional ou pessoal, pois são inerentes a nosso corpo e experiências e indispensáveis ao processo de humanização.

Assim, poderemos degustar nas páginas que se seguem o caminho metodológico escolhido e o relato da nossa experiência de produção coletiva e contato com tantas e diversas raízes que fundam o pensamento feminino e feminista, pela confiança e autoridade que repousa na capacidade de arcar com o peso do passado vislumbrando utopias revolucionárias. Encerramos com uma poesia inspirada e escrita durante nossos encontros, de autoria da Maria Célia Araujo Tomé, corporificando as potências vividas do que nos une e transborda.

BASTIDORES METODOLÓGICOS

A roda de conversa que nos referimos neste texto aconteceu em três sessões em subsequentes dias em que 15 relatos de pesquisa e de experiência²⁸ de mulheres militantes, pesquisadoras e afins puderam ser ouvidos e debatidos com as mais de 140 pessoas que passaram em nossa sala virtual. Chamou-nos a atenção o fato de esta atividade ter sido aquela que mais recebeu inscrições entre as 33 atividades de roda de conversa propostas no mesmo evento. Acreditamos que o alto número de procura indica a crescente necessidade de se conhecer e/ou aprofundar sobre feminismo e feminino.

A fim de alcançar um espaço acolhedor, afetivo e construtivo durante os três encontros, as proponentes da roda de conversa estiveram disponíveis com antecedência para receber todas as participantes desde a inscrição e aprovação dos trabalhos, apresentaram-se e contaram sobre a motivação e expectativa com a ação. Convidamos a todas para integrarem os três dias da roda de conversa a fim de construirmos, além da exposição de trabalhos, uma metodologia propícia para realizarmos um encontro que incluísse nossos corpos, afetos e ressonâncias na produção de nossos relatos. Dentro de espaços acadêmicos é muito raro poder falar sobre o nosso processo enquanto pesquisadoras, trabalhadoras e militantes, a não ser quando nos tornamos objeto de pesquisa, dificilmente encontramos um espaço que acolha nossos bastidores e fantasmas. O convite para se manterem próximas das nossas discussões pós-encontro do congresso foi espontâneo, na tarefa amorosa de utilizarmos uma comunicação respeitosa e valorativa entre as participantes ao longo de todos os encontros. Não à toa, recebemos queixa de situações de agressão verbal de tom machista e de discriminação etária que havia acontecido neste encontro acadêmico, em outra roda de conversa coordenada também por mulheres. Também viemos nos dando conta sobre nossas tarefas e lugares dentro dos espaços institucionais desta associação e, desde que temos proposto esta frente de atenção e enfrentamento às violências de gênero tem-se evidenciado muitas denúncias e intervenções práticas por parte da Abrapso. Temos confiado e aprendido juntas, como identificar, amparar e intervir sobre tais situações fundamentadas nos predicados de nossas antecessoras e na potência de nossos projetos em comum.

A escolha por esta metodologia está relacionada a um modo de atuação que vem sendo incorporado pelo Núcleo São Paulo da Abrapso, desde 2018, o qual engloba a dimensão política dos afetos como um de seus aspectos constitutivos²⁹. Nesta proposta, incluímos o recurso da

²⁸ Os quais podem ser acessados nos anais do evento.

²⁹ Mais detalhes sobre esta metodologia desenvolvida pelo grupo para coordenar suas ações pode ser verificada no capítulo do E-book coordenado pela Regional São Paulo da Abrapso, intitulado: "Os afetos como dimensão política e a neutralidade da ciência: um relato de experiência do Núcleo São Paulo da Abrapso" (PURIN, OLIVEIRA, SOUZA e FREITAS, GONÇALVEZ, CAMARGO, 2019).

música ao final de cada sessão como importante canal de expressão, cuidado, acolhimento, e possibilidade de todas as participantes refletirem e expressarem o que reverberou nelas durante o encontro do referido dia. O repertório musical foi cuidadosamente selecionado para cada dia conforme os temas dos trabalhos apresentados e contou coletivamente com as sugestões das proponentes da roda, as quais foram organizadas, em particular por uma das proponentes que é musicoterapeuta e conduziu a dinâmica.

Nesta prática, enquanto ouvíamos as músicas, utilizamos o chat da plataforma como ferramenta para que livremente fossem registradas palavras e afetos que aflorados, reverberados, que ficaram ecoando e estiveram vivos no encontro e discussão daquele dia. A primeira música deste bloco final, era instrumental, propositalmente para esta reflexão. Encerrava-se a roda com uma ou duas músicas, desta vez (vocal) com letra, para ser um momento de integração e descontração. As participantes tinham a liberdade de fazer o que desse vontade (dançar, cantar junto ou apenas ouvir).

Nos bastidores da roda, uma das proponentes e a monitoria copiavam as palavras registradas no chat, as quais foram posteriormente atribuídas no aplicativo "Mentimeter" que mensurou a quantidade e frequência, se transformando em uma Nuvem de Palavras, compartilhadas com todas as participantes. Esta ferramenta significou um importante instrumento de percepção e feedback diário sobre a atividade daquele dia, um termômetro sobre os afetos das participantes, além de ter fortalecido os vínculos, deixando todas mais à vontade para o compartilhamento do que havia sido significativo coletivamente na roda, pois notamos a adesão crescente a cada dia na dinâmica.

Cada Nuvem de Palavras pode ser visualizada nos respectivos subcapítulos deste texto, considerando que cada uma representa e é dimensionada pela incidência de sentidos, sentimentos e impressões despertados nos três dias de atividades.

VIOLÊNCIAS E IDENTIFICAÇÕES: DE ONDE EU FALO, VOCÊ ME ESCUTA?

Lançar-se a uma prática em Psicologia Social articulada com a luta pelo fim das violências de gênero, remonta ao marco do sujeito enquanto agente de mudança do espaço que o atravessa e o afeta. Nesse cenário, a transformação social desejada em um contexto amplamente marcado por hierarquias de corpos e pelo modelo patriarcal e androcêntrico, nos indica a importância de uma práxis feminista e feminina para enfrentamento das violências de gênero. Ao considerar este contexto podemos observar que não há sujeito passivo quando se fala em violências de ordem estrutural: a afetação não apenas é necessária, mas inevitável. Desse modo, pensar em "Mulheres e suas lutas" é pensar nas possibilidades de "virar a mesa" e, além de fazer o afeto circular, compartilhá-lo com outros corpos.

Das diversas lutas travadas pelo lugar de visibilidade e enunciação de corpos feminilizados, temos a violência de gênero como um problema de saúde pública multifacetado, que deriva da subalternização de atributos femininos. Essa questão reflete no campo prático, em que sabe-se que para conquista e efetivação dos direitos das mulheres são necessários muitos esforços e lutas contínuas, uma vez que direitos identitários são alvos permanentes de retrocessos, sendo atravessados por desigualdades sociais e medidas culturais perversas. Além das violências sofridas cotidianamente, percebemos que as mulheres enfrentam diversos obstáculos até que consigam, de fato, algum suporte, incluindo: a falta de conhecimento sobre seus direitos; sobre serviços e equipamentos que compõem a rede de atendimentos; a medicalização e naturalização das violências; o medo de julgamento e, principalmente, a falta de uma rede

estruturada e preparada para acolher suas demandas, o que colabora diretamente com o risco de revitimização. Ou seja, as violências não se restringem ao ambiente privado, elas também são cometidas estruturalmente pelo próprio Estado, pois apesar de termos políticas públicas para contribuir com o enfrentamento às violências de gênero, vemos na prática que a rede de atendimento às mulheres ainda não funciona devidamente.

Nesse contexto de desmontes, de insuficiência e precarização de Políticas Públicas, temos questionado nosso lugar enquanto trabalhadoras dessa rede: quais são as nossas possibilidades de atuação? Como promover a autonomia e emancipação de outras mulheres, se nós também vivenciamos e somos afetadas por essas violências? Como lidar com o aumento frequente dos índices de violência contra as mulheres sem individualizar essas questões e demandas que são coletivas? Mostra-se importante refletir sobre o funcionamento dessa rede que pode acabar por punir as próprias mulheres pelas violências sofridas, assim como social e historicamente já tem sido feito e legitimado. É preciso olhar para o fenômeno da violência em sua totalidade, sem ignorar as existentes desigualdades de gênero.

O trabalho com homens autores de violência emerge como uma das vias possíveis de luta e transformação social. Entretanto, ao partir para a inserção nesse trabalho, uma pergunta ressurgiu como eco nos encontros estabelecidos: “e mulheres podem trabalhar nesses espaços?”. “Qual o lugar possível para uma mulher no trabalho com homens autores de violência? Haveria espaço?” Para refletir a respeito, destacamos a reflexão de uma atuação, que segue destacando o processo de autorizar-se enquanto mulher, profissional da psicologia, e que atua pelo fim da violência de gênero pela via do trabalho com masculinidades, como um primeiro afeto traçado nesse percurso. Passada essa autorização primeira, a atuação tornou-se não menos desafiadora, mas sim mais acolhedora, afinal de contas, falar em autorização e autoridade no trabalho com homens acerca das violências estruturais marcadas pela desigualdade de gênero, envolve evidenciar as, muitas vezes sutis, formas de subalternização de mulheres em espaços de trabalho. Tal questão surge nestes grupos como hostilidade, invalidação de intervenções e principalmente à não-escuta daquilo que psicólogas propõem em grupos - aspecto que nos remonta à deslegitimação de suas práticas profissionais.

Desse modo, percebe-se que a existência de elementos considerados femininos são infantilizados, subjugados ou silenciados. Uma das pistas de análise é a socialização masculina pautada em práticas misóginas e que findam por produzir um estranhamento ao lidar com a diferença - ou a partir da observação de mulheres dividindo espaços de trabalho com outros homens. Ao partirmos de uma práxis feminista, é possível afirmar que vemos o mundo a partir de onde nos sentamos: ou seja, os marcadores que mediam nossa relação com o mundo, nos permitem ou não, o privilégio de apenas não ver determinadas desigualdades ou, em suma, de não serem sentidas por estarem naturalizadas numa persistente invalidação da autoria feminina. Tal aspecto nos evidencia a importância de mulheres atuando, conjuntamente, no trabalho de desarmar masculinidades. Não para exercer uma pedagogia das masculinidades, tampouco para ser alvo de misoginia, mas para desnaturalizar o lugar de subalternidade a nós reservado. O exercício proposto pela roda de conversa “mulheres e suas lutas” foi o de mudar os lugares previamente marcados e prezar pela coletividade enquanto ferramenta para potencialização da transformação social - outra forma de contribuir indiretamente com a redução das violências contra a mulher. Nela, foram levados questionamentos que inicialmente poderiam parecer pessoais, mas percebia-se nos diálogos estabelecidos que esse afeto era coletivo. Com isso, foi possível sentir aquilo que outrora era percebido como distante, presente apenas nos textos acadêmicos: práticas de luta e transformação em

coletividade. Que mostram que, ao compartilhar afetos coletivamente, torna-se possível, de fato, ser ouvida e visibilizada.

Nuvem de Palavras referente ao 1º Dia



O QUE VOCÊ CHAMA DE AMOR EU CHAMO DE TRABALHO NÃO REMUNERADO³⁰

Entramos em 2021 como se 2020 continuasse aqui. A pandemia-sem-fim nos relembra diariamente que precisamos repensar uma série de dilemas da nossa sociedade. Nós mulheres seguimos tentando mexer nas estruturas das quais fazemos parte e que, paradoxalmente, às vezes reforçamos inconscientemente. Pesquisadoras de feminismos e femininos, sabemos como o patriarcado e o capitalismo nos colocam no ambiente doméstico, lançando-nos em uma posição de servidão. Mas, queremos sair desse lugar e ocupar outros espaços. Queremos ter liberdade de escolhas. No entanto, mesmo assim, nos pegamos querendo atender expectativas internas e externas do que é ser uma boa mulher, boa mãe, boa amante, boa profissional. Vivemos os dilemas e as angústias de caber e aparecer em um mundo que tenta fingir que não existimos, ou que não o sustentamos, quanto a nossos trabalhos e nossos afetos.

A maternidade aparece para muitas mulheres, não como uma escolha ou um desejo, mas um caminho certo na vida, um itinerário moralmente bom e adequado para se alcançar a autoridade que nos caberia no patriarcado (o destino final do feminino). Nesse caminhar, em uma sociedade que reforça o individual e a competição, ser mãe e cuidar de uma criança, é entrar num processo de solidão e confusão emocional. As demandas de bebês, crianças e adolescentes somam-se e multiplicam-se às demandas do ambiente doméstico. No Brasil, algumas poucas mulheres privilegiadas conseguem minimizar os impactos dessas demandas ao contratar outras mulheres, muitas vezes também mães, que cuidam de suas casas e filhos e filhas. É uma cadeia de desigualdades que contribui para invisibilizar a origem do problema: a desigual distribuição dos trabalhos domésticos e de cuidados.

A pandemia, o contexto político e econômico do Brasil contemporâneo e sua tendência de governança necropolítica têm intensificado essas desigualdades. Enquanto as mulheres perdem seus empregos e abrem mão de seus projetos profissionais e de pesquisa, homens voltam mais rápido à economia e conseguem produzir mais. Atuam para a produtividade

30 O título desta seção faz alusão à proposição de Silvia Federici que, ao analisar a divisão sexual do trabalho em meio a uma estrutura social patriarcal, denuncia a desvalorização do trabalho doméstico que é realizado por mulheres. Com isso, afirma: "Eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado." (2019, p.41).

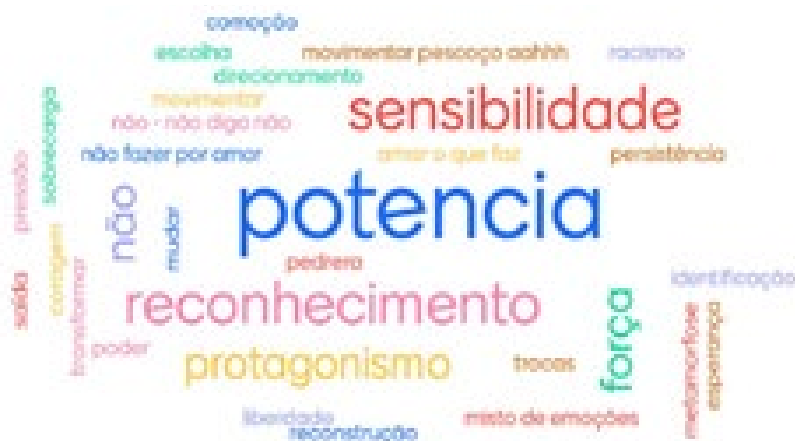
social remunerada que representa, numa sociedade de classes, exercício de domínio e controle social. Na lógica de que ao homem cabe ser provedor e à mulher ser cuidadora. Não é raro que homens, ao terem filhos, sejam promovidos ou recebam aumentos salariais, enquanto muitas mulheres são demitidas após o fim da licença maternidade ou, enquanto mães de crianças pequenas, deixam de ser contratadas, com a alegação de que não terão tempo suficiente disponível para o trabalho remunerado.

Enquanto a sociedade atribui o papel de cuidadoras naturais às mulheres e meninas, suas oportunidades e opções são limitadas. Trata-se da conceituação e prática de feminilidade associada ao cuidado e a doçura e da masculinidade voltada à agressividade e provisão de recursos. Essa realidade invisibiliza o fato de que muitas famílias brasileiras são compostas por mulheres em maternidade solo ou mesmo que acumulam a função de provedoras financeiras de suas famílias. Essas mulheres são responsáveis pela renda familiar e geralmente contam exclusivamente com o apoio de outras mulheres, de famílias extensas ou advindas de laços comunitários. Geralmente, estas mesmas mulheres que servem de apoio àquelas de estrato social com mais acessos a bens e consumo recebem títulos como “guerreira” para mitigar a necessidade de reconhecimento e encaminhamento desta demanda social.

A noção da feminilidade associada à bondade e ao cuidado vem sendo construída como ferramenta do patriarcado e contribui para a separação de trabalho de homens e mulheres e da separação do que é público e privado. Faz parte de um processo moral que mobiliza as mulheres para que elas encontrem um lugar de relevância no mundo e sejam reconhecidas por isso, ocultando todas as limitações e imposições que isso gera nos diversos momentos em que ela não se identifica com esse lugar, não está vivenciando momentos de amor e bondade ou não quer estar nessa posição.

A naturalização da bondade materna está em todos os lugares: nas mídias, nas brincadeiras de crianças e até em suas roupas. Esse estereótipo de boa mulher passa pela mãe que prioriza a família ou seus afetos em detrimento de si mesma. E quando a mulher não se identifica com o papel de mãe e não deseja ter filhos, é julgada como menos sensível e uma pessoa incompleta. Ao contrário, quando ela está grávida, torna-se quase uma santa. Quando é mãe de crianças pequenas, é a mulher que é fonte infinita de amor e que pode abrir mão de outras atividades e desejos pelos filhos. Não é à toa que um dos principais impactos da pandemia na vida das mulheres foi sua saúde emocional. Elas ficaram mais sobrecarregadas e também continuaram sendo o alicerce emocional de filhos, filhas, e outras pessoas que não tinham a quem recorrer. Na sociedade que racionaliza tudo, não sobra lugar para as emoções ou estas mesmas emoções são usadas contra si mesmas. E se a mulher se autoriza à emoção e o afeto, qual é então seu lugar?

Nuvem de Palavras referente ao 2º Dia



Ao se inserir no campo de pesquisa, a mulher não abandona todos os outros papéis sociais que a história e cultura lhe imputaram. A mulher abarca, aumenta e reproduz diariamente em sua vida muitas jornadas árduas de trabalho, as quais se acrescentam a pesquisa, a escrita e a produção de ciência. Como pesquisadora, autora ou outra ocupação profissional, encontramos consenso em análises feministas de que tais posições sociais são, por excelência, promissoras de autonomia e fragmentos de emancipação na sociedade em que vivemos. Não é necessário resgatar um tempo distante da nossa história para identificar os mecanismos de negação do acesso intelectual que nos foram impostos. A ameaça forjada de que a instrução das mulheres ocasionaria o abandono do trajeto compulsoriamente destinado – de mãe e esposa – reprimiu por séculos que tivéssemos a garantia do acesso à educação.

A evolução e a disseminação das teorias feministas muito contribuíram para que mulheres ocupassem atividades de produção acadêmica com o devido reconhecimento e respeito. A literatura e o meio científico, dois ambientes extremamente masculinizados por anos a fio, se tornaram habitáveis ao feminino, após gerações de mulheres fortes e importantes lutarem para tal. É expressivo o fato de quantas mulheres precisaram adotar pseudônimos ou ocupavam as margens da produção intelectual, como exemplo da matemática e escritora Ada Lovelace, “(...) cujas escolhas profissionais revestiram politicamente sua liberdade de impressão e afetos por codinomes e nas margens de livro de terceiros, ressaltando deslocamentos da normatividade que incidem em qualidades emancipatórias.” (ANTUNES, 2015, p. 53). E, com tantas transformações no atual cenário político e econômico, os papéis de gênero e as cargas de trabalho tendem a reforçar um pano de fundo para a fadiga de uma mulher que almeja ocupar um lugar de ascensão social por direito.

Nossas antecessoras, ao se engajarem na luta pelo nosso direito de acesso ao conhecimento, reconhecendo neste o instrumento mais potente para a conscientização da estrutura de opressão e dominação à qual nosso gênero fora submetido, iniciaram o longo processo de emancipação que, hoje, como um elemento pulsante deste mesmo processo, fundamenta propostas como a desta roda de conversa e produção textual. Não há possibilidade de libertação do sistema heterossexista, classista e colonialista que não seja atravessada pelo ato reflexivo, pela experiência do passado, pela articulação de ideias e utopias que, por sua vez, culminam na necessidade de compartilhamento, identificação e conexão entre mulheres.

Entretanto, abrir campo para que mulheres ocupem a academia e os laboratórios de ciência não é o suficiente, visto que ainda são as mulheres criadas em uma realidade desigual de salários, perspectivas de vida, atividades domésticas e machismo estrutural. Em um cenário em que meninas são criadas para serem “naturalmente mães”, abordadas em seus itinerários de vida por uma dupla moral e responsáveis por uma quantia injusta de afazeres, sobretudo, não remunerados, não se pode vislumbrar igualdade, muito menos equidade.

Entende-se, portanto, que falar sobre as mulheres é também falar sobre os tantos silenciamentos que nos atravessam, sobre os espaços negados, as falas interrompidas, os corpos objetificados e os inúmeros estereótipos que violentam e limitam nossas formas de existência. Há muitas representações, produzidas socialmente, que buscam definir o que é ser mulher, padronizando e, de certo modo, romantizando as vivências, principalmente de mulheres que não correspondem aos papéis - cristalizados - em que são colocadas. No cinema e na literatura, além de serem estereotipadas, as mulheres têm suas produções desvalorizadas e vozes silenciadas, colocando-as como coadjuvantes das próprias histórias. Todavia, a

produção cultural a respeito de mulheres e produzida por estas são caros instrumentos de análise da realidade enfrentada e oferecem mecanismos para que possamos compreender e subverter certos eventos de discriminação e opressão que permeiam a sociedade.

A literatura tem o poder de denunciar situações que na realidade passariam despercebidas ou, então, retratar de maneira criativa e muitas vezes didática, questões que geralmente não conseguiríamos absorver na vida real. A literatura e as artes poéticas, por exemplo, conseguem abranger públicos e vozes geralmente não tocados no espaço acadêmico, trazendo reflexões, sentimentos, paixões e conseqüentemente, abrindo espaço para a concepção de novas utopias emancipatórias. Incentivar que mulheres pesquisem, escrevam e sejam ouvidas, ler obras de perspectiva feminista e também mulheres escritoras, citá-las como referência que legitima um discurso são estratégias para a consolidação de um embasamento filosófico e epistemológico feminista e um resgate da autoridade por definição.

Já o cinema, mesmo inserido nos meios midiáticos, mostra-se tanto como um importante instrumento de estudo das relações sociais quanto um potente disparador de discussões sobre gênero, território, classe, raça e, conseqüentemente, sobre as opressões que perpassam, de formas diferentes, a vida das mulheres. Assim sendo, além das problematizações acerca dos olhares que constroem as narrativas estudadas na literatura e no cinema, a pesquisa acadêmica pode se debruçar em edificar diálogos possíveis, confiando e comprometendo-se com as autoras e suas lutas, buscando na coletividade, autonomia e autoridade para construção do conhecimento científico e outros saberes ricos à humanidade.

Nuvem de Palavras referente ao 3º Dia



DESFECHO POÉTICO (PARA ESSA RODA NÃO SE FECHAR)

Do compartilhamento entre mulheres, escuta e fala
Da troca, irrompe a distância do virtual aquilo o que nos toca
Da partilha da vivência,
Ecos de resistência

Da experiência entre mulheres, produção emergente
A potência da voz, da expressão, do relato urgente
Autoridade reivindicada,
Posição erguida, não mais negada

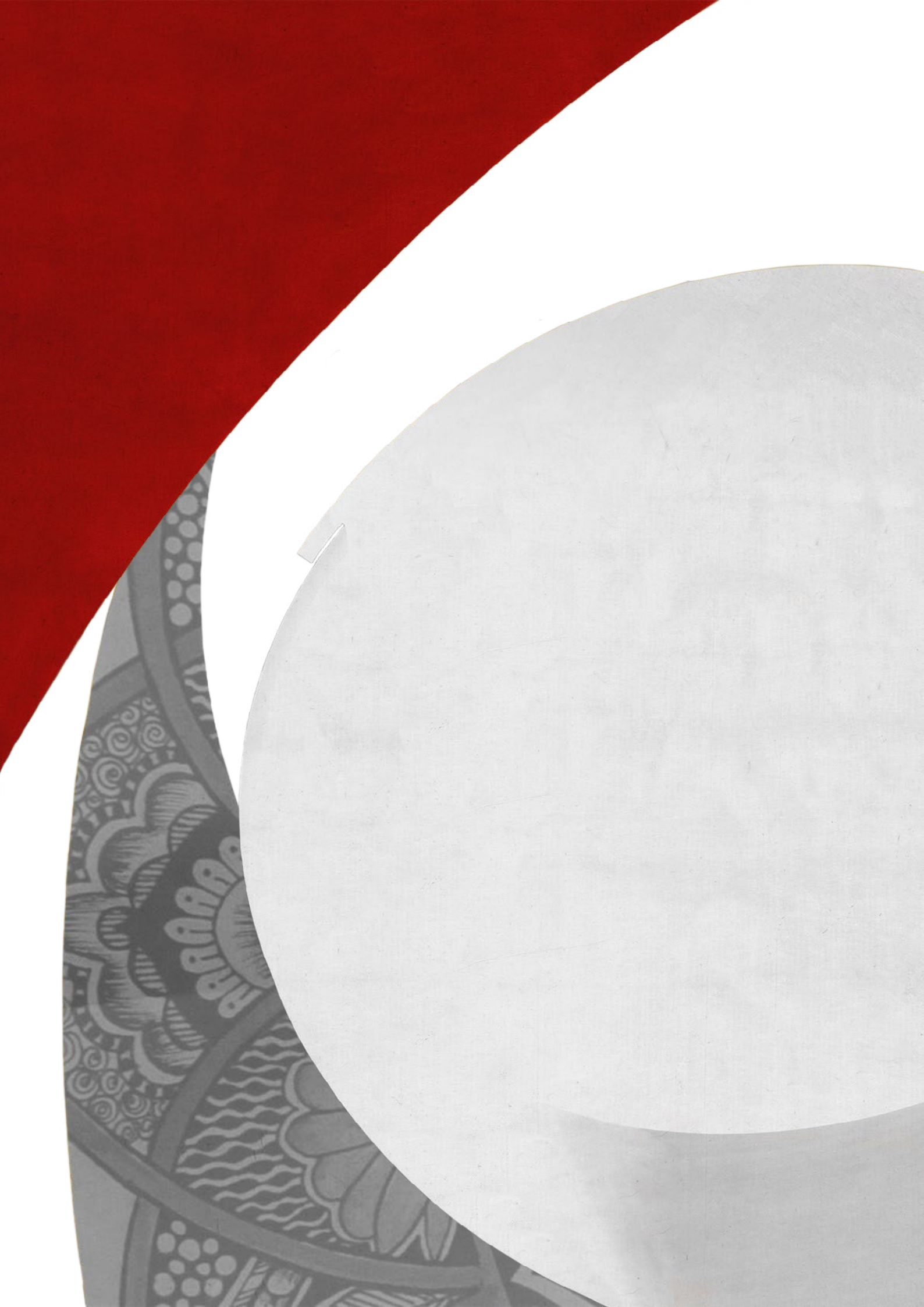
Nesta roda de mulheres, o encontro do afeto
Da palavra que importa, da luta que unifica, da presença que conforta
Vozes somadas, convertidas em legado
Concretizadas neste escrito compartilhado

Da rede estabelecida entre mulheres, experiências coletivas
Saberes e fazeres de existências subversivas
Materializados na conquista da autonomia necessária.
Priorizar umas às outras: força libertária!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, M. S. X. **Ciberativismo, identidade política e metamorfose humana**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). São Paulo/SP: Pontifícia Universidade Católica, 2015
- ANTUNES, M. S. X.; SILVA, C. B.; GRILLO, N. E. Mulheres e suas lutas: um compromisso ético-político. In: PURIN, G. T.; SIMÕES, M. C. D.; PERES, D.; PINTO E SILVA, E. (Orgs). **Psicologia Social: análises críticas sobre histórias interditas e práticas resistentes**. Porto Alegre: Abrapso, 2019. (Coleção Encontros em Psicologia Social , Vol. 4). Disponível em: https://www.abrapso.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=612
- ARENDDT, Hannah (1954). **Entre o passado e o futuro**. (trad. Mauro W. Barbosa) 7º ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- CHAUÍ, Marilena. Espinosa: uma filosofia da liberdade. São Paulo: Moderna, 1995.
- ESPINOSA, Baruch (1675). **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- FEDERICI, Sílvia. **O ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução de Coletivo Sycorax – São Paulo: Elefante, 2019.
- LANE, Sílvia T. M. A mediação emocional na constituição do psiquismo. In.: LANE, S. T. M e SAWAIA, B. B (Orgs). **Novas Veredas da Psicologia**. São Paulo: Brasiliense: Educ, 1995.
- LANE, Sílvia T. M. Os fundamentos teóricos. In: LANE, S. T. M.; ARAÚJO, Y. (Orgs). **Arqueologia das emoções**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- PURIN, G. T.; OLIVEIRA, C. B.; SOUSA e FREITAS, M.; GONÇALVEZ, B. S.; CAMARGO, G. M. Os afetos como dimensão política e a neutralidade da ciência: um relato de experiência do Núcleo São Paulo da Abrapso. In: PURIN, G. T.; SIMÕES, M. C. D.; PERES, D.; PINTO E SILVA, E. (Orgs). **Psicologia Social: análises críticas sobre histórias interditas e práticas resistentes**. Porto Alegre: Abrapso, 2019. (Coleção Encontros em Psicologia Social , Vol. 4). Disponível em: https://www.abrapso.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=612





CAPITULO 10

“O LADRÃO DA BIKE É BRANCO!” SER NEGRO NO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES:

APONTAMENTOS PARA A INTERVENÇÃO CRÍTICA DE PSICÓLOGAS(OS) NO COMBATE AO RACISMO.

Edilson Claudino Bicudo
Winnie Nascimento dos Santos

Vivemos grande desigualdade social no Brasil e, quando falamos em desigualdade neste país, temos o racismo como ideologia estrutural e estruturante desta realidade.

Considerando esse aspecto sócio-histórico brasileiro, as heranças da escravidão e a manutenção do lugar de subalternidade da população negra, desde a assinatura da dita lei da abolição até os dias atuais fazem com que, ao longo da história, corpos negros sejam sujeitos às piores condições de existência. O país foi responsável por quase 50% de todo o fluxo do tráfico negreiro cativo africano vindo para o continente americano, e em seus mais de 350 anos de escravidão legalizada recebeu 8 vezes mais pessoas negras do que pessoas brancas (GOMES, 2019). Podemos observar essa herança no acesso dos negros aos trabalhos mais precarizados, às piores condições de moradia, assim como a falta de acesso à saúde e educação de qualidade. Decorrente disso, a população negra torna-se o grupo mais amplamente vitimado pelo feminicídio, violência doméstica, violência policial e encarceramento desenfreado.

Tal realidade não se dá a esmo, mas como projeto político iniciado a partir da ausência de políticas reparatórias e de integração da população negra à sociedade após a assinatura da Lei Áurea. Assim como das ações explícitas de exclusão e marginalização da população negra, como o Movimento Eugênico Brasileiro, que contou com membros da comunidade científica, entre eles os médicos Raimundo Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Renato Kehl, entre outros, que buscavam, a partir da ciência, comprovar a inferioridade de indivíduos negros, construindo e disseminando teorias e ideias segundo as quais negras e negros seriam biologicamente inferiores à população branca.

Ainda sobre essa questão essa forma de controle social presente no início do século XX é fundamental considerar a participação da Psicologia neste cenário, uma vez que as repercussões dessas teorias fundaram as discussões dessa ciência que possui em muitos aspectos funções sociais de controle dos corpos. Mais do que isso, é necessário também que reflitamos o quanto, até os dias atuais, ela ainda é utilizada como tal forma de controle.

Nossa proposta na elaboração deste artigo é explicitar o grande sofrimento psíquico produzido a partir do racismo estrutural em negras e negros na sociedade brasileira, assim como pensar caminhos, estratégias e ações concretas da atuação de psicólogas e psicólogos na busca pela intervenção crítica nessa realidade. Destacaremos nesse texto o cenário atual da pandemia, a psicologia crítica e suas contribuições, citaremos algumas práticas e dados a realidade do racismo, além de citar algumas referências das psicólogas e psicólogos no combate ao racismo.

O CENÁRIO DA PANDEMIA ESCANCARANDO A DESIGUALDADE RACIAL

Era agosto de 2020 quando nos surgiu o convite para a participação no XV Encontro Regional SP, que tinha como tema *Práxis, Compromisso Ético-Político e as Transformações*

Sociais nos 40 anos de ABRAPSO. Vivíamos um período de isolamento social, motivado pela pandemia de COVID-19, pandemia esta que escancarou, de diferentes formas, a desigualdade racial que organiza a sociedade brasileira ao longo de sua história. O vírus, que a princípio contaminou pessoas pertencentes aos níveis mais elevados no estrato social - estrato esse que concentra majoritariamente indivíduos brancos - as quais haviam viajado para países do continente asiático ou europeu, passou a impactar de forma devastadora a vida de pobres, negras e negros e pessoas periféricas, fazendo não só com que a população negra fosse, proporcionalmente, a população com maior concentração de vítimas fatais do vírus, como apontado em SANTOS et al. (2020), mas também o grupo mais afetado pela ampliação da precarização das políticas públicas e pela falta de acesso a serviços de saúde, educação, mercado de trabalho etc.

O primeiro caso oficial de COVID-19 no Brasil foi registrado em fevereiro de 2020, sendo um cidadão de São Paulo que havia visitado a Itália (AGÊNCIA BRASIL, 2020). Contudo, no mês seguinte, a primeira vítima fatal do estado do Rio de Janeiro, foi uma mulher negra, empregada doméstica, que não só não teve permissão para fazer o isolamento social, como também não foi informada do risco de contágio pela sua patroa que havia passado o carnaval na Itália (SIMÕES, 2020).

Essa vida perdida nos convoca a refletir sobre a problemática posta para a população negra, que ocupa as posições mais precarizadas e menos remuneradas no mundo do trabalho, posições essas que nos expõem ao risco de contaminação, mas que, ao mesmo tempo, permitem o nosso sustento. Além disso, nós, população negra, temos acesso às moradias mais precarizadas, dificultando o isolamento social, além de pouco ou nenhum acesso à saúde de qualidade, o que nos coloca em ampla desvantagem no atual cenário de pandemia. É fundamental ressaltarmos que tal condição de marginalização da população negra se dá a partir de um processo histórico, conforme já citado anteriormente. São nesses momentos, porém, que se explicita o quanto tais condições de incerteza e vulnerabilidade são grandes causadoras de sofrimento humano e o quanto nossa ação enquanto profissionais da saúde é urgente, não apenas no campo da reflexão e ideias, mas na construção de ações concretas que visem à transformação dessa realidade de marginalização e exclusão.

Em maio, poucos meses depois dos primeiros casos de COVID-19 chegarem ao Brasil e de as autoridades locais tomarem providências relativas à restrição de circulação de pessoas em determinados espaços, com o intuito de controlar a disseminação do vírus, o jovem João Pedro foi alvejado enquanto brincava com seus amigos na casa de seus tios. O menino de apenas catorze anos foi atingido durante uma operação conjunta entre as polícias Civil e Federal do Rio de Janeiro, no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo. Não bastasse o crime cometido, seu corpo, levado de helicóptero pela mesma polícia que lhe tirou a vida, ficou desaparecido por cerca de dezessete horas, enquanto a família buscava por notícias em diversos hospitais durante a madrugada, encontrando-o, por fim, já sem vida no Instituto Médico-Legal do Tribobó (G1 RIO, 2020). O crime ocorreu no mesmo mês em que George Floyd, homem negro norte-americano, foi asfixiado por um policial branco, que pressionou seu pescoço com o joelho até que restasse ali um corpo sem vida. Este outro crime foi filmado e as imagens “viralizaram”, causando comoção não apenas nos norte-americanos, mas também em cidadãos e cidadãs de diversos outros países, inclusive o Brasil, resultando em uma onda massiva de manifestações por todo o globo terrestre.

Outro caso que marcou o início do isolamento social foi a triste perda do menino Miguel Otávio, de cinco anos (LEMOS, 2012). Segundo as investigações oficiais, Mirtes, a mãe do garoto, que trabalhava como empregada doméstica, e que não fora dispensada de suas funções, apesar

de sua atividade não ser enquadrada como essencial, deixou Miguel aos cuidados da patroa que agiu com negligência em relação aos cuidados que deveriam ser prestados à criança, fato que resultou em sua queda do nono andar do prédio no qual a sua mãe trabalhava.

Entre diversas outras cenas de tristeza e descaso com a população negra, um ano depois, a mesma polícia que tirou a vida de João Pedro foi responsável pela dita operação policial, reconhecida por parte da sociedade civil como Massacre do Jacarezinho, o qual resultou na morte violenta de 28 pessoas, majoritariamente negras, com indícios, a partir de laudos, de que as mortes ocorreram sem qualquer chance de defesa (MELO & BARRETO FILHO, 2021). Tal ação, que teve como pretexto uma “guerra às drogas”, desafiou decisão do Supremo Tribunal Federal, incentivou manifestações de rua realizadas por movimentos sociais em algumas cidades brasileiras, e recebeu duras críticas de órgãos nacionais e internacionais como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Human Rights Watch Brasil e também integrantes da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, que indicaram falhas na forma de atuação da polícia.

Os episódios mencionados acima explicitam o lugar reservado à população negra nesse imaginário social colonial, que enxerga indivíduos negros como seres inferiores, compreendidos como potencialmente perigosos, inferiormente posicionados na hierarquia racial quando comparados aos indivíduos brancos. Esses acontecimentos vão demonstrando o quanto negras e negros devem estar sempre alertas, mesmo quando brincando dentro de suas próprias casas. Devem fazer escolhas entre tentativa de proteção ou busca pelo sustento da família, não havendo tempo para lidar com a dor e o sofrimento causado pela dura realidade que o mundo inteiro, mesmo que desigualmente, está vivenciando.

As ações violentas do racismo vêm-se tornando tão explícitas e corriqueiras para negras e negros no Brasil, que “cidadãos comuns” realizam abordagens violentas a pessoas negras, comportamento antes adotado majoritariamente pela polícia, como bem pontua a doutora Maria Aparecida Silva Bento em seu artigo *Acusações injustas contra negros têm de ser tipificadas como racismo, e os réus, punidos*. Esse artigo nos convida a refletir sobre as limitações impostas por civis no direito de ir e vir de pessoas negras, que, mesmo quando não cometeram qualquer crime, são apontadas, constrangidas, humilhadas e, quando percebido o dito engano, as pessoas acusadoras apenas se desculpam. “*Esses ‘enganos’ ocorrem num país em que 83% dos presos injustamente por reconhecimento fotográfico são negros*” (BENTO, 2021).

A recente situação ocorrida com Matheus Ribeiro de 22 anos, instrutor de surf, que foi acusado por um casal branco no bairro do Leblon, Rio de Janeiro, de ter roubado uma bicicleta elétrica que ele tinha comprado havia poucos meses, reforça, mais uma vez, esse lugar de inferioridade, no qual, o indivíduo negro é visto por brancas e brancos, que não se constrangem em abordar um indivíduo negro por ele possuir um bem material, compreendido pela branquitude como algo que não pudesse pertencer a um indivíduo negro. Esse lugar de superioridade permite que esse cidadão comum não apenas compreenda que aquele objeto caro não pertence ao mundo do negro, como lhe dá permissão para questionar, pressionar, constranger. Por fim, ao dar prosseguimento às investigações, a polícia descobriu que o ladrão da bicicleta é um jovem branco, com quase 30 anotações criminais em seu Relatório de Vida Progressiva. Ficam para Matheus a dor e a humilhação de uma acusação infundada e a exposição que sofreu. Ficam para negras e negros o sofrimento psíquico e a preocupação de estarmos sempre alertas para não sermos compreendidos como pessoas infratoras, não sermos as próximas vítimas das próximas vítimas.

Diante da perspectiva de sofrimento psíquico gerado por processos sociais do racismo, o engajamento da classe profissional da psicologia e o compromisso, desde a tarefa de formação até a orientação profissional, são de suma importância para a problematização e enfrentamento ao racismo em uma sociedade marcada por concepções veladas e subjetivas da discriminação. De acordo com Silvio de Almeida (2019), em seu livro *Racismo Estrutural: “o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais”*. Desta forma, a consciência das psicólogas e psicólogos, em suas diversas áreas de atuação profissional, deste processo político e histórico é vital para a percepção de como estes fenômenos subjetivos atravessam a realidade e as vivências de seus pacientes, clientes ou usuários, da mesma forma como estão enraizados em suas próprias concepções de mundo e bases científicas.

A ciência psicológica no Brasil foi regulamentada em 1962 e desde seus primórdios possuía pesquisadoras e profissionais negras, como Virgínia Bicudo e Neusa Santos, com consciência de classe e exposição da temática relacionada à população negra. Porém, por várias décadas, a psicologia no Brasil, seguindo bases de teorias da Europa e dos Estados Unidos, esteve voltada para práticas normativas de trabalho como em processos de seleção profissional e terapias individuais, cujo acesso estava restrito a quem podia pagar. Além disso, essas técnicas normativas favoreciam práticas de adequação da população a normas sociais que, direta ou indiretamente, mantinham os privilégios da população branca em detrimento da população negra a quem era delegada a parte mais baixa do mercado profissional, das vagas prisionais e dos hospitais psiquiátricos.

Norteados por movimentos profissionais progressistas, a categoria, através dos Conselhos Regionais de Psicologia e do Conselho Federal de Psicologia, empenhou-se em transformar o regramento técnico e a postura profissional das psicólogas e psicólogos. Nesta linha, em 2002 o Conselho Federal de Psicologia estabelece a resolução 018, a qual delinea normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Já no ano 2005 a atualização do Código de Ética Profissional aprofundou o engajamento da profissão, considerando sua atuação em contextos sociais diversos. Esses princípios direcionaram o combate ao racismo, como tema central na promoção de saúde mental e no exercício profissional das psicólogas e psicólogos brasileiros. Valiosos encontros foram realizados, gerando publicações, como: *Relações Raciais Referências Técnicas para a atuação de psicólogas(os)* (CFP, 2017) e *Referências Técnicas Para Atuação de Psicólogas(os) com Povos Tradicionais* (CFP, 2019). Esses compromissos profissionais criaram normativas no âmbito federal, também aplicáveis em âmbito Estadual, como nas publicações paulistas: *Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologias e Relações Raciais* (CRP/SP, 2019) e *Cartilha Racismo Institucional* (CRP/SP, 2019).

CONHECENDO ALGUMAS PRÁTICAS E DADOS ACERCA DAS ESTRUTURAS MANTENEDORAS DO RACISMO E AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA REALIDADE.

A partir do convite acima citado, referente a nossa participação no XV Encontro Regional da ABRAPSO São Paulo, realizamos em abril de 2021 a Roda de Conversa *“Racismo Estrutural: Estrutura mantenedora e ações de enfrentamento e transformação da realidade”*, a qual

destacou sete trabalhos de variadas áreas das ciências humanas e regiões do Brasil. Dois dos trabalhos descreveram a situação do Racismo nas universidades brasileiras e a imposição da realidade do racismo enfrentado por estudantes negros inseridos nestas instituições de ensino superior no Brasil. Outros trabalhos versaram sobre a dinâmica social do racismo, considerando a violência contra pessoas negras e a forma de exposição nas redes sociais virtuais e na mídia oficial no Brasil, a solidão da mulher negra e seus impactos individuais e sociais, bem como o tema da militância individual ou grupal antirracista, organizada ou não. Esses trabalhos evidenciaram como as diferentes manifestações objetivas e subjetivas da discriminação entre negritude e branquitude revelam práticas perversas existentes na sociedade brasileira. (ABRAPSO, 2021).

As discussões travadas nos dois dias da Roda de Conversa expuseram conexões entre as pesquisas apresentadas, explicitando como, nos diversos prismas do racismo no Brasil nas diversas áreas e regiões pesquisadas, existe uma estrutura única e imperiosa de práticas objetivas e subjetivas da segregação racial, fortalecendo determinantes sociais excludentes para a população negra. Esses trabalhos analisam a conjuntura sociopolítica brasileira, incluindo a pandemia de COVID-19. Também se analisam projetos de intervenção prática, como o "*Grupo à colher*", que oferta atendimento psicológico a famílias que tiveram seus filhos vitimados pela violência policial. Todas essas análises demonstraram como é possível a criação de práticas políticas e de oferta de atendimento realizadas dentro e fora das esferas de governo oficiais.

A exposição dos trabalhos e o posterior debate entre as pessoas participantes da roda de conversa também evidenciaram diferentes realidades sociais na vivência do racismo entre as cidades e estados brasileiros. Profissionais e estudantes presentes, ao compartilharem seus estudos acadêmicos, experiências pessoais e práticas profissionais, expuseram como vivências e articulações institucionais, nas diferentes regiões, exibem um país onde a vivência do racismo é imposta de forma diversa. Fica evidente como um indivíduo brasileiro negro, em uma cidade com maior número de pessoas negras em sua composição populacional e/ou com maior número de negros em situação de poder e maior renda, pode vivenciar o racismo estrutural de forma diversa. Assim, a constituição racial e migratória de cada região brasileira, o acesso ao poder político e o acesso a camadas superiores de renda, suscitam essas diferenças.

Uma reportagem da Folha de São Paulo, publicada em 03 de julho de 2021 (FRAGA et al., 2021) e baseada em estudo realizado pelo INSPER, traz uma análise estatística da realidade social brasileira, revelando a desigualdade racial no país, a partir de comparações entre os níveis de renda e desenvolvimento da população econômica ativa do país. O índice de equilíbrio racial (FIRPO, et al., 2019) adotado na pesquisa descreve a desigualdade de renda entre a população branca e a população negra, bem como diferenças no histórico e projeções de cenário entre as cinco regiões do país. Diante dos números apresentados em 2021, de maneira geral, as regiões Sul, Sudeste, Norte e Nordeste, nessa ordem, demonstram os maiores índices de aumento na desigualdade. Como exceção, a região centro-oeste aponta tendência de diminuição da desigualdade entre brancos e negros, tendência atribuída ao maior desenvolvimento proporcional da região em relação às demais, devido à renda do agronegócio.

O pano de fundo unificador entre todas as regiões brasileiras é a discriminação racial, com cidadãos negros e negras tendo, em todo território nacional, menor acesso ao mercado de trabalho, posições de poder e oportunidades de estudo. Este cenário revela a importância de que políticas públicas especializadas sejam formuladas para cada território de maneira peculiar, respeitando-se assim a história e a realidade de cada região, estado e município brasileiro.

Após a promulgação da Constituição de 1988 os novos princípios de acolhimento e assistência à população demandaram a criação de sistemas de atenção descentralizados para a população brasileira, bem exemplificados na instituição do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990 e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005. Ao final da década de 1990 e início dos anos 2000, a instituição e ampliação da rede pública de atendimento à população inseriu o profissional psicólogo de forma consolidada na ação direta junto à população, com a participação oficial desses profissionais nas equipes de referência dos Programas e Serviços de atendimento público. Da mesma forma, a ampliação de atendimentos gratuitos ou subsidiados, oferecidos por Universidades e Organizações da Sociedade Civil, possibilitou maior acesso da população pobre e conseqüentemente da população negra a serviços de atendimento psicológico.

O que percebemos é que houve alguns avanços na atuação de profissionais da psicologia do ponto de vista das relações étnico-raciais ao longo dos últimos vinte anos, como exemplificado pela Resolução 018, o Código de Ética Profissional, a publicação Relações Raciais: Referências Técnicas para a atuação de psicólogas(os), citada neste capítulo, assim como a criação da Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) em 2010. Apesar desses avanços, faz-se necessária a ampliação do debate e de ações concretas em defesa de uma psicologia comprometida com a saúde mental da população negra. Além disso, é preciso fortalecer articulações, associações e o próprio Sistema Conselhos, de modo que eles possam engajar-se na promoção de eventos, núcleos e grupos de trabalhos voltados à discussão da temática racial. Para isso, o financiamento desses órgãos e realização de ações que ampliem a discussão para todos os profissionais da psicologia são importantes. Ou seja, apesar dos atuais avanços e engajamentos, precisamos seguir avançando.

Muitas vezes, o sofrimento ético-político da população negra é compreendido e acolhido exclusivamente por profissionais negras e negros. A ansiedade do indivíduo negro, que não pode correr na rua quando está atrasado para não levantar suspeita; o medo e a insegurança que uma pessoa negra tem ao falar em público por não ser considerado suficientemente inteligente para ocupar aquele espaço; a necessidade de homens e mulheres negras usarem determinados tipos de roupas ou determinados tipos de penteados ou ainda realizarem certos procedimentos estéticos, por vezes impactando sua autoestima ou ainda sua saúde financeira, para atender a um padrão de beleza imposto pela sociedade – ainda são questões a serem refletidas por profissionais da saúde mental, que deverão fazer uma análise profunda de como ser uma pessoa negra e marginalizada impacta na constituição das subjetividades ao longo da história.

Para que haja uma ação efetiva de transformação da realidade da população negra, incluindo as formas como psicólogas e psicólogos negros devem atuar em suas práticas cotidianas, precisamos não apenas do envolvimento e engajamentos desses profissionais, como também da melhoria dos currículos, para a construção de um saber descolonizado que considere as realidades e necessidades dessa parcela historicamente marginalizada da sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAPSO. ANAIS DO XV CONGRESSO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO – RODA DE CONVERSA 12 RACISMO ESTRUTURAL:

ESTRUTURA MATENEDORA E ESTRATÉGIAS DE ENFRETAMENTO. 2021. Disponível em: <https://www.abrapsosp.org/xv-encontro-regional-2021>.

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo Estrutural.** São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019, p. 25 (Feminismos Plurais / coordenação Djamila Ribeiro).

BENTO, M. A. S. Acusações injustas contra negros têm de ser tipificadas como racismo, e os réus, punidos. Folha, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/columnas/cida-bento/2021/06/acusacoes-injustas-contranegros-tem-de-ser-tipificadas-como-racismo-e-os-reus-punidos.shtml>. Acesso em: 09/07/2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 018. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Brasília: CFP, 2002.

_____. Resolução nº 010. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2002.

CONSELHO REGIONAL de PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. Cartilha Racismo Institucional. São Paulo: CRP SP, 2019.

_____. Prêmio Jonathas Salatiel de Psicologia e Relações Raciais. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. São Paulo: CRP SP, 2019.

GOMES, L. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares.** 1 ed. - Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GUIMARÃES, L. Caso João Pedro: Quando o Estado mata nossos filhos a Justiça não acontece, diz mãe do adolescente morto em operação policial. **BBC News Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57121830>. Acesso em: 09/07/2021.

FRAGA, E.; RIBEIRO, T.; QUEIROLO G. Exclusão Racial no topo da pirâmide de renda do Brasil deve aumentar. Fatia de negros entre os 10% mais ricos tende a se afastar de seu peso populacional. **Folha de São Paulo** [online]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/exclusao-racial-no-topo-da-piramide-de-renda-do-brasil-deve-aumentar.shtml>

FIRPO, S.; FRANÇA, M.; PORTELLA, A., RODRIGUES, L. C. Índice de Equilíbrio Racial: Proposta de mensuração da desigualdade raciais entre e dentro das categorias profissionais. 2019.

MELLO, I. & BARRETO FILHO, H. Jacarezinho: Laudos de cena mais letal indicam mortes sem chance de defesa. **UOL**. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/06/26/laudos-local-mais-mortes-jacarezinho.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 09/07/2021.

LEMOS, N. Mãe de Miguel: "Racismo está escancarado. Resolveram caso Henry rapidinho". **Universa**, 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/columnas/nina-lemos/2021/06/03/sari-vai-pagar-pelo-crime-que-cometeu-diz-mirtes-mae-de-miguel.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 09/07/2021.

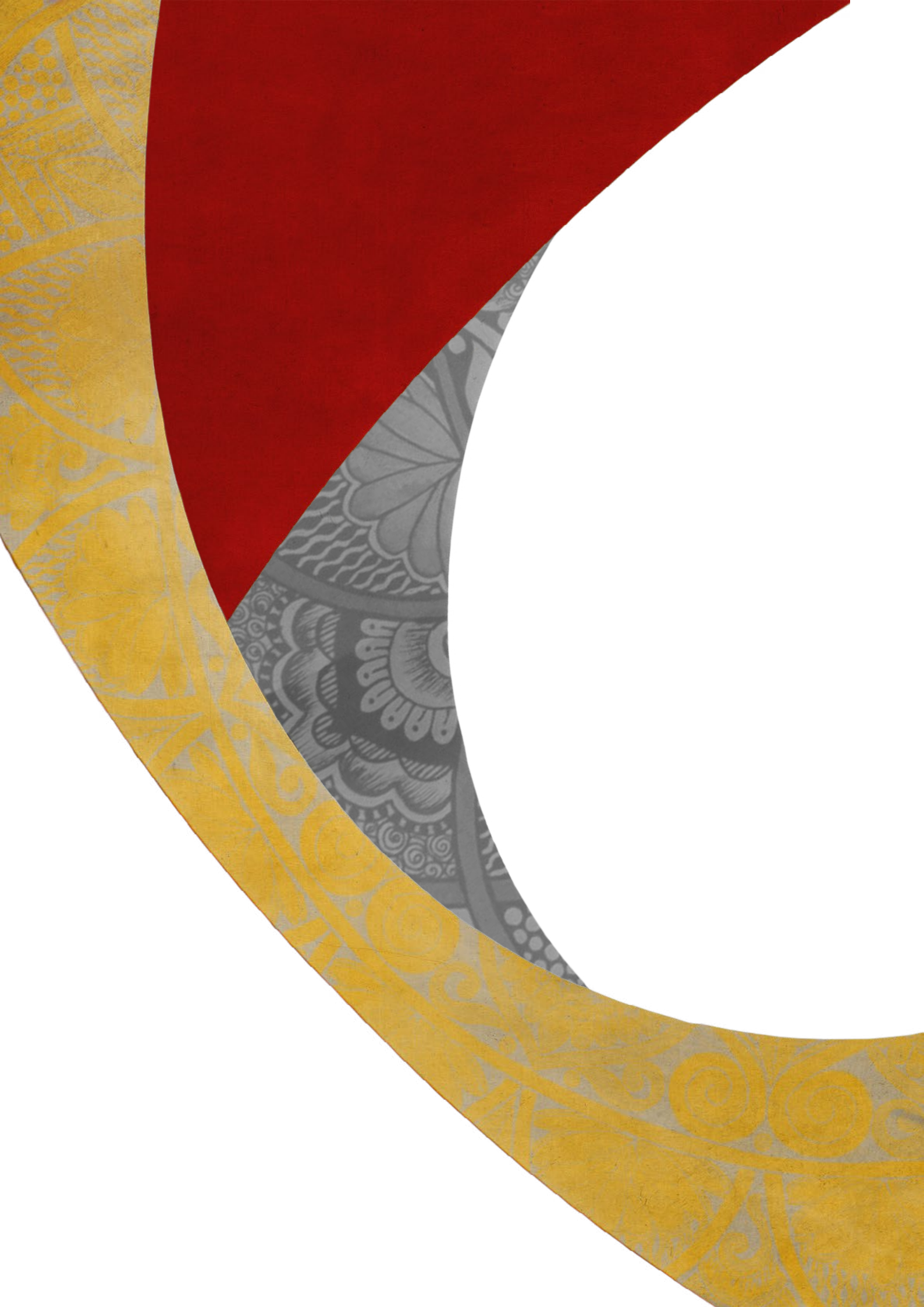
O QUE se sabe sobre a morte a tiros de João Pedro no Salgueiro, RJ. **G1 Rio**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/20/o-que-se-sabe-sobre-a-morte-a-tiros-de-joao-pedro-no-salgueiro-rj.ghtml>. Acesso em: 09/07/2021.

PRIMEIRO caso de covid-19 no Brasil completa um ano - Linha do tempo mostra enfrentamento da pandemia no país. **Agência Brasil**, 2020. Disponível em: <https://>

agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-02/primeiro-caso-de-covid-19-no-brasil-completa-um-ano. Acesso em 27/06/2021.

SANTOS, M. P. A. dos et al. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos Avançados** [online]. 2020, v. 34, n. 99, pp. 225-244. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.014>>. Epub 10 Jul 2020. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.014>. Acesso em: 12/07/2021.

SIMÕES, M. Primeira morte do Rio por coronavírus, a doméstica não foi informada de risco de contágio pela “patroa”. **Agência de Jornalismo Investigativo**, 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/03/primeira-morte-do-rio-por-coronavirus-domestica-nao-foi-informada-de-risco-de-contagio-pela-patroa/>. Acesso em: 27/06/2021.





CAPITULO 11

TRABALHO INFORMAL E A SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA:

REFLEXÕES PARA TEMPOS DE PANDEMIA

Thaina da Silva Costa
Jessica Araújo Carvalho
Ruchelli Stanzani Ercolano
Deivis Perez

Este ensaio registra um conjunto de reflexões acerca dos nexos entre a pandemia da COVID-19 e a saúde da população negra em situação de trabalho informal no Brasil. O exame da temática foi realizado por intermédio da análise dos boletins informativos sobre os dados epidemiológicos em saúde veiculados pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO, 2020) e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, 2020) entre os meses de março de 2020 a julho do ano de 2021; associados ao panorama acerca do trabalho informal no país articulados às necessidades de sobrevivência, seguridade e segurança no trabalho, pelos movimentos sociais negros da contemporaneidade. Ao final, foi assinalada a relevância da atuação das pessoas que trabalham no campo da psicologia como área do saber e da prática que pode ensinar ações dedicadas à superação do sofrimento ético-político.

Há tempos temos defendido que o mundo contemporâneo se conserva num estágio que representa a continuidade e a dramática extremação das características próprias e inconfundíveis da modernidade capitalista, a qual foi edificada por meio do controle e sujeição dos povos latino-americanos por invasores e pandilheiros europeus a começar do século XVI. Em sintonia com os crimes concretos praticados pelos europeus, sucedeu uma alarvaria simbólica orientada para conformar grandes contingentes populacionais a um modelo ideal e desejável de pessoa que mantém a sua abjeta validade até a atualidade, a saber:

[...] homem, branco, cristão, capitalista e originário inicialmente dos principais países da Europa Ocidental e, numa etapa ulterior, dos Estados Unidos da América. Nesta perspectiva, as consequências foram a formação de ethos societários altamente discriminatórios, marcadamente machistas e misóginos, racistas, afeitos a todas as variedades de práticas chauvinistas daqueles que se percebem como centro do capital orientadas para outros grupos ou povos. (PEREZ, 2020, p. 18)

O desdobramento do exposto foi a consolidação do que o filósofo argentino Enrique Dussel (1993), sob inspiração de *Fenomenologia do Espírito* de Friedrich Hegel, apontou como o outro negado, isto é, a solidificação de uma perspectiva moral sombria que orienta os enriquecidos do centro capitalista no sentido da denegação da alteridade e da própria vida de todos os povos e pessoas que não correspondam à figura prototípica forjada pelos ideólogos do capitalismo e, principalmente, que não manifestem mansuetude, servilismo e condescendência em relação à burguesia e ao seu modo de vida, à sua estética humana e gana exploratória das demais classes sociais que tem diante de si.

Diante disso, a filósofa e antropóloga Lélia Gonzalez (1988), partindo das colaborações de Aníbal Quijano, Maria Lugones e Jose Marti, forjou o significante *América Ladina* com o objetivo de desentenebrecer as origens africanas e indígenas dos povos ora conhecidos como latino-americanos. Cumpre notar que mais do que conceber uma nova terminologia para referir aos povos que atualmente ocupam parte importante do continente americano, o que a intelectual negra Gonzalez pretendeu foi, por um lado, denunciar a perspectiva

excludente, racista e chauvinista da vinculação das origens da América-Latina unicamente à Europa Ocidental e, de outra parte, explicitar a urgência de identificar, produzir e difundir saberes acadêmicos e populares capazes de gerar novas maneiras de pensar, agir e conviver que: a) reconheçam e valorizem a herança e a presença de indígenas e africanos na constituição da nossa sociabilidade, realçando estéticas humanas negras e indígenas, bem como as vivências notadamente colaborativas e centradas no comunitarismo, em oposição ao caráter celebratório do individualismo tipicamente capitalista; b) instrumentalizem e apoiem o enfrentamento e a superação do racismo e nos conduzam para uma vivência de(s) colonizada, livre e emancipada.

Por estas razões as pessoas que estudam, trabalham e pesquisam no campo da Psicologia Social não podem desconhecer os contextos sociocultural, político e científico supracitados e, mais que isso, devem produzir e mobilizar um arcabouço integrado teórico, metodológico e experiencial que aponte para o seu engajamento nos esforços pela superação das mazelas societárias burguesas e o seu compromisso com a concretização de práticas científicas e profissionais situadas no quadro da busca por uma sociedade antirracista, avessa ao patriarcalismo e a todos os traços excludentes tipicamente capitalistas.

Alicerçado neste entendimento é que neste ensaio buscou-se registrar um conjunto de ponderações e análises acerca dos nexos entre a pandemia da COVID-19 e a saúde da população negra em situação de trabalho informal no Brasil, tendo em consideração o sofrimento ao qual este segmento da populacional tem sido exposto no decurso do drama pandêmico em nosso país. O primeiro caso confirmado no Brasil foi no dia 25 de fevereiro de 2020 no município de São Paulo, e atualmente na 30ª semana epidemiológica do ano de 2021, compreendida entre 25 e 31 de julho de 2021, o Boletim Observatório COVID-19 contabilizou 554.497 mil óbitos acumulados e 19.839.369 casos confirmados da doença (FIOCRUZ, 2021).

A partir destes dados, vale salientar que, em sintonia com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2020), as condições laborais das pessoas negras que trabalham informalmente encontram-se em instabilidade, insegurança, negligência e constante retirada de direitos, cenário agravado pelos impactos da COVID-19, que alargou as condições de vulnerabilidade desta população. De acordo com os dados oficiais do Monitora COVID-19, fornecidos pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, 2020), dentre as pessoas que aguardavam resultados de contaminação pelo vírus SARS Cov-2, contabilizaram-se 37.697 negros (somando as categorias de pretos e pardos); 33.896 brancos; 41.818 não declarados e ignorados; 898 amarelos e 219 indígenas. Já entre os casos confirmados pelo Teste de Transcrição reversa seguida de reação em cadeia da polimerase (RT-PCR), registraram-se 24.959 Negros (pretos e pardos); 23.952 brancos; 29.329, não declarados e ignorados; 784 amarelos e 128 indígenas.

Mediante a ausência de informes oriundos do governo federal capazes de registrar com fidedignidade o número de casos positivos para COVID-19 considerando os critérios de raça e cor, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO, 2020; REIS, 2020) apresentou a *Carta ao Ministério da Saúde sobre a informação raça/cor nos sistemas de informação da COVID-19*, que dispõe sobre a inclusão e o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde, sendo de grande importância por incluir a variável raça/cor na nova ficha de notificação da COVID-19 que foi distribuída recentemente para as Unidades Federativas.

Os dados divulgados no mês de maio de 2020 pelo Boletim Epidemiológico da Secretaria Municipal de Saúde da cidade de São Paulo indicaram que o risco de negras e negros morrerem pela COVID-19 é 62% maior em relação à população branca na capital paulista. No âmbito nacional, as informações disponibilizadas pelo Ministério da Saúde apontaram que

as hospitalizações de pretos e pardos com síndrome respiratória aguda grave representam 23,1% do total, mas as mortes dessas parcelas da população somam 32,8%.

Segundo o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (2020), em 11 de abril de 2020, 339 mortes por COVID-19 eram de pessoas brancas, enquanto, na mesma data, 184 pessoas negras faleceram pelo coronavírus. De 11 de abril a 26 do mesmo mês, triplicou o número de óbitos de brancos, contabilizando em 1080; em contrapartida, no que tange à população negra, teve um aumento de óbitos quintuplicado, computando em 26 de abril do mesmo ano, 933 óbitos de pessoas negras, o que nos leva a concluir que as mortes por COVID-19 foram mais significativas entre negros. Ainda, de acordo com o Boletim, a porcentagem de mortes por COVID-19 entre pessoas brancas se mantinha reduzida enquanto entre negros aumentava, ou seja, em 11 de abril de 2020, a estatística referente a óbitos de pessoas brancas era de 62,9%, e, em 26 de abril, a taxa havia caído para 52,3%. Por outro lado, ao compararmos com a população negra, em 11 de abril, havia 34,3% de óbitos por COVID-19 de pessoas negras, já em 26 de abril, a taxa aumentou significativamente para 45,2% de óbitos contabilizados. Depreende-se que, desde a fase inicial do processo pandêmico no Brasil, a população negra foi mais gravemente alcançada pela doença de maneira letal.

No que diz respeito às mortes por hospitalizações em função síndrome respiratória grave ocasionadas por COVID-19, a cada 3,1 de negros internados havia uma morte, já para cada 4,4 de brancos hospitalizados registrou-se também 1 morte (BRASIL, 2020). Porém, quando comparamos o número de pessoas hospitalizadas, expondo o acesso à Saúde, a população branca tem ocupado estes locais de seguridade em saúde em escala significativa em relação à população negra. As desigualdades estruturais da nossa sociedade colonial e os resquícios escravocratas, existentes anteriormente a COVID-19, para a população negra, agravaram-se, desvelando a falta de acesso à saúde, educação, alimentação, trabalho, moradia, e foram potencializadas neste momento de pandemia.

Os dados supracitados parecem corroborar a indicação da OIT sobre as condições laborais das pessoas negras, altamente instáveis e inseguras, as quais, acrescidas dos impactos do COVID-19 e das desigualdades estruturais sociais, conduziram a um quadro de radicalização do estado de vulnerabilidade desta população sob a pandemia. Neste manuscrito, foi adotada a categorização de trabalhadores informais do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2011), que define este grupo como sendo composto por: trabalhadores autônomos, por conta própria, empregadores informais e trabalhadores não remunerados.

Em 2014, somavam-se, aproximadamente, 44 milhões de trabalhadores brasileiros atuando na informalidade, assalariados que trabalham sem carteira, autônomos, não remunerados ou subcontratados (DIEESE, 2015). Em 2015, 42,4% de pessoas não negras estavam empregadas com carteira assinada, em contrapartida 36,1% de pessoas negras encontravam-se na mesma condição. No mesmo ano, 11,8 % de pessoas não negras estavam empregadas sem carteira assinada e 15,7% de pessoas negras correspondiam na mesma situação. Por conta própria, ainda no mesmo ano, a taxa era de 22,0% de pessoas brancas e 23,9% de pessoas negras (IPEA, 2015). Portanto, é possível notar uma maior incidência da população negra no desempenho do trabalho informal e, conseqüentemente, maior exposição desse contingente populacional aos impactos pandêmicos, econômicos e sociais, já que não se encontram assegurados e protegidos por legislação trabalhista como os trabalhadores formais. Assim sendo, as pessoas em circunstância da informalidade de trabalho, além de lidar com a grave crise sanitária, também tiveram que enfrentar uma nova

realidade laboral, econômica e social que limitou as possibilidades de tirar a fonte de renda para seu sustento, de modo a degradar ainda mais a condição de vida desses cidadãos.

É importante salientar que agregada à dificuldade de obtenção de renda devido ao fechamento do comércio e restrições das atividades econômicas, testemunhamos uma elevação significativa do custo de vida dos brasileiros, que alcançou particularmente os preços dos itens da cesta básica e os artigos de proteção individual, tais como álcool em gel 70%, máscaras de salvaguarda fácil e luvas, os quais anteriormente não faziam parte dos gastos com provisões rotineiras, mas que no contexto da pandemia se tornaram indispensáveis.

Eis aí esboçados os elementos que conduzem à barbárie social: o rebaixamento civilizatório de grandes massas populacionais que, em nome da “sobrevivência”, são obrigadas a renunciar aos direitos à uma vida plena de sentido – inclusive o direito à vida saudável e com tempo livre para preservar a dignidade física e espiritual. A ordem *desumana* do capital do século XXI é: sobreviva, se for capaz (ALVES, 2021).

Destarte, segundo o *Monitora COVID-19* (FIOCRUZ, 2020), dentre as 50 ocupações com maior número de pessoas testadas positivamente para COVID-19, encontravam-se prioritariamente categorias definidas como trabalhos informais, compreendendo que tais trabalhadores, nestas condições, frente ao COVID-19 são os mais atingidos. Logo, os trabalhadores informais, durante a pandemia, foram afetados diretamente pelo cenário caótico socioeconômico e político que se instalou, sem auxílio financeiro do governo que fosse suficiente para sua sobrevivência ao longo de todo período crítico sanitário em que nos encontramos, e ainda, precisando se expor mais ao vírus, pois, vivem no dilema entre sair de suas casas para tentar conseguir seu ganha-pão e serem contaminados pelo coronavírus ou permanecer em suas residências, quando se há uma para se habitar, se protegendo de possíveis contágios, mas não se livrando da miséria e da fome. Levando em conta também o colapso do nosso Sistema Único de Saúde (SUS), que não oferece leitos e atendimentos suficientes a toda população nos picos de contaminação pelo coronavírus, por falta de maiores investimentos públicos, restou, então, a escolha de qual causa se pretende morrer: COVID-19 ou fome.

Em janeiro de 2020, a OIT previu o aumento da taxa de desemprego na América Latina, afirmando que a taxa de desemprego em 2019 de 8,1% aumentaria em 2020 para 8,4%. O Brasil, em 2019, foi o país com a maior porcentagem em desocupação, cerca de 12,2%, seguida da Costa Rica, com 11,5% referente a esta taxa. No mesmo ano, seu índice de ocupação era de 54,4%, comparado a 69,2% do Peru (Organização Internacional do Trabalho, 2019).

A pandemia da COVID-19 impactou negativamente o mundo do trabalho, deteriorando particularmente o cenário laboral das populações da América Latina e do Caribe, por meio do aumento do desemprego e da degradação das condições de vida dos mais vulneráveis, ocasionando maior precariedade, diminuição da renda e grande pressão aos sistemas e serviços de proteção social. Diante deste cenário, é possível vislumbrar, num curto período temporal, a ampliação das desigualdades raciais e sociais também no Brasil. Reforça esta percepção os aspectos apontados pelo Grupo Temático Racismo e Saúde (GT Racismo), da ABRASCO (MARTINS, 2020), sobre ações urgentes e necessárias para garantir a redução dos efeitos negativos da COVID-19 sobre pessoas que integram os grupos vulnerabilizados da nossa sociedade.

Nesse sentido, no bojo do capitalismo, amenizaria as condições dos segmentos empobrecidos e despossuídos da população um novo pacto social capaz de assegurar que todas as pessoas vivam com dignidade, e orientado para promover o reconhecimento e

importância das Políticas Públicas de Saúde pelo SUS, conforme apontado pelo GT sobre Racismo da ABRASCO. No que compete às equipes que atuam diretamente no enfrentamento aos processos de deterioração das condições de vida dos setores empobrecidos, ainda apontou, a necessidade de orientação dos indivíduos ocupantes de cargos na gestão pública para afiançar a implementação de recursos na saúde, com vistas a diminuir a transmissão da COVID-19, considerando o perfil e o representativo número de pessoas da população negra. Os investimentos em saúde devem incluir necessariamente a contratação de equipes capacitadas para lidar com grupos vulnerabilizados na Atenção Primária à Saúde (MARTINS, 2020). O GT Racismo recomendou também como estratégia a inserção da cor/raça nos registros e notificações da COVID-19, assim como a divulgação destes dados em formas estatísticas ou boletins que sejam oficiais. Ademais, Martins (2020) realçou a importância do envolvimento dos setores públicos através da Defensoria, prestadores de serviços, também Organizações não Governamentais ao atuarem de modo que diminua os impactos negativos da COVID-19 sobre as pessoas mais vulneráveis. Além disso, recomendam:

[...] Realizar ações de educação em saúde... sobre a Covid-19 em parceria com organizações, grupos e coletivos negros nos territórios prioritariamente ocupados por população negra... 9. Ampliar as condicionalidades nos programas de renda familiar mínima para contemplar: os grupos em contexto de maior vulnerabilidade socioeconômica, risco de adoecimento e morte... 12. Convocar e engajar instituições e pessoas de alta renda, para financiar ações de curto, médio e longo prazos voltados para estes grupos (MARTINS, 2020).

É importante notar que a ampliação da precarização do trabalho associada aos riscos iminentes do processo pandêmico tem conduzido os trabalhadores negros informais brasileiros não somente ao risco de adoecimento psíquico frente às condições insalubres do trabalho, mas à ameaça de morte. O trabalho informal na pandemia, leva à morte biológica, exemplos estes de sofrimento ético-político que variam de acordo com o tempo histórico e prioridades de exclusão social por raça, gênero, classe e idade (SAWAIA, 2012).

A perspectiva capitalista reserva para a população despossuída uma inserção social das pessoas unicamente por meio do trabalho marcado pela brutal exploração, que presume a servidão, passividade, miséria e alienação de cada pessoa e das coletividades. Nesse sentido, fica evidente a inclusão perversa, conforme indicou Bader Sawaia, dos trabalhadores informais no mundo do trabalho, considerando que simultaneamente experimentam situações precarizadas de laboralidade e são excluídos das condições de direitos, seguridade, segurança e estabilidade (BERTINI, 2014). Deste modo, segundo Sawaia, percebe-se no contexto pandêmico, além do projeto de morte biológica, a geração do sofrimento ético-político sobre a população negra refém do trabalho informal, pois este último não parte do caráter ou da ordem individual, mas é determinado pela situação social da pessoa, acarretando o impedimento de luta contra as restrições sociais.

De acordo com o terceiro volume do *Retrato da Psicologia Brasileira no cenário da COVID-19* (COSTA *et al*, 2020, p. 81), é “[...] impreterível que a psicologia social seja capaz de alcançar a complexidade sociopolítica e econômica dessa etapa e os perigos para a manutenção da vida trazidos pela pandemia”, pois ainda é necessário a esta área expressar e também forçosamente se mobilizar teoricamente e metodologicamente para concretizar um movimento conjunto com os trabalhadores brasileiros. É justo e urgente que esta psicologia social direcione suas produções metodológicas e práticas a fim de possibilitar e mediar dois aspectos importantes:

1) pessoas e grupos nos processos de identificação, compreensão e tomada de consciência crítica acerca das suas condicionalidades materiais e concretas, históricas, políticas, sociais, culturais e simbólicas; e 2) a organização de coletivos pauperizados e de trabalhadores que lhes permitam protagonizar transformações da própria realidade (COSTA et al, p. 81 e 82, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste sentido, os autores enfatizam e também compartilhamos de que é dever da psicologia como área científica, lutar pela sobrevivência dos brasileiros contra o fascismo que está instaurado politicamente, visando os indivíduos apropriarem-se da sua história, da materialidade e também “as movimentações dialéticas e a totalidade da sociedade e a trajetória de cada ser humano e cada grupo” (COSTA et al, 2020, p. 82). Mediante o quadro informado da população negra que compõem estes trabalhadores informais e também o alvo de óbitos por COVID-19, é de extrema urgência, que a Psicologia Social, desenvolva e assuma um quadro ético político em especial com as pessoas negras empobrecidas, em busca de uma ação popular para o enfrentamento das condições de vida. Em suma, propomos que deve se constituir em um compromisso da Psicologia Social a eliminação de tais circunstâncias de desigualdades e injustiças sociais que são agravadas pelo contexto pandêmico, porém, que se encontram enraizadas historicamente e estruturalmente em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRASCO (2020). Carta ao Ministério da Saúde sobre a informação raça/cor nos sistemas de informação da Covid-19. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/posicionamentos-oficiais-abrasco/carta-ao-ministerio-da-saude-sobre-a-informacao-raca-cor-nos-sistemas-de-informacao-da-covid-19/47320/> Acessado em 31 de julho de 2021.

ALVES, G. A catástrofe do trabalho no Brasil. **Blog da Boitempo**. 30 de abril de 2021. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2021/04/30/a-catastrofe-do-trabalho-no-brasil/>>

BERTINI, F. M. A. Sofrimento ético-político: uma análise do estado da arte. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. spe. 2, p. 60-69, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v26nspe2/a07v26nspe2.pdf> Acessado em 16 de junho de 2020.

BRASIL. Sobre a doença. **Ministério da Saúde**, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca> Acessado em 16 de junho de 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: **CFP**, 2017. 147 p.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. A Informalidade e o Movimento Sindical: uma agenda para o século XXI. Nota Técnica nº99. 2011. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica2011/notatec99informalidade.html> Acessado em 16 de junho de 2020.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. A inserção produtiva dos negros nos mercados de trabalho metropolitanos. In: PED (Org). **Os negros nos mercados de trabalho metropolitanos**. Brasil. PED, 2015.p. 1-16.

DUSSEL, Enrique. **O encobrimento do outro - a origem do mito da modernidade: conferências de Frankfurt**. Trad. J. A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

ENSP. (2020). Em duas semanas, número de negros mortos por coronavírus é cinco vezes maior no país. **Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca**, 13 de maio de 2020. Disponível em: <http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/48879> Acessado em 31 de julho de 2021.

FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz. **MonitoraCovid-19**. 2020. Disponível em: <https://bigdata-covid19a.icict.fiocruz.br/> Acessado em 16 de junho de 2020.

GONZALEZ, L. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Nota técnica - Pnad 2014: breves análises**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/151230_nota_tecnica_pnad2014.pdf >. Acessado em 16 de junho de 2020.

MARTINS, P. População negra e Covid-19: desigualdades sociais e raciais ainda mais expostas. **ABRASCO, Associação Brasileira de Saúde Coletiva**, Especial Coronavírus. 31 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/sistemas-de-saude/populacao-negra-e-covid-19-desigualdades-sociais-e-raciais-ainda-mais-expostas/46338/>>. Acessado em 31 de julho de 2021.

Organização Internacional do Trabalho - OIT. Oferta, demanda y desocupación. In: OIT (Org). **Panorama Laboral 2019 América Latina y el Caribe**. Peru. OIT, 2019. p. 36-41.

_____. **OIT prevê aumento do desemprego nos países de América Latina e Caribe em 2020**. 2020. Disponível em: http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_797490/lang--pt/index.htm Acessado 31 de julho de 2021.

PEREZ, D. Psicologia Social no cenário de pilhagens e violências do capitalismo. **Revista Psicologia em Movimento**, v. 3, p. 15-24, 2020. Disponível em: < <https://ipabc.com.br/revista?revista=3&baixar=true> > Acessado em 20 de agosto de 2021.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. COVID-19 Boletim Quinzenal. **Secretaria Municipal da Saúde**. 30 de abril de 2020. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/PMSP_SMS_COVID19_Boletim%20Quinzenal_20200430.pdf Acessado em 16 de junho de 2020.

REIS, T. A população negra e o direito à saúde: risco de negros morrerem por Covid-19 é 62% maior se comparado aos brancos. **ABRASCO, Associação Brasileira de Saúde Coletiva**. 6 maio de 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/especial-coronavirus/a-populacao-negra-e-o-direito-a-saude-risco-de-negros-morrerem-por-covid-19-e-62-maior-se-comparado-aos-brancos/47741/> Acessado em 31 de julho de 2021.

SAWAIA, B. (2012). O Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. (Org). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: EDITORA VOZES, 2001. p. 97-118.



CAPITULO 12

PSICOLOGIA E POVOS QUILOMBOLAS:

POR UMA PRÁXIS TRANSFORMADORA

Ana Flávia de Sales Costa
Beatriz Corsino Pérez

INTRODUÇÃO

Este texto é fruto de um encontro produzido pela roda de conversa “Povos quilombolas: diálogos de saberes, pesquisas, práticas e intervenções”, entre nós, as pesquisadoras proponentes, e nossas pesquisas sobre os povos quilombolas rurais. Assim como na roda, refletiremos aqui sobre a *práxis*, ou seja, essa conexão imprescindível entre a construção de saberes e a prática profissional, a partir de nossas experiências com os povos quilombolas alinhadas à proposta de pesquisa-intervenção psicossocial.

Entendendo a importância de uma atuação da psicologia junto a tais populações e a escassez de produção sobre o tema, escolhemos entre as várias conexões existentes nos nossos trabalhos fazer uma provocação metodológica, ou seja, apresentar possibilidades e desafios da pesquisa-intervenção psicossocial enquanto proposta de trabalho potente em tais contextos. Essa reflexão partiu das experiências desenvolvidas, nos anos de 2017 a 2020, com crianças e jovens quilombolas em duas comunidades diferentes: de Cafuringa, Rio de Janeiro (RJ) e Lagoa da Trindade, Minas Gerais (MG). Neste capítulo, não aprofundaremos a discussão dos resultados das pesquisas-intervenções realizadas. Entretanto, é importante sinalizar que os conhecimentos apresentados aqui foram construídos no encontro com os povos quilombolas, de muitas idas e vindas ao campo enquanto psicólogas e pesquisadoras empenhadas não apenas em conhecer a realidade dessas comunidades, mas também em produzir saberes que pudessem servir para a melhoria das suas condições de vida e para a produção de conhecimento que pudesse embasar outras práticas de pesquisa, extensão e atuação profissional, especialmente nas políticas públicas. Os caminhos percorridos por nós suscitam reflexões que se aplicam a essas três dimensões do nosso fazer (pesquisa, extensão e atuação profissional). Discutiremos a importância de uma *práxis* transformadora, fruto de pesquisas e intervenções da psicologia, para as lutas desta população, principalmente no atual cenário político brasileiro marcado por conflitos ambientais e perdas de direitos.

Nesse sentido, Fals Borda (1978) definiu *práxis* como uma unidade dialética entre teoria e prática, constituindo-se em uma ação política de transformação da sociedade. Assim, para toda ação, há uma reflexão crítica que sustenta o fazer, permitindo alinhamentos, construção de objetivos, mudanças de rota e gerando conhecimentos. Há um movimento de via dupla, em que, ao mesmo tempo, se produz conhecimento sobre a ação e se transforma a própria ação a partir das análises realizadas. Freire (1983, p.40) também aponta a *práxis* como “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo”, sendo necessária para a superação da contradição entre opressores-oprimidos. Não há uma neutralidade, mas ao contrário, um objetivo assumido de superação da desigualdade. Para o autor, a ação humana não é um puro fazer, pois possui uma intencionalidade, e também não se dicotomiza com a reflexão. Entendemos que a pesquisa-intervenção psicossocial tem a *práxis* como eixo de sua produção, sustentando a não dicotomia entre pesquisar e intervir (MACHADO, 2004).

Na próxima parte do texto, partiremos do debate sobre as definições de quilombo e suas contradições, e quais implicações tem para a atuação da psicologia, tomando esse ponto como disparador para pensarmos o nosso compromisso com uma *práxis*. Por fim, lançamos alguns questionamentos sobre o nosso fazer enquanto psicólogas (os) inseridas (os) em tais territórios.

AS CONCEPÇÕES DE QUILOMBO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA DA PSICOLOGIA

Os quilombos no Brasil, na contemporaneidade, sofrem as consequências das inúmeras estratégias de silenciamento de suas histórias, fruto do racismo e do longo processo de colonização. O racismo se manifesta em práticas conscientes ou inconscientes de discriminação que tem a raça como fundamento e que geram desvantagens e privilégios de acordo com o grupo social de pertencimento, produzindo desigualdades econômica, política e jurídica (ALMEIDA, 2019). Conotações ambivalentes, questionamentos sobre a legitimidade de sua origem, alterações dos nomes dos lugares, pouco investimento em políticas públicas, expropriação de suas terras são algumas das formas de se tentar apagar ou desvalorizar os povos quilombolas e retratam os embates históricos vividos em nosso país entre uma lógica colonial, racista, predatória e de opressão e outra, decolonial, antirracista, de valorização, garantia de direitos e igualdade para os povos, especialmente situados no Sul global.

Considerando essas duas lógicas, algumas associações podem ser feitas com os quilombos. Na perspectiva colonial, estes são tomados com espaços ocupados por “negros fugidos”, numa tentativa de desqualificá-los. Já numa perspectiva decolonial, fruto da luta do movimento negro, de uma produção de conhecimento contra-hegemônica, a tônica é de valorizá-los enquanto espaços de resistência, força e luta, além de uma experiência de vida comunitária mais democrática e plurirracial.

Retomando a história do país, na perspectiva colonial, em 1740, o Conselho Ultramarino definiu quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (MOURA, 1981, p.16). Esse sentido colonial associa os quilombos a ideia negativa de “negro fugido”, remetendo a escravização dos povos, imputando-lhe um caráter vergonhoso e de perturbação da ordem. Conotação parecida também está presente na língua espanhola, em que “quilombo” significa bagunça, barulho, briga, desordem.

Dentro da perspectiva decolonial, Munanga (1996) nos apresenta os quilombos no Brasil como uma reconstrução do quilombo africano, feita pelos escravizados, para enfrentar a estrutura escravocrata e criar estratégias de proteção dos povos oprimidos. Segundo o autor:

Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-povoados, geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos), prefigurando um modelo de democracia plurirracial que o Brasil ainda está a buscar. (MUNANGA, 1996, p.63).

Após a Abolição da escravatura, as populações negras passaram a habitar regiões específicas das cidades e das zonas rurais, tanto constituídas por quilombos, na sua concepção original, enquanto local de resistência, assim como pela expulsão dos negros das regiões centrais das grandes cidades (CARRIL, 2003). A população negra passou a viver nos espaços periféricos tanto no âmbito urbano quanto no campo.

Segundo Arruti (2004), o que permite a caracterização de um grupo como quilombola são os elementos comunitários de identidade étnico-racial, territorialidade e autonomia. São elementos construídos em contexto de pequenos grupos, onde se estabelecem os vínculos de pertencimento em relação ao território e a própria comunidade. Segundo Santos (2010), o sentimento de pertença perpetua-se por meio da ligação de tais povos com a terra, o que configura um modo de expressão da identidade étnica e territorial. De tal forma que os quilombos, rurais ou urbanos, podem ser vistos como comunidades constituídas por um grupo populacional, que valoriza seus traços culturais, suas relações afetivas e coletivas, sua fé e religiosidade, sua relação com a terra. Neste sentido, o território quilombola possui significações e conexões associadas à resistência, à autonomia, à preservação cultural e ambiental, a um modo de vida comunitário e alternativo.

O conceito de enraizamento também nos ajuda a compreender essa relação dos povos tradicionais com o território, pois como afirma Weil (1996, p. 347) “o ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos de futuro”. Retomando Munanga (1996), os quilombos apresentaram uma possibilidade de acolhida de todos os povos oprimidos, negros, indígenas e brancos, ou seja, nos apresentaram uma outra maneira de viver a democracia, plurirracial, na contramão do que o modelo hegemônico propõe. Observando por esse ponto de vista, a experiência do quilombo poderia servir hoje como referência para a construção de uma sociedade outra, em que esses valores pudessem ser colocados em prática.

Na constituição brasileira de 1988, o termo “remanescente de quilombo” está presente de forma a garantir o direito possessório das terras ocupadas e herdadas pelos povos quilombolas e seus antepassados, reconhecendo seus territórios como patrimônio cultural da nação. Entretanto, O’dwyer (2002) levanta a questão acerca da conceituação de quilombo, que ficou centralizada, principalmente, nos estudos da antropologia. Assim, foi criado um tipo de conhecimento que determinava o lugar de indivíduos e grupos no universo social que acabava por revelar identidades preconcebidas e, por eles próprios, muitas vezes, desconhecidas. Tais perspectivas identitárias tradicionais se sustentavam em uma base interpretativa que privilegiava os aspectos históricos dos quilombos e por noções que sugerem uma visão de povos isolados, em suas respectivas sociedades e culturas, sem conexão com o mundo exterior, e que teriam “sobrado” de um passado. Nessa perspectiva, as diferenças entre os quilombos são explicadas pelo isolamento existente entre as comunidades, fazendo com que suas propriedades sociais e culturais herdadas se mantivessem de modo praticamente contínuo ao longo do tempo. O que caracterizaria o sentido de “remanescente” seria aquilo que sobrevive do passado, mas que já foi superado.

Entretanto, diferentes grupos de militantes do movimento negro, de comunidades negras rurais e de pesquisadores se mobilizaram para construir outra perspectiva sobre a identidade quilombola, atrelando-a aos processos de resistência atuais e dando sentido à incorporação da organização em prol da garantia de direitos. Não se trata, portanto, de considerar um passado imóvel, que nunca foi transformado. As comunidades negras rurais produziram histórias complexas de ocupação agrária, criação de cultura material e imaterial baseadas no parentesco e no manejo coletivo da terra no passado e no presente (GOMES, 2015). Mesmo que o fator histórico seja inegável em tais comunidades, não é primordialmente por via da herança de uma concepção identitária, que os processos de se reconhecer enquanto uma etnia ou um povo se tornam relevantes. Identificar-se como quilombola se torna importante para as comunidades quando isso representa um “aparato constitucional para a garantia

da terra utilizada para a sua reprodução física, social, econômica e cultural” (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2009).

Dessa forma, a reivindicação pelo reconhecimento da identidade quilombola está articulada à necessidade de lutar pela terra e pelo território, que muitas vezes está sendo ameaçado por latifundiários, grileiros, mineradoras ou por grandes empreendimentos, em áreas de conflito ambiental, e por acesso às políticas públicas, que lhes são negadas pelo racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) presente em nossa sociedade. Uma definição mais atual considera quilombolas como “grupos étnico-raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003).

É interessante observar como a constituição dos quilombos pode ser tomada por perspectivas contraditórias e o quanto o modo como a compreendemos irá direcionar a forma como nos relacionamos com tais territórios. Isso vale para aqueles que vêm “de fora” e se encontram com o quilombo e também para os próprios povos que ali habitam. Assim, para conhecer as diferentes concepções de quilombo, a psicologia precisa dialogar com outras áreas do conhecimento, como a antropologia, a história, a geografia, o direito, e possuir uma reflexão crítica sobre qual perspectiva adotar no trabalho com essas populações. Durante muito tempo a psicologia esteve ausente do debate sobre as comunidades tradicionais, concentrando seus saberes e práticas sobre indivíduos, grupos e instituições dos grandes centros urbanos. Sendo assim, é um passo importante romper com as fronteiras positivistas entre as disciplinas e buscar compreender os povos quilombolas a partir de um conhecimento produzido pelas próprias comunidades e por outros campos ou áreas de atuação.

As concepções de quilombo povoam o imaginário de quem chega até esses territórios para atuar, seja como pesquisadoras(es), extensionistas ou profissionais das políticas públicas, sendo necessário refletir sobre como esses imaginários atravessam as nossas práticas. Podemos compreender o território quilombola como um lugar intocado, perdido no tempo, sem conexão com o presente. Também é possível reproduzir o ideário colonial de lugar de gente difícil, conflituosa, com tendências a rebeldia, numa tradução contemporânea da expressão “negro fugido”. Tais compreensões sem uma análise crítica se traduzem na idealização e objetificação do outro, de forma a favorecer práticas que sejam nostálgicas e visem uma manutenção do passado de modo estático ou que, oprimam tais povos e sejam revestidas de preconceções que, em última instância, se constituam em práticas racistas.

Por outro lado, quando compreendemos os quilombos como territórios étnico-raciais, marcados pelas histórias de luta contra as opressões e de resistência da população negra nos aliamos a uma prática antirracista, a uma produção de conhecimento e a um fazer decolonial, ou seja, que visa a superação das condições de opressão, a valorização dos saberes, costumes e culturas locais, a igualdade de direitos e oportunidades entre os povos. Assim, como preconiza a pesquisa-intervenção psicossocial (MACHADO, 2004), não há uma neutralidade na construção do saber e das intervenções realizadas, já que nossas produções se dão no curso da história e são guiadas pelas nossas concepções, havendo sempre uma intencionalidade, e consequências ético-políticas advindas do posicionamento adotado.

Diante disso, como a psicologia social pode atuar junto com os povos quilombolas de forma a ser parceira nas lutas contra as opressões e na busca pela ampliação de direitos? As pesquisas e as intervenções psicossociais podem produzir movimentos e transformações na realidade social das comunidades? E em quais direções? Quais princípios podem ser orientadores desses trabalhos?

Na pesquisa com os povos quilombolas, os afetos, os sentimentos e as emoções emergentes durante o processo de intervenção servem para entender as diferenças e também as identificações existentes entre quem é de “dentro” e de “fora” da comunidade. O método não é determinado *a priori*, mas construído na relação, diante da análise das demandas existentes e pelas possibilidades de ação da psicologia. A proposta de intervenção é desenhada, portanto, ao longo do percurso, no território, a partir da escuta do outro. Essa prática se distancia de um modelo tradicional da psicologia que trabalha com grupos de uma forma bastante rígida, com métodos e técnicas já preestabelecidos e, que muitas vezes, os indivíduos são convocados a irem às universidades e instituições onde a(os) psicólogas(o) e pesquisadoras(es) trabalham.

Segundo Afonso (2002, p.2), a intervenção psicossocial “orienta-se para processos de mudança, em contextos diversos, com base na demanda dos sujeitos envolvidos e na análise crítica das relações sociais no cotidiano dos grupos, instituições e comunidades”. Os espaços participativos são um *locus* importante para a sua realização, por propiciarem o surgimento das contradições, na medida em que oferecem uma condição de expressão de necessidades, pressuposto básico do exercício da cidadania e da reflexão sobre estratégias coletivas de enfrentamento e resistência em questões que digam respeito ao grupo atendido. O trabalho se dá de forma coletiva, em que são debatidos os problemas e as dificuldades vividos pela comunidade, propiciando uma reflexão sobre o seu contexto social, e simultaneamente, as possibilidades de ação. Nessa prática, as diferentes falas e olhares ecoam no grupo, o que pode gerar movimentos de fortalecimento da identidade quilombola. Além disso, podem ser construídas diferentes ações que valorizem a cultura, a arte popular e os saberes locais, como elementos relevantes não apenas para aquele grupo, mas para sociedade como um todo. Abrir espaços para que os povos, seus conhecimentos e produções possam estar presentes nos espaços da universidade, das políticas públicas e nos centros urbanos pode ser um caminho interessante para que ganhem visibilidade, as concepções sobre os quilombos sejam ressignificadas e parcerias possam somar na luta contra as opressões.

Assim, a nossa intenção prévia com a pesquisa e intervenção, a nossa relação pessoal e política possibilitam a escolha dos modos concretos de realização, podendo utilizar diferentes técnicas e recursos. “Quando o outro se transforma em uma convivência, a relação obriga a que o pesquisador participe da sua vida, da sua cultura. Quando o outro me transforma em um compromisso, a relação obriga a que o pesquisador participe de sua história” (BRANDÃO, 1999, p.12). Nesse caso, o(a) pesquisador(a) ou o(a) psicólogo(a) não busca deter o total controle da investigação, de modo a garantir a objetividade e neutralidade da pesquisa-intervenção. Ele é afetado e, a partir desse “outro”, que o enreda e reduz a distância que antes os separava, é convocado a agir. O(a) pesquisador(a) se vê obrigado(a) a repensar a sua própria história, os pressupostos da investigação, o caminho que havia sido tomado anteriormente.

Há, portanto, uma transformação de ambos, pesquisadores e pesquisados. A começar pelo *locus* de trabalho, saímos de nossas salas dentro das universidades ou nos equipamentos públicos e somos convocados a percorrer um caminho de terra, pela estrada de chão até os territórios, entrar nas casas, participar das festas e nisso, encontrar novas estéticas, conhecer outros costumes, transitar pelo desconhecido. A transformação começa por nós mesmas(os), que somos iniciadas(os) num território de afetos muito diferentes daqueles produzidos em nossas realidades, urbanas e eurocentradas. Novamente, não se trata de idealizar tais comunidades, mas de encontros com a materialidade e concretude de uma realidade bastante diversa da nossa. Acreditamos que num futuro, teremos mais psicólogas(os) e pesquisadoras(res) vindas(os) dessas comunidades, especialmente em

função dos programas de cotas raciais para o ingresso nas universidades. Mas não podemos negar que, até o momento, a maioria de nós vem de centros urbanos, somos brancas(os) e de classe média, o que amplia as distâncias e nos alerta para a necessidade de compreendermos nossos posicionamentos diante de tais povos. De novo, nos perguntamos, de qual lado da luta nós estamos? Com qual concepção de quilombo trabalhamos? Conseguimos ter práticas antirracistas ou reproduzimos o racismo presente em nós? Nesse encontro com outro, nesse lugar de estrangeiros que a maioria de nós ocupa, que transformações a nossa presença vai propiciar? Elas reduzem ou ampliam a potência dos sujeitos e grupos quilombolas? Todas essas questões só podem ser respondidas se tomamos a *práxis* como um ponto de partida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse texto tivemos a difícil missão de refletir sobre algo bastante complexo e com várias nuances e caminhos possíveis - a psicologia e sua relação com os povos quilombolas. Optamos por trabalhar a partir da *práxis*, ou seja, da relação entre a produção de conhecimento e o agir. Escolhemos partir das concepções de quilombo para problematizar as implicações que elas têm naquilo que produzimos, enquanto teoria e prática.

Podemos perceber, a partir das nossas experiências de pesquisa-intervenção psicossocial, que quando nós, psicólogas(os), que não pertencemos às comunidades quilombolas, colocamos o pé na terra e vamos ao seu encontro, temos muito a contribuir. Inúmeros são os territórios não urbanos, rurais, ribeirinhos, indígenas, quilombolas que demandam a presença da psicologia e de suas intervenções. Porém, para tal aproximação, faz-se necessário abrimos mão de um fazer tradicional e nos enveredamos por perspectivas que privilegiam a construção de um saber situado, possibilitado pelo encontro entre a academia ou equipamentos públicos e as comunidades, por um caminho que contém uma grande dose de imprevisibilidade, e que tem como premissa a transformação social. Há sempre um compromisso ético, estético e político com a ruptura de estruturas de dominação, de servidão e de manutenção da desigualdade.

Um grande desafio se coloca a nossa formação, ainda balizada por uma ciência predominantemente branca, eurocentrada, heteronormativa, patriarcal, urbana e tantos outros adjetivos. Há um grande espectro de atuação para a psicologia nas políticas públicas, nos movimentos sociais, na universidade voltado ao atendimento às populações quilombolas, ribeirinhas, indígenas, rurais. Cada uma com suas especificidades, que precisam aparecer em sala de aula. É preciso formar profissionais que, quando inseridos em tais realidades, sejam capazes de contribuir para a sua transformação no sentido da garantia de direitos, de acessos, de respeito a suas culturas, de valorização de seus saberes, de resignificação da relação entre a(o) profissional e o sujeito, grupo ou comunidade por ela(e) atendido.

Uma psicologia de fato decolonial tem o compromisso com a ruptura da desigualdade estrutural, manifestada na tríade gênero, classe e raça, buscando lutar junto, estar ao lado, de modo a somar forças e colocar o seu conhecimento a favor da igualdade. Acreditamos que as políticas públicas, as universidades e os movimentos sociais sejam espaços privilegiados em que a psicologia possa contribuir para a construção de articulações, de redes de apoio e para o atendimento direto às comunidades quilombolas. Especialmente, as políticas públicas de saúde, assistência social e educação, pela sua capilaridade nos municípios e acesso direto à população tem a força de construir intervenções que ampliem as potências de tais povos, a depender do posicionamento de quem as oferta - numa lógica colonial, de reprodução de relações de poder, ou decolonial, de construção conjunta de estratégias para a superação da

desigualdade. No encontro com “os de fora”, que somos nós, é preciso estarmos atentas(os) a capacidade de nossas intervenções contribuírem para o apagamento e desvalorização dos saberes, costumes e potências locais ou para a sua ampliação. Em favor do que estamos?

REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Lúcia. **Oficina em dinâmica de grupos**: um método de intervenção psicossocial. Belo Horizonte: Campo Social, 2002.

ALMEIDA, Silvio de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARRUTI, José Maurício Andion. **Recuperação da memória do lugar auxilia laudo antropológico**. Entrevista concedida em 10 de março de 2004 no Fórum Permanente de Educação étnico racial do RN/MEC/SECADI, 2004. <https://fpedern.blogspot.com/2015/05/recuperacao-da-memoria-do-lugar-auxilia.html>.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.) **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 2003. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. **Quilombo, favela e periferia**: a longa busca da cidadania. Tese (Doutorado). FFLCH. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

FALS BORDA, Orlando. **Por la práxis**: el problema de como investigar la realidad para transformala. Federación para el análisis de la realidad colombiana (FUNDABCO): Bogotá, 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Instrução Normativa INCRA nº 57 de 20/10/2009**. Diário Oficial da União, Brasília: INCA, DF 21 out 2009. https://antigo.incra.gov.br/media/docs/legislacao/instrucao-normativa/in_57_2009.PDF

MACHADO, Marília Novaes da Mata. **Práticas psicossociais: pesquisando e intervindo**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2004.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões na senzala, quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

MUNANGA, Kabelenge. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, 28, 56-63, 1996.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002

SANTOS, Jucélia Bispo. Território, Direito e Identidade: uma análise da comunidade quilombola da Olaria em Irará, Bahia. **Antíteses**, 3 (5), 221-245, 2010. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>.

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996



CAPITULO 13 POVOS INDÍGENAS E SUAS LUTAS:

CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DO COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO DA PSICOLOGIA SOCIAL

Flávia Roberta Busarello
Leandro Lucato Moretti

INTRODUÇÃO

O presente texto parte da roda de conversa “Povos Indígenas e suas lutas” realizada durante o XV Encontro Regional da Associação Brasileira de Psicologia Social - Regional São Paulo (ABRAPSO/SP), ocorrido de forma remota devido a pandemia de Covid-19. A palavra luta no título dessa atividade, teve a intenção de marcar a resistência dos povos indígenas perante os contínuos ataques aos seus modos de vida e direitos, que se intensifica nos últimos anos com a construção de uma agenda anti indígena³¹ por parte do Estado brasileiro. São diferentes projetos da sociedade não indígena que atravessam a vida dos povos indígenas, como por exemplo, a tese jurídica do marco temporal defendida por proprietários de terras em processos demarcatórios que estão em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF), e o Projeto de Lei (PL) 490 que busca alterar o processo de demarcação de terras, dificultando ainda mais a garantia de seus direitos. Soma-se a isso, o enviesamento político dos órgãos oficiais voltados aos povos indígenas, como o caso da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Secretária Especial de Saúde Indígena (SESAI), os quais resultam no desmonte das políticas públicas, com o trabalho das equipes impactado, fragilizando ainda mais o contexto em que vivem os povos indígenas. A pandemia da COVID-19, além dos inúmeros casos de contaminação e óbitos³², intensificou a desigualdade social e as violações de direitos que marcam os seus cotidianos. É nesse sentido, que consideramos necessário destacar a capacidade de resistência desses povos no Brasil.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), existem hoje no país 305 etnias, falantes de 274 línguas diferentes. Em 2012, a população indígena no Brasil correspondia a 896,9 mil e desses, segundo o Instituto, 42% residia fora de Terras Indígenas (TIs), sendo 36% deles em áreas urbanas. Atualmente, o Brasil contabiliza 562 TI em diferentes etapas do processo regulatório e 31 Reservas Indígenas regularizadas (FUNAI), número significativamente baixo quando confrontado à população indígena existente no país. Esses dados, ilustram a diversidade dos povos indígenas, onde cada povo possui sua língua, forma de viver, organização social, conhecimentos e cosmologias. Além disso, somam-se nesta diversidade as diferentes modalidades de territórios, como as Terras Indígenas (TIs), os acampamentos de retomada e os contextos urbanos, onde a luta pelos direitos e existência tomam diferentes reverberações.

A partir dessas realidades, a atividade referida no presente texto partiu da vivência dos dois pesquisadores que construíram a proposta da roda de conversa a partir de suas caminhadas com diferentes povos indígenas e contextos. O texto tem como objetivo registrar e compartilhar algumas das reflexões produzidas durante a realização da roda de conversa, que se tornam relevantes para construir considerações do encontro vivido enquanto síntese

31 A respeito disso ver: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/stf-adia-julgamento-decisivo-sobre-marco-temporal-de-demarcacoes-para-258>>

32 A COVID-19 entre os povos indígenas representa riscos, especialmente aos mais velhos, que são importantes na produção e transmissão de conhecimentos. A respeito disso é possível ver no jornal El País: <<https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-06-03/na-amazonia-as-bibliotecas-estao-sendo-incendiadas.html>>

dessas caminhadas e do compromisso da psicologia nos diversos territórios em que os povos indígenas vivem. A roda de conversa, proposta pelos autores deste texto, se tornou um espaço útil-comum para apresentar trabalhos, pesquisas e compor estratégias de atuação e trocas de vivências, que vão ao sentido do compartilhamento e afetações de diferentes corpos memoriosos. Ao todo, foram apresentados 11 trabalhos, contando com a participação de 17 autoras e autores das 5 regiões do Brasil e diversos ouvintes que participaram das reflexões e diálogos. A partir disso, foi possível observar uma ampla e diversa atuação da psicologia junto aos povos indígenas em seus diferentes contextos.

Para tanto, partimos da visão de encontro de Spinoza (2013) onde afirma que o corpo humano pode ser afetado de muitas maneiras, pelas quais sua potência de agir, ou nas palavras do filósofo *conatus*, é aumentada ou diminuída. Isso quer dizer que a nossa potência varia de intensidade conforme encontros vivenciados na biografia de vida, são essas afecções que marcam o corpo memorioso. Neste sentido, Deleuze (2002) explica que os encontros bons são aqueles que compõem com o meu corpo, afetando a sua potência, que se expande. Isso enfatiza a qualidade dos encontros que vivemos em nossa história e a forma como marcam o nosso corpo, produzindo diferentes afetações.

Diante disso, compreendemos, aqui, que a roda de conversa realizada no Encontro Regional da ABRAPSO/SP vai ao sentido de um bom encontro, entre psicologia e povos indígenas, pois além de compor com os corpos dos participantes e produzir afetos, expandiu horizontes possíveis de construção coletiva para uma psicologia junto desses povos que estão em constante resistência para seu bem viver.

Com esse registro compartilhado neste breve texto, fazemos um convite para que os leitores e leitoras se afetem ao se encontrar junto com os autores, que refletem sobre a práxis ético-política junto aos povos indígenas. É possível dizer que está relatado aqui, de certa forma, os corpos memoriosos, conforme elucida Spinoza (2013), dos participantes em sua caminhada pela construção do compromisso ético-político junto com os povos indígenas.

UM ESPAÇO DE DIÁLOGO ENTRE PSICOLOGIA SOCIAL E POVOS INDÍGENAS

De acordo com Ferraz e Domingues (2016), no período entre 2000 a 2012 é perceptível uma crescente da produção na temática psicologia e povos indígenas. Segundo as autoras entre 2000 a 2006 foi encontrado cinco artigos publicados, já entre 2007 a 2012 o número aumentou para 20 publicações, totalizando 25 publicações em 12 anos. As autoras buscaram artigos em periódicos da área da Psicologia disponibilizados nas bases SciELO e PePSIC. Esse fato, expõe a tímida relação da psicologia com os povos indígenas, que por diferentes motivos, ainda é pouco discutida nos cursos de graduação e pós-graduação.

Porém, é perceptível que essa relação vem avançando e se intensificando nos últimos anos, com um aumento no interesse de estudantes e profissionais em dialogar com povos indígenas, e no número de eventos, publicações, pesquisas sobre as temáticas, construção de normas técnicas pelos Conselhos de Psicologia, referenciais e documentos para qualificar a psicologia nesta relação. E também, há uma maior presença indígena na área de psicologia, onde já apresentam demandas relacionadas ao currículo e aos referenciais teóricos, que não dialogam com seus conhecimentos e processos históricos.

Nesse sentido, a roda de conversa a que esse texto se refere, se caracterizou como um espaço de reflexão para seus participantes, em virtude das trocas de vivências e aprendizagens decorrentes do diálogo dividido em dois dias de encontro. Foram apresentadas pesquisas e

relatos de experiência profissional em diferentes contextos indígenas, o que pode ser uma expressão dos encontros dos corpos memoriosos das autoras e autores presentes e marcar o início da maior presença da temática na programação de próximos eventos.

Cabe também destacar de forma breve, que a Roda de Conversa 05 “Psicologia e lutas indígenas”, ao fim das sessões, se somou a proposta de um “Rodão das comunidades tradicionais” incluindo as rodas de conversa que trataram sobre populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas, articulada pelos participantes dessas rodas específicas. Aqui reside também um aspecto a ser considerado: a constante e perene luta pelos seus territórios constantemente ameaçados. Neste encontro foi possível traçar aproximações entre as temáticas e marcar a violência vivida por esses povos nesses diferentes territórios, e que possuem em comum o vínculo com a terra.

Os trabalhos apresentados³³ na roda “Povos Indígenas e suas lutas” foram divididos em duas sessões, reunindo os que possuíam possíveis proximidades e articulações, a fim de facilitar o diálogo. A reunião dos trabalhos feita pelos coordenadores teve como princípio ético o respeito às diversidades dos povos e de seus contextos.

Na primeira sessão, os 5 trabalhos apresentados versaram sobre indígenas em contexto urbano, diálogos entre saberes não indígenas e indígenas, a ação das políticas de morte e etnocídio por parte do Estado, o etnoesporte e a corrida de toras entre os Timbira, concepções de saúde mental e bem estar psicológico e um potente relato de experiência sobre a construção de um espaço terapêutico por um psicólogo indígena, que também apresentou sobre os pressupostos e *práxis* para a construção de uma psicologia indígena.

O segundo momento foi composto por 5 apresentações sobre os Guarani e Kaiowá, compondo assim uma “sessão Guarani”, o que ilustra um avanço na construção da relação da psicologia e os povos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul. Foram apresentados e discutidos trabalhos construídos em conjunto com esses povos, sobre concepção de desenvolvimento, o movimento e a luta indígena, o campo da assistência social, percepções sobre formas coletivas de cuidado e o direito à atenção diferenciada e transformações sociais.

Em síntese na primeira sessão foi apresentado trabalhos que tiveram como temática geral violações de direitos contra populações indígenas, migrações, etnoesporte e saúde. Na segunda sessão foram discutidas questões referentes aos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso em Sul, tanto na saúde indígena quanto na luta pelo território, mostrando a complexidade da realidade vivenciada. Os trabalhos demarcaram os diálogos possíveis entre esse povo indígena e psicologia como um ponto central do debate, que demonstrou uma forte relação entre a produção de saúde e os territórios. As reflexões feitas enriqueceram as contribuições para pensar a *práxis* e o compromisso dos psicólogos nesta complexa temática.

Durante o encontro as narrativas apresentaram a diversidade dos contextos das cinco regiões do Brasil, dialogando com diversas cosmologias e conhecimentos indígenas. Além disso, foram expostas diferentes formas de construir vínculos com essas redes, diversificando, ainda mais, o fazer da psicologia. Com as falas dos participantes evidenciou-se uma psicologia e *práxis* ampla, mas com um elo comum - a construção coletiva entre o profissional e os sujeitos. Como o encontro foi realizado durante a pandemia da Covid-19, nas apresentações dos trabalhos, foi perceptível a transversalidade da luta pelo direito da vacinação e a possibilidade de adoção do distanciamento social para todos os povos indígenas do país.

Destacamos em especial a fala de uma estudante indígena, que contou sobre a alegria em participar de uma roda sobre a temática indígena na área da psicologia, algo invisibilizado

³³ É possível acessar os trabalhos e as autoras e autores de forma integral nos Anais do Encontro Regional São Paulo da ABRAPSO.

em sua maioria nas aulas da graduação das universidades. A estudante ainda relatou não reconhecer a si e seu povo no currículo do curso. Esta fala denuncia de certa forma a sobreposição da ciência não indígena nas universidades, expressa na invisibilização da temática e desvalorização do conhecimento indígena.

Isso reforça a importância da roda de conversa como espaço de reflexão e também de trocas sobre a vivência dos participantes. Neste caso, as narrativas e memórias do campo potencializam o encontro para aqueles que participaram inclusive como ouvintes, pois puderam se afetar com os relatos dos demais e ter contato com a temática indígena. Com isso, compreende-se que o compartilhamento das memórias e construção coletiva das práticas profissionais dos psicólogos no Brasil proporcionaram o encontro e a aprendizagem para aqueles presentes, algo possibilitado pelo formato das rodas de conversa que permite a horizontalidade do diálogo, ou seja, o encontro entre diferentes profissionais e pesquisadores.

PELO COMPROMISSO ÉTICO POLÍTICO COM OS POVOS INDÍGENAS

Essas diversas realidades apresentadas durante os dois dias, o compartilhamento de vivências e afetos provocaram os autores do presente texto a refletir sobre o compromisso ético-político do psicólogo junto dos povos indígenas. Durante a referida roda de conversa foi marcante em todas as narrativas apresentadas a importância de estar nos territórios e vivenciar junto dos povos seus modos de vida e cosmologias. A fala de um dos autores, ressaltando a necessidade da psicologia “sujar os pés com a poeira das aldeias”, expressa a construção conjunta com os sujeitos, se deixando afetar e ouvindo de forma simétrica, com disposição de reaprender o que é a psicologia. Isso significa considerar as cosmologias indígenas em sua centralidade, ou seja, dialogar com as redes e as produções de conhecimentos dos povos indígenas, contrapondo a colonização da ciência não indígena sobre esses saberes. Entendemos que esse movimento expressa um compromisso ético-político com os povos indígenas, uma vez que carrega uma concepção que esses povos são sujeitos ativos, produtores de conhecimento e que possuem a capacidade de transformar a realidade em que vivem.

Soma-se a isso, outras falas de participantes a respeito da necessidade dos pesquisadores caminharem junto aos povos Guarani e Kaiowá. O *oguata*, o caminhar, é uma categoria central para os Guarani e Kaiowá e expressa o movimento da vida para esses povos. É necessário que a psicologia se proponha a caminhar, se movimentar, de acordo com o *oguata*, a fim de se aproximar das percepções e perspectivas que são produzidas por esses coletivos. O compromisso ético-político, aqui, é entendido, como também sendo um movimento de caminhar junto e formação de comuns, fruto da união dos psicólogos e sujeitos indígenas. Essa caminhada é feita reaprendendo a psicologia e criando espaços comuns de escuta e experiências, a partir do território.

A articulação de psicólogas e psicólogos com os povos indígenas formam comuns que podem criar espaços de enfrentamento das violências vividas, tanto afetivas como simbólicas. Portanto, consideramos, conforme Sawaia (2018, p. 35) o comum como “ [...] ideia política, um princípio político no sentido de ordenar, comandar e reger toda a atividade política, que se contrapõe ao individualismo triunfante da pós-modernidade”. A caminhada conjunta se torna movimento em formação do útil-comum, que pautado na escuta e aprendizado, procura fazer contribuições concretas da psicologia para suas lutas.

Como foi apresentado durante a roda, é preciso pensar de que forma a psicologia pode se abrir para o diálogo com os indígenas. Citamos como exemplo da construção coletiva, a 'parente terapia' apresentada por João Irineu, psicólogo da etnia Potiguara, a qual diz respeito da potencialidade de uma psicologia construída por indígenas para atuar clinicamente com seus parentes e comunidades, lançando mão de conhecimentos próprios e provenientes da psicologia não indígena, construindo assim uma articulação entre esses mundos, onde o cerne da autonomia decisória de qual caminho de cuidado recorrer está nas mãos dos parentes indígenas.

Durante as discussões realizadas também emergiu a diversidade dos territórios e contextos indígenas, o que também marca a vida desses povos indígenas. O Estado reconhece e garante acesso às políticas públicas específicas aos moradores de TIs declaradas, não atendendo povos indígenas que moram em contexto urbano ou em acampamentos e retomadas de terra, desconsiderando assim os direitos dessas pessoas. O que é reconhecido como uma violência contra a sua ancestralidade e um movimento de colonização por parte dos não indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste encontro foi expresso que o compromisso ético-político é com os sujeitos, que compõem esses povos, seus territórios e suas ancestralidades. Aqui, o compromisso precisa ser com o respeito a diversidade dos povos indígenas, de seus contextos e suas cosmologias. Devemos considerar esses aspectos enquanto centrais em nossos diálogos e análises, para assim fortalecer a autonomia dos povos indígenas e suas produções de conhecimentos.

Esse movimento aumenta a potência dos sujeitos para resistir perante as diversas violências vivenciadas no Brasil contra os povos indígenas e seus territórios. Portanto, a partir do momento que o psicólogo evoca "sujar seus pés com a terra das aldeias", como mencionado pelo participante da roda, está se afetando com a realidade do território e aprendendo com ele. A vivência e a escuta feita a partir da cosmologia indígena são ético-políticas e afetivas.

A partir do movimento proposto por nós, o caminhar e escutar junto aos povos indígenas possibilitam trazer as categorias e conhecimentos indígenas para o diálogo com a psicologia, representando possibilidades de nos repensar enquanto psicologia e contribuir com a garantia dos direitos e autonomia dos povos indígenas. É isso que imaginamos enquanto uma construção coletiva ético-política que concebe essas pessoas e povos como protagonistas da sua história, procurando não reproduzir práticas que normatizam a vida e os corpos indígenas. O caminhar é aprender e construir juntos, é ato ético-político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

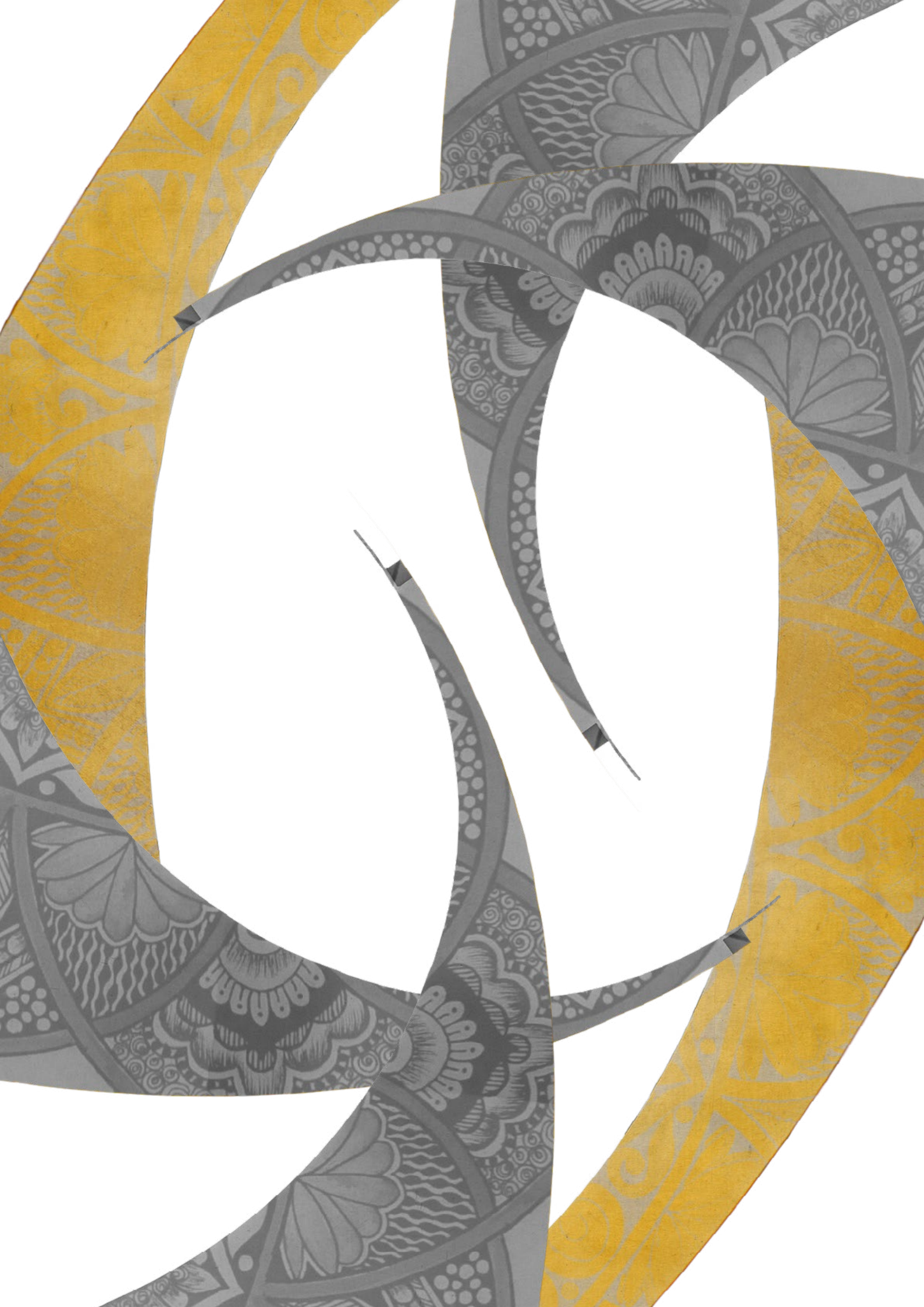
BRASIL, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro**: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada>>; acessado em julho de 2017.

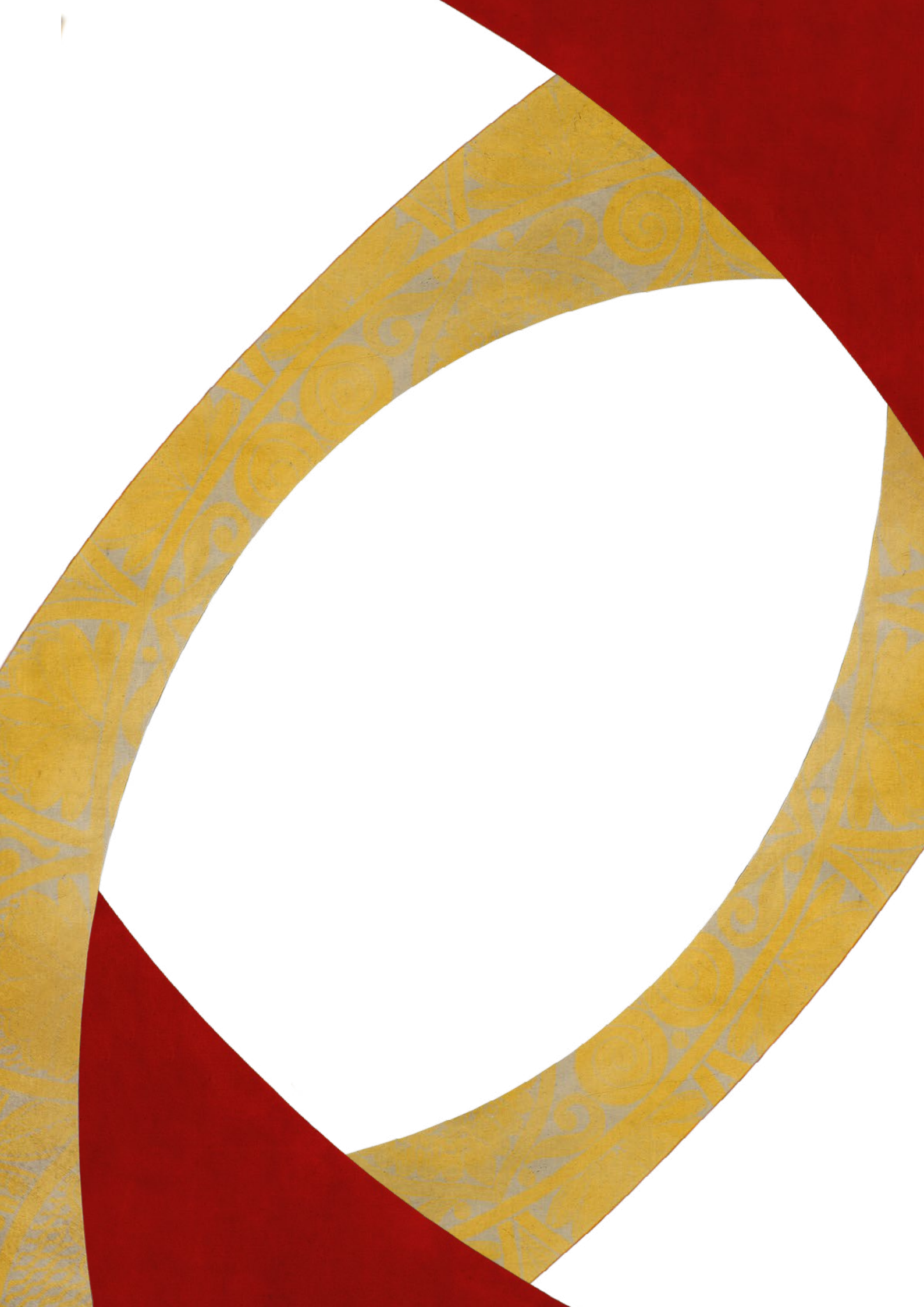
DELEUZE, G. **Espinosa**: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.

FERRAZ, I. T. & DOMINGUES, E. A Psicologia Brasileira e os Povos Indígenas: Atualização do Estado da Arte. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(3): 682-695p, 2016.

SAWAIA, Bader B. Prólogo: Questões teóricas e empíricas pautadas na dialética inclusão-exclusão social. In: SAWAIA, Bader B.; ALBUQUERQUE, Renan; BUSARELLO, Flávia R. **Afeto & Comum**: reflexões sobre a práxis psicossocial. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2018

SPINOZA, B. **Ética**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.





CAPÍTULO 14

IMIGRAÇÃO COMO TEMA MARGINAL, UM TÓPICO PARA A PSICOLOGIA SOCIAL?

Diane Portugueis
Suélen Cristina de Miranda

Quando será possível fazer uma história que não seja sempre construída sobre silêncios a respeito do momento anterior? Uma história que sintetize, não uma história fragmentada? Uma história desse tipo será também uma história crítica (SAYAD, 1996, p. 170).

INTRODUÇÃO

O presente texto se configura a partir de considerações formuladas na Roda de Conversa coordenada pelas autoras, intitulada “Atualidades migratórias: metamorfoses, atravessamentos e perspectivas futuras da vida em trânsito”, desenvolvida no XV Encontro da Regional São Paulo da Abrapso. Nesta, buscou-se fomentar a discussão sobre as atualidades migratórias, tendo como pano de fundo as metamorfoses suscitadas e as crises que abarcam a condição da vida em trânsito, bem como a exacerbação do racismo e da xenofobia, que tomam o mundo sob a forma de violações de direitos humanos.

Destacou-se a especial vulnerabilidade do público que envolve crianças, idosos, mulheres e o grupo LGBTQIA+, assim como os migrantes advindos de países estigmatizados, refletindo sobre suas condições sociais, redes de apoio e as razões de sua migração, na inter-relação com o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Foi proposta, ainda, discussão sobre a mudança no paradigma migratório, advinda do impacto ocasionado pelo coronavírus na tríade política-sociedade-economia, cujas alterações ainda não podem ser dimensionadas quanto ao futuro das dinâmicas migratórias no globo.

A Roda de Conversa contou com trabalhos que versaram sobre a migração feminina, a migração de trabalho, a dualidade mobilidade-imobilidade, o deslocamento venezuelano no Brasil e sua inserção laboral, reflexões sobre a pesquisa com a temática da homossexualidade e imigração, refugiados ambientais, migração rural-urbana como efeito do monopólio da produção alimentar no Brasil, entre outros tópicos que emergiram durante as apresentações. Em meio à diversidade de temas apresentados, um ponto comum se destacou e chamou a atenção: a fala uníssona sobre a falta de espaços de discussão sobre temas de pesquisa que tratam das questões migratórias, sobretudo em grandes encontros e congressos que não estejam vinculados diretamente às instituições e grupos de estudo dos quais os participantes fazem parte.

Tal ponto levantado se tornou o centro da discussão final dos trabalhos apresentados, o que incitou a importância da manifestação desta constatação para fins de reflexão em nosso campo de estudo. Tomando o ponto de vista retratado, seria a migração um tema marginal? Se sim, quais as consequências disto e a importância da ampliação deste debate nos campos acadêmico e político? Qual o papel da Psicologia Social no reconhecimento e mudança deste panorama? Assim, a construção deste manuscrito com contornos de reflexão tem o intuito de contribuir com a visibilidade do tema proposto a partir das ricas discussões dos participantes da Roda de Conversa.

Elhajji (2012) aponta que as migrações pelo mundo já ultrapassaram, há tempos, a marca de 200 milhões de indivíduos vivendo fora de seus países ou regiões de origem. Se dependesse da vontade das pessoas, este número estaria em cerca de 900 milhões, uma vez que, além dos que já se encontram em situação de migração, outros 630 milhões gostariam de fazê-lo e cerca de 48 milhões planejam executar esse plano no próximo ano. Destes, 19 milhões já estariam de fato se preparando para a viagem, de acordo com dados de uma pesquisa realizada em 150 países, pelo instituto Gallup. Os números são notáveis, porém o fenômeno migratório não se trata de algo atual. Acompanha nossa existência enquanto humanos, tendo sido, inclusive, responsável por nosso processo de hominização (ELHAJJI, 2012).

No que tange ao Brasil, dados do Datafolha apontaram para o número indicativo de 62% de jovens brasileiros que, se pudessem, deixariam o país para viver no exterior. Segundo a reportagem da Folha de São Paulo que traz o assunto (PINTO, 2018), esse número indica que cerca de 70 milhões de brasileiros emigrariam, o equivalente à população dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. Tal consideração nos remete à importância do tema, ao mesmo tempo em que nos leva à inquietante conclusão de que, pelos números apresentados, estuda-se pouco sobre o assunto.

A esse respeito, Assis e Sasaki (2003) elucidam que as pesquisas brasileiras tiveram início ao final da década de 1980, com as seguintes características: apresentavam a migração internacional como tema paralelo de outras discussões – como globalização e nacionalismo, por exemplo; se dedicavam mais à emigração de brasileiros do que à imigração; tinham como enfoque prioritário os fluxos históricos, e não os recentes; objetivavam responder à caracterização desses grupos migratórios – quem eram e quantos eram; e estavam concentradas no Centro-Sul do país, sobretudo nas instituições com linhas de pesquisa específicas sobre migração. Mais recentemente, Vilela e Lopes (2011) registraram a persistência da concentração de pesquisas na região Sudeste, embora tenha aumentado o enfoque nos fluxos internacionais em detrimento da emigração, e concluíram:

Apesar de haveremos verificado que tem ocorrido aumento gradual do número de estudos sobre a migração internacional no Brasil, principalmente a partir do ano 2000, se intensificando ainda mais em 2002, notamos que tal temática ainda não é colocada como fundamental nas discussões nas áreas de Ciência Política e de Demografia, principalmente (VILELA; LOPES, 2011, p. 78).

Isto posto, é interessante destacar, inicialmente, alguns aspectos que acompanham a vida do migrante. Sua escolha por migrar, seus contornos, as razões para esta tomada de decisão e, por fim, o modo como ele é recepcionado e também “imaginado” no novo país. Todo este contexto é pertinente na compreensão da sua constituição como sujeito, indivíduo desejanse de novas perspectivas, que necessariamente engloba uma construção social anterior ao seu projeto migratório, que será de grande relevância para a manutenção e continuidade de seus planos.

Um aspecto a ser considerado versa sobre o teor da sua existência atrelada à provisoriedade definitiva, termo cunhado por Sayad (1998). Os estudiosos que atualizam os resultados de sua obra revelam que a provisoriedade se trata tanto de uma situação objetiva, no que se refere à estruturação do imigrante de modo mais definitivo em seu novo país, em vários âmbitos e esferas, como o trabalho, moradia e burocracias/questões documentais; quanto a sua situação subjetiva, que remete ao tempo necessário para, de

fato, “chegar” onde está, uma vez que traz consigo toda uma bagagem de experiências e referências anteriores, onde se perpetua e ganha especial relevância a saudade de sua terra (VÉRAS; VILLEN, 2020).

Esses fatores atravessam a negociação do pertencimento na nova morada, de modo que o referencial do imigrante será sempre primeiramente aquele trazido da terra-mãe, até se adaptar e se constituir como parte da sociedade em que busca se estabelecer. Isto é algo que, por vezes, pode não acontecer, seja por razões pessoais, como também pela integração social à nova sociedade de acolhimento, onde comumente o migrante será considerado como “o outro” ou “o estranho”. Tem, assim, “uma existência vivida como provisória, como se fosse ‘suspensa’, mas que, na verdade, é definitiva” (VÉRAS; VILLEN, 2020, p. 134). Elhajji e Escudero (2018) explicitam que a tomada de consciência da provisoriedade muitas vezes é sentida como culpa pelo imigrante, por não conseguir planejar/realizar o retorno, ou mesmo, complementamos, se inserir como cidadão no novo país que habita. Isto, por tempo indeterminado.

Logo, se o tema “provisoriade permanente” assola o migrante nos campos objetivos e subjetivos de sua existência, faz-se necessário apontar a construção social desta provisoriedade, que perpassa o seu pertencimento, o reconhecimento, as artimanhas de exclusão ou de inclusão perversa. Este conjunto pode oferecer algumas pistas sobre como a constituição e a manutenção da provisoriedade permanente atravessa a existência e constituição do migrante como marginal. Conforme esclarece Domenech (2020), o pensamento de Estado confere uma ilegitimidade inerente à presença do imigrante, uma vez que jamais poderá admiti-la como permanente. Nesse sentido, a representação do migrante como bode expiatório para problemas sociais e econômicos tem campo fértil para se propagar e se reproduzir.

Ao revisitarmos a obra de Appadurai (2009), fica clara a relação existente entre aspectos da globalização no capitalismo tardio como reveladora de patologias sociais graves, como ideologias sagradas e segregacionistas, nacionalismos e xenofobias. O autor remete-se ao atentado de 2001 ao World Trade Center, nos Estados Unidos, para elaborar seu argumento quanto à construção de um objeto de ódio comum e, portanto, objeto de expiação e culpabilização deste – no caso, o povo muçulmano – por violências, desgraças e desequilíbrio econômico, nomeado pelo autor como “pequeno número”. Seu argumento é baseado, entre outros aspectos, na constatação do lugar de incerteza social, que pode impulsionar projetos de limpeza étnica, em que “saber quem faz parte de um ‘nós’ e quem não faz parte passa a ser pano de fundo deste processo” (PORTUGUEIS, 2013, p. 94).

Os pequenos números passam a sujeitos altamente vulnerabilizados, que retratam a construção que o autor faz quanto ao modo que os muçulmanos foram rechaçados e vêm sendo atrelados como propagadores de terror pelo globo, desde o episódio de 11 de setembro de 2001. Aqui, volta-se a atenção para a marginalização do migrante de modo geral. Estes, então como pequenos números, se tornam vítimas de processos expiatórios e projeções em sociedades em que a fluidez da globalização intensifica a busca pela identidade nacional, exacerbando o processo de busca “por um culpado”, resultado da ansiedade da incompletude. Desse modo, é passível a reflexão de que as majorias numéricas necessitam de minorias que abarquem sua angústia e ansiedade, carecendo de um objeto que eleve a sua sensação de completude e justifique genocídios, atitudes xenofóbicas, entre outras (APPADURAI, 2009).

Os pequenos números, ou os migrantes, conforme esta reflexão, recebem a alcunha de carregadores do medo geral da sociedade e são alvo de formas de preconceito e estigmas,

como “bons” ou “maus”, que recaem rapidamente nas tratativas cotidianas quanto às suas atribuições de serem ou não bem-vindos, permeando o imaginário das pessoas. Logo, a globalização, o medo e a incompletude constituem-se como elementos que caminham juntos, levando as pessoas a serem formadas para desconfiarem, inicialmente, de todo e qualquer indivíduo que possua determinadas características, que podem ser rapidamente expandidas para a região originária deste. Nestes casos, o local de origem representa uma ameaça, que remete à ideia de perigo e leva à construção de exclusões (APPADURAI, 2009; PORTUGUEIS, 2013). Usando um questionamento de Appadurai (2009), pergunta-se: “Como se construirão subjetividades e relações genuínas em meio à geografia do medo?”

[...] a geografia da raiva não é um simples mapa de ação e reação, transformação em minoria e resistência, hierarquias firmadas de espaço e local... são o resultado espacial de complexas interações entre eventos distantes e temores próximos, entre antigas histórias e novas provocações, entre fronteiras reescritas e ordens não escritas. O combustível para essas geografias encontra-se na mídia (APPADURAI, 2009, p. 77).

O projeto da construção de um mundo globalizado nasce, portanto, fadado ao fracasso, visto que a globalização remete à pluralidade e esta, por sua vez, em geral não é desejada, se muito, tolerada. O medo das incertezas trazidas pela globalização, quando extrapolado, acontece na prática com técnicas de expulsão do elemento indesejável ou constituindo minorias como sintoma: “ideologias produzidas pelas várias formas de desespero diante da assimetria produzem vítimas e mártires como instrumentos de libertação” (APPADURAI, 2009, p. 20).

Desta feita, ainda que as fronteiras possam se mostrar mais ou menos fechadas, a depender das características identitárias que determinam o encontro com essa suposta alteridade, se reproduz o discurso dominante da imigração como problema social (SAYAD, 1998). Para Domenech (2020), isto acontece porque a presença do imigrante, seja real ou imaginária, rompe com a ordem sociopolítica construída em termos nacionais, “questiona certos parâmetros estabelecidos como naturais para a convivência cotidiana e revela a arbitrariedade com que as classificações estatais operam em diferentes espaços de regulação da vida social” (DOMENECH, 2020, p. 98, tradução nossa). A questão migratória seria, nesse sentido, um “macroscópio” que amplia o melhor e o pior de um povo.³⁴

No caso do Brasil, especificamente, a imigração desvela a mentalidade colonial e racista que perpassa a construção do país, pois, de acordo com Seyferth (2008, p. 12), “considerada necessária e até mesmo instrumento de civilização na consolidação do Estado, pode ser convertida em problema ou perigo nos períodos de crise, ou produzir sentimentos de xenofobia quando referenciada à nação”. Ressalta-se que, desde o princípio, a migração cumpre uma função sistêmica na sociedade brasileira, inicialmente associada ao povoamento do Brasil, depois das áreas distantes e renegadas pelos colonos portugueses, até a sua utilização prioritária como mão de obra – escrava, no caso dos africanos, e barata, no caso dos europeus. Mesmo nos períodos de maior necessidade, a estimulação nunca priorizou a inserção do migrante, pelo contrário, selecionava os estrangeiros – estranhos – de acordo com seus interesses políticos e econômicos, restringindo os considerados doentes, deficientes, velhos, desordeiros, negros, indígenas, demais “não brancos” e aqueles tidos como não assimiláveis etnicamente ou culturalmente, como os judeus e os orientais (MIRANDA, 2015).

Assim sendo, o preconceito e a xenofobia fizeram parte da construção do chamado “povo brasileiro” que, embora tido como um país acolhedor de imigrantes, instituiu historicamente um padrão ideal como sendo o branco europeu capitalizado, que vinha

³⁴ Agradecemos a valiosa contribuição dada pelo Professor Doutor Mohammed Elhajji ao apresentarmos a presente proposta de reflexão.

retirar o Brasil do atraso, de modo a garantir o branqueamento e a manutenção da formação nacional. E, apesar de todos esses critérios seletivos, sempre foram – e ainda são – prioritários na sociedade brasileira o medo e a desconfiança com relação a esse “pequeno número”, que resulta na recusa da presença do imigrante enquanto fenômeno social: “o processo histórico de formação de uma identidade nacional é, ele também, um processo de produção de alteridade, de diferença, de produção de um Outro, frequentemente visto, quando visto, como ameaça. De diverso, converte-se, historicamente, em adverso” (MAGALHÃES, 2017, p. 83).

Esse processo ajuda a compreender a constituição da migração como um tema marginal, diretamente associado aos interesses sistêmicos que produzem e reproduzem a imagem estereotipada e naturalizada do migrante como “não nacional”, uma redução que legitima a contenção de qualquer exigência quanto à igualdade legal e comportamental, uma vez que toda distinção ou opressão passam a ser justificadas como decorrentes da “não nacionalidade”: “de fato, a redução da existência do imigrante a seu estatuto administrativo de não nacional se traduz, silogisticamente, por uma condição de não cidadania e não humanidade” (ELHAJJI; ESCUDERO, 2020, p. 168). A marginalidade é reforçada também pela invisibilização dos benefícios obtidos com a migração e a maximização das desvantagens, mascarando toda a vulnerabilidade, a exploração e a violência a que frequentemente os imigrantes são expostos.

Ainda de acordo com Elhajji e Escudero (2020), a espoliação da subjetividade do migrante tem início com a exigência de reserva e ausência de questionamentos quanto às regras sociais e internas do país acolhedor, que rapidamente se transformam em obrigação a uma submissão incondicional. Tal política identitária regulatória pode ser associada aos ainda insuficientes estudos e avanços na área, pois, se pensarmos em termos da negritude e do feminismo por exemplo, fica nítido que a pressão exercida pelos movimentos sociais foi fundamental para que a temática deixasse de ser considerada marginal enquanto campo de interesse e pesquisa. No caso do imigrante no Brasil, não há uma representatividade quantitativa e, nesse quesito, uma constatação realista seria que a importância atribuída aos estudos neste segmento seria proporcional ao peso da migração na sociedade, no sentido de que quanto menos imigrantes, menor ênfase na temática é aplicada. Também não há uma disposição organizativa capaz de exercer tal imposição, sobretudo se for considerado que a grande maioria dos imigrantes está lutando por questões básicas de sobrevivência, que se impõem a qualquer luta por reconhecimento.

Outra constatação a esse respeito refere-se ao fato de que é muito comum que os pesquisadores se dediquem a temáticas ligadas ao próprio universo simbólico – mulher estuda mulher, negro estuda negro e assim por diante –, de forma que o migrante, enquanto o outro que “está fora”, acaba não despertando grande interesse acadêmico. Não obstante, e como apresentado anteriormente, os estudos migratórios desvelam muito mais sobre “nós” brasileiros do que sobre “eles” estrangeiros. Esse último argumento explica também o porquê de os estudos críticos não encontrarem espaços para discussão, pois se a ideologia dominante e a grande mídia reproduzem a imagem estereotipada do migrante, qualquer discurso que conteste essa construção passa a ser um incômodo. A marginalização do migrante – enquanto presença que questiona a versão una e apolítica da história e da cultura da sociedade de recepção – é, então, estendida aos estudos migratórios, pois “se não se nomeia uma realidade, nem sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível” (RIBEIRO, 2017, p. 41).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Isso posto, conclui-se que a importância da ampliação deste debate está em justamente desvelar o naturalizado, buscando contribuir para a desconstrução de estereótipos – que impedem uma inserção cidadã na sociedade de destino – e o desenvolvimento de políticas públicas efetivas – que levem em consideração as especificidades de cada grupo migrante. E, nesta perspectiva, a contribuição da Psicologia Social Crítica é fundamental, considerando o seu compromisso com a realidade brasileira e os projetos de vida individuais e sua indissociação com a práxis cotidiana e a dinâmica dos processos histórico-sociais (LIMA; CIAMPA; ALMEIDA, 2009). Estudar a migração por meio da dialética indivíduo-sociedade, posicionando-se enquanto agente político na busca pela transformação da realidade, possibilita aos pesquisadores uma atuação para desmitificar o olhar pejorativo que fomenta discursos de xenofobia e segregação, visando a desnaturalização do “migrante” enquanto construção universal e homogeneizante, que invisibiliza subjetividades e histórias únicas.

Sendo assim, para ultrapassar o desconhecimento e o reconhecimento do “outro” com base em estigmas e identidades pressupostas, é necessário superar a coisificação dos indivíduos enquanto elementos das engrenagens sistêmicas. Conforme Ciampa (1999) explicita, se a identidade do povo brasileiro “pode ser vista como uma metamorfose que se dá pela reposição, à semelhança de uma patológica compulsão à repetição... só poderemos alcançar sua superação na busca do entendimento coletivo em relação a uma identidade como projeto ético e político” (p. 4).³⁵ Para o autor, a sobrevivência dos povos estaria atrelada à sua capacidade de autotransformação e autodeterminação, ou seja, de abandonar o papel de atores passivos e assumirem-se, também, como autores de projetos alternativos para o presente. A mudança do panorama apresentado encontra-se, portanto, na busca pela construção de uma sociedade mais igualitária, na qual a diferença não seja sinônimo de desigualdade e o reconhecimento do “outro” – dos pequenos números – possa ser realizado com base no consenso e respeito pela alteridade, o que implica no respeito à identidade de cada ser humano (CIAMPA, 2004).

Se aceitamos que identidade é metamorfose que busca a emancipação, articulando passado, presente e futuro, vendo-a como construção sócio-histórica, precisamos pensar o futuro não como fatalismo histórico, mecanicamente determinado, e sim como destino histórico, dialeticamente construído pela contradição das condições objetivas e das invenções subjetivas. Sabemos coletivamente quem queremos ser? (CIAMPA, 1999, p. 5).

REFERÊNCIAS

APPADURAI, A. **O medo ao pequeno número**: ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2009.

ASSIS, G. O.; SASAKI, E. M. Novos migrantes do e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 27, 2003, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: Anpocs, 2003. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-27-encontro-2/gt-24/gt10-18/4197-assis-sasaki-novos/file>. Acesso em: 22 jun. 2021.

35 CIAMPA, A. C. **Brasileiro, 500 anos**: memória, projeto e identidade. Mimeo: ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, X, 1999, São Paulo, Texto de Apresentação, p. 1-5.

CIAMPA, A. C. Fundamentalismo: a recusa do fundamental. *In*: PINTO, E. A.; ALMEIDA, I. A. (org.). **Religiões: tolerância e igualdade no espaço da diversidade**. São Paulo: Fala Preta! Organização de Mulheres Negras, 2004. p. 393-397.

DOMENECH, E. Inmigración, política(s) y “pensamiento de Estado”: la mirada crítica heterodoxa de Abdelmalek Sayad. *In*: DIAS, G. *et al.* (org.). **A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad**. São Paulo: Educ, 2020. p. 93-114.

ELHAJJI, M. **Brasil país de imigração?** O Estrangeiro, Quem Somos, 11 abr. 2012. Disponível em: <https://oestrangeiro.org/2012/04/11/brasil-pais-de-imigracao/>. Acesso em: 17 jun. 2021.

ELHAJJI, M.; ESCUDERO, C. Sentidos e expressões da noção de ghorba na obra de Sayad. *In*: DIAS, G. *et al.* (org.). **A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad**. São Paulo: Educ, 2020. p. 157-177.

LIMA, A. F.; CIAMPA, A. C.; ALMEIDA, J. A. M. Psicologia social como psicologia política? A proposta de psicologia social crítica de Sílvia Lane. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 223-236, jul./dez. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 jun. 2021.

MAGALHÃES, L. F. A. **A imigração haitiana em Santa Catarina**: Perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. 2017. 355 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/322136>. Acesso em: 14 jun. 2021.

MIRANDA, S. C. **A imigração haitiana para o Brasil**: um olhar a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação. 2017. 176 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20675>. Acesso em: 21 jun. 2021.

PINTO, A. E. S. Se pudessem, 62% dos jovens brasileiros iriam embora do país. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, 17 jun. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/06/se-pudessem-62-dos-jovens-brasileiros-iriam-embora-do-pais.shtml>. Acesso em: 21 jun. 2021.

PORTUGUEIS, D. O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva. **Travessia Revista do Migrante**, São Paulo, ano 28, n. 73, p. 93-102, jul./dez., 2013.

VÉRAS, M.; VILLEN, P. A provisoriedade definitiva como ótica analítica do trabalho e da moradia para imigrantes. *In*: DIAS, G. *et al.* (org.). **A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad**. São Paulo: Educ, 2020. p. 133-156.

VILELA, E. M.; LOPES, L. B. F. Balanço da produção acadêmica sobre migração internacional no Brasil. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 72, p. 55-88, 2 sem. 2011. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-72/8365-balanco-da-producao-academica-sobre-migracao-internacional-no-brasil-elaine-meire-vilela/file>. Acesso em: 22 jun. 2021.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019. (Feminismos Plurais).

SAYAD, A. Colonialismo e migrações. [Entrevista cedida a] Federico Neiburg. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, n. 2, v. 1, p. 155-170, 1996. Disponível em: http://www.ppgasmn-ufrrj.com/uploads/2/7/2/8/27281669/mana2_1.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SEYFERTH, G. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incômoda no campo político. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26, 2008, Porto Seguro. **Anais eletrônicos...** Porto Seguro, Centro Cultural de Eventos do Descobrimento, 2008. Disponível em: http://www.imigracaohistorica.info/uploads/1/3/0/0/130078887/seyferth_giralda_imigrantes_estrangeiros_a_trajetoria_de_uma_categoria_incmoda_no_campo_politico.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.





CAPITULO 15
ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE E A PANDEMIA DE COVID-19:
CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA O FORTALECIMENTO DOS TRABALHADORES DA SAÚDE

Christiane Alves Abdala
Carlos Roberto de Castro e Silva
Mayra Santos Xavier
Juliana Silva Santos
Ana Julia Faccio de Medeiros
Nádia Vitorino Vieira

O texto aqui apresentado é fruto das importantes discussões realizadas na Roda de Conversa *Psicologia Social e Política Pública de Saúde: práxis e desafios na pandemia*, que aconteceu como parte integrante da programação no XV Encontro Regional São Paulo da ABRAPSO, articuladas especificamente a uma experiência concretizada a partir da parceria ensino-serviço onde as autoras estão diretamente envolvidas.

Cabe iniciarmos por uma breve contextualização acerca da grave situação vivenciada em decorrência da pandemia por covid-19 em nosso país.

Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou estado de pandemia devido à disseminação mundial dos casos de covid-19, doença causada pela infecção do novo coronavírus SARS-CoV-2 (OPAS/OMS, 2020).

Desde então, o mundo tem dispensado esforços para controle de tal situação e no Brasil o cenário apresenta-se catastrófico, pois, somado à pandemia, há o quadro de negacionismo científico propagado pelo governo federal, desassistência aos mais pobres e vulneráveis, sonegação de dados relevantes para o enfrentamento da crise, menosprezo ao luto e morte de centenas de milhares de pessoas (GIOVANELLA et al., 2020). Recentes suspeitas de atos de corrupção e propina envolvendo a compra de vacinas em apuração na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada para investigar a condução do governo federal no tocante à pandemia, amplificam ainda mais a crise sanitária atual e explicitam as crises econômica, política e humanitária.

Diante dos altos riscos de infecção, importantes medidas sanitárias foram adotadas, seguindo orientações das autoridades mundiais em saúde ligadas à Organização Mundial de Saúde (OMS), à Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e também à comunidade acadêmica referência para a área, como uso obrigatório de máscaras faciais, distanciamento físico, quarentena, isolamento social e confinamento (*lockdown*) em situações mais graves.

Além dessas medidas, existe ainda o medo de infecção, o adoecimento e internação em hospitais sem expectativa de visitas, a morte de pessoas queridas com impossibilidade para a vivência de rituais importantes na despedida, o aumento do desemprego e da fome e as notícias inverídicas largamente propagadas abalando a rotina de toda população. A política de morte assumida pelo Estado impacta fortemente na saúde psicossocial e mental das pessoas e coletivos, em suas condições de vida e de enfrentamento da grave situação (WAGNER, 2020).

O Sistema Único de Saúde (SUS), apesar do subfinanciamento que sofre há anos (PAIM, 2018; CASTRO et al., 2019), vem demonstrando de forma inequívoca como a saúde pública, universal e de qualidade é essencial à população. A pandemia do novo coronavírus que desvela a desigualdade histórica da sociedade capitalista com suas iniquidades escancaradas, no campo da Saúde torna ainda mais evidente a política de precarização e depreciação da vida.

A Atenção Básica é o nível de atenção à saúde no SUS que está mais próximo do cotidiano das pessoas, uma vez que seus serviços são, preferencialmente, a porta de entrada na rede de atenção e encontram-se espalhados pelos territórios. O cuidado acontece de forma longitudinal, ou seja, acompanhando famílias e comunidades, tendo a integralidade como importante referencial. A Atenção Básica tem o papel de organizar a Rede de Atenção à Saúde (RAS) e coordenar todo o cuidado proporcionado à população (BRASIL, 2012; 2017).

Entretanto, a perceptível desvalorização da Atenção Básica por parte do Estado, modificando sua forma de financiamento e extinguindo, no âmbito federal, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) justamente onde se encontra a equipe multidisciplinar que desenvolve ações de forma interprofissional (BRASIL, 2019), mostra o desinteresse no cuidado territorializado baseado na clínica ampliada, na integralidade, no apoio matricial e na participação popular.

Um estudo realizado pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em colaboração com pesquisadores da Universidade de Stanford e do Imperial College de Londres mostra que a política de austeridade em relação à Atenção Básica será responsável por um aumento de cerca de 8,6% de mortes evitáveis no Brasil até 2030, cabendo destacar que o estudo foi realizado antes da pandemia por covid-19. O estudo ainda ressalta que o desinvestimento na Saúde Pública vai à contra mão das 17 metas globais e oferece um grave risco de não cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU). Há ainda um destaque para a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e o Programa Mais Médicos (PMM) como importantes iniciativas em promoção e assistência à saúde que sofreram e continuam sofrendo com desinvestimentos gerando prejuízos justamente às populações mais pobres (RASELLA et al, 2019).

Apesar desse quadro, os trabalhadores da Atenção Básica, a universidade pública, os movimentos sociais e as comunidades continuam articulando conjuntamente formas inovadoras para o cuidado. O momento é conturbado, no entanto, há possibilidade de abertura para novas construções.

Neste contexto, cabe destacar que os profissionais de saúde apresentam-se esgotados devido à intensificação do trabalho imposto pela pandemia que já perdura há mais de um ano. Entretanto, o volume de trabalho está longe de ser a única questão problemática. Os trabalhadores também enfrentam a falta de apoio institucional, as notícias falsas sobre suas atuações e sobre a doença, o desrespeito com vínculos empregatícios instáveis e salários não compatíveis, o adiamento de férias e a ocorrência de episódios de violências e discriminação (LEONEL, 2021). Não obstante, é necessário considerar que esses profissionais também se veem diante de cobranças sociais que estão além de suas capacidades individuais e exclusivas. Infraestrutura adequada à sua atuação e apoio à sua própria saúde mental, são condições importantes para a concretização de todo o seu potencial profissional, pois, trabalhadores da saúde, em suas atribuições éticas e humanitárias também podem compartilhar de sentimentos, afetos e situações por vezes vivenciadas por aqueles a quem oferecem algum tipo de atendimento. Especificamente no quadro pandêmico atual, profissionais de saúde não estão livres da infecção, ao contrário, encontram-se em superexposição e podem vivenciar medo pelo contágio e todas as suas consequências.

Todo esse quadro é gerador de alterações significativas no bem-estar pessoal e na vida profissional dos trabalhadores da saúde, podendo produzir graves situações em relação à saúde mental e mesmo à saúde como um todo.

A Psicologia Social Crítica, comprometida com o povo que mais sofre (MARTÍN-BARÓ, 1996) e com a necessidade de ampliar a dimensão política de sua atuação (YAMAMOTO,

2009), não pode ausentar-se de posicionamentos e ações que fortaleçam a população para o enfrentamento de situação tão adversa, incluindo o apoio aos profissionais de saúde.

Ações em rede abrangendo a comunidade acadêmica mostram sua relevância, tanto para os trabalhadores da saúde quanto para a população atendida e estudantes em formação, nesse momento de instabilidade e incertezas. Algumas possibilidades teórico-metodológicas de articulação ensino-serviço trazem perspectivas fora do modelo hegemonicamente constituído para a formação de novos profissionais e favorecem interações potentes que são capazes de beneficiar todos os envolvidos no processo: trabalhadores da área da saúde, comunidade atendida, estudantes em formação acadêmica.

Nessa perspectiva, a Extensão, que junto ao Ensino e a Pesquisa compõem o tripé da Universidade (BRASIL, 1998), tem o papel de promover uma articulação da academia com as comunidades na disseminação de conhecimentos produzidos, além de trocas de saberes entre os diferentes atores sociais e os estudantes, com vistas a garantir igualdade de direitos para todos, e assim, uma transformação social (GADOTTI, 2017).

Enquanto o ensino tem seu foco na transmissão do conhecimento, a pesquisa tem como objetivo aplicar e desenvolver os conhecimentos que foram adquiridos, apoiando-se, portanto, no ensino. Já a extensão é o momento da aplicação do conhecimento desenvolvido nas etapas anteriores. Geralmente os projetos de extensão intentam oferecer suporte para a melhoria social de uma determinada comunidade.

A experiência na extensão é uma oportunidade para o graduando fortalecer sua formação profissional tendo em vista o contato direto com as comunidades e com suas demandas. Por um lado, a universidade traz o conhecimento científico, por outro a comunidade colabora com suas experiências do cotidiano. Ambas se enriquecem com essa integração entre o conhecimento acadêmico, a práxis dos profissionais e o saber da comunidade. É por meio das atividades da extensão, como uma forma de vivenciar o campo junto dos trabalhadores, que é possível identificar questões e situações que recebem maior visibilidade nas pesquisas.

É interessante destacar que a partir da inserção da comunidade acadêmica nos territórios é possível o desenvolvimento de pesquisas em seus vários níveis, como forma de dar continuidade a estas atividades e ao vínculo com os protagonistas locais. Dessa maneira, a extensão, bem como as pesquisas acadêmicas, buscam o fortalecimento das redes de saúde, visando uma maior efetividade das ações da atenção básica a partir de intervenções universitárias interdisciplinares (CASTRO-SILVA et al., 2014).

PROJETO DE EXTENSÃO COMO PRÁTICA DE CUIDADO

O projeto de Extensão denominado *Participação Social, Subjetividade e Cuidado: Fortalecendo redes em territórios vulneráveis em tempos de pandemia da covid-19*, desenvolvido pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Campus Baixada Santista, teve o objetivo de promover, do ponto de vista psicossocial, espaços de reflexão, acolhimento e aprendizado a partir do referencial dos Direitos Humanos no enfrentamento de situações de saúde agravadas pela pandemia do covid-19.

A proposta metodológica utilizou espaços de trocas entre os profissionais de saúde, especificamente de uma Unidade de Saúde da Família (USF), por meio de ferramentas e estratégias, como a realização de encontros virtuais e presenciais com os profissionais; relatos breves e registros fotográficos do trabalho e de aspectos da vida cotidiana no território; registro de narrativas individuais e organização dos relatos e informações em mapas afetivos

construídos coletivamente. Essas estratégias buscam apreender as vivências da covid-19 no território através da percepção da equipe de Saúde da Família. Todo esse processo resultou na criação de um Blog, alojado no site do Laboratório de Estudos sobre a Desigualdade Social da Universidade Federal de São Paulo (LEDS/Unifesp), além da criação das redes sociais (Facebook e Instagram) para dar mais visibilidade ao trabalho dos profissionais da Atenção Básica a partir de ferramentas largamente utilizadas pela população em geral.

As propostas desenvolvidas no projeto buscaram contemplar práticas que pudessem fortalecer as relações sociais dos agentes de saúde no âmbito do trabalho, promovendo espaços de reflexão, acolhimento e aprendizado sobre o repertório dos direitos humanos na promoção de ações de saúde potencializando a participação social, valorizando a intersubjetividade como desencadeadora de processos de conscientização ético-política sobre a relação entre saúde e desigualdade social.

Foram realizados encontros semanais no início das atividades, em diferentes dias incluindo o dia de reunião da equipe de saúde da família. As alunas extensionistas que compunham o projeto participavam em alguns momentos da rotina da unidade para se aproximar do serviço e dos trabalhadores. A partir desses momentos, foram pensadas atividades a serem desenvolvidas com todos os trabalhadores da equipe de saúde. A realização de encontros semanais durante horário de reunião de equipe tem propiciado espaço de reflexão e acolhimento aos profissionais, principalmente aos Agentes Comunitários de Saúde, em meio a sobrecarga de trabalho e precarização do sistema de saúde.

A construção do Blog foi pensada a partir de um mapa dinâmico intercalado com o mapa afetivo - uma ferramenta de investigação dos afetos em relação ao ambiente (BOMFIM, 2010). Dessa forma valoriza a vivência afetiva no e com o território por meio de imagens, palavras e outras formas simbólicas e afetivas, e foi confeccionado pela equipe da extensão em conjunto com os trabalhadores da saúde ao longo das atividades realizadas.

Especificamente do ponto de vista cartográfico o território foi delineado a partir dos sentidos e significados que os participantes deram ao mapa, para além das localizações presentes no mapa geográfico. A esses mapas foram acrescentados áudios com breves relatos sobre a comunidade e sobre as atividades realizadas, bem como registros fotográficos que descreviam os lugares mais conhecidos e mais admirados pelos profissionais de saúde. Essa ferramenta cartográfica foi alimentada com conteúdos escolhidos pelos participantes, possibilitando assim uma construção dinâmica do mapa.

A experiência permitiu que os participantes nomeassem seus afetos alegres e tristes em relação ao território, durante as oficinas e encontros realizados com a equipe da extensão. Através da criação do mapa afetivo, foi possível visualizar o vínculo entre os profissionais de saúde e os usuários/comunidade do serviço de saúde, bem como trazer à tona as dificuldades mais importantes para o grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa experiência vivenciada pelos graduandos junto aos ACS e demais profissionais de saúde, destacam-se dois pontos importantes, por um lado, a extensão lhes permitiu o desenvolvimento de uma visão crítica sobre as práticas de cuidados em saúde e suas articulações com os princípios de integralidade, intersetorialidade e participação social preconizados pelo SUS, por outro ficou claro a importância do vínculo entre essas práticas desenvolvidas na Unidade de Saúde e os recursos sociais da comunidade.

Desta forma, considerando a Extensão Universitária como parte de um processo, destacamos a promoção de espaços de acolhimento e fortalecimento mútuos; reflexões sobre as relações dos profissionais da saúde com os munícipes; envolvimento e protagonismo com a construção do Blog, inclusive com a discussão coletiva da mudança de nome do projeto nas redes sociais, Facebook e Instagram, para instigar o alcance e acesso aos participantes do público em geral. Assim, consideramos que o projeto de extensão contribuiu para o fortalecimento das práticas dos profissionais de saúde no enfrentamento da desigualdade social. Além disso, divulgar e registrar esse momento pandêmico marcante na área da saúde, na medida em que, promoveu um espaço de incentivo à reflexão crítica e coletiva sobre as artimanhas da exclusão social, inclusive reforçando o compromisso ético-político da Universidade com o território.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 2.436 de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 2979 de 12 de novembro de 2019**. Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.
- BOMFIM, Zulmira Aurea Cruz. **Cidade e Afetividade**: Estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e de São Paulo. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
- CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos Avançados**, v. 34, p. 209-224, 2020.
- CASTRO, Marcia C; MASSUDA, Adriano; ALMEIDA, Gisele; MENEZES-FILHO, Naercio Aquino; ANDRADE, Monica Viegas; NORONHA, Kenya Valéria Micaela de Souza; ROCHA, Rudi; MACINCKO, James; HONE, Thomas; TASCA, Renato; GIOVANELLA, Ligia; MALIK, Ana Maria; WERNECK, Heitor; FACCHINI, Luiz Augusto; ATUN, Rifat. Brazil 's unified health system: the first 30 years and prospects for the future. **The Lancet**, vol. 394, p. 345-356, 2019. Disponível em <http://www.thelancet.com/article/S0140673619312437/fulltext> Acessado em 23.07.2021.
- CASTRO-SILVA, Carlos Roberto de; CHIAPERINI, Pamela Talamoni; FRUTUOSO, Maria Fernanda Petrolí; MORELL, Maria Graciela Gonzalez Perez. Extensão universitária e prática dos agentes comunitários de saúde: acolhimento e aprendizado cidadão. **Saúde e Sociedade**, 23(2), 677-688. 2014.
- GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, 2017.
- GIOVANELLA, Ligia; MEDINA, Maria Guadalupe; AQUINO, Rosana; BOUSQUAT, Aylene. Negacionismo, desdém e mortes: notas sobre a atuação criminosa do governo federal

brasileiro no enfrentamento da Covid-19. **Saúde debate**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 126, p. 895-901, jul-set 2020.

LEONEL, Filipe. Pesquisa analisa o impacto da pandemia entre profissionais de saúde. **Portal FIOCRUZ**, mar/2021. Disponível em <https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-analisa-o-impacto-da-pandemia-entre-profissionais-de-saude> Acessado em 21.07.2021.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, n. 2(1), p. 7-27, 1996.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Organização Mundial da Saúde / Américas. **Folha informativa sobre COVID-19**. Histórico da pandemia de COVID-19. Disponível em <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> Acessado em 18.07.2021.

PAIM, Jairnilson Silva. Sistema Único de Saúde (SUS) ao 30 anos. **Ciência & Saúde Coletiva**, 23(6), p. 1723-1728, 2018.

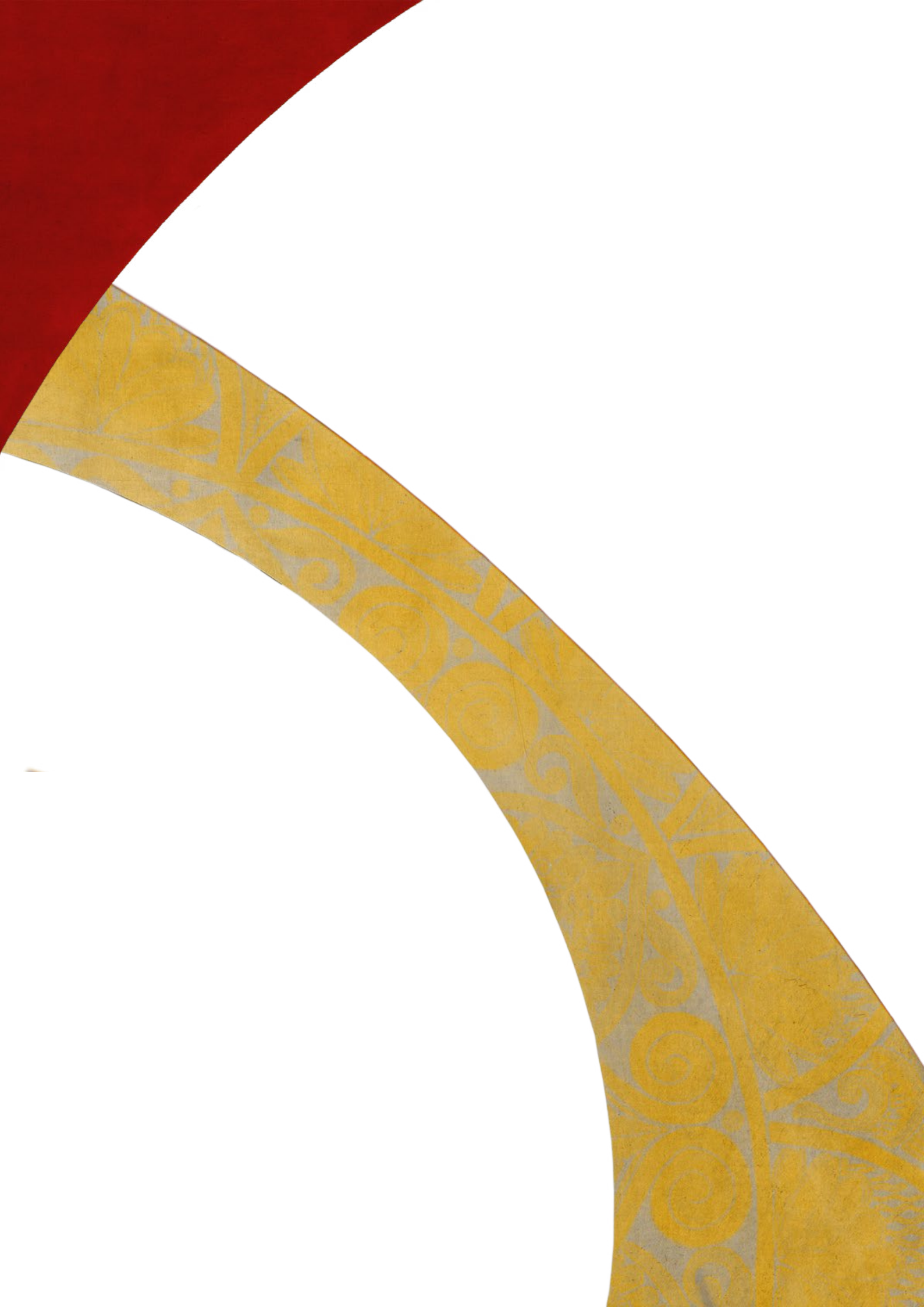
RASELLA, Davide; HONE, Thomas; DE SOUZA, Luís Eugenio; TASCIA, Renato; BASU, Sanjay; MILLET, Christopher. Mortality associated with alternative primary healthcare policies: a nationwide microsimulation modelling study in Brazil. **BMC Med** 17, 82, 2019. Disponível em <https://bmcmmedicine.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12916-019-1316-7#citeas> Acessado em 12.09.2021.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. O pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, 2020.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cad Saúde Pública**, 36(5), 2020.

YAMAMOTO, Oswaldo H. Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. Em BOCK, Ana Mercês Bahia (org.). **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2009.





CAPITULO 16

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CRISE SANITÁRIA:

REFLEXÕES PARA ALÉM DA ATUAÇÃO INSTRUMENTAL

Cristina Miyuki Hashizume
Gabriela Oliveira Rodrigues
Lucas Carolino
Lais Claro Oliveira
Vanessa Pereira Candido
Victória Maria de Freitas Nunes

INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, na China, o primeiro caso de SARS-Cov-2 foi constatado e logo se propagou, causando elevado número de mortes. A Organização Mundial da Saúde (OMS) em janeiro de 2020 declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (LANA et al., 2020). Tal cenário se mostrou fator determinante na mudança das relações sociais e de trabalho, numa crise não apenas sanitária, mas que passou a se dar num contexto mais amplo, envolvendo economia, política, ambiental, ética e global, inserida num “colapso” do atual modo de produção capitalista.

Dessa forma, a pandemia do Covid-19 tem explicitado e acentuado de forma drástica as desigualdades sociais já outrora presentes no Brasil. Nosso país traz em sua história marcas estruturais, econômicas e socioculturais coloniais, que até hoje engendram discrepâncias significativas nas condições de acesso, oportunidades e qualidade de vida da população dados os recortes de raça, gênero, classe econômica e social. Soma-se a esse cenário de crise mundial uma crise nacional no que se refere à gestão federal de políticas públicas de atendimento a demandas de subsistência da sociedade, de forma mais expressiva, desde 2018, com o desmonte de serviços fundamentais na educação, saúde e previdência social, negando assim, direitos humanos básicos para a garantia da dignidade na promoção da vida (CESAR, 2020).

Desde a decretação da pandemia no Brasil, em março de 2020, não obstante ao exposto, o governo adotou postura e medidas que iam contra recomendações científicas e experiências dos demais países que sofreram primeiro a disseminação de SARS-COV. Assim, ações tardias e cientificamente ineficientes em relação a barreiras sanitárias, protocolos de saúde, recursos e esforços destinados para informação, contenção, suporte e manutenção dos serviços públicos ainda existentes (LANA et al., 2020) contribuíram para um cenário de agravamento da situação de vulnerabilidade social de inúmeras famílias, arriscando o país a uma “pandemia” de miséria e pobreza.

Em virtude da soma desses fatores políticos, econômicos e sanitários a atuação nos diversos serviços do Sistema Único da Assistência Social se tornou ainda mais desafiadora. Foi necessário que as equipes de trabalhadores se adaptassem ao modelo remoto quando possível, ao fechamento temporário de algumas unidades e/ou ao atendimento parcial, adotando estratégias para abarcar as necessidades básicas das famílias atendidas nos territórios. Se as dificuldades nesse campo se apresentavam pela própria complexidade da realidade, com o cenário pandêmico fez-se necessário pensar no eixo central de toda atuação: a formação.

Descrito o tema, nosso objetivo, neste ensaio é: problematizar a prática do psicólogo na assistência social a partir do novo cenário da crise sanitária que passamos, dando foco nos desafios em relação ao trabalho humanizado; ii) discutir as fragilidades na formação do psicólogo, referente a atuação em políticas públicas, em especial, a assistência social; e, por fim, iii) debater a prática do psicólogo como promotora dos Direitos Humanos aos mais vulneráveis na sociedade, discutindo a atuação em rede (assistência e apoio psicossocial).

DESAFIO DOS PROFISSIONAIS NO CAMPO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O desafio dos profissionais no campo da política pública de assistência social, nessa conjuntura, tem se acirrado pelo retrocesso em relação às garantias e políticas que vinham sendo desenvolvidas ao longo das duas últimas décadas. As práticas psicológicas junto ao SUAS, as relações familiares e sócio comunitárias, os espaços e meios de comunicação e informação acadêmico-científicos têm sofrido sucessivos golpes. Temos nos deparado com o retrocesso de debates que há tempos já havíamos superado, tais como a miséria, o apagamento institucional de minorias discriminadas, além de políticas públicas excludentes que deixam à margem parte da população. A roda de conversa “Desmonte de políticas públicas e precarização de serviços do SUAS diante da pandemia do Covid-19: impactos psicossociais e objetivos a existência humana”, ocorrida em 2021 no XV Encontro da Regional da ABRAPSO, suscitou entre profissionais, estudantes e pesquisadores um amplo debate, especialmente quanto à atuação humanizada do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Ao refletirmos sobre a atuação do psicólogo no SUAS faz-se necessário contextualizar a construção histórica da política de assistência social no Brasil que consolidou através da Política Nacional de Assistência Social - (PNAS) em 2004 os valores e direitos expressos na Constituição Federal de 1988 e Lei Orgânica de Assistência Social - (LOAS) de 1994, buscando romper com as ações de assistencialismo e caridade, ao construir uma política pública que materializa o “conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social” (PNAS, 2004 p.11). Tal mudança de paradigma implica em uma compreensão da realidade baseada na perspectiva do direito e na leitura dos conceitos de proteção e desproteção social, visando garantir o acesso universal à cidadania (CESAR, 2020).

Neste sentido, ao refletirmos sobre os retrocessos enfrentados e agravados pela pandemia fica evidente a conseqüente sobrecarga da política de assistência social nos últimos anos. À vista disso, um ponto amplamente discutido tem sido o aumento da desigualdade social e da população sobrevivendo em condições de miséria que, associada à políticas públicas de distribuição de renda insuficientes e inadequadas, potencializaram a problemática da fome, deslocando a questão da segurança alimentar - fruto de diversas reflexões sobre sua complexidade e necessidade de atuação intersetorial - para o interior dos serviços sócio assistenciais. A Portaria Conjunta nº 3, de 30 de setembro de 2020, inclusive, refere-se às orientações técnicas para operacionalização das ações de incremento à segurança alimentar e nutricional aos usuários do SUAS, atribuídas à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - (ESPIN), em decorrência de infecção humana pelo novo coronavírus, COVID-19, conforme disposições da Portaria MC nº 385, de 13 de maio de 2020 (BRASIL, 2020).

A questão das intervenções medicalizantes merecem atenção também por parte dos profissionais no SUAS, pois é aparente como os processos de patologização são recorrentes

quando do atendimento não realizado, usando-se de laudos e pareceres médicos para que, parte dos direitos sociais seja garantida à custa de judicialização (GESSER, 2013). Abordagens dessa natureza podem promover a exclusão/inclusão social perversa e o sofrimento ético-político dos usuários nos serviços de assistência, uma vez que limitam e culpabilizam, negando a multiplicidade e a complexidade da subjetividade humana (SAWAIA, 2001).

A luta de sobrevivência e sua expressão nos serviços sócio assistenciais evidenciam o aumento da desproteção social e a importância de uma formação acadêmica e continuada dos trabalhadores sociais, que permita, potencializar e fomentar as discussões em torno das desproteções e ações opressoras e antidemocráticas que têm precarizado as condições de vida dos cidadãos brasileiros, em especial daqueles mais vulneráveis ou que já encontram-se em risco, usuários dos serviços da assistência social.

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - (NOB-RH), foi o marco para a consolidação do sistema em 2005. Entre os principais eixos a serem considerados para a gestão do trabalho na área da Assistência Social, a normativa traz como um de seus itens as equipes de referência que devem compor as unidades de atendimento no setor, em que se inclui e destaca a figura do trabalhador em psicologia (BRASIL, 2006).

A finalidade básica da atuação do (a) psicólogo (a) como trabalhador da Assistência Social, portanto, é o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos bem como o fortalecimento das políticas públicas, com foco nas necessidades, potencialidades, objetivos e experiências dos grupos oprimidos na sociedade, além da promoção de cidadania (CESAR, 2020). Nesse sentido, ações como categorizar, patologizar ou objetificar os sujeitos atendidos fazem parte de um modo de ação assistencialista e infantilizado, que precisa ser modificado (CFP, 2007, p. 17).

Desse modo, há não somente um crescimento exponencial da atuação de profissionais da psicologia no campo da Assistência, nas estruturas da Proteção Social Básica e da Especial, dividida em Média e Alta Complexidade, mas a convocação ao compromisso de uma práxis emancipadora. Os trabalhadores da assistência atuam na vigilância, prevenção e fortalecimento social à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, diferentes tipos de privação e/ou fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social. As estratégias que compõem a Proteção Básica são os serviços: de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; e de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosa (BRASIL, 2013). A Proteção Especial, na Média Complexidade, contempla os serviços: de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Especializado em Abordagem Social; de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA); de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; e Especializado para Pessoas em Situação de Rua. A Proteção Social Especial, responsável pelo atendimento às situações de maior complexidade em relação à violação de direitos para famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social (PNAS, 2004, p.27 e 28), abrange os serviços de Acolhimento Institucional, em República; Família Acolhedora; e de Proteção em situações de calamidades públicas e de emergências (BRASIL, 2013).

Atualmente os profissionais trabalham na assistência em equipamentos públicos diversos, dos quais se destacam o CRAS - Centros de Referência de Assistência Social, o CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social e o Centro POP - Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (CFP, 2007). E algumas dessas experiências, apresentadas no Encontro Regional da ABRAPSO, serão o norte para o

presente ensaio. A atuação psicológica na assistência deve ter como meta tanto a construção e o inventar quanto a desconstrução e o reinventar, principalmente levando-se em conta práticas arraigadas pelo assistencialismo e excesso de tutela frente à população vulnerável, o que obstaculiza processos de inserção e construção das práticas de psicólogos no campo da Assistência Social (MOTTA; SCARPARO, 2013).

PROBLEMATIZAÇÃO DA PSICOLOGIA E/NA ASSISTÊNCIA A PARTIR DE NOSSAS EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO E ATUAÇÃO.

É necessário e significativo entender a atuação dos profissionais na assistência social. O campo ainda é recente, especialmente se comparado a outras áreas privilegiadas de atuação da Psicologia. Os materiais para subsidiar as práticas no SUAS vem sendo elaborados pelo Conselho Federal de Psicologia de acordo com os desafios que surgem, com ênfase e fundamento em um trabalho de rede, em consonância com a forma que o próprio sistema de assistência se originou, se estrutura, objetiva e articula suas ações (SILVA & OSAWA, 2020).

Ao considerar nossas experiências de formação, pesquisa e atuação profissional, percebemos que a configuração dos currículos em Psicologia das instituições, a busca por atualização pelos profissionais, e a atitude de discutir e sistematizar as estratégias de intervenção junto aos pares e usuários são fatores importantes para a qualidade dos serviços do SUAS.

Silva e Albanese (2020) retratam que a formação acadêmica em psicologia apresenta limitações em relação às reais demandas que chegam ao psicólogo que atua no SUAS, dada a base de formação ainda predominantemente individual, pautada em práticas clínicas, quase sempre individualizantes, nem sempre discutidas e planejadas contextualizadas na prática social. Ainda que, valha considerar no tocante a esta questão que uma intervenção comunitária se dê pela existência de sofrimento de um indivíduo, um grupo ou uma comunidade, realizar uma intervenção nesse lócus sem pensar sobre os inúmeros elementos que os cercam e o envolvem, pode ser desastroso e resultar na subutilização dos potenciais dos encontros e espaços próprios desse campo (COSTA; BRANDÃO, 2005).

Decorre daí, por vezes, a dificuldade a começar pelos profissionais de psicologia em entender e se apropriar de atividades cotidianas da prática no âmbito das políticas públicas, especialmente na Assistência Social. É comum nos relatos de psicólogos (as) no campo do SUAS o estranhamento frente à realidade, o tensionamento em relação ao preparo para leitura e intervenção, e a dificuldade em reconhecer-se como classe trabalhadora (MOTTA; SCARPARO, 2013).

É preciso ater-se que as políticas públicas implicam na “transformação do estatuto ético-político do beneficiário, da condição de miserável, alvo do assistencialismo e da caridade, para o de sujeito de direito” (SERPA; VIRGÍNA; CAVALCANTE, 2015, p. 430). O que, portanto, alinha-se diretamente ao próprio Código de Ética do psicólogo que, em seus princípios fundamentais, afirma a base do trabalho dos profissionais de psicologia “no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos” (CFP, 2005).

Assim, torna-se relevante que a formação dos profissionais de Psicologia vise contribuir para o rompimento de lógicas alienantes e limitantes que reifiquem os sujeitos, e para favorecimento da tomada de consciência e autonomia dos cidadãos-usuários, independentemente do contexto, e de modo estratégico para o campo das políticas

públicas frente às áreas relativas do Tripé da Seguridade Social: saúde, previdência e assistência social.

Para tanto, entende-se que o currículo e ensino em Psicologia, desde a formação inicial, devem dialogar com áreas como o direito (direitos humanos), assistência e saúde. A formação e instrumentalização crítica e comprometida com a realidade social do (a) psicólogo (a) que contemple a interdisciplinaridade e a intersetorialidade, que favoreçam uma leitura histórica, cultural e social de sua realidade, pode o (a) preparar teórica e metodologicamente não somente para a atuação específica junto a políticas públicas, mas para a percepção dos indivíduos enquanto sujeitos de direito e em prol de melhores condições de vida da população.

No acompanhamento das famílias com benefícios como Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, atendimentos individuais e grupais, encaminhamentos e parcerias com projetos, instituições e entidades, o profissional de psicologia se vê diante de diferentes questões de cunho ético-político que requerem uma análise psicossocial ampla, crítica e bem fundamentada nos marcos reguladores, mas também uma atuação interventiva, sobretudo, humana.

A prática profissional no SUAS uma vez que se dá no território, de maneira contínua e em rede nos convoca ainda, a importância de manter alerta a sensibilidade de observação, escuta, acolhimento e nas intervenções para a construção de vínculos de confiança com os usuários, pares e parceiros. O aprimoramento e a manutenção da comunicação dos profissionais e destes com os envolvidos nas estratégias do sistema são fundamentais para um trabalho humanizado na construção e fortalecimento de uma rede de apoio que de fato, vise a garantir dignidade, consciência, autonomia e emancipação através do uso de serviços articulados da Assistência Social.

A intervenção técnica do psicólogo perpassa a compreensão em relação a outras vulnerabilidades que ultrapassam sua capacidade de intervenção e que têm impactos diretos sobre a cidadania. Corroborando o papel do Estado de garantir o cuidado aos vulneráveis, o psicólogo que atua junto à assistência social está imerso num processo constante de discussão ética sobre sua ação na vida da população atendida. Para além de meramente tutelar o cidadão, incutindo-lhe suas obrigações e deveres, a ação do psicólogo junto à assistência social perpassa por uma atitude ética de reconhecimento da capacidade do usuário de autogerir sua vida, chamando-o à fala, dando tempo a ele e aceitando suas decisões autônomas. Respeitar o tempo e as decisões do usuário do serviço é contribuir para a garantia de direitos e requer, em certos momentos, recuar da intervenção, não fazer algo, selecionando, de forma crítica e mais ampla, dentre uma série de possibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando os objetivos inicialmente propostos, percebemos que a prática do psicólogo na assistência social a partir do novo cenário da crise sanitária nos desafia em diversos aspectos, seja devido à precarização da qualidade de vida em geral, seja devido à necessidade de se construir uma relação humanizada entre o profissional de psicologia e a comunidade, que podem ter ações divergentes que são oriundas de visões de mundo que nem sempre coincidem.

Os problemas cotidianos da ação do psicólogo na atuação na assistência social apresentam matizes que vão desde problemas práticos e técnicos até a composição curricular da

formação inicial do psicólogo e os dilemas e discussões de formação continuada na prática da assistência, o que deve estar alinhado à promoção de Direitos Humanos aos mais vulneráveis na sociedade. Nesse cenário em que a psicologia e a assistência ainda se deparam com um olhar assistencialista e legalista sobre os direitos do cidadão, faz-se necessário atuarmos no controle social e articulação da rede (assistência e apoio psicossocial), além da fiscalização de políticas públicas que possam aperfeiçoar (e não retroceder) debates e ações já conquistadas ao longo dos últimos 20 anos no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Aprovada por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB RH SUAS). Brasília: MDS/SNAS, 2006. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf>.

BRASIL. Tipificação Nacional de Serviços Sócio Assistenciais, 2013. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>.

BRASIL. Ministério da Cidadania/Secretaria Especial do Desenvolvimento Social/Secretaria Nacional de Assistência Social. Portaria Conjunta Nº 3, de 30 de setembro de 2020. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 de out. 2020. p. 17. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conjunta-n-3-de-30-de-setembro-de-2020-280526745>>.

CESAR, Danilo I. S. A Política Pública como Garantia dos Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Instituto Pólis s/d, publicado em 2020. Disponível em: <<https://polis.org.br/wp-content/uploads/2020/03/image2014-10-17-082631.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional dos Psicólogos. Brasília, DF: CFP, 2005. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/documentos/confira-o-novo-codigo-de-etica-profissional-do-psicologo/>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

COSTA, Liana Fortunato; BRANDÃO, Shyrlene Nunes. Abordagem clínica no contexto comunitário: uma perspectiva integradora. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, p. 33-41, 2005.

GESSER, Marivete. Políticas públicas e direitos humanos: desafios à atuação do Psicólogo. **Psicologia: Ciência e Profissão**. 2013, v. 33, n. spe, pp. 66-77. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/jmLTTRQNwjmZbZr899JvJ8K/abstract/?lang=pt>>. Epub 06 Jan 2014. ISSN 1982-3703.

LANA, Raquel M. et al. Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. **Cadernos de Saúde Pública**, 2020, v. 36, n. 3. Acesso 15 de jul. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00019620>>.

MOTTA, R. F., & SCARPARO, H. B. K. A psicologia na assistência social: transitar, travessia. **Psicologia & Sociedade**, 25(1), 230-239, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/pQSDqDm77j3V4L7YcZFFK5S/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 7-13.

SERPA, Virginia; VIRGINIA, Clara; CAVALCANTE, Sylvia. Assistência social pública brasileira: uma política da autonomia - um dispositivo biopolítico. **Rev. Subj., Fortaleza**, v. 15, n. 3, p. 428-437, dez. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692015000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 jun. 2021.

SILVA, Rafael B.; OSAWA, Rafaela T. Psicologia e a questão do trabalho em rede na Política de Assistência Social no Brasil. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 19, n. 2, p. 129-141, jul. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S071869242020000200129&lng=pt&nrm=iso>. Acesso 13 jul. 2021.

SILVA, Amanda C. R. da; ALBANESE, Luciana. Formação acadêmica e atuação do psicólogo nos Centros de Referência de Assistência Social. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 15, n. 4, p. 1-16, dez. 2020. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180989082020000400004&lng=pt&nrm=is>. Acesso em: 13 jul. 2021.



CAPITULO 17
ESTRATÉGIAS E POSSIBILIDADES PARA ATUAÇÃO
NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
RELATOS DE EXPERIÊNCIAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Victoria Soares Vidal
Silvio José Benelli
Bruno Camargo Nascimento
Clara Scaldelai do Nascimento
Esther Vanni Lopes
Roberta Lindoni Salatiel Silva
Aline Franco Petegrosso
Evelyn Fernanda Pinheiro Silva
Giovanni Galati Ruggeri

INTRODUÇÃO

A Roda de Conversa denominada “Estratégias e Possibilidades para Atuação no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)” realizada em três dias durante o XV Encontro da Regional São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO em 2021 foi proposta pelo núcleo Mogi das Cruzes e Alto Tietê. Esse encontro foi pensado como estratégia de fortalecimento de profissionais e pessoas interessadas na atuação no SUAS, e o presente ensaio tem como objetivo discutir e compartilhar as práticas adotadas, com vistas à transformação social e à emancipação dos usuários atendidos.

Consideramos que são inúmeros os desafios para a atuação de psicólogos no âmbito da assistência social, desde a precarização das condições de trabalho até os desmontes que influenciam diretamente no funcionamento e implantação de políticas públicas. Somado a isso, há que se considerar o contexto de pandemia devido ao novo coronavírus desde março de 2020 até o momento atual que evidenciou as situações de vulnerabilidade e de desigualdade social, aumentando a demanda de atendimento pelos serviços essenciais na área da assistência social e levando as/os profissionais a se adaptarem e readequarem ao cenário.

Como método da roda de conversa, a comissão organizadora avaliou os trabalhos recebidos e dividiu os aprovados pensando na condução de uma discussão que tivesse como questões transversais desafios e possibilidades de atuação no SUAS mesmo em meio ao seu desmonte e ao contexto pandêmico. A proposta então, foi a de que os autores de trabalhos apresentassem seus trabalhos fazendo articulações teóricas e práticas em diálogo com a temática da roda de conversa, para que juntos os participantes pudessem pensar na importância da atuação das/os psicólogas/os nas políticas públicas, especialmente na Assistência Social.

Diante do importante e abastado debate, os participantes da Roda de Conversa foram convidados a compartilhar suas experiências relacionadas ao Sistema Único de Assistência Social, bem como suas reflexões posteriores à participação nos encontros, através de um relato escrito com o objetivo de compartilhar estratégias e possibilidades de atuação. Os relatos foram correlacionados e o presente capítulo foi escrito de forma colaborativa entre os propositores e os participantes que apresentaram trabalhos na Roda de Conversa.

As experiências aqui narradas vêm de lugares diversos: somos pesquisadores, ativistas, estudantes, professores, psicólogos, trabalhadores e usuários do SUAS. A partir de tantas vivências em políticas públicas e na academia, adquirimos aprendizados diversos. Toda essa experiência formativa é utilizada em nossas práticas cotidianas.

A prática da assistência social visa a garantia de direitos e de condições dignas de vida para a população brasileira. Nesse sentido, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é estruturado de forma a atuar na execução da noção de direito e de cidadania da assistência social. Trata-se de um marco histórico de mudança na concepção da assistência no Brasil. De uma prática caritativa e assistencialista, a assistência social passa a ser um direito.

Atuar profissionalmente no SUAS revela um grande espaço que, por mais que seja permeado de profissionais da Psicologia, ainda é pouco explorado no campo da formação profissional, sendo necessário sempre revisitar as legislações e produções científicas para buscar atuar de forma coerente, segura, de acordo com o Código de Ética e com a proposta do Sistema.

Entre as temáticas discutidas, destaca-se: a culpabilização das famílias, ideias de inovação com relação aos meios de comunicação e promoção de acesso à população atendida, tentativas de atuação em rede para melhor atendimento aos usuários e para fortalecimento dos trabalhadores, possibilidades de contribuição nesse contexto com críticas às práticas assistencialistas e clientelistas e adoecimento dos trabalhadores.

Os trabalhadores do SUAS relataram nos três encontros terem observado aumento significativo da procura pelos serviços e equipamentos da rede de atendimento por parte da população durante o período de pandemia, especialmente por questões de insegurança alimentar, violências e violações de direitos.

Nas discussões realizadas, identificamos que a formação de psicólogos é de extrema importância para uma atuação psicossocial no campo das políticas públicas. Como estratégias possíveis para a formação, reconhece-se a pertinência de discutirmos o campo de análise e de intervenção institucional, de problematizar a práxis, visando inventar possibilidades criativas, instituintes e subversivas.

Desenvolvemos uma perspectiva teórico-técnica crítico-política e institucional que instrumentaliza alguns recursos para operacionalizar uma abordagem psicossocial: a acolhida, a escuta, o atendimento, o manejo da transferência, a realização de oficinas e grupos, a oferta de informação e orientação, etc, pautados por uma atitude ética alinhada com as necessidades, demandas e desejos dos interesses popular-democráticos.

Juntos, participantes e proponentes da roda de conversa indicaram que a presença de um profissional da Psicologia se faz essencial para a acolhida e manejo das demandas nas Proteções Sociais do SUAS (básica, de média e alta complexidade) uma vez que, primordialmente, essa atuação se vê frente a direitos que já foram violados ou que se encontram em risco, bem como vínculos familiares, sociais e comunitários que já foram rompidos ou estão fragilizados. Como proposto pelo Conselho Federal de Psicologia, a atuação em Psicologia deve promover a transformação social, o respeito aos direitos humanos, à democracia e a autonomia dos sujeitos, contribuindo “para a construção de práticas e saberes psicológicos que visem à garantia dos direitos e ao desenvolvimento humano dos indivíduos e das famílias (...)” (CFP, 2013, p.51).

Uma das dificuldades indicadas durante os encontros foi a baixa participação de profissionais da Psicologia no processo de prevenção da vivência de vulnerabilidades e do rompimento dos

vínculos familiares e comunitários, o que evidencia uma atenção maior na intervenção das demandas já existentes do que na prevenção da incidência e ocorrência dessas.

Além disso, a experiência de trabalho dos participantes em Organizações da Sociedade Civil (OSCs) na pandemia é marcada pelo aumento das contradições com as quais já convivíamos antes da crise sanitária, econômica e política que se agravou com a COVID-19. Enquanto um espaço que integra o SUAS, muitas das OSCs compuseram a linha de frente de atendimento à população nesse período. Há de se considerar que as questões da assistência social ganharam visibilidade durante o início da pandemia, trazendo à público questões próprias da desigualdade social, agravamento de violências entre os grupos mais vulneráveis e os mecanismos de atendimento à população em situação de rua. Entretanto, como é marcadamente conhecido na história dessa política, as tratativas dessas questões estavam muito mais enviesadas por um olhar elitista e assistencialista que de proteção à população em vulnerabilidade e risco social (BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, 2012; BENELLI, 2016).

Nesse sentido, foram levantadas estratégias para a atuação a partir das experiências dos participantes e proponentes da roda de conversa, como atendimentos com foco em fortalecer as organizações comunitárias e as redes de proteção territorial, articulação com a rede territorial e intervenção direta com a população que contemplasse as necessidades de curto, médio e longo prazo, legitimando todas as demandas (socioeconômicas, emocionais e relacionais) e seu lugar nas políticas de proteção social, buscando formas de equalização de relações e reconhecimento desses grupos. Também foi pautada a possibilidade de articulação com movimentos sociais e Conselhos de Direitos para reivindicar por políticas públicas e seu adequado funcionamento, além da necessária formação continuada.

Com as pesquisas e relatos apresentados pudemos observar que com a crescente precarização do trabalho e das políticas públicas, em nosso cotidiano podemos de forma equivocada reproduzir e legitimar violações aos direitos da população atendida, e dessa maneira colaborar para a perpetuação de uma prática moralizadora, tutelar e ocasional de assistência. Ou seja, os trabalhadores sociais não deveriam se reduzir a “técnicos do comportamento, engenheiros da conduta, ortopedistas da individualidade” (FOUCAULT, 1999, p. 244). Portanto, mostra-se necessário frequentemente refletir criticamente sobre nossos fazeres, buscando não apenas utilizar como base as legislações e orientações para a atuação profissional, mas também promover a cidadania, a democracia, contribuir para que os usuários atendidos nesses serviços e equipamentos se reconheçam enquanto sujeitos e cidadãos de direitos.

Para além das ações com os usuários e famílias, faz-se necessário trabalhar as nossas expectativas e anseios mediante aos atendimentos, para que eles se sintam seguros, apoiados, fortalecidos e não pressionados. O acolhimento necessariamente deve ser humanizado, ser empático e atento à condição emocional da população que chega em busca de amparo.

A partir dos relatos, identificamos que o atendimento psicológico pode contribuir diretamente com acolhida e orientação, podendo trabalhar a não vitimização (ou revitimização), fortalecer a autoestima e autonomia, colaborar para que as pessoas se reconheçam como protagonistas de suas histórias, além apoiar o reconhecimento de identidade enquanto sujeito de direitos. Para que as intervenções ocorram de maneira fluida entre a rede intersetorial, faz-se necessário priorizar a emancipação, apoio social e comunitário com foco na igualdade de gênero no combate à desigualdade e exclusão.

Proponentes e participantes da roda de conversa observaram que a pandemia escancarou as dificuldades já pré-existentes como o sucateamento por falta de investimento da forma como deveria (e poderia) na rede de assistência social para a garantia de um acompanhamento efetivo aos usuários. No mesmo sentido, este momento histórico explicitou o quanto os

trabalhadores da rede socioassistencial precisam reinventar suas práticas e elaborar estratégias para a continuidade do seu trabalho, uma vez que muitos usuários apresentam dificuldades para a concretização dos atendimentos remotos, haja vista a ausência ou insuficiência de recursos materiais e financeiros.

Desse modo, acaba sendo necessário ao trabalhador se utilizar de estratégias “criativas” (leia-se fazendo crítica a isso) para conseguir acessar o usuário e fazer valer a garantia dos seus direitos, assumindo para si uma responsabilidade do Estado. Ainda assim, nos relatos foi indicado que não é possível alcançar grande parte da população com essas estratégias individuais, considerando, por exemplo, a realidade do público alvo que muitas vezes são pessoas com precário acesso a renda, residentes em territórios distantes dos serviços e equipamentos públicos e com dificuldade de acesso ao transporte público. Também faz parte do público atendido mulheres em situação de violência doméstica, em risco social e de vulnerabilidade, aos quais a ferramenta remota torna-se um obstáculo.

Também sobre as observações do grupo, cabe mencionar que majoritariamente os serviços do eixo intersetorial Assistência Social-Saúde são compostos por mulheres. Sabe-se que as mulheres historicamente têm ocupado lugares de cuidado com a casa e com a família, necessários para a manutenção do sistema capitalista (FEDERICI, 2017). E com essa observação realizada durante os encontros, vemos que para as mulheres têm sido designados papéis de “cuidado” e de “assistência” também fora do ambiente doméstico, trazendo à tona a importância de discutir as relações de trabalho e gênero nas políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES

Em meio às ameaças e retrocessos em relação à garantia da assistência social enquanto direito no atual cenário econômico, político, social e sanitário do país, consideramos que espaços como essa roda de conversa são muito importantes para que possamos pensar nos lugares de onde falamos, em possíveis práticas e estratégias para uma atuação ética e política que esteja implicada na luta em defesa do SUAS e contra a exploração e a dominação.

Para que haja bons resultados no processo de superação das violências, é imprescindível o trabalho multidisciplinar e uma rede de serviços e equipamentos estruturada. A troca de experiências e saberes fortalece o acompanhamento das famílias e potencializa as orientações à população que necessita do apoio especializado. É de extrema importância que os serviços de referência acolham e apoiem os usuários e articulem-se em rede com vistas à emancipação da população atendida.

A partir das discussões, consideramos que ainda são necessários estudos e produções científicas que busquem identificar, relatar, problematizar e construir conhecimentos acerca da atuação da Psicologia frente às vulnerabilidades sociais no Sistema Único de Assistência Social. Também ponderamos sobre a importância de estudos que abordam a perspectiva dos trabalhadores e também de usuários dessas políticas públicas, especialmente à luz da Psicologia Social Crítica.

REFERÊNCIAS

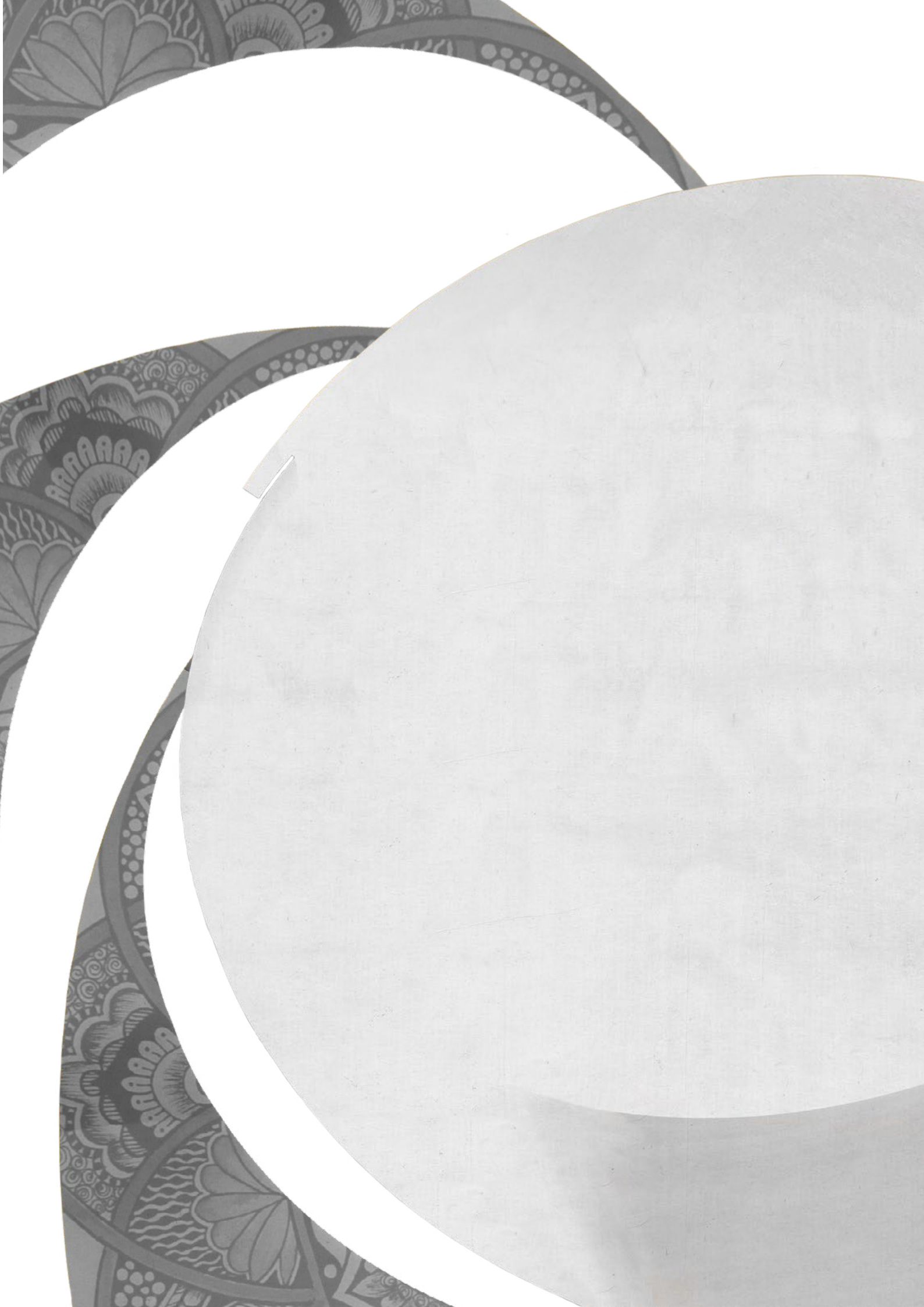
BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Paradigmas diversos no campo da Assistência Social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 609-660, 2012.

BENELLI, S. J. Risco e vulnerabilidade como analisadores nas políticas públicas sociais: uma análise crítica. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 33, n.4, p. 735-745, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para Prática de Psicólogos(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS**. 1 ed. Brasília: CFP, 2013.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1999.



CAPITULO 18

VIVÊNCIA DE FORMAÇÃO DE PSICÓLOGAS DISSONANTE DO MODELO ELITISTA E INDIVIDUALIZANTE

Deivis Perez
Ruchelli Stanzani Ercolano

Este artigo apresenta uma experiência de formação de psicólogas no âmbito da graduação, por intermédio de processos de ensino e aprendizagem próprios da educação tutorial, acompanhada do registro de vivências formativas conduzidas dedicadas a ilustrar e deslindar o funcionamento desta modalidade educativa na formação de psicólogas. O processo formativo em tela, o qual alcança os dias atuais, teve início em maio de 2011, com a criação de um grupo do Programa de Educação Tutorial (doravante PET), nomeado PET Psicologia, mantido pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e norteado pelas prescrições do Ministério da Educação (MEC) do Brasil. Esse grupo é composto por até 15 alunas³⁶ e um professor-tutor.

Cumpra-se destacar que o PET é um programa nacional, organizado com base em instituições de ensino superior públicas e privadas, que tem como foco a qualificação da formação universitária e profissional de grupos e de indivíduos mediante o desenvolvimento de atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão. Esse programa foi criado no ano de 1979 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do governo federal brasileiro e, inicialmente, a sigla PET era a abreviatura de Programa Especial de Treinamento. Nesse período inicial, o PET tinha dois objetivos mutuamente articulados: a) fomentar a melhoria dos cursos de graduação do país; b) identificar graduandos e compor grupos que passariam a vivenciar processos formativos de elevado nível, de modo a garantir o desenvolvimento de profissionais altamente capacitados para o mundo do trabalho, com ênfase ao estímulo para o ingresso na carreira acadêmico-científica. A CAPES coordenou o PET até 1999, quando havia aproximadamente trezentos grupos de educação tutorial em instituições de ensino superior de todas as regiões do país.

A partir de 1999, o programa passou a ser gerido pela Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC. Esse programa conta com grupos de diversas áreas do saber acadêmico e laboral, tais como as Ciências Humanas, Ciências Biológicas, Ciências Exatas, Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística e Letras. No Brasil, conforme dados tornados disponíveis no sítio eletrônico do MEC, há oitocentos e quarenta e dois grupos PET consolidados e distribuídos entre cento e vinte e uma instituições de ensino superior públicas e privadas. Neste universo de grupos, somente nove são do campo dos saberes psicológicos. Os grupos PET são organizados e acompanhados, em regime de parceria, pela SESu/MEC, que oferece verba de custeio e bolsas de estudos para até doze discentes e um professor tutor, e cada instituição de ensino superior, que deve garantir a estrutura para o funcionamento de cada grupo. O objetivo geral do PET é:

[...] Promover a formação ampla e de qualidade acadêmica dos alunos de graduação envolvidos direta ou indiretamente com o programa, estimulando a fixação de valores que reforcem a cidadania e a consciência social de todos os participantes e a melhoria dos cursos de graduação. (BRASIL, 2006, p. 07)

³⁶ Neste texto foram adotados preferencialmente os termos “aluna(s)” e “psicóloga(s)” para fazer referência especificamente às estudantes e profissionais de Psicologia devido ao conjunto de pessoas atuantes ou estudando na área ser predominantemente identificadas como mulheres.

É preciso mencionar que, de acordo com o Manual de Orientações Básicas do PET/Ministério da Educação, a educação tutorial se caracteriza pelo incentivo constante, feito por um professor tutor, de um grupo de alunos a vivenciar, refletir, discutir e cooperar no sentido de garantir a aprendizagem de saberes e fazeres sociais, políticos, culturais e, também, relacionados aos conhecimentos acadêmico-científicos e das práticas laborais de uma área profissional. Especificamente, o grupo de educação tutorial da UNESP, chamado PET Psicologia, tem como foco o fomento e estímulo à formação interdisciplinar de psicólogos norteada pelas referências teóricas da educação Histórico-Cultural. Em seguida, detalharemos essa experiência formativa.

Este texto está organizado em três seções, além desta apresentação e das considerações finais, em que abordamos, sucessivamente: a) a caracterização do grupo PET Psicologia; b) a metodologia de formação discente adotada no programa; c) o registro de vivências formativas do grupo de psicólogas referenciadas na educação tutorial.

PET PSICOLOGIA: SURGIMENTO DO GRUPO E REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS ADOTADOS

O PET Psicologia surgiu no contexto formativo de psicólogos com características individualizantes e elitistas. Considerando dados de estudos sobre o perfil de psicólogas organizados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), o qual desde 1988 tem realizado estudos sobre o perfil formativo de psicólogas brasileiras, pode-se afirmar que as profissionais da área são capacitadas para trabalhar em modelo liberal, no atendimento individual de clientes ou pacientes. Isto muito provavelmente porque nos cursos de Psicologia há tendência a enfatizar os saberes relacionados às práticas clínicas tradicionais em consultórios particulares, o que contribui para que o modelo de trabalho do psicólogo mais difundido e tradicional no país tenha características individualizantes e voltada para parcelas elitizadas da população.

Cumprir destacar, ainda, que o MEC orienta as universidades e demais unidades formadoras de profissionais em nível superior, a adotar como referências teóricas e práticas os pressupostos da chamada pedagogia das competências e do *aprender a aprender*, que tende a valorizar o saber tácito e a construção individualizada do conhecimento. Em síntese, esta abordagem educacional, dominante no quadro formativo de pessoal em nível superior no Brasil, segundo Coll (1994, p. 136), sugere que a “finalidade última da intervenção pedagógica é contribuir para que o aluno desenvolva a capacidade de realizar aprendizagens significativas por si mesmo”. Ainda, apresentam forte sintonia com o projeto neoliberal de sociedade, na medida em que não se observa nos escritos de seus principais autores, entre os quais se destacam Perrenoud (1999) e Delors (1999), o comprometimento com a transformação social e das condições de vida da população empobrecida.

Em oposição à abordagem teórica formativa adotada de modo corrente no país para a formação de graduandos, no PET optou-se pela perspectiva teórico-metodológica Histórico-Cultural de educação e desenvolvimento humano, baseada na Psicologia marxiana russa de Vigotski. Nesta abordagem, a qualidade do processo educativo e de estímulo ao desenvolvimento humano está associada ao incentivo da construção solidária e colaborativa dos conhecimentos pelos aprendizes, e à constante busca de referências significativas entre o contexto social mais amplo e as vivências de cada pessoa ou aluno.

Outro aspecto orientador do PET Psicologia, inspirado na abordagem vigotskiana, refere-se ao modo como é estruturado o processo educativo de cada discente participante e do grupo. Isto porque, no PET, é desenvolvida uma intensa e continuada atividade de identificação prévia

dos saberes que as alunas já possuem e das aprendizagens que deverão construir acerca do mundo do trabalho, da psicologia e áreas conexas e do campo da cidadania. O objetivo é garantir uma mediação do desenvolvimento humano que vá incidir sobre a chamada Zona de Desenvolvimento Próxima (ZDP) de cada participante, tendo em vista que, de acordo com Vigotski (2007), a qualidade do trabalho voltado para o desenvolvimento humano está associada à sua capacidade de promoção de avanços no processo de aprendizagem e tomada de consciência por cada pessoa.

Nesse sentido, o PET registra a adoção de uma postura prospectiva, que permite ao professor-tutor atuar sobre os processos de desenvolvimento dos discentes, que necessitam da colaboração intensa dos seus pares para se consolidarem e do trabalho de mediação do docente incidindo na ZDP de cada participante.

Assim, o que se pretende é caracterizar o PET Psicologia como experiência formativa diferenciada e capaz de contribuir para a formação de egressos que se mostrem capazes de atuar profissionalmente de maneira proativa, inovadora, autônoma e responsável, tendo como horizonte a ação laboral dedicada à melhoria das condições de vida da população, em particular das suas parcelas pauperizadas, adotando como princípios a ética, colaboração, cidadania e análise crítica dos contextos socioeconômico e cultural e suas relações com a práxis do psicólogo.

METODOLOGIA DE FORMAÇÃO DOS DISCENTES ADOTADA PELO PET PSICOLOGIA

No tocante à metodologia, o Programa adota práticas bastante diversas daquelas registradas na educação superior tradicional, a qual é centrada na exposição de conteúdos pelos professores. O PET Psicologia apresenta estratégias de ensino que visam atender às diferentes necessidades e formas de aprender das alunas. As atividades são planejadas para que o foco seja a realidade concreta e a reflexão crítica sobre ela, bem como, a posterior revisão crítica das experiências práticas vivenciadas no PET pelos futuros psicólogos.

Diante disso, o grupo caracteriza-se, metodologicamente, pelos seguintes elementos:

a) Multiplicidade, alternância e diversidade de estratégias de ensino utilizadas nos encontros/reuniões de aprendizagem do grupo, visando atender às diferentes necessidades educativas das alunas, além de estimular o protagonismo e a liderança das discentes em suas ações formativas e futuramente profissionais.

b) Abordagem transdisciplinar dos temas propostos para estudo pelos estudantes, por meio da leitura crítica e reflexiva bem como da discussão em grupo, de modo a enfatizar a universalidade e unidade dos saberes.

c) Trabalho por projetos – as atividades e eventos realizados pelo grupo PET Psicologia são propostos e desenvolvidos no formato de projetos de trabalho educacional, que tem como um de seus principais objetivos, de acordo com Masetto (2003), criar as condições para que os alunos aprendam como analisar e propor soluções para determinadas situações complexas. Outra importante finalidade de um projeto “[...] é ajudar o aluno a relacionar a teoria com a prática, relacionar disciplinas entre si encaminhando para uma atitude interdisciplinar e para um exercício de integração dos conhecimentos de diferentes áreas” (MASETTO, 2003, p. 106-7).

d) Trabalho colaborativo – os projetos de trabalho do PET Psicologia são conduzidos em uma perspectiva colaborativa entre os membros do grupo, destes com o tutor e outros

professores da UNESP e com alunas que não são integrantes do grupo. Desta forma, o resultado do processo de ensino e aprendizado é alcançado pelo esforço coletivo, em atividades em que se observa uma intensa ajuda mútua e interativa entre os participantes do grupo e outros atores presentes na UNESP.

Este modo de praticar a educação tutorial na formação discente está em sintonia com as prescrições do Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia da UNESP, segundo o qual é preciso atuar num processo constante de estímulo do corpo discente para a compreensão da universalidade do conhecimento e, sincronicamente, estimular o desenvolvimento da perspectiva crítica de análise da sociedade e dos papéis da Psicologia, segundo a qual o sujeito psicológico constitui-se nas práticas históricas e sociais, as quais devem ser consideradas pelo egresso do curso, em sua futura rotina laboral.

Ainda, é importante realçar que o PET Psicologia tem como princípios norteadores de suas atividades a flexibilidade, autonomia na aprendizagem e inovação, de acordo com o exposto abaixo:

- **Flexibilidade:** mediante a oferta de um conjunto articulado e sistematizado de atividades que permitem aos participantes a composição de diferentes itinerários formativos individuais sintonizados com suas necessidades de aprendizagem.

- **Autonomia na aprendizagem:** por meio da adoção de metodologias de ensino e aprendizagem ativas e participativas, que privilegiam a construção dos conhecimentos num processo colaborativo, conforme mencionado anteriormente, sem desconsiderar a importância do papel do professor-tutor que atua como mediador e direcionador do desenvolvimento dos discentes.

- **Inovação:** organização de atividades de estudo e práticas voltadas para o estímulo à busca constante de saberes e realização de ações caracterizadas pela inovação e aplicabilidade prática das teorias.

VIVÊNCIAS FORMATIVAS DE PSICÓLOGAS POR MEIO DA EDUCAÇÃO TUTORIAL.

Nesta seção, registramos vivências formativas conduzidas pelo PET Psicologia, as quais objetivam ilustrar e deslindar o funcionamento da educação tutorial na formação de psicólogas. Especificamente, a seguir destacamos e descrevemos alguns dos projetos desenvolvidos no bojo do PET Psicologia entre os anos de 2012 a 2017, indicando sua temática, seu desenvolvimento e resultados.

CICLO DE ESTUDOS FORMATIVOS PARA A ANÁLISE CRÍTICA DA MÍDIA

Este trabalho de Psicologia Social, “Ciclo de estudos sobre mídia brasileira” (Ciclo), realizado pelo PET Psicologia da UNESP, consistiu na realização de ações integradas de ensino e extensão universitária dedicadas a instrumentalização teórico-metodológica da comunidade discente, para a análise da história da grande mídia brasileira e estratégias discursivas e retóricas adotadas por veículos de comunicação e difusores de informações. Ainda, buscou-se identificar elementos presentes no campo televisivo, a partir de 1964, que contribuíram para a construção da identidade nacional, conforme planejado pelos governos da ditadura civil-militar brasileira. No tocante à metodologia: estudou-se textos acadêmicos sobre a temática; realizou-se rodas de conversa entre os participantes, mediadas por

discentes e professor-tutor do PET Psicologia; videoconferência e palestras presenciais com professores da UNESP e UERJ. O Ciclo atendeu cem estudantes de Psicologia e contribuiu para compreensão crítica das relações entre os contextos político, socioeconômico e a criação e ampliação do alcance dos principais veículos de mídia brasileiros. O coletivo discente pôde se apropriar de referenciais teórico-metodológicos para decodificação formas de produção da verdade de jornais, revistas, sítios eletrônicos de notícias e publicidade, além de, identificar as estratégias retóricas e discursivas dos profissionais de mídia, em especial aquelas relacionadas às teses da perversidade, futilidade e ameaça, enunciadas por Alfred Hirschman. Por fim, este trabalho apresentou sintonia com a perspectiva formativa de profissionais e cidadãos do PET Psicologia, que tem como compromisso estimular o desenvolvimento de pessoas, em particular psicólogas, com alta consciência da interdisciplinaridade dos saberes e fazeres acadêmicos e sociopolíticos.

IDENTIDADE, SUBJETIVAÇÃO E PSICOLOGIA: VIVÊNCIAS E ESTUDOS SOBRE COMUNIDADES QUILOMBOLAS BRASILEIRAS

Esta experiência formativa em Psicologia envolveu quinze graduandas e o professor-tutor. O grupo desenvolveu o projeto “Identidade, subjetivação e Psicologia: vivências e estudos sobre comunidades quilombolas brasileiras”, que consistiu na realização de atividades de ensino e extensão dedicadas a formar psicólogas para a compreensão da relevância das expressões artísticas, religiosas e dos saberes dos povos negros e comunidades quilombolas, existentes até a contemporaneidade, na construção da identidade do povo brasileiro. As estratégias de ensino adotadas neste projeto foram: estudo de textos acadêmicos; rodas de conversa; palestras com professores especializados sobre “Comunidades quilombolas, arte e cultura negra no Brasil” e “História e subjetivação: A importância do negro e das comunidades quilombolas do país”. Após o período de estudos na UNESP, o grupo PET visitou comunidades quilombolas em Ivaporunduva, André Lopes e Sapatu, na região do Vale do Ribeira - Estado de São Paulo, onde se pôde construir aprendizagens teórico-práticas sobre a história, cultura e arte, estratégias de sobrevivência e geração de renda dos grupos quilombolas brasileiros, vislumbrando a realidade concreta dessa parcela populacional. Ao final, as graduandas consolidaram conhecimentos sobre as relações entre a construção da identidade e subjetivação do povo brasileiro e suas articulações com saberes e atuações da Psicologia Social e Comunitária.

FORMAÇÃO DE PSICÓLOGAS POR MEIO DE ESTUDOS E VIVÊNCIAS SOBRE IDENTIDADE, MEMÓRIA E ARTE BRASILEIRAS.

Esta vivência formativa abarcou a elaboração e o desenvolvimento integral do projeto “Experiências de aprendizagem sobre identidade, memória e arte brasileiras”, que foi dedicado à realização de atividades de ensino e extensão dedicadas a formar psicólogas para a compreensão das articulações entre subjetivação e identidade do povo brasileiro, memória e arte nacionais, com ênfase para o período entre os anos 1700 e 1900. As estratégias de ensino adotadas neste projeto foram: estudo de textos acadêmicos; rodas de conversa; palestras com professores especializados em “Minas Gerais setentista - arte e história” e “Inconfidência mineira e a trama desenvolvida em Ouro Preto-MG”. Após o período de estudos na UNESP, o grupo PET visitou cidades históricas de Minas Gerais (Ouro Preto, Mariana e Congonhas), onde se pôde construir aprendizagens sobre a história e arte brasileiras a partir do contato direto com espaços culturais, acadêmicos e históricos das cidades mencionadas. Ao final, os graduandos consolidaram saberes sobre as relações entre a práxis da Psicologia, a história

do Brasil e as manifestações artísticas nacionais que têm sido elaboradas e difundidas ao longo do tempo sobre as formas de ser, agir e viver da população brasileira.

PROJETO DIÁLOGOS

Este projeto, desenvolvido de maneira integrada tanto por discentes e professor-tutor do PET Psicologia quanto por outras graduandas do curso, consistiu no estabelecimento de uma parceria entre o grupo em formação e a supervisão técnica da Penitenciária de Assis para a realização de ações integradas extensionistas e de ensino dedicadas à formação e ao desenvolvimento humano dos presos e dos profissionais que trabalham na unidade prisional. O Projeto Diálogos teve início em 2015, e sua origem está situada em um evento anterior, realizado também pelo PET Psicologia, nomeado *Vidas Presas: alternativas ao cárcere*, que contou com a participação da psicóloga e supervisora técnica da instituição penal por meio de palestra por ela ministrada, e, em contrapartida, a supervisora convidou o grupo PET Psicologia para participar de um evento educativo que teve como público-alvo aos presos e foi realizado nas dependências da penitenciária, o que inaugurou o que veio a se tornar um sólido vínculo entre as instituições (universitária e penal).

Por conseguinte, foi proposto pela coordenação da penitenciária uma parceria com a finalidade de realizar atividades educacionais e extensionistas permanentes junto aos presos e aos funcionários da penitenciária. E, assim, emergiu um conjunto de intervenções continuadas que foi denominado de Projeto Diálogos, sendo dedicado ao respeito à alteridade e para a construção e fortalecimento de espaços formativos capazes de ensinar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de presos, bem como apoiar o aprimoramento da práxis dos trabalhadores de estabelecimentos prisionais. Desde então, o Projeto Diálogos tem como propósito possibilitar aos envolvidos atividades que contribuam para o exame e entendimento de temáticas referentes à conjuntura prisional e aos contextos sociocultural e do mundo do trabalho contemporâneos.

A estrutura de funcionamento do projeto consiste, ainda hoje, na oferta de palestras e intervenções educativas direcionadas aos funcionários bem como na realização de cursos de extensão voltados para as demandas da população carcerária. Nesse sentido, foram atendidos mais de 200 presos em cursos de extensão universitária e, cada palestra oferecida aos funcionários, contou com aproximadamente 50 participantes. Portanto, é possível considerar que o Projeto Diálogos tem colaborado para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos presos e, no tocante aos trabalhadores da prisão, tem apoiado o aprimoramento da laboralidade com a população carcerária. Ainda, o projeto tem alcançado o objetivo de atender e integrar pessoas das comunidades interna e externa à universidade, com destaque para o fato de ter ocorrido aproximação de discentes da graduação em Psicologia com presos do estabelecimento penal o que, por si, resultou em importante aprendizado em torno das aproximações possíveis e diferenças (ou ausência destas) entre universitários e internos da prisão, além da possibilidade de vivenciar uma atuação crítica e ética no meio prisional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PET Psicologia da UNESP tem estimulado o debate e a produção de conhecimentos sobre a construção de um modelo formativo inovador de psicólogos, distinto daquele que os cursos de graduação em Psicologia têm favorecido, historicamente, orientado para o

trabalho em consultórios, em modelo liberal, de caráter individualizante e elitizado. O PET atua no sentido de contribuir com a abordagem, na graduação, das áreas tradicionais da Psicologia (trabalho, educação, saúde e assistência social), em ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura que relacionem esses campos clássicos à necessidade de transformação das condições de vida da população e das relações do cidadão com seus pares e com instituições, com vistas ao estímulo à participação ativa e democrática nas ações do estado e da sociedade. É nesta articulação, entre as áreas da Psicologia com os temas transversais cidadania, políticas públicas e participação democrática, associada à proposta de formação de profissionais norteada pela visão histórico-cultural de educação e desenvolvimento humano que se encontram as inovações centrais do PET.

REFERÊNCIAS

BRASI. **Manual de orientações básicas do Programa de Educação Tutorial**. Brasília, 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12228&Itemid=486>. Consultado em 15 de agosto de 2021.

COOL, Cesar. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1999.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

PERRENOUD, Philippe. **Construir competências desde a escola**. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA /UNESP. **Projeto pedagógico do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras de Assis**. Assis, 2006. (documento de circulação interna)

VIGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007



Produção, operário padrão
Por mais pão, negligente sermão
Não viu o filho nascer, que dirá crescer
Eu diria que esse dia viria
Passou a vida ganhando o pão, negligente com a vida, morreu
Não conheceu o pai, só atendia o patrão

Ela se sentia sozinha
Todo dia trabalhava, era diarista
Na condução, sonhava ser famosa
(Des)conhecia a si mesma, queria ser a outra
Tinha pena da mãe que perdeu a saúde um pouco por dia
Era diarista

Tudo era online, vida virtual, programava dia e noite
E ele nem acreditava no futuro, trabalhava nesse nada
Tentou ficar famoso ao filmar a própria morte
Tava no game da vida
Na real, nada é real no (des)mundo do trabalho

UM SUSPIRO PROFUNDO...

Trabalho e Saúde, Direitos?
Ainda os temos?
Tempos difíceis... Com mais reformas,
Menos direitos, menos Trabalho... Saúde?
Ainda temos?
Tempos sombrios... Pandemia, negligência,
Irresponsabilidade, desrespeito,
Somos um país com mais de 500 mil mortos!!!
... ..Pausa... ..
... ..Um suspiro profundo... ..
Trabalho exaustivo, alienado,
Saúde física e mental esgotadas,
Cada dia a mais, são direitos a menos...
Direito à Vida!
É o que Queremos!!!

PANDEMIA, HOME OFFICE, ESPERANÇA E NEGACIONISMO.
UM NOVO TRATADO SEM MUITO TRATAMENTO ADEQUADO.
TODO METRO QUADRADO PRECISA SER MUITO BEM APROVEITADO.
ÀS VEZES FALTA ESPAÇO, FALTA ATÉ AR PRA SE RESPIRAR!

TRABALHO EM CASA, DISTANCIAMENTO, ISOLAMENTO,
É SORTE NÃO ESTAR NO DESALENTO.
A MISSÃO É SOBREVIVER ATÉ ISSO TUDO PASSAR,
MAS O TÚNEL PARECE NÃO TERMINAR,
NO VAI E VEM EM MEIO A CORTINA DE FUMAÇA
O CAPITAL NA MÁXIMA DO GENOCÍDIO NEM DISFARÇA.

APOIO, SUPORTE E PERTENCIMENTO COLETIVO,
RARO COMO O BOM SENSO,
AFETO E RESPEITO AO DIFERENTE, MINHA GENTE!
É PARA FRENTE QUE SE CAMINHA,
É COM A HISTÓRIA QUE MUITO SE APRENDE!
QUE TEMPOS!!!

Vazio

Espaço

Vazio

Espaço

Nada

Cheiro

SOM

Toque

Qualidade

Sabor

Nada

Simples

Espaço

Cheiro

Poros

Produz, live, escritos, livros, competência, rapidez, corre atrasado, pagar contas fazer comida, escola, carro, trabalho, trabalho, produzir, produzir, esgarçar, morrer, maltratar, desqualificar, agredir, diminuir, produzir, produzir, produzir, artigos, livros, metas, produtos, afetos, condições, espaço, abraço, carinho, não dá, não cabe, corre, corre, corre, chega, chega, chega, chega, loucura, excesso muito.

Espaço

Natureza

Amizades

Amores

Sabores

Leveza

Espaço

Abraço

Meu

Seu

Nosso

Um copo vazio está cheio de ar

T E M P O

para

quem

? ? ? ?

p

a

r

a

q

u

ê

? ? ?

cheio

vazio

produtivo

improdutivo

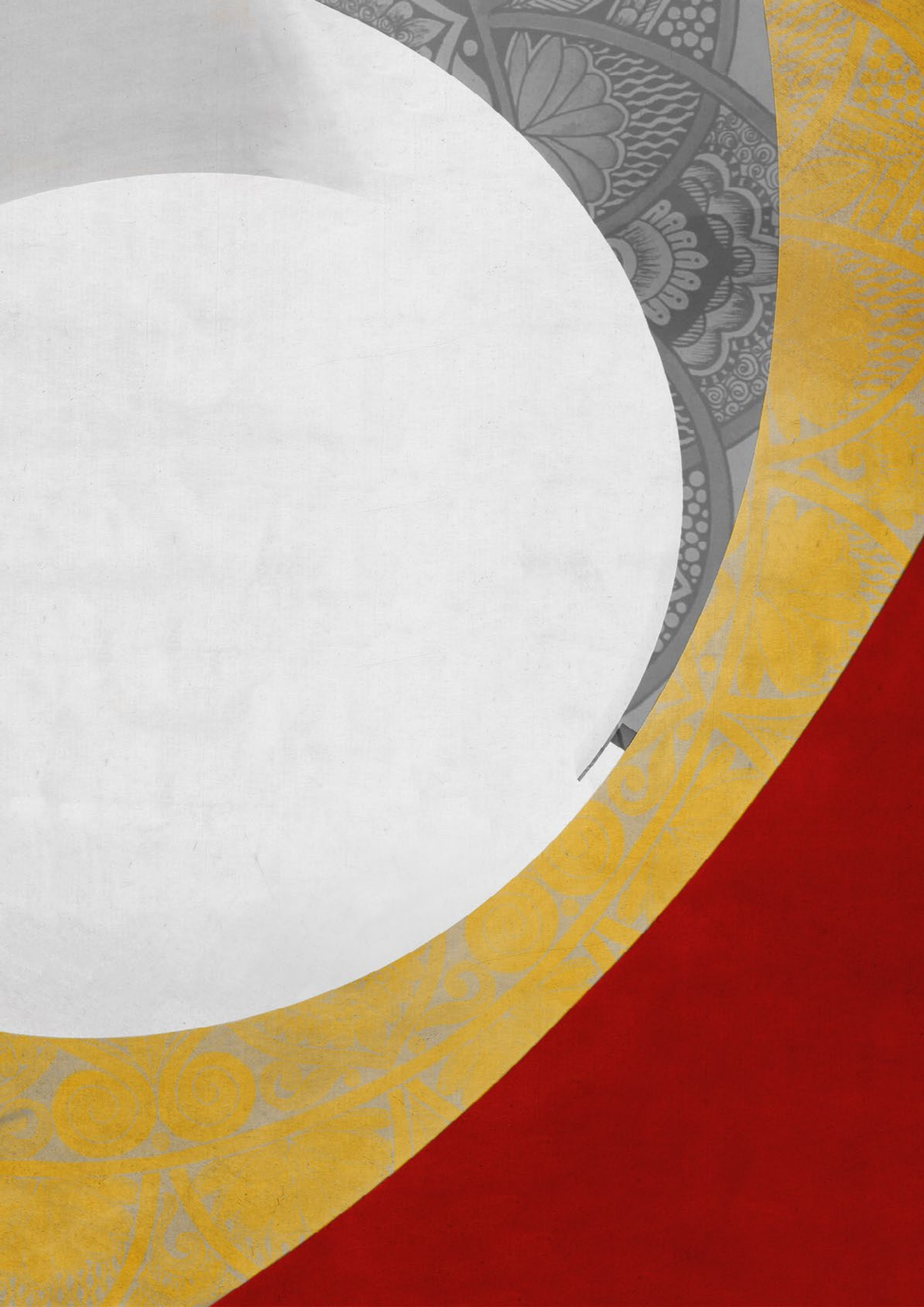
QUAL O PRAZO?

Desejo não tenho...

mas é necessário!

s e r á ?
o p m e t
t e m p o
t e m p o

s e r á ?
o p m e t
t e m p o
t e m p o



SOBRE OS AUTORES

Aline Franco Petegrosso: psicóloga trabalhadora do SUAS. Pós-graduada em Práticas Psicossociais (UNIP), pós-graduanda em Direitos Humanos e Políticas Públicas para infâncias e juventudes (PUC-PR). E-mail: petegrossoaline@gmail.com.

Ana Carolina dos Santos Ramos: graduada em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Assis), membro do Núcleo Assis/SP da Abrapso. E-mail: anacsr@msn.com.

Ana Carolina Mauricio: Psicóloga formada pela Faculdade Cesusc. Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde pesquisa temas relacionados a gênero e violências. Vinculada ao Núcleo Margens, na UFSC e ao Projeto de Extensão Ágora: Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência. E-mail: anacarolm95@gmail.com.

Ana Flávia de Sales Costa: Psicóloga pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, doutora em Psicologia pela PUC-Minas, professora da UNA Sete Lagoas e psicóloga do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Jequitibá/MG. E-mail: anaflaviasalescosta@gmail.com.

Ana Paula Pereira: Bacharel em Psicologia pela FURB; Mestra em Psicologia pela UFPE; Doutoranda em Psicologia Social e Cultura pela UFS. E-mail: espacomaieutica@gmail.com.

Andreza Cristina Ferreira: graduanda em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Assis), bolsista no Programa de Educação Tutorial (PET Psicologia) na UNESP e membro do Núcleo Assis/SP da Abrapso. E-mail: andreza.c.ferreira@unesp.br.

Antonio Carlos Simonian dos Santos: Mestre em Psicologia Social (USP-SP): Docente e Supervisor de Psicologia Organizacional e do Trabalho do Curso de Psicologia da Universidade Católica de Santos, membro da ABRAPSO-Regional Baixada Santista. E-mail: antonio.santos@uniantos.br.

Beatriz Corsino Pérez: Psicóloga e doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, professora do Departamento de Psicologia de Campos da Universidade Federal Fluminense- UFF, pesquisadora do NIJUP- Núcleo de Pesquisas sobre Infâncias, Juventudes e Políticas Públicas da UFF. E-mail: beatrizcorsino@id.uff.br.

Beatriz Rocha de Mira: graduanda do 4º ano de Psicologia pela UNIP Câmpus de Assis, membra do Núcleo ABRAPSO Assis/SP. E-mail: beatrizrocha1977@gmail.com.

Beatriz Stamato: Psicóloga e doutora pela Universidade de Córdoba - Espanha. Pós doutoranda na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e professora da Faculdade Galileu-SP. E-mail: bia@mutuando.org.br.

Bruno Camargo Nascimento: graduado em Psicologia no Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel (IMESSM) e pesquisador, atua em São Manuel no SUAS - em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV, na Promoção da Integração do Mundo do Trabalho e na Segurança Alimentar e Nutricional. E-mail: brunocamargonasci@outlook.com.

Bruno Simões Gonçalves: Psicólogo, pesquisador e membro do Núcleo São Paulo da Abrapso. Desenvolve Pós-Doutorado pelo Programa de Psicologia Social no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (PST/IP-USP). É colaborador do Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo (CRP-SP). Fundador do grupo “Psicologia da Descolonização e América Latina”. E-mail: brunosim7@yahoo.com.br.

Carlos Eduardo Mendes: Psicólogo, mestre e doutor pelo Instituto de Psicologia da USP, com ênfase na psicologia social comunitária. É docente no curso de psicologia da Universidade Anhembi Morumbi-SP. Faz parte do Fórum em defesa da vida e do Fórum de pesquisadores da região do Capão Redondo e J. Ângela. E-mail: bentoinacio16@gmail.com.

Carolina Alves de Jongh: Mestre em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da USP (IP-USP). Possui Pós-Graduação em Gestão de Projetos pela FIA-USP e em Sustentabilidade pela FGV-EAESP. É consultora e possui como foco de atuação e pesquisa as seguintes temáticas: Feminismos e Interseccionalidades, Maternidade e Trabalho Reprodutivo, Psicologia Social Crítica, Psicologia Social Comunitária e Economia Solidária. E-mail: carolina@janela8.com.br.

Cecília Pescatore Alves: Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia Social, Professora da PUCSP, Curso de Psicologia e Programa de Estudos Pós Graduados Cecília Pescatore Alves (cpescatore@uol.com.br) Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia Social, Professora da PUCSP, Curso de Psicologia e Programa de Estudos Pós Graduados. Integra o Instituto Votorantim em projeto com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS). E-mail: cpescatore@uol.com.br.

Cecília Zanchetta Penteado: graduanda do 4º ano de Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Assis), membro do Núcleo Assis/SP da Abrapso. E-mail: cecilia.penteado@unesp.br.

Charles José Roque: Psicólogo, graduado pela UNESP, Campus de Bauru - SP. Mestre em Saúde Coletiva pela Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Atualmente trabalha na cidade de Botucatu - SP como psicólogo clínico na perspectiva Sócio-Histórica. E-mail: charlesroque@gmail.com.

Clara Scaldelai do Nascimento: mestranda em Psicologia Social pela PUC-SP, pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade Metamorfose (NEPIM), graduada bacharel em Psicologia pela Universidade Metodista de São Paulo. Atua com a Política Nacional de Assistência Social em São Bernardo do Campo-SP. E-mail: clara.scaldelai@hotmail.com.

Cristina Miyuki Hashizume: doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP) e docente da Pós-graduação em Educação e Direitos Humanos na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: cristina.mhashizume@gmail.com.

Dalvineia Cruz de Oliveira: Médica, especialista em anestesiologia e psiquiatria. Psicanalista pelo Círculo Psicanalítico da Bahia. Com aperfeiçoamento em Sexualidade Humana, Identidade de Gênero e Relações Étnico Raciais. E-mail: dalvineia@hotmail.com.

Debora Elianne Rodrigues de Souza: Psicóloga, Mestre em Psicologia da Educação, PUC/SP. Especializanda em Psicologia Clínica Fenomenológica-Existencial pelo NUCAFE/RJ. Atuação nas áreas Clínica e Social/Comunitária. Atualmente também é professora em cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia na Faculdade Nove de Julho e Universidade Anhembi Morumbi. E-mail: deboraelianne@gmail.com.

Deborah Mendes Araújo de Andrade: Psicóloga Clínica e Social. Psicoterapeuta esquizoanalista e atuante na Associação Arte e Convívio coordenando núcleo de trabalho e arte em geração de renda junto a usuários dos serviços de saúde mental de Botucatu. Militante da Luta Antimanicomial. E-mail: dedehmendes@gmail.com.

Deivis Perez: Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). Chefe do Departamento de Psicologia Social e Professor Doutor no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UNESP. Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) – 2020-2021. E-mail: deivis.perez@unesp.br.

Diane Portugueis: Pós-Doutoranda em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose – NEPIM, vinculado ao Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre Identidade Humana do CNPQ. E-mail: dportugueis@gmail.com.

Edilson Claudino Bicudo: Psicólogo e Bacharel em Gestão Pública. Servidor público municipal e conselheiro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) na cidade de Mauá-SP. Membro dos Núcleos da Criança e Adolescente e Relações Étnico Raciais e Povos Tradicionais do Conselho Regional de Psicologia (CRP-SP Subsede ABC. E-mail: eddie_bicudo@hotmail.com.

Elisa Harumi Musha: Psicóloga, especialista em Psicologia Hospitalar em HCFMUSP, mestra e doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP. Atualmente é docente no curso de psicologia na Universidade Presbiteriana Mackenzie, coordenadora do curso de Psicologia na Universidade Anhanguera de São Paulo e Psicóloga Clínica (CRP 06/118868), E-mail: elisa_hmusha@gmail.com.

Emiliano de Camargo David: Psicólogo e professor do Instituto SEDES Sapientiae. Desenvolve doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com bolsa CNPQ. Integrante do Núcleo de Pesquisa em Lógicas Institucionais e Coletivas (NUPLIC - PUC/SP), do Instituto AMMA Psique e Negritude e do GT Racismo e Saúde, da ABRASCO. É membro do Departamento Formação em Psicanálise do Instituto SEDES Sapientiae. E-mail: emilianocamargodavid@yahoo.com.br.

Esther Vanni Lopes: graduanda em Psicologia na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Assis). Pesquisadora (FAPESP) na área de Psicologia Social. Estagiária

nas áreas de Interseções Institucionais Clínicas em Políticas Públicas e de Psicoterapia Psicanalítica. E-mail: esthervanni@gmail.com.

Evelyn Fernanda Pinheiro Silva: psicóloga, mestre em Psicologia da Educação pela PUCSP, trabalhadora do SUAS e docente universitária do curso de Psicologia na Universidade de Mogi das Cruzes (UMC). Ativista em coletivos de mulheres e de pesquisadores negros. E-mail: evelynsilva@umc.br.

Flávia Roberta Busarello: Doutora e Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), realizou período sanduíche na Universidad de Salamanca/Espanha. Docente no curso de psicologia na Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) e Universidade Sociedade Educacional de Santa Catarina (UNISOCIESC). Pesquisadora no Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social da PUC-SP. É formada em História e Psicologia pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). E-mail: frbusarello@gmail.com.

Francieri Beatrice Sabel Wostehoff: Psicóloga formanda na Universidade Regional de Blumenau, com experiência em atendimento a famílias em situações de prevenção e enfrentamentos às violências. E-mail: fran.sabel@gmail.com.

Gabriela Oliveira Rodrigues: Graduada em Psicologia pela Universidade Metodista de Piracicaba. E-mail: gabrielarodrigues-oliveira@hotmail.com.

Giovanni Galati Ruggeri: psicólogo, graduado pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC). É pesquisador colaborador no Programa de Iniciação Científica da UMC, psicólogo clínico e membro da coordenação do Núcleo Mogi e Alto Tietê da Abrapso. E-mail: giovannigalati.psi@gmail.com.

Gláucia Tais Purin: Psicóloga, doutora em Psicologia Social pela PUC-SP, pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN) na PUC-SP, psicóloga clínica e integrante do Núcleo São Paulo da Abrapso. E-mail: glauciatp@hotmail.com.

Jennifer Luiza Afonso: Estudante do penúltimo período de Psicologia pela Universidade de Franca, foi bolsista CNPq e FAPESP pelo programa de Pós Graduação em Linguística Unifran. E-mail: jenniluiza85@gmail.com.

Jessica Araújo Carvalho: Mestranda em Psicologia na Universidade Estadual Paulista (UNESP), bolsista Capes e ingressante pelas Políticas de Ações Afirmativas. Pesquisadora no Grupo de Estudos Marxistas em Educação e Psicologia e Grupo de Pesquisa Método de Pesquisa e Educação na Infância. Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Integrante do Núcleo Popular da Abrapso. E-mail: jessica.a.carvalho@unesp.br.

Juliani Vitório Damasceno: graduanda do 5º ano de Psicologia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP-Assis), estagiária na Incubadora de Cooperativas Populares (INCOP) e do Núcleo de Saúde Coletiva, Dispositivo Intercessor e Clínica Crítica UNESP e membra do Núcleo Assis/SP da Abrapso. E-mail: juliani.damasceno@unesp.br.

Juliano de Oliveira Soares: psicólogo pela Universidade Paulista (UNIP-Assis). Atua como psicólogo residente no Programa de Residência Multiprofissional em Urgência e Emergência Intensivo no Hospital das Clínicas de Passo Fundo - RS. Membro do Núcleo ABRAPSO Assis/SP. E-mail: soaresjuliano@gmail.com.

Kyze Quadros Mello: Economista pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e mestranda em Ambientometria pela FURG, bolsista CAPES. Pesquisa na área de análise de dados de políticas afirmativas e aplicação de modelo de séries temporais para análise da poluição de águas superficiais. Atua na área da administração e finanças na indústria GEFCO Logística do Brasil. E-mail: kyzemello@hotmail.com.

Lais Claro Oliveira: graduada em Psicologia pela UNITAU, mestre em Psicologia Social pela PUC-SP, membro do Núcleo Vale do Paraíba da Abrapso. E-mail: lais.clarooliveira30@gmail.com.

Laura Maria de Castro: graduanda do 5º ano de Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Assis), membro do Núcleo Assis/SP da Abrapso. E-mail: laura.m.castro@unesp.br.

Leandro Lucato Moretti: Mestre e doutorando em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: le_moretti@hotmail.com.

Leandro Roberto Neves: Graduação em Psicologia e mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté, doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo. Atualmente é docente e pesquisador da Universidade Federal Fluminense. E-mail: leandroneves@id.uff.br.

Letícia Andrade de Melo e Figueiredo: graduanda do 5º ano de Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Assis) e membra do Núcleo Assis/SP da Abrapso. E-mail: leticia.andrade@unesp.br.

Lucas Carolino: Graduado em Psicologia pela Universidade Anhanguera de São Paulo, especialista em Psicologia Social pela Universidade Santo Amaro - UNISA. Pós-graduando em Psicologia Fenomenológica e Hermenêutica pela União das Instituições de Serviços, Ensino e Pesquisa (UNISEPE) em parceria com o Instituto Dasein. E-mail: lucascarolino851@gmail.com.

Lucina Maria de Araújo Nascimento: Bacharel em Psicologia, pós-graduada em Psicologia Organizacional, ambos pela Universidade de Santo Amaro. Advogada formada pela Universidade Nove de Julho e pós-graduada em Direito Constitucional pela Faculdade Legale. E-mail: luci_anam_araujo@hotmail.com.

Luiz Fernando Rodrigues Novais: Psicólogo, membro do Núcleo São Paulo da Abrapso e da Comissão Gestora Metropolitana do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP). Fundador do grupo “Psicologia da Descolonização e América Latina” e militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). E-mail: rodriguesnovais@yahoo.com.br.

Luiz Henrique Callovi Balarin: graduando do 4º ano de Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Assis), membro do Núcleo Assis/SP da Abrapso. E-mail: luiz.callovi@unesp.br.

Marcos Roberto Carmona: Psicólogo graduado pela Universidade Santa Úrsula-RJ. Atua há 20 anos em entidades do terceiro setor, especialmente em projetos para o desenvolvimento humano e social em comunidades de agricultores familiares. E-mail: psimarcoscarmona@gmail.com.

Maria Célia Araujo Tomé: Psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas - Campus Poços de Caldas). E-mail: mariaceato@gmail.com.

Maria Cristina Dancham Simões: Psicóloga e Doutora em Educação pela PUC SP. Professora do Departamento de Métodos e Técnicas da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde (FaCHS) da PUC-SP. Professora orientadora do Centro de Psicologia Aplicada da Universidade Paulista (UNIP). E-mail: macris.simoes@gmail.com.

Maria Eduarda Jacob: Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Governador Ozanam Coelho, UNIFAGOC. Atua como estagiária no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. E-mail: mariaeduardajacob1512@gmail.com.

Maria Dionísia do Amaral Dias: Psicóloga, doutora em Psicologia Social pela PUC-SP. Atua há 30 anos na área de Saúde do Trabalhador. Docente na Faculdade de Medicina, Depto de Saúde Pública e no Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: mdionisia.dias@gmail.com.

Maria Izabel Calil Stamato: Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP. Coordenadora do Mestrado Profissional em Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas e Docente do Curso de Psicologia da Universidade Católica de Santos. Líder do Grupo de Pesquisa Psicologia e Políticas Públicas e membro da ABRAPSO-Regional Baixada Santista. E-mail: izabel.calil@unisantos.br.

Maria Vitória Ferreira: Psicóloga pela Universidade Federal de Catalão-UFCat. Pós-graduanda em Psicologia Social pela Universidade Araraquara-UNIARA. Integrante do projeto de pesquisa “Identidade-Metamorfose-Emancipação: Processos de Construção e Transformação”, tendo suas pesquisas relacionadas à identidade, negritude e fotografia. E-mail: mavitoria.ferreira@gmail.com.

Mariana Rosa Barbosa: graduanda do 3º ano de Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Assis), realiza quatro estágios discentes pela UNESP-Assis, é voluntária no Projeto de Educação para Jovens e Adultos (PEJA) em Assis, e é membra do Núcleo Assis/SP da Abrapso. E-mail: mariana.r.barbosa@unesp.br.

Mariana Serafim Xavier Antunes: Psicóloga psicoterapeuta, mestre e doutora em Psicologia Social pela PUC-SP. Integrante do núcleo São Paulo da ABRAPSO. Pesquisadora dos temas em identidade, projeto de vida e itinerários psicossociais, ciberativismo, epistemologia científica e estudos feministas. E-mail: marianaserafim.psisocial@gmail.com.

Maristela Sousa e Freitas: Musicoterapeuta, mestre em Psicologia Social pela PUC-SP, membro do Núcleo São Paulo da ABRAPSO. Atualmente realiza especialização em vibroacústica pelo Instituto Superior de Educação (ISE). E-mail: maristela.soufreitas@gmail.com.

Monique Vignado Ortolan: Psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMP). Militante na luta feminista, interessada em pesquisas de gênero. Trabalha no projeto ECOAR como psicóloga no CEI Pequeno Príncipe e CEI Gasparzinho, é psicóloga voluntária no Cursinho Popular Dandara dos Palmares e é diretora de pesquisa na Liga Acadêmica de Atenção à Saúde Mental (LAASM) e diretora de Extensão e Comunicação da Liga Acadêmica sobre o Fenômeno das Drogas (LAFEND). E-mail: monique1103@gmail.com.

Natalia Cristina de Souza Lima: Psicóloga pela Universidade Paulista (UNIP-Câmpus de Assis), membra do Núcleo Assis/SP da Abrapso. E-mail: natalia.lima43@aluno.unip.br.

Rachel Coiado Previato: Engenheira Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), servidora pública atuante como Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. E-mail: rachelcoiado@yahoo.com.br.

Raquel Saad de Avila Morales: Psicóloga, pesquisadora e artista. Desenvolve Doutorado em Psicologia Social no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), com bolsa FAPESP. Integrante do grupo “Psicologia da Descolonização e América Latina” e dos grupos de estudo “História, Memória e Saúde Pública” (FSP-USP), “SALUS - Grupo de Estudos de História das Práticas Médicas e de Saúde” (FMUSP) e “GLEPeB – Grupo Livre de Estudos Pensando Branquitude” (UNICAMP). E é psicóloga clínica. E-mail: raquelmorales@usp.br.

Rayssa Marcela Coelho: graduanda do 3º ano de Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP- Assis), membra do Núcleo de Assis/SP da Abrapso. E-mail: r.coelho@unesp.br.

Roberta Lindoni Salatiel Silva: psicóloga pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas. Pós-graduada em Gestão de Projetos Sociais com Famílias pela Universidade Cruzeiro do Sul. Atua na rede especializada de saúde mental e na rede socioassistencial no Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil. E-mail: robertalindoni@gmail.com.

Ruchelli Stanzani Ercolano: Psicóloga, mestre e doutoranda em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Integrante do Núcleo Popular da Abrapso. E-mail: ruchelliercolano@gmail.com.

Samara de Souza da Cruz: graduanda do 3º ano de Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Assis), estagiária dos núcleos de estágio Educação da Infância e Psicologia Histórico-Cultural: problematização e intervenção em Assis. Voluntária no Projeto de Educação para Jovens e Adultos (PEJA) pela UNESP-Assis. Membro do Núcleo Assis/SP da Abrapso. E-mail: samara.souza@unesp.br.

Silvio José Benelli: doutor em Psicologia Social pela USP, professor do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Assis). E-mail: silvio.benelli@unesp.br.

Suélien Cristina de Miranda: Doutoranda em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (NEPIM), vinculado ao Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre Identidade Humana do CNPQ. E-mail: suca_miranda@hotmail.com.

Thaina da Silva Costa: Mestranda em Psicologia na Universidade Estadual Paulista (UNESP) e ingressante pelas Políticas de Ações Afirmativas. Bacharel em Psicologia pelo Instituto Municipal de Ensino Superior (IMES). Pesquisadora no Grupo de Estudos Marxistas em Educação e Psicologia (GEMEPSI). Integrante da Articulação Nacional de Psicólogas Negras e Pesquisadoras (ANPSINEP) e integrante do Núcleo Popular da ABRAPSO. Fundadora do Movimento Negro de Catanduva (MNC). E-mail: thaina.costa@unesp.br.

Vanessa Pereira Candido: graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté (UNITAU); coordenadora de um CREAS em Jacareí; associada da ABRAPSO pelo Núcleo Vale do Paraíba-SP. E-mail: vanessapcandido82@gmail.com.

Victória Maria de Freitas Nunes: Graduanda em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), pesquisadora bolsista em Iniciação Científica. Experiência em projetos de extensão e pesquisa em envelhecimento humano, psicologia da saúde e educação. E-mail: victoriafreitas.vfn@gmail.com.

Victoria Soares Vidal: Psicóloga na Assistência Social (SUAS), mestranda em Políticas Públicas pela Universidade de Mogi das Cruzes - SP, pós-graduada em Psicologia Social, em Psicologia Jurídica e em Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos. Participa da coordenação do núcleo Mogi da ABRAPSO e do curso Promotoras Legais Populares de Mogi das Cruzes. E-mail: victoriasoaresvidal@gmail.com.

Virginia Junqueira: Graduação em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestrado em Medicina Preventiva e doutorado em Ciências pela Faculdade de Medicina da USP. Pós-doutorado em Economia Política da Saúde pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Professora associada aposentada pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: virginiajunqueira@unifesp.br.

Winnie Nascimento dos Santos: Psicóloga social e clínica. Doutoranda do Programa de Psicologia Social e do Trabalho USP. Coordenadora de Projetos no CEERT. Coordenadora do Núcleo de São Paulo da ANPSINEP. Presidenta do Coletivo de Pesquisadoras(es) Negras(os) Neusa Santos. E-mail: winnie.santos@uol.com.br.